

HENRY DANIEL LORENCENA SOUZA

**AS FRONTEIRAS INTERNAS DO "PORTUGUÉS DEL NORTE
DEL URUGUAY": ENTRE A PERCEPÇÃO DOS FALANTES E AS
POLÍTICAS LINGUÍSTICAS**

**PORTO ALEGRE
2016**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA: ESTUDOS DA LINGUAGEM
ESPECIALIDADE: LINGUÍSTICA APLICADA
LINHA DE PESQUISA: LINGUAGEM EM CONTEXTO SOCIAL**

**AS FRONTEIRAS INTERNAS DO "PORTUGUÉS DEL NORTE
DEL URUGUAY": ENTRE A PERCEPÇÃO DOS FALANTES E AS
POLÍTICAS LINGUÍSTICAS**

HENRY DANIEL LORENCENA SOUZA

ORIENTADOR: Prof. Dr. CLÉO VILSON ALTENHOFEN

Tese de Doutorado em Estudos da Linguagem,
apresentada como requisito parcial para a obtenção do
título de Doutor pelo Programa de Pós Graduação em
Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do
Sul.

**PORTO ALEGRE
2016**

CIP - Catalogação na Publicação

LORENCENA SOUZA, Henry Daniel
AS FRONTEIRAS INTERNAS DO "PORTUGUÉS DEL NORTE DEL
URUGUAY": ENTRE A PERCEPÇÃO DOS FALANTES E AS
POLÍTICAS LINGUÍSTICAS / Henry Daniel LORENCENA
SOUZA. -- 2016.
187 f.

Orientador: CLÉO VILSON ALTENHOFEN.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de Pós-
Graduação em Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Políticas linguísticas. 2. Português del
Uruguay. 3. Bilinguismo. 4. Contato linguístico. 5.
Fronteiras. I. ALTENHOFEN, CLÉO VILSON , orient. II.
Título.

*¿Qué pasaría si el grito de un continente
fuese el grito de todos los continentes?*

*¿Qué pasaría si pusiésemos el cuerpo en vez de lamentarnos?
¿Qué pasaría si rompemos las fronteras
y avanzamos, y avanzamos,
y avanzamos, y avanzamos?*

*¿Qué pasaría si quemamos todas las banderas
para tener sólo una, la nuestra,
la de todos, o mejor ninguna
porque no la necesitamos?*

*¿Qué pasaría si de pronto
dejamos de ser patriotas para ser humanos?
¿No sé... me pregunto yo,
qué pasaría?*

Mario Benedetti

AGRADECIMENTOS

Nunca estamos sozinhos na construção de nossos caminhos ou na conquista de nossos ideais, pois como disse o poeta Antonio Machado: *caminante, no hay camino, se hace camino al andar*. E nessa caminhada sou muito grato aos que tornaram possível a conclusão desta jornada.

Meu agradecimento especial ao professor Dr. Cléo Altenhofen que aceitou orientar-me e incluir-me no seu grupo de pesquisa, assim como aos colegas do projeto ALMA com quem tive tantas oportunidades de aprender e compartilhar experiências.

Muito obrigado aos colegas da área de Língua Estrangeira do Colégio de Aplicação da UFRGS que me apoiaram e fizeram possível meu afastamento para poder dedicar-me com exclusividade ao doutorado durante dois anos e meio.

Sou imensamente grato a minha família, especialmente aos meus pais, que sempre esteve presente, incentivando e apoiando, mesmo nos momentos mais difíceis pelos quais tivemos que passar.

Aos colegas e amigos Hugo Retamar, pela sua leitura atenta e sugestões, e Ingrid Kuchenbecker, por seu apoio e contribuições para esta tese, meu sincero agradecimento.

Ao meu amigo de todas as horas, Gilberto Oliveira de Barros, meu agradecimento pelo auxílio e companhia nas longas viagens à fronteira.

Aos colegas do Trajetórias Criativas meu muito obrigado pelo incentivo e pela compreensão nos meus momentos de ausência.

Finalmente, meu agradecimento a duas pessoas especiais que partiram antes do tempo, mas que, onde quer que estejam, estarão felizes pela conclusão de mais uma etapa da minha formação: minha irmã Viviana e minha amiga Maria de Lurdes.

Obrigado por fazerem parte da minha história.

RESUMO

A partir de 1870, com a intenção de garantir a unidade nacional, o Uruguai se definiu como um país monolíngue, onde o espanhol se constituiu na língua do país, sem que nenhuma lei oficial assim o determinasse. Porém, com os estudos de Rona (1965), o norte do país ganhou destaque ao comprovar-se a existência de falantes de português. Estudos posteriores realizados por Elizaincín (1979), Behares (2007), Barrios (2007) e, sobretudo por H. Thun através do ADDU (*Atlas lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay*), coordenado por Thun constataram a presença histórica do português na região fronteira e não apenas devido à influência exercida pelo Brasil. O objetivo deste trabalho é analisar o contato linguístico entre o espanhol e o português nas regiões bilíngues uruguaias, com destaque às percepções dos falantes e sua relação com as políticas linguísticas vigentes. A análise da documentação linguística permite acompanhar o contínuo das políticas em vigor no Uruguai que, de acordo com a classificação de Altenhofen (2013), tem sofrido uma mudança favorável em direção ao plurilinguismo, fato que tem permitido ao *portugués del Uruguay* condições de promoção, gerando inclusive movimentos para seu reconhecimento como patrimônio imaterial. A metodologia de pesquisa teve por base a análise pluridimensional de Thun (1998), considerando suas diversas dimensões na tentativa de identificar a existência de fronteiras internas no *portugués del Uruguay*, ou portunhol, como seus falantes preferem denominá-lo. Para a coleta de dados foi aplicado um questionário, tendo como informantes 40 indivíduos (divididos de acordo com o sexo, a faixa etária e o grau de instrução) em cada um dos pontos pesquisados: Chuy, Río Branco, Rivera, Artigas e Montevideú. Nas cidades de fronteira as entrevistas foram feitas em português (falantes bilíngues) e em Montevideú em espanhol (falantes monolíngues). A intenção é dar voz às comunidades de fala, verificando como as ações *in vitro*, de acordo com Calvet (2007), são percebidas e como elas dialogam com a realidade fronteira. A fronteira aqui abordada é entendida como um espaço de transição, conforme Contini (2006), onde a percepção dos falantes a transforma em espaços subjetivos e a língua ganha características especiais. Os resultados indicam a heterogeneidade dos diferentes pontos de fronteira aqui pesquisados, bem como a mudança significativa do status do português em Montevideú.

PALAVRAS CHAVE: políticas linguísticas, *portugués del Uruguay*, bilinguismo, contato linguístico, fronteira, plurilinguismo, portunhol.

ABSTRACT

In 1870, with the intention to ensure national unity, Uruguay defined itself as a monolingual country, in which Spanish was established as the country's language, without any official law to determine it. However, because of the studies carried out by Rona (1965), the north of the country gained prominence when the existence of Portuguese speakers was confirmed. Later studies by Elizaincín (1979), Behares (2007) and Barrios (2007) found the historical presence of Portuguese in the borderline region and not just as an influence exerted by Brazil. The goal of this paper is to analyze the linguistic contact between Spanish and Portuguese in the Uruguayan bilingual regions, with emphasis on the speakers' perceptions and their relationship with the current language policies. The analysis of the linguistic documentation makes it possible to monitor the ongoing current policies in Uruguay that, according to Altenhofen's classification (2013), have undergone a positive change towards plurilingualism, a fact that has enabled *Portugués del Uruguay* to have conditions for promotion, also generating movements for its recognition as intangible heritage. The methodology was based on Thun's multi-dimensional analysis (1998), considering its several dimensions in order to identify the existence of existing internal frontiers in *Portugués del Uruguay*, or *portuñol*, as their speakers prefer to call it. For data collection, a questionnaire was applied to 40 informants (divided according to sex, age group and education level) in each of the surveyed cities: Chuy, Rio Branco, Rivera, Artigas and Montevideo. In border cities, interviews were conducted in Portuguese (bilingual speakers) and in Montevideo, in Spanish (monolingual speakers). The intention is to give voice to speech communities, checking, according to Calvet (2007), how the *in vitro* actions are perceived and how they dialogue with the border reality. The border here addressed is seen as a transitional space, according to Contini (2006), where the perception of the speakers turns it into subjective spaces and the language gets special features. The results indicate the heterogeneity of the different border points here searched, and the significant change in the Portuguese status in Montevideo.

KEY WORDS: language policies, Portugués del Uruguay, bilingualism, language contact, border, plurilingualism, portuñol.

RESUMEN

A partir de 1870, con la intención de lograr la unidad nacional, Uruguay se definió como un país monolingüe, donde el español se tornó la lengua del país, sin que ninguna ley oficial lo determinara. Sin embargo, con los estudios de Rona (1965), el norte del país cobró destaque al comprobar la existencia de lusohablantes. Estudios posteriores hechos por Elizaincín (1979), Behares (2007) y Barrios (2007) verificaron la presencia histórica del portugués en la región fronteriza y no solo debido a la influencia ejercida por Brasil. El objetivo de este trabajo es analizar el contacto lingüístico entre el español y el portugués en las regiones bilingües uruguayas, con destaque a las percepciones de los hablantes y su relación con las políticas lingüísticas vigentes. El análisis de la documentación lingüística ha permitido acompañar el continuo de las políticas que han vigorado en Uruguay que, de acuerdo con la clasificación de Altenhofen (2013), ha sufrido un cambio favorable hacia el plurilingüismo, hecho que le ha permitido al *portugués del Uruguay* condiciones de promoción, generando incluso movimientos para que sea reconocido como patrimonio inmaterial. La metodología de investigación tuvo por base el análisis pluridimensional de Thun (1998), considerando sus diversas dimensiones en el intento de identificar la existencia de fronteras internas en el *portugués del Uruguay*, o portuñol, como sus hablantes prefieren denominarlo. Para la colecta de datos se aplicó un cuestionario, teniendo como informantes a 40 individuos (divididos de acuerdo al sexo, edad y grado de escolaridad) en cada uno de los puntos investigados: Chuy, Río Branco, Rivera, Artigas y Montevideo. En las ciudades de frontera las entrevistas se hicieron en portugués (hablantes bilingües) y en Montevideo en español (hablantes monolingües). La intención ha sido darles voz a las comunidades de habla, verificando como las acciones *in vitro*, de acuerdo con Calvet (2007), se perciben y cómo dialogan con la realidad fronteriza. La frontera aquí abordada se entiende como un espacio de transición, conforme Contini (2006), en que la percepción de los hablantes la transforma en espacios subjetivos y la lengua adquiere características especiales. Los resultados indican la heterogeneidad entre los distintos puntos de la frontera aquí investigados, así como el cambio significativo del status del portugués en Montevideo.

PALABRAS CLAVE: políticas lingüísticas, portugués del Uruguay, bilingüismo, contacto lingüístico, frontera, plurilingüismo, portuñol

LISTA DE ABREVIATURAS

ADDU – Atlas lingüístico diatópico e diastrático do Uruguai.

ANEP – Administración Nacional de Educación Pública.

DP – Dialetologia pluridimensional.

DPU – Dialetos Portugueses do Uruguai.

IDH – Índice de desenvolvimento humano.

INE – Instituto Nacional de Estadística

LSU – Lengua de Señas Uruguaya (Língua de Sinais Uruguaia).

MSP – Ministério de Saúde Pública (do Uruguai).

PNUD – Plano das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Q.E.P.D. – Que descanse em paz.

LISTA DE QUADROS E MAPAS

01 – Estratégias de integração das minorias culturais	41
02 – Contínuo das modalidades das políticas linguísticas	106
03 – Dimensões de análise	115
04 – Língua materna dos informantes	122
05 – Língua que gostaria de estudar	123
06 – Denominação da língua	124
07 – Línguas mais importantes	128
08 – Aspectos negativos associados ao português	132
09 – Gostaria de aprender português?	133
10 – Reconhecimento do português como língua oficial	134
11 – Mapa Chuy – Língua mais falada em casa	138
12 – Mapa Chuy – Língua mais importante na fronteira	138
13 – Mapa Chuy – Reconhecimento do português	139
14 – Mapa Chuy – Canais de TV	139
15 – Mapa Río Branco – Língua mais falada em casa	142
16 – Mapa Río Branco – Língua mais importante na fronteira	142
17 – Mapa Río Branco – Reconhecimento do português	143
18 – Mapa Río Branco – Canais de TV	143
19 – Mapa Rivera – Língua mais falada em casa	146
20 – Mapa Rivera – Língua mais importante na fronteira	146
21 – Mapa Rivera – Reconhecimento do português	147
22 – Mapa Rivera – Canais de TV	147
23 – Mapa Artigas – Língua mais falada em casa	149
24 – Mapa Artigas – Língua mais importante na fronteira	150
25 – Mapa Artigas – Reconhecimento do português	150
26 – Mapa Artigas – Canais de TV	151

LISTA DE FIGURAS

Fig. 01 – Fluxo de ocupação da Banda Oriental	27
Fig. 02 – Áreas de influência do português e do italiano no Uruguai	40
Fig. 03 – Documento bilíngue uruguaio	42
Fig. 04 – Mapa linguístico de Rona (bilinguismo na fronteira)	43
Fig. 05 – Mapa linguístico de Rona (variação do português)	44
Fig. 06 – Mapa linguístico de Marsilio	45
Fig. 07 – Mapa ADDU – “canhoto”	48
Fig. 08 – Mapa ADDU	49
Fig. 09 – Mapa ADDU (ocorrência de “canhoto”)	50
Fig. 10 – Representação do bilinguismo em diferentes estudos	51
Fig. 11 – Mapa de Behares do <i>portugués del Uruguay</i>	59
Fig. 12 – Cartaz de curso de português para uruguaiois	61
Fig. 13 – Mapa do analfabetismo no Uruguai	69
Fig. 14 – Mapa de estrangeiros residentes no Uruguai	70
Fig. 15 – Mapa – População afrodescendente	71
Fig. 16 – Fotografia – <i>Bagayero</i>	74
Fig. 17 – Fachadas	76
Fig. 18 – Placa informativa na alfândega uruguaia	76
Fig. 19 – <i>Free shops</i> da fronteira	78
Fig. 20 – Menu	79
Fig. 21 – Fachadas em português.....	79
Fig. 22 – Paisagem linguística	80
Fig. 23 – Cemitério Ríó Branco	82
Fig. 24 – Cemitério Chuy	83
Fig. 25 – Comércio de fronteira	83
Fig. 26 – Cemitério Rivera	85
Fig. 27 – Cemitério Artigas	85
Fig. 28 – Lápides fúnebres	86
Fig. 29 – Crenças afro-brasileiras	87

GRÁFICOS E TABELAS

01 – Distribuição da população fronteiriça	73
02 – Indicadores das cidades uruguaias pesquisadas	117
03 – Situações de uso do português	125
04 – Identificação com o Brasil	126
05 – Línguas mais importantes	129
06 – Por que o português é importante?	129
07 – Idiomas falados	130
08 – Língua que gostaria de aprender	131
09 – Os uruguaios sabem falar português?	134
10 – Denominação da língua da fronteira	135

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 CONSTITUIÇÃO DA FRONTEIRA BRASIL/URUGUAI	24
1.1 Sócio-história da fronteira Brasil / Uruguai	25
1.1.1 Chuy: a primeira fronteira	31
1.1.2 Río Branco: uma fronteira disputada	32
1.1.3 Artigas: a fronteira como problema	34
1.1.4 Rivera: sinônimo de integração	35
1.2 Uruguai: diversidade linguística e cultural	37
1.3 Territorialidade do <i>portugués del Uruguay</i>	43
2 “PORTUGUÉS DEL URUGUAY”: QUE LÍNGUA É ESSA?	53
2.1 Status e denominação da língua	54
2.2 Área de presença do português <i>en el Uruguay</i>	58
2.3 Olhar sociopolítico sobre a língua	60
3 FERRAMENTAS TEÓRICAS PARA A ANÁLISE DA FRONTEIRA LINGUÍSTICA	65
3.1 Sociologia das línguas	68
3.1.1 Paisagem linguística da fronteira	75
3.1.2 Etnografia da fala	88
4 FUNDAMENTOS DE POLÍTICA LINGUÍSTICA	93
4.1 Política e planificação	94
4.2 Políticas <i>in vitro</i> e <i>in vivo</i>	96
4.3 Análise documental das leis linguísticas	99
4.4 Contínuo de modalidades das políticas linguísticas	106
4.5 Noção de língua como patrimônio cultural e imaterial	107
5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	111
5.1 Macroanálise sociolingüística	112
5.2 Dimensões de análise	114
5.3 Rede de pontos	116
5.4 Perfil sócio cultural dos falantes	117

5.5 Instrumentos de coleta de dados	118
6 PORTUGUÊS COMO LÍNGUA <i>EN EL URUGUAI</i>.....	121
6.1 Fronteiras internas entre os falantes	121
6.1.1 As percepções da capital	127
6.1.2 As percepções da fronteira	136
6.2 Verdades e mitos	152
7 CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE MULTICULTURAL	154
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	163
ANEXOS	168

INTRODUÇÃO

A divisão do Novo Mundo, com base ao Tratado de Tordesilhas, assinado em 1496, antes mesmo da chegada de espanhóis e portugueses ao sul da América, traçou uma fronteira imaginária que limitaria os domínios das duas potências ibéricas. Essa linha divisória não só separaria dois reinos, mas também determinaria os destinos linguísticos dessa região.

O senso comum reconhece que o Brasil é o único país da América Latina que fala português. Essa ideia, relacionada com a crença de que cada país deve ter sua própria língua, oculta o processo de colonização do continente e como as populações foram se adaptando às fronteiras políticas que foram se formando, estabelecendo contatos que também se refletem na fala.

Como afirma Piccolo (2000), é consenso entre os historiadores que o território ocupado pelo Rio Grande do Sul não estava incluído na porção portuguesa que o tratado limitava e sua incorporação ocorreu por um processo expansionista que se dirigiu ao sul através da apropriação de terras. Esse movimento logo daria início a uma série de conflitos bélicos a partir do encontro das forças portuguesas e espanholas.

A intervenção diplomática, marcada pela assinatura de diversos tratados de paz e acordos de trocas, acabariam conquistando a paz e delimitando os territórios atuais. Mas as comunidades que habitavam esses espaços ficaram à sorte das determinações legais. Aqueles pequenos núcleos urbanos periféricos, criados para a defesa contra a possível invasão do inimigo, acabaram se transformando em cidades que estabeleceram vínculos e relações sociais numa dinâmica que se mantém até os dias atuais.

Nos últimos anos as políticas econômicas têm voltado sua atenção para a efetivação de uma maior integração regional. A exemplo do que ocorreu na União Europeia, também na região sul do continente americano foi iniciado um processo de aproximação. Porém, o que na economia era uma novidade, na prática das relações sociais já era uma realidade, pois muito antes das delimitações territoriais que conformam os atuais Estados, as pessoas já conviviam com diferentes códigos linguísticos que são percebidos até hoje.

Com a formação dos blocos econômicos, a abordagem dada às línguas passou a ganhar destaque, estabelecendo-se discussões sobre as políticas linguísticas. Reconhecer que as fronteiras não são barreiras para os idiomas e que a liberdade de falá-los e mantê-los são direitos do homem, é um fato reconhecido pela UNESCO. Mas como tornar isso real? A convivência das línguas é assimétrica, ou seja, ao não gozarem muitas vezes do mesmo prestígio, uma pode acabar ficando em desvantagem em relação à outra, fato que vai se refletir nos comportamentos de toda uma sociedade.

A realidade linguística da região de fronteira, aqui limitada à região compreendida entre o Uruguai e o Brasil, enfrenta a pressão da imposição da Língua Espanhola e da presença histórica da Língua Portuguesa, em oposição ao que se tem denominado “fronteiriço”, “portunhol”, “brasileiro” ou DPU (Dialeto Portugueses do Uruguai), no Uruguai, como veremos mais adiante. O ensino de uma norma culta em oposição à manifestação linguística própria tem encontrado diferentes espaços de conflito, em que as próprias instituições de ensino e a sociedade acabam cedendo, atendendo ora à pressão das línguas hegemônicas ora às determinações das políticas públicas que pretendem contemplar o que seria uma tentativa de defesa à diversidade linguística.

Trabalhos como os de Elizaincín, Behares e Barrios (1987) têm sido sistemáticos no intuito de identificar a situação do bilinguismo nas regiões de fronteira. Nesta proposta a ideia é aprofundar a análise, estabelecendo uma comparação entre quatro pontos da fronteira e que apresentam diferentes parâmetros de inclusão no que se refere ao uso do português nas instituições que regem a vida social.

As tentativas de buscar o reconhecimento do português no espaço linguístico uruguaio têm se baseado, sobretudo, em aspectos históricos. Reconhecê-lo como a única língua “autóctone” capaz ainda de ser salva, tem permitido que pesquisadores desenvolvam estratégias que se refletem nas políticas linguísticas levadas a cabo na área da educação para estimular sua permanência nas comunidades de fala, bem como elevar o seu status perante a hegemonia do espanhol ao longo dos anos. A noção de autóctone aqui é aplicada por ser a língua própria do lugar, mantida sem a intervenção do poder público e que guarda costumes e uma cultura característica das populações que ali se estabeleceram.

A escolha da fronteira uruguaia com o Brasil se deve, além da constatação da presença de comunidades bilíngues, pelo fato da grande interatividade que representa, algo que torna

essa região singular quando comparada a outros limites territoriais. O historiador Günter Axt, no prefácio do livro *Fronteira iluminada*, de Cacciatore (2012, p. 15) destaca que a linha que divide o Uruguai e o Brasil hoje é marcada pela paz, a convivência e o intercâmbio: ruas e praças, franquedas ao trânsito de todos, delimitam o que é brasileiro e o que é uruguaio, mais integrando do que separando. Já o diplomata Pucci (2010, p. 21) no seu *Estatuto da fronteira Brasil-Uruguai* ressalta que essa região apresenta condições de interação diferenciadas, permitindo que as experiências ali realizadas possam ser replicadas a outros países vizinhos.

Os estudos que fazem referência ao português do Uruguai sempre o colocaram como uma língua desprestigiada, uma língua cujo status se situa abaixo do espanhol. Essa situação, difundida durante muitos anos, trouxe à tona a ideia de que havia, na fronteira do Uruguai com o Brasil, uma diglossia, conforme Fishman (1972), com que se explicava a relação desigual de duas línguas dentro de um mesmo espaço. Mas será que esse desprestígio do português, como “língua marginal” (à margem do espanhol), ainda pode se justificar?

É inegável a mudança significativa do *status* socioeconômico do Brasil na América Latina, o que tem tornado o país muito atraente para a mão de obra dos países vizinhos. Em relação ao Uruguai, tal quadro não deixa de ser diferente, pois desde a década de 70 do século XX as ondas migratórias têm sido constantes. Portanto, é de se considerar que a percepção do português tenha mudado entre a população da fronteira, enquanto muitos estudos acadêmicos ainda se ancoram no desprestígio marcado pela história.

A presente Tese configura, portanto, um estudo sobre o atual momento do *portugués del Uruguay*, numa perspectiva que inclui a percepção dos falantes e as implicações das políticas linguísticas vigentes. A questão que guia nosso estudo centra-se na análise de como as medidas *in vitro* têm afetado ou contribuído para que efetivamente o Uruguai elaborasse uma política plurilíngue. Esta pesquisa aborda, assim, a situação do português, na posição de língua minorizada, frente à hegemonia do espanhol como “língua nacional”.

Constitui o foco principal deste estudo analisar o contato linguístico entre o espanhol e o português nas regiões bilíngues do norte do Uruguai, tendo por base as percepções dos falantes nos seus diferentes contextos sociais e sua relação com as políticas linguísticas existentes. A intenção é dar voz às comunidades de fala, fazendo o contraponto com a documentação referente às políticas linguísticas criadas e, algumas vezes, postas em prática. Neste caso, a política linguística *in vitro* nem sempre dialoga com a realidade dos falantes,

que as percebem alheias aos seus reais propósitos. Além disso, considerando a forte influência que exerce Montevidéu, como capital centralizadora do país, nos propusemos a ouvir o que pensam seus habitantes sobre as questões que envolvem a presença do português na fronteira e a realidade bilíngue de uma parcela significativa da população.

No caso do português do Uruguai, que não é reconhecido oficialmente, mas que convive com o português do Brasil dentro e fora de suas fronteiras, o castelhano, também chamado de espanhol, assumiu o papel de identidade nacional, impondo-se contra uma possível invasão “que está do outro lado”. As instituições têm ignorado essa presença, passando a lhe dar certa atenção nos últimos vinte anos em função da mudança econômica vivida na região. A inclusão do ensino do português ocorre de forma parcial, tentando contemplar aquelas variantes que são encontradas entre os falantes da fronteira ou próximos a ela.

Tendo essas premissas, no primeiro capítulo apresentamos uma síntese histórica sobre a ocupação dos territórios que atualmente constituem os limites entre o Uruguai e o Brasil, com destaque às abordagens sobre a constituição da fronteira realizadas por Piccolo (2000) e Mazzei (2013). Ainda neste capítulo, abordamos a diversidade linguística e cultural do Uruguai, numa tentativa de oferecer um panorama geral do país e de sua população. É importante destacar que nesse espaço de disputas a língua portuguesa estabeleceu sua territorialidade, mantendo sua vigência ao longo dos anos, como o comprovam os documentos recolhidos por Bertolotti et al (2005) na publicação dos *Documentos para la historia del portugués en el Uruguay*.

O segundo capítulo configura-se em uma tentativa de definir o objeto de estudo, neste caso o chamado *portugués del Uruguay*. A existência do português na região da fronteira entre o Uruguai e o Brasil é um fato constatado em estudos linguísticos realizados desde finais dos anos 50 do século passado. A partir daquele momento, criou-se uma tradição nos estudos de fronteira, que não se restringiram apenas a fatos linguísticos, mas que tomaram formas multidisciplinares envolvendo a História, a Sociologia, a Antropologia, a Educação, etc. Para tanto, partimos dos primeiros estudos levados a cabo por Rona (1965), Elizaincín (1979) e Behares (2007). Desde os anos cinquenta, quando foi identificado por Rona, o agora chamado *portugués del Uruguay* tem passado por várias denominações, mas qual denominação realmente é reconhecida pelos seus falantes? Como as medidas *in vitro* têm afetado ou

contribuído para que efetivamente o Uruguai elaborasse uma política plurilíngue? Essas questões são discutidas e analisadas ao longo da Tese.

O capítulo 2 procura identificar, ainda, as áreas de falantes de português no Uruguai, empregando como fonte o *Atlas lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay* de Thun e Elizaincín (2000). Nesse estudo, a arealização da variação e configuração linguística desse português ganha importância na definição do espaço, demarcando a faixa que vai do norte ao leste do Uruguai, como a de maior presença do português, com diferentes graus de participação social e de influência do espanhol e do português do Brasil.

No capítulo 3, o foco recai especificamente sobre a base teórica que embasa a Tese. No contexto da fronteira uruguaia, a concepção de diglossia enquadra-se no conceito de Fishman (1967), determinando as funções das línguas ou variedades em contato presentes no bilinguismo. Essa relação entre as línguas deixa clara a assimetria que as mesmas representam, colocando-as em diferentes níveis de prestígio. Como definição de “fronteira” tomamos aqui as considerações traçadas por Contini (2006), para quem as fronteiras linguísticas, culturais e dialetais são espaços de transição, onde as mudanças ocorrem de forma progressiva. Essas fronteiras podem ser objetivas, aquelas que são definidas pelos linguistas a partir das pesquisas, mas também há as fronteiras percebidas, que são subjetivas e que existem na percepção dialetal dos falantes. Uma das premissas, portanto, é a definição do que se considera “bilíngue”, ou seja, que competências um falante deve cumprir para assim ser caracterizado, tomando para tanto a definição de Mackey (1972).

Outro aspecto abordado refere-se à paisagem linguística da fronteira, espaço este que se tem alterado nos últimos tempos com o incremento de um novo estilo de comércio, fruto da globalização do consumo: os *free shops*. Esse tipo de estabelecimento tem modificado a paisagem fronteira uruguaia, expondo a população local a uma série de novas línguas, fazendo do plurilinguismo uma realidade aos olhos de todos e uma “ferramenta de trabalho” no comércio local. Para esta análise temos como referência os estudos de Shohamy (2009), que destaca a paisagem linguística como um campo fértil para avaliar as relações dos falantes com outros agentes sociais. Essa configuração da paisagem linguística, juntamente com a penetração dos meios de comunicação brasileiros no espaço uruguaio, têm colaborado para uma maior interculturalidade, de acordo com Kymlicka (2003), fato que pode contribuir para ampliar as percepções multiculturais.

No capítulo 4, tomamos o conceito de política linguística de Calvet (2007: 11), para quem o poder político sempre privilegiou essa ou aquela língua. Com essa abordagem, apresenta-se uma análise dos documentos que tiveram reflexos nas comunidades de fala. Entende-se então que a política linguística corresponde à determinação das grandes decisões referentes às relações entre as línguas e a sociedade, enquanto o planejamento linguístico a sua implementação. Portanto, a política linguística é inseparável de sua aplicação. Mas uma língua não encontra apenas fronteiras geográficas. Muitas vezes essas fronteiras, conforme já aludi, acabam surgindo internamente, de forma dissimulada, escondendo agentes que passam despercebidos pelas políticas linguísticas. Essas barreiras podem estar ocultas no que Calvet (2007: 62) chama de “equipamento das línguas”, reconhecendo que as línguas não podem cumprir sempre as mesmas funções.

Neste capítulo são aprofundados, além disso, os fundamentos de política linguística, abordando as questões *in vivo* e *in vitro* da situação fronteiriça uruguaia, de acordo com as definições de Calvet (2007). Assim, analisa-se a relação da diversidade linguística com as diversas instituições sociais, acompanhando como as políticas interagem na formação do preconceito ou da promoção das línguas em contato. Entender as relações entre as intervenções políticas nas línguas e como elas se refletem nos diferentes agentes, neste caso no contato linguístico da fronteira, pode contribuir para a criação de políticas educacionais que respeitem a pluralidade linguística das diferentes regiões, contribuindo também para a formação e capacitação dos professores que atuam com línguas adicionais.

As políticas linguísticas podem ser analisadas a partir de um contínuo de modalidades, como categorizou Altenhofen (2013), variando de posições nas quais o monolingüismo predomina, ou quando a tolerância, a promoção e a pluralidade se destacam, com ênfase no plurilingüismo. Esse contínuo pode ser exemplificado nas políticas linguísticas uruguaias, desde a *Ley de instrucción general* até os documentos atuais.

Uma das questões que surgem a partir dessa reflexão é até que ponto o reconhecimento oficial é capaz de intervir no tratamento que a diversidade linguística de uma comunidade tem nos diferentes contextos sociais. Mesmo quando se encontram propostas bilíngües, muitas vezes ocorre o que já foi observado por Bortolini (2009), em que o ensino das línguas é paralelo, sem que se considerem os pontos de contato e de semelhanças, desprestigiando manifestações mistas ou de construções derivadas de seu uso cotidiano.

Procuramos, ainda, analisar as políticas linguísticas e sua relação com a pluralidade e os fatores legais que regem as instituições e elencar a participação dos estudos acadêmicos na definição das políticas linguísticas vigentes, com destaque ao *Documentos de la comisión de políticas lingüísticas en la educación pública*, publicados em 2008.

As questões referentes às percepções dos falantes são tratadas a partir do capítulo quinto, quando é abordada a metodologia do trabalho. A pesquisa fez uso da técnica de observação participante de natureza exploratória, com o objetivo de verificar a multiplicidade de questões que se inventam e se reinventam no contexto fronteiriço. O levantamento de dados ocorreu em quatro pontos da fronteira caracterizados pela importância nas regiões em que se localizam: Chuy, cidade do departamento de Rocha; Río Branco, cidade do departamento de Cerro Largo; Rivera, principal cidade do departamento de Rivera; e Artigas, principal cidade do departamento de mesmo nome. Esses pontos caracterizam-se por serem as áreas urbanas de fronteira mais povoadas e por terem fortes laços de identidade com o Brasil. Para fazer o contraponto com a visão da fronteira, foram realizadas entrevistas também na capital do país, Montevideú, onde se concentra mais da metade da população total, na tentativa de identificar até que ponto a situação linguística da fronteira é ou não reconhecida.

Os instrumentos para coleta de dados contemplaram diferentes dimensões com o objetivo de ter um panorama dos diferentes estratos sociais. Com esse fim, o estudo pretende alcançar a dimensão dialingual, incluindo falantes bilíngues (espanhol e português) e monolíngues (espanhol); a dimensão diatópica, verificando as percepções em diferentes espaços; a dimensão diastrática, comprovando possíveis diferenças entre níveis sociais; a dimensão digeracional, incluindo entrevistados de diferentes gerações; a dimensão diagenérica, com falantes de ambos os sexos; e a dimensão diarreferencial, com questões sobre as línguas e suas representações. A partir da análise dos dados coletados e observados apresentamos um perfil descritivo das fronteiras internas percebidas nos diferentes contextos e como as políticas linguísticas influenciam no cotidiano dos falantes, eliminando ou criando novas barreiras.

Os resultados e a análise são apresentados no capítulo seis, quando verificamos o papel que a língua portuguesa cumpre no Uruguai e sua relação com os uruguaios, tanto aqueles que só falam espanhol quanto aqueles reconhecidamente bilíngues, localizados na região fronteiriça com o Brasil. As informações coletadas e observadas permitem traçar um perfil da relação de cada grupo social com as suas línguas, identificando diferentes contextos

sociais de interação ou de inibição. No que se refere às políticas linguísticas, elas parecem restritas apenas às instituições escolares, sendo desconhecidas dos falantes e de outras instituições que fazem parte do dia a dia das cidades. Isso leva a supor que o senso comum, aquele que privilegia a “língua nacional” ainda é muito forte e domina o imaginário fronteiriço.

É importante destacar que as cidades de fronteira se caracterizam pelas suas diferenças, não podendo ser consideradas homogêneas. Cada uma apresenta uma relação diferente com suas línguas, existindo mais consenso quando o assunto é o espanhol. Essa relação também é diferente de acordo com a condição geográfica da fronteira, pois se notam diferenças quando a barreira é seca ou molhada. Da mesma forma pela influência social e cultural que a cidade vizinha brasileira apresenta, pois quando a interação é maior do lado brasileiro, o uso da língua torna-se mais frequente e o sentimento de pertencimento é maior.

No que se refere à paisagem linguística, será que o oferecimento de produtos de consumo estrangeiros trouxeram à região transformações nas práticas sociais? A partir dessa presença plurilíngue não surgiria também a curiosidade e a possível necessidade de conhecer outras línguas, colocando essa fronteira em sintonia com o processo de globalização e da formação de cidadãos interculturais? Essas questões fundamentam o interesse pela paisagem linguística, pois por meio de sua observação e análise teremos condições de avaliar o tipo de interações que a língua promove no seu meio.

Juntamente com o papel exercido pelos meios de comunicação brasileiros, destacadamente a televisão, podemos concluir a análise no capítulo sete, verificando se a posição do Uruguai é realmente a de um país de tendência multicultural ou se ainda permanece arraigado a uma forte tradição hispânica. Essa dualidade é percebida nas falas dos entrevistados e na própria abordagem acadêmica dos estudos da fronteira, pois enquanto os linguistas destacam sua pluralidade, outras áreas das ciências humanas tratam a presença do português no Uruguai como mera influência de um grande país que faz fronteira com outro de menor tamanho. O preconceito ainda parece maior que os fatos e a área da Educação ainda tem muito a fazer, principalmente no sentido de tornar realidade o que as políticas linguísticas uruguaias tem conseguido construir nos últimos anos. Apenas dessa forma realmente poderá se falar do *portugués del Uruguay*, e não apenas de uma língua que está *en el Uruguay*.

A discussão passa então pelas interfaces das questões político-linguísticas, práticas de línguas nos contextos das comunidades que as usam, além de fatores de prestígio e desprestígio que interferem nesses ambientes. Ou seja, entender que o problema da língua da fronteira depende muitas vezes mais de barreiras internas do que propriamente geográficas. Também é necessário abordar a temática da aceitação da diversidade linguística, contribuindo para a democratização do emprego das línguas, valorizando as diferentes vivências dos falantes e considerando as experiências prévias trazidas por cada comunidade. Desta forma, é possível ampliar a visão de mundo, mostrando outras realidades além daquelas apresentadas pela situação das línguas hegemônicas, que têm dominado o ensino das chamadas línguas estrangeiras, valorizando também as manifestações linguísticas que são adicionais, neste caso as línguas das comunidades bilíngues, como é o caso do *portugués del Uruguay*.

Finalmente, esperamos que este estudo possa contribuir para ampliar o conhecimento sobre a fronteira, principalmente no que se refere às questões linguísticas relacionadas à educação. No momento em que propostas governamentais vêm sendo implementadas com vistas a melhorar os índices de IDH das cidades fronteiriças, é importante que novos estudos surjam e se ampliem para que possam ser criadas alternativas de educação bilíngue, numa perspectiva pluricultural, assim como metodologias de ensino de línguas adicionais aplicáveis ao contexto da fronteira.

1 CONSTITUIÇÃO DA FRONTEIRA BRASIL/URUGUAI

A República Oriental do Uruguai localiza-se ao sul da América do Sul, entre a Argentina e o Brasil. Seu território foi um dos mais disputados durante o período colonial do continente, pois marcou o ponto de encontro da linha que dividia os domínios da Espanha e de Portugal, conforme as interpretações do Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494, antes mesmo da chegada dos espanhóis e portugueses à região.

Atualmente, o Uruguai tem uma área de 176.215 Km² e uma população de 3.286.314 habitantes, de acordo com o Censo de 2011¹. A linha de fronteira entre o Uruguai e o Brasil se estende por 1.068,1 km, o que equivale afirmar que 25,5% de seu território se situam na região fronteira. Mas essa porcentagem é maior, de acordo com Mazzei e Souza (2012:17), se for considerada a fronteira aquática formada pela Lagoa Mirim, aumentando a cifra para 31,4%. Em termos populacionais, 10% de seus habitantes, ou seja, 325.657 moram nessa região de fronteira, conforme dados do Censo de 2011.

A presença de uma população bilíngue espanhol-português nos limites com o Brasil foi constatada nos anos 50 do século XX. Desde então muitos estudos têm sido realizados tentando comprovar que a permanência da língua portuguesa ali se deve muito mais a razões históricas do que propriamente pela influência do Brasil. A constituição das fronteiras foi um longo processo que, além de lutas e acordos diplomáticos, incluiu um projeto político de criação de uma identidade nacional, no qual a educação e a língua cumpriram um papel determinante.

Nas seções seguintes, trataremos de apresentar um panorama histórico dessa construção e como isso se refletiu nos destinos linguísticos do Uruguai.

¹ Censo de Población 2011 realizado pelo INE – Instituto Nacional de Estadística.

1.1 Sócio-história da fronteira Brasil/Uruguai

Identificar o momento histórico em que a língua portuguesa passou a ter influência no território uruguaio, é uma das questões que têm despertado o interesse de pesquisadores e estudiosos de dialetologia no Uruguai. Ao analisar os dados da variação linguística, passou a ser importante localizar ou tentar identificar os fatores que influenciaram ou determinaram essas variantes, principalmente porque os dados não correspondiam com os planejamentos linguísticos traçados durante décadas.

No caso do português do Uruguai, mesmo com políticas linguísticas impositivas, que deveriam ter feito do espanhol a única língua nacional, percebeu-se um forte vínculo de alguns núcleos populacionais com a presença histórica lusitana. O contato linguístico é um fato concreto em qualquer fronteira política, porém no Uruguai o que se constata é a presença de comunidades de fala portuguesa, antes da formação dos povoados hispanos. Nesse contexto, o contato fronteiriço acabou se tornando uma estratégia *in vivo*, na definição de Calvet (2009), para que o vigor do português permanecesse e sobrevivesse às políticas de homogeneização linguística, cujo objetivo foi a difusão do espanhol como língua nacional. Os processos *in vivo*, neste caso, foram as soluções encontradas pelos falantes no sentido de assegurar o direito de usar a língua portuguesa, sem que para isso as decisões oficiais interferissem, tema que será abordado nesta tese.

No ano de 2005, como complemento à publicação do *ADDU (Atlas Lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay)*, foi publicado o *Documentos para la historia del portugués en el Uruguay*, de autoria de Bertolotti, Caviglia, Coll e Fernández. Nessa publicação as pesquisadoras deixaram claro seu propósito:

Recurrir a fuentes originales de época para recuperar la presencia histórica de la lengua portuguesa y su contacto con el español es el objetivo de la investigación que da origen a esta publicación (...). Por primera vez se conformó un corpus con documentos originales que nos permiten datar y describir la presencia histórica de la lengua portuguesa en el actual territorio uruguayo. (2004, p. 12)

De fato, do ponto de vista histórico, há registros que certificam a presença portuguesa primeiro do que a espanhola desde os primeiros tempos de ocupação da Bacia do Prata. Essa presença é comprovada entre os primeiros habitantes de Assunção e Buenos Aires, principalmente a partir da fundação do povoado de Colônia do Sacramento. Essa ocupação, ocorrida em 1680, situada do lado oriental do Rio da Prata, ameaçava a coroa espanhola devido a sua proximidade com Buenos Aires, mas ao mesmo tempo estabelecia laços

fraternos entre seus habitantes, colocando a língua espanhola e a portuguesa em permanente contato. A disputa territorial acabaria se estendendo por durante dois séculos até que as fronteiras políticas fossem definidas. Porém, o que nas esferas políticas e diplomáticas deveria ser uma divisão, para as populações que habitaram essas regiões, essas fronteiras mais integraram do que separaram.

O processo que resultou nos limites políticos que separariam o Uruguai e o Brasil faz parte de uma constante negociação que envolveu, além de conflitos bélicos, vários acordos e tratados. Pode-se afirmar que teve início em 1680 com a fundação de Colônia e se estendeu até o início do século XX, quando foram assinados os últimos tratados de fronteira. Apesar de a análise dos documentos históricos certificar que os portugueses descobriram o Rio da Prata antes que os espanhóis, razões políticas impediram que Portugal tornasse público o fato, mantendo a informação em segredo, como plano estratégico de expansão territorial:

(...) el avance de los lusitanos hacia las zonas sureñas fue incesante. Muchos de ellos se establecieron en Buenos Aires, Santa Fe, Corrientes y otras ciudades. Las vinculaciones que sostenían con sus compatriotas del Brasil, *favorecieron las relaciones comerciales clandestinas*, alentadas por las necesidades de la región. Es de recordar que Buenos Aires tenía en 1664 unos 1200 habitantes, (...) los nativos de Portugal y sus hijos eran, de lejos, el grupo más numeroso incorporado de manera definitiva o temporaria a la vida de la ciudad. (BARRIOS PINTOS, 2008, p. 225 – grifo nosso)

Colônia do Sacramento viria a comprovar as intenções lusas, o que também incrementou a rivalidade entre as duas potências coloniais ibéricas sobre os territórios da Banda Oriental, principalmente porque refletiram as disputas que também aconteciam entre as coroas portuguesa e espanhola. Os processos de ocupação da margem oriental do Rio Uruguai, considerando os principais fatos históricos registrados entre os séculos XVII e XVIII, podem ser ilustrados na imagem a seguir:

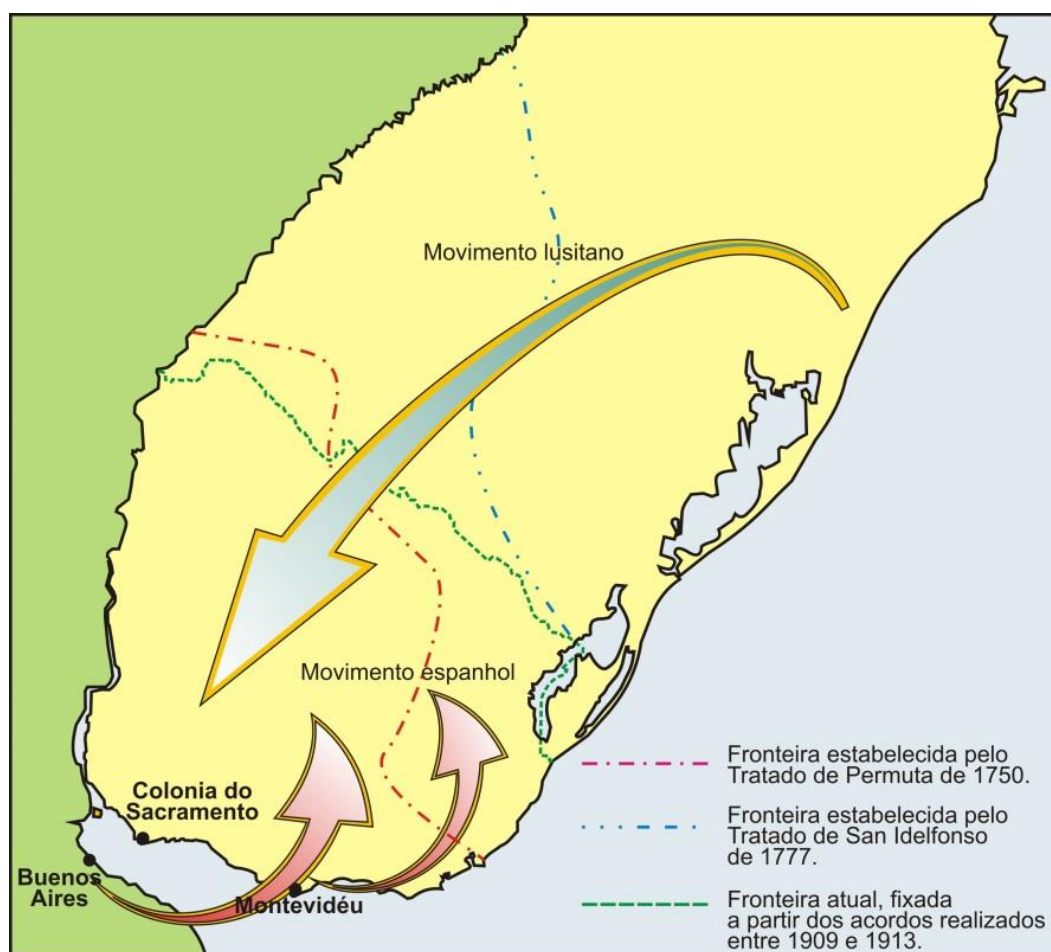


Figura 01: Fluxo de ocupação da Banda Oriental.

Fonte: o autor, a partir das informações e mapas apresentados por Cacciatore (2012)

Na disputa pelo território, observam-se dois movimentos contínuos levados a cabo entre 1680 e 1777. Por um lado, temos os portugueses, que avançavam do norte em direção ao sul; de outro, os espanhóis, que tentavam avançar em direção ao norte, numa tentativa de frear o avanço lusitano. A fundação de Colônia do Sacramento pelos portugueses e, posteriormente, a de Montevidéu, iniciada também por Portugal, mas logo tomada e refundada pelos espanhóis, simbolizam o antagonismo que desde então passou a existir no Uruguai entre o que é espanhol e o que é português.

A história de Colônia do Sacramento e de Montevidéu são as mais documentadas e são fundamentais para entender como o Uruguai se constituiu como nação e compreender a relação da capital com as cidades fronteiriças. Colônia do Sacramento é um dos troféus da história uruguaia, representando a vitória contra o poder de Portugal. O temor contra a ameaça do conquistador fez surgir a necessidade de reforçar a segurança nos limites territoriais,

levando para essas regiões pessoas e instituições que acabariam resultando no surgimento de muitas das cidades que hoje conhecemos como fronteiriças.

Em 1704, após várias disputas diplomáticas, o Rei Felipe V da Espanha determinou uma ação militar que deveria tirar os portugueses da região. Porém, em dezembro de 1723, uma frota procedente do Brasil comandada por Freitas Fonseca, ingressou no Rio da Prata com o objetivo de reocupar Colônia do Sacramento. O fato desencadeou a reação imediata do governador espanhol de Buenos Aires, Bruno Mauricio de Zavala, que organizou uma expedição para inibir as intenções portuguesas. O resultado foi a fundação de Montevidéu, no mês de janeiro de 1724. Dessa forma, os espanhóis inibiram as ações portuguesas e dariam início a um novo povoado, habitado por famílias vindas de Buenos Aires e das Ilhas Canárias.

É possível afirmar que a configuração linguística da fronteira teve seu início em Colônia do Sacramento, pois os sucessivos acordos diplomáticos fizeram com que a cidade ora fosse administrada por portugueses ora por espanhóis. Apenas em 1777, através do Tratado de São Ildefonso é que a cidade passaria definitivamente para o domínio espanhol. No livro “Montevideo, la malquerida” a escritora Ana Ribeiro refere-se à fundação da cidade que seria a capital do Uruguai, transcrevendo a mensagem emitida ao Vice-Rei de Buenos Aires:

(...) Va Vuestra Excelencia a gobernar una provincia vecina y confinante a una colonia extranjera, que hace más de un siglo que se está entrando en nuestro terreno sin que la inmensidad de lo usurpado haya satisfecho sus deseos; una colonia con cuyo soberano mantiene el nuestro una amistad, vinculada por el parentesco, y con quien siempre trae pleito sobre límites de las respectivas posesiones (...) y que por la frecuencia de sus hostilidades, nos haya puesto en precisión de guarnecer nuestra frontera por un cordón de guardias y fortalezas. Una colonia de amigos y parientes a quienes sin embargo de esta alianza necesitamos tratar como a enemigos y como a extraños. (RIBEIRO, 2000, p.15)

Quando o povoado de San Felipe y Santiago de Montevideo foi fundado, em 1724, sua principal função era a defesa da cidade de Buenos Aires, detendo o avanço português na região do Prata. Uma das principais características da cidadela era sua muralha que servia de proteção contra qualquer ataque estrangeiro. Mas Montevidéu cresceu e suas fronteiras se estenderam para além das muralhas. A expansão de suas fronteiras incluiu territórios que até então eram ocupados por espanhóis, portugueses, índios, negros e mestiços. Em junho de 1814 os espanhóis abandonam a região, passando a mãos luso-brasileiras no período de 1816 a 1828. Aquela cidade amuralhada se transformaria na capital da República Oriental do Uruguai, tornando-se independente em 1825. Anos depois, em 1833, as muralhas que

cercavam a cidade eram derrubadas. A ameaça de uma invasão já não existia, mas o temor da influência da língua portuguesa rondaria a história do pequeno país latino-americano.

O legado de Colônia do Sacramento, na atualidade, não se relaciona propriamente com o terreno linguístico, já que a região passou por um repovoamento após a posse definitiva pela Espanha. Um fato histórico decisivo parece ter sido a chamada “Guerra dos Lacaios”, ocorrida entre 1735 e 1737:

Seu grande ativo nessa guerra foi que toda a população luso-brasileira da campanha de Colônia fora morta, forçada a refugiar-se intramuros, na quase destruída cidadela, ou deixar a região. Com isso, principalmente, conseguiu a Espanha realizar verdadeira “limpeza étnica” em um raio de cento e cinquenta quilômetros em torno do porto fortificado, zona onde tudo fora destruído e saqueado. (CACCIATORE, 2012, p. 118)

A passagem definitiva de Colônia para os espanhóis tiraria a influência portuguesa da região, mas estenderia uma ampla população luso-brasileira ao longo de todo o território que vai do Uruguai até o Rio Grande do Sul, juntamente com a inclusão de índios guaranis trazidos das missões e escravos procedentes do Brasil. A independência hispano-americana, iniciada em 1811, transferiu o poder político sobre a Banda Oriental a Portugal, período no qual a região passou a ser conhecida como Província Cisplatina. Com a independência do Brasil, em 1822, o Uruguai passou a fazer parte do império, como território anexado. Mas o legado fundacional de Montevideú, com a origem de suas instituições fortemente vinculadas à tradição espanhola, tornava indesejável a presença luso-brasileira. O resultado foi a independência, conquistada em 1828 com a determinação clara de que a partir daquele momento o rei de Portugal e o imperador do Brasil não exerciam mais nenhum tipo de poder sobre o território.

Em 25 de agosto de 1825 a República Oriental do Uruguai se constituía em um país independente. A lei de independencia afirmava: "... írritos, nulos, disueltos y de ningún valor para siempre, todos los actos de incorporación, reconocimientos, aclamaciones y juramentos arrancados a los Pueblos de la Provincia Oriental, por la violencia de la fuerza unida a la perfidia de los intrusos poderes de Portugal y el Brasil...". Proclamava, ainda: "... libre e independiente del Rey de Portugal, del Emperador del Brasil y de cualquier otro del universo y con amplio y pleno poder para darse las formas que en uso y ejercicio de su Soberanía, estime convenientes".

Um fato histórico curioso, e que se pode inferir como estratégico, foi o apoio dado pela jovem nação Oriental à Revolução Farroupilha, ocorrida no período de 1835 a 1845. Provavelmente, ter outro país entre o Uruguai e o Império do Brasil poderia livrar de ameaças as fronteiras. Mas os farrapos não conseguiram a independência do Rio Grande do Sul e a diplomacia e as políticas de boa vizinhança acabariam se estendendo ao longo dos anos. Fruto disso são algumas marcas deixadas nas terras gaúchas, como chamar uruguaios e argentinos de “castelhanos”, como se ainda fossem soldados a serviço da coroa castelhana (Espanha), ou “maragatos”, nome dados aos revolucionários farroupilhas em alusão à *maragateria*², migrada da Espanha para a cidade de San José, no Uruguai, e que estava fortemente identificada com o contrabando existente entre a região do Prata e o Brasil.

A independência despertaria uma série de disputas internas que polarizaria o poder político entre duas facções: blancos e colorados. A formação das instituições nacionais só se consolidariam a partir de 1876, com o governo provisório de Lorenzo Latorre, responsável pelo programa de “Unidad Nacional”. Entre as várias dificuldades que o governo ditatorial enfrentava, a questão da fronteira era vista como um problema, pois a violência que imperava na região não condizia com as expectativas de construção de uma nação soberana. Era necessário educar os habitantes e para isso foi criada a “Reforma Escolar”, liderada por José Pedro Varela com total apoio do governo nacional. Um decreto lei de 24 de agosto de 1877 afirmava:

(...) El proyecto de educación común que le fue sometido por el señor don José Pedro Varela, han hecho evidente la deficiencia de las leyes que regían en la materia, habilitando al Gobierno para dictar disposiciones que mejoren la organización general de la enseñanza pública, y consecuente el Gobierno con ese propósito de prestar atención preferente a las necesidades más vitales de la República y de poner los medios de hacer que alcance a toda la esfera de la actividad social y pública una acción regeneradora. (SALTERAIN Y HERRERA, 1975, p. 254)

A reforma escolar se transformaria num projeto conhecido como *Ley de Educación Común*, baseada na educação pública, gratuita, universal e laica. O espanhol se estabelecia como língua de instrução, sendo seu uso e domínio fundamentais para o exercício da cidadania, nas palavras do próprio José Pedro Varela no discurso realizado durante um congresso de professores na cidade de Durazno, em 5 de agosto de 1878:

² O termo “maragato” faz referência aos espanhóis originários da região de León que se estabeleceram na cidade uruguaia de San José. Formaram o principal núcleo de comércio de gado e derivados entre o Uruguai e o Rio Grande do Sul, percorrendo essa região livremente sem restrições alfandegárias de nenhum tipo. Por essa razão, resistiram à implementação dos controles de fronteira.

Lo que busco no es el predominio de una individualidad, sino el triunfo de mi país en la conquista de ese gran ideal de educar bien al pueblo que nos ha de gobernar mañana. Lo persigo como aspiración para mis hijos, para la sociedad en que vivo, porque tengo el profundo, el inquebrantable convencimiento de que hemos de vivir en permanente desgracia, en permanente anarquía, mientras en todos los espíritus orientales no brille radiante la luz de la educación, mientras las inteligencias no hayan salido del abismo de la ignorancia, mientras cada ciudadano no tenga conciencia de sus deberes (...).

Após mais de 50 anos da implementação da *Ley de Educación Común*, ninguém duvidava de que a obrigatoriedade do espanhol como língua única dos uruguaios era um fato consumado. A abertura de escolas em toda a região de fronteira, muito antes que o Brasil estendesse seu sistema educativo a todo seu território, garantia inclusive que os brasileiros frequentassem as escolas uruguaias: “(...) *a escola uruguiaia era frequentada por crianças de ambas nacionalidades, já que até o ano de 1927 não havia escolas brasileiras na região*” (SANTOS, 2006, p. 72).

Assim, tentando entender as relações que se foram estabelecendo com a cultura e a língua portuguesa, a seguir faremos um resumo histórico de cada uma das cidades uruguaias que fazem fronteira com o Brasil.

1.1.1 Chuy: a primeira fronteira

Os registros históricos permitem afirmar que os territórios que na atualidade correspondem ao Uruguai e ao Rio Grande do Sul vão estar profundamente ligados desde sua origem à necessidade de defesa de seus limites.

Assim, pode-se afirmar que a militarização da sociedade no Rio Grande do Sul foi mais uma decorrência de um constante estado de beligerância no espaço fronteiriço do que o desdobramento de uma administração pública militarizada. (PICCOLO, 2000, p.133)

A constatação de Piccolo também se aplica às cidades uruguaias, como é constatado nos dados históricos dos povoados analisados neste estudo: Chuy, Río Branco, Rivera e Artigas. As quatro cidades tiveram seus inícios como bases de proteção de fronteira, chamadas “guardias militares”, cuja principal tarefa era impedir o contrabando de gado³ e couro, cujo destino era o Rio de Janeiro. No caso do Chuy, como documenta Barrios Pintos (2008, p.481), foi o lugar onde atuaram as primeiras comissões de fronteira na América, isso

³ O abigeato ainda hoje corresponde ao principal crime cometido na fronteira. De acordo com dados da SSP/RS, entre 2011 e 2012 60% dos delitos foram por roubo de gado.

no ano de 1753. No entanto, o reconhecimento dessa localidade como cidade só aconteceria em 1889. Em 1900, o pequeno povoado contava com uma agência de correios e telégrafos, uma escola pública, delegacia de polícia e vários estabelecimentos comerciais, além de posto alfandegário.

A cidade uruguaia do Chuy, cidade gêmea à brasileira Chuí, fica no departamento de Rocha. A capital departamental é a cidade de Rocha e, tradicionalmente, tem sido apontada como a cidade que mantém o “melhor espanhol” do Uruguai. Essa referência deve-se, em grande parte, ao emprego do pronome *tú* e suas formas verbais correspondentes, diferente do registro comum do Rio da Prata, caracterizado pelo emprego do pronome *vos* acompanhado de formas verbais assimiladas do pronome espanhol *vosotros*. Isto quer dizer que, enquanto um falante de Montevideu diz “*vos sos uruguayo*”, o de Rocha diz “*tú eres uruguayo*”. Esse aspecto diferenciador, que aproxima a variedade de Rocha ao espanhol peninsular (da Espanha), criou a ideia de que essa região estaria “melhor protegida” à possível influência do português, próximo a sua fronteira. Entretanto, destacamos aqui que os primeiros estudos apresentados por Rona (1959) já indicavam a presença do português nessa localidade, algo não confirmado pelos estudos posteriores.

Diferente de outras cidades de fronteira, o Chuy teve um desenvolvimento adiantado em relação ao lado brasileiro. O comércio teve um crescimento motivado pelo incremento turístico, principalmente pelo turismo interno, pois o Chuy é o último ponto de acesso às praias atlânticas uruguaias, além de ser a fronteira mais próxima à capital. Esse fato motivou que muitos uruguaios abrissem estabelecimentos comerciais do lado brasileiro, oferecendo produtos de consumo das mais variadas espécies a um preço mais baixo, em função do câmbio favorável. Esse aspecto pode ser verificado no próprio comércio do Chuí brasileiro que apresenta os preços dos produtos em moeda uruguaia. Outra característica são os chamados comerciantes “turcos”, na realidade libaneses, que se comunicam em árabe ou em espanhol com os clientes, o que incrementa a diversidade linguística e cultural da cidade.

1.1.2 Río Branco: uma fronteira disputada

Entre 1792 e 1793 a fronteira estava localizada junto ao rio Piratini, que acabou recuando mais tarde até o rio Jaguarão. Ali se desenvolveria a Villa de Artigas, que somente em 1909 teve seu destino definido pelo Tratado de Limites, mudando seu nome para Rio

Branco em homenagem ao diplomata brasileiro Barão de Rio Branco. O tratado poria fim à disputa pela hegemonia brasileira sobre a lagoa Mirim e o rio Jaguarão. A ponte construída sobre o rio marcaria o contato entre o lado uruguaio e o brasileiro.

Barrios Pinto (2008) cita o trecho da fala de um deputado paulista, num discurso realizado em 1º de março de 1845. Esse relato descreve a situação que reinava no norte uruguaio como consequência da dominação luso-brasileira. Nas palavras do historiador uruguaio, isso comprovaria “a sequele deixada pela instalação permanente de fazendeiros brasileiros”:

(...) al pisar a la otra banda y pasar al territorio que se dice de la República Oriental, creéis que vais a encontrar al otro lado de la divisoria material un pueblo completamente distinto de lo que se llama Imperio del Brasil; ¡pero es preciso que sepáis que felizmente no es así! Al pasar al otro lado del río Yaguarón, señores, el traje, el idioma, las costumbres, la moneda, los pesos, las medidas, todo, todo señores, hasta la otra banda del río Negro, todo, todo señores, hasta la tierra; todo es brasilero. (Volume III, p. 140)

Esse tipo de relato, amplamente difundido na história uruguaia, disseminou a ideia do perigo de ameaça que essa realidade representava, dando a entender que, no caso de uma invasão brasileira, os habitantes locais colaborariam no ataque.

Atualmente, a cidade faz parte do departamento de Cerro Largo que tem como capital a cidade de Melo. Río Branco ficou esquecida ao longo da história, principalmente após a interrupção do transporte ferroviário, que tinha dado à cidade grande importância devido a seu acesso ao Brasil. Nos últimos anos a economia local viu-se alterada com a transformação da região em zona franca, permitindo a abertura de *free shops*.

A especulação imobiliária dos últimos anos, valorizando acima do esperado a região próxima à ponte Rio Branco, que liga a cidade a Jaguarão, no lado brasileiro, fez com que a população urbana se transferisse mais para o interior. O que era o antigo centro da cidade foi ocupado por *free shops* e lojas destinadas ao público brasileiro. Outra razão para o deslocamento da população é o fato de que as enchentes do rio Jaguarão são frequentes na parte baixa junto à ponte, o que motivou o abandono dessa região. Nos últimos 12 anos, portanto, a população afastou-se da fronteira o que tem diminuído a frequência das idas ao lado brasileiro.

Rio Branco também tem vivido o esvaziamento de sua área urbana. O decréscimo populacional, que tem se acentuado no interior uruguaio, tem exigido a contratação de

trabalhadores de fora da cidade. Por exemplo, na área da educação, muitos professores que trabalham nas escolas da cidade, moram em Melo. O aspecto negativo, levantado nos trabalhos realizados nas visitas à cidade, é que esses profissionais acabam desconhecendo a realidade linguística local, impondo modelos de ensino distantes das condições dos estudantes.

1.1.3 Artigas: a fronteira como problema

Ao norte do Uruguai, em 1852, foi fundado o povoado de San Eugenio del Cuareim. Era o ponto mais distante da capital e marcava a aproximação que o país um dia tinha tido com as missões orientais. Os registros comprovam que seus primeiros moradores eram brasileiros, índios missioneiros, uruguaios e argentinos das províncias de Santa Fé e Entre Ríos.

A urgência em povoar a região foi justificada pelos perigos que a fronteira representava. Barrios Pinto (2008) cita o trecho de uma correspondência procedente dessa região e que alertava sobre a fragilidade da vigilância fronteiriça:

Las consecuencias de todo esto son, que cuanto malvado hay en Brasil se está refugiando en este departamento y ya empezamos a sentir los males que nos trae esta clase de emigración que entra y sale para la frontera cuando se le antoja. Estos días pasados una gavilla de desertores que pasó del Brasil, avanzaron unas carretas y se robaron una mujer, y ayer a la noche dos sardos han sido asesinados en las inmediaciones de la villa. (Volume III, p. 22)

A construção de escolas iniciou em 1854, sendo que em 1865 já existiam duas instituições públicas, uma para meninos e a outra para meninas. Os registros mostram que, em 1867, dos 35 alunos matriculados, oito eram brasileiros, com idade que oscilava entre os 5 e os 16 anos. Na escola feminina, das 35 alunas, nove eram brasileiras, e sua idade variava de 5 a 14 anos.

Do lado oposto da fronteira, a cidade de Quaraí se estabeleceu em 1875, como forma de conter um possível avanço uruguaio. Somente depois dos acordos que definiram a atual linha de fronteira foi que, em 1915, o povoado foi elevado à categoria de cidade, recebendo o nome de Artigas, sendo reconhecida também como capital do departamento que leva o mesmo nome.

Apesar de ser capital departamental, a cidade de Artigas ainda é isolada do resto do país. O acesso rodoviário é bastante precário e suas vias de comunicação são mais fáceis com o Brasil do que com o Uruguai. A parte central da cidade tem equipamentos urbanos condizentes com a realidade da maioria das cidades uruguaias, mas seu entorno rural faz com que o contraste entre essas duas realidades seja muito próximo. A região central da cidade, em razão disso, é um autêntico corredor de acesso ao lado brasileiro, pois a ponte que une Artigas a Quaraí é o elo de ligação e o principal acesso ao comércio brasileiro, que abastece de alimentos a maioria dos habitantes uruguaios que ali residem.

1.1.4 Rivera: sinônimo de integração

A suposta ameaça de uma volta ao passado, sob o domínio brasileiro, promoveu uma série de tratados de fronteira realizados entre 1851 e 1857, pois era fato que as regiões uruguaias ali localizadas estavam ocupadas por fazendeiros brasileiros que forneciam gado às charqueadas localizadas no Rio Grande do Sul. Isso sem que houvesse qualquer tipo de controle ou intervenção estatal.

A situação chegou a tal ponto que em 1857 o governo lançou o plano de “despovoamento nacional da fronteira”, que consistia na desapropriação de terras, fundando colônias nacionais. Uma mensagem da administração de Tacuarembó dirigida ao governo em 28 de dezembro de 1887, afirmava:

Dos países vecinos sin una barrera, montes, ríos o colonias, en que se inspeccione el libre tránsito de los buenos y de los malos hombres de ambas partes, he ahí un obstáculo a la tranquilidad interior y a la seguridad de la propiedad pública.

Dos países vecinos, extendido el uno sobre el otro en su población industrial, comercial y pastoril, los cuales profesan distinto idioma, usos y costumbres y opuestos sistemas de gobierno, no pueden dejar de pugnar entre sí para introducir sus doctrinas sociales, sus leyes y hasta sus gustos y desagradados; si estos chocan, como sucede, con las prácticas del país de su asilo, he aquí el desquicio irremediable. En tal caso desaparece el orden público, se introduce la anarquía y se atan los brazos del gobierno al poder del incremento extranjero, concluyendo por hacer de la tierra que poseen en hospedaje un dominio de su soberano. (BARRIOS PINTOS, 2008, v. III, p. 142)

Fruto dessa política foi a criação da cidade de Ceballos, onde, de acordo com as palavras de um deputado uruguaio, mandam exclusivamente as autoridades brasileiras, e os hábitos e costumes, e até os nascimentos são legitimados para que os indivíduos tenham a cidadania brasileira (Idem, p. 144). O processo de fundação da cidade iniciou em 1862 e

culminou em 1867, com o estabelecimento de famílias e comerciantes uruguaios. Nesse período também seria redefinido o nome da cidade, que passaria a ter o nome definitivo de Rivera.

Um dos objetivos do comércio local era atrair consumidores brasileiros, oferecendo preços até 50% mais baixos aos que eram praticados no Brasil. Essa medida alertava para possíveis prejuízos aos comerciantes do lado brasileiro, na cidade de Santana do Livramento.

Do lado uruguaio, já em 1867, estava em funcionamento uma escola para meninos, frequentada por 30 alunos, reunindo tanto uruguaios quanto brasileiros, já que do lado brasileiro a primeira escola só surgiria em 1913. Rivera é o primeiro registro encontrado sobre a fundação de uma cidade uruguaia junto a outra brasileira ocorrida de forma consensual, como registrou um cronista de um jornal de Montevideu na época:

El día 22 del pasado tuvo lugar un baile a que asistió lo más selecto de la sociedad de Santa Ana de Livramento; allí todo era alegría y animación (...) entre las señoritas que asistieron, una de ellas cantó un trozo del Trovador, muy bien según mi pobre juicio; las matronas también merecían las atenciones, aún hasta de los solteros; en fin, estuvo animadísimo y concluyó a las cuatro de la mañana. (La Tribuna, 20/08/1867 apud BARRIOS PINTOS, 2008)

Cabe destacar que essa região acabou sendo a menos conflitiva nos tratados de fronteira e que com os anos acabaria representando a própria integração dos dois países, fato que se reflete nas manifestações linguísticas dos habitantes de Rivera. A necessidade de povoar o país prevendo uma possível invasão brasileira, fez com que o país estimulasse a vinda de imigrantes. Nessa busca por ocupar a terra, famílias brasileiras foram reconhecidas e tiveram direito à cidadania, assim como descendentes de índios missioneiros e africanos. Porém os processos migratórios da Europa em direção à América acabaram ocasionando um grande incremento na população uruguaia.

Rivera é a capital do departamento de mesmo nome e é uma das principais cidades uruguaias. Ao mesmo tempo, é uma cidade que teve seu desenvolvimento ligado às relações comerciais com o Brasil. A “linha”, como seus habitantes se referem ao lado que separa o Brasil do Uruguai, é, para muitos, imperceptível e a principal diferença é demarcada pelo comércio, que oferece produtos diferenciados como forma de atrair os consumidores do “outro lado”. Na sua condição de capital, Rivera dispõem de uma completa estrutura urbana, que segue os modelos da capital. A região central, portanto, tem se moldado para atender os consumidores brasileiros, principalmente pelo incremento dos *free shops*. Já na periferia é

onde se encontram os comércios tradicionais, voltados para atender as demandas dos habitantes locais.

1.2 Uruguai: diversidade linguística e cultural

Apesar de os uruguaios se identificarem como “charruas”, pouco ou nada restou dessa etnia, considerada a civilização autóctone do país. O extermínio dos charruas ocorreu de forma progressiva durante a colonização, culminando antes do final do século XIX. No entanto, o mesmo não ocorreu com os guaranis, levados às terras do Prata desde as missões. A referência linguística relacionada ao guarani ficou registrada na toponímia deixada nas regiões fundadas pelos espanhóis e povoadas com índios missioneiros dessa etnia.

O papel religioso das missões aliado ao processo de colonização dos espanhóis, contribuíram para a ampliação da área de uso do guarani, permanecendo como herança deixada nos nomes de diferentes localidades. O mais destacado recai no próprio nome do país, inspirado no rio que os guaranis chamavam de Uruguai, cujo significado seria “rio dos caracóis” ou “rio dos pássaros”. Em relação à toponímia do guarani no Uruguai, Bracco (2007, p. 34) destaca que a maioria dos nomes surgiu durante a época das missões, quando o trânsito entre o Rio da Prata e as reduções era mais frequente.

Um fato registrado pela história uruguaia foi a venda, para um circo francês, dos últimos índios charruas, ocorrida em 1833. Eram 3 homens e uma mulher grávida e que morreram em Paris algum tempo depois. O fato é que, antes do final do século XIX, a presença indígena havia desaparecido provocada pela violenta disputa pela terra e pela miscigenação. A crença na inexistência de índios no Uruguai aconteceu até o Censo Nacional de 2004, quando um dado chamou a atenção: 3,5% da população se declararam de origem indígena. Sete anos depois, no Censo de 2011, essa cifra aumentou para 5%, com destaque para duas regiões: Tacuarembó, onde 8% se definiram como indígenas, e Salto, onde o índice foi de 6%. Do ponto de vista linguístico, algumas organizações formadas pelos descendentes indígenas manifestaram o direito à recuperação da língua dos antepassados, afirmando que se comunicam através dos sonhos, mas o dado concreto é que não houve nenhuma evidência de falantes de línguas indígenas no Uruguai. O fato é que o governo via urgência na ocupação do território, razão pela qual incentivou a vinda de europeus, aproveitando a onda migratória.

La inmigración europea se radicó fundamentalmente en la capital, donde su presencia llegó a ser muy alta. En cuatro de los censos que se realizaron en el siglo

XIX, Montevideo concentraba más del 45% de la población total del país. Asimismo, la migración regional existió de manera permanente y la presencia de brasileños en el norte y de argentinos en el litoral y en el sur, constituyó un factor de impacto considerable en el crecimiento de la población de Uruguay en la segunda mitad del siglo XIX. Desde el punto de vista demográfico los flujos de inmigrantes aportaron de manera relevante al volumen total de la población, que de acuerdo a los censos nacionales, pasó de 223.230 en 1860 a 1.042.686 en 1908. (PELLEGRINO, 2014, p. 11)

A grande maioria desses imigrantes era de espanhóis e italianos, que continuariam chegando até a década de 1930. Mas outros grupos minoritários também se instalaram no país, como armênios, suíços, alemães, judeus de várias origens, russos e franceses. Em 1853, a intenção de povoar o país com imigrantes era transformada em lei, explicitando que o objetivo era o estímulo à agricultura. Pela lei, os colonos imigrantes obteriam benefícios e direito à terra. Essa abertura do país estimulou a vinda de suíços e russos, além de comunidades menonitas após a Segunda Guerra. Porém, em 1890 surgiria outra lei, mais restritiva, que colocava critérios para a imigração. Arocena (2007, p. 47-48) afirma que essa lei teve por base uma lei argentina aprovada em 1876, conhecida como *Ley de Avellaneda*. O documento oficial definia desta forma o perfil de imigrante que se desejava.

Según lo que establecía esta reglamentación: «considerase inmigrante a todo extranjero honesto y apto para el trabajo, que se traslade a la República Oriental del Uruguay en buque de vapor o de vela con pasaje de segunda o tercera clase con ánimo de fijar en ella su residencia». Se rechazaban los enfermos de mal contagioso, mendigos, individuos que por vicio orgánico o defecto físico estaban inhabilitados para el trabajo, mayores de 60 años salvo que estuvieran acompañados por 4 personas útiles, y también se rechazaba en su artículo 27: «la inmigración asiática y africana y la de individuos conocidos con el nombre de zingaros o bohemios» Explícitamente eso se percibe en la prohibición de dejar entrar africanos y asiáticos con pasajes de segunda o tercera y se reafirma en un decreto ampliatorio del año 1902 que reglamentaba la ley y cuya fundamentación y ampliación de motivos en la cámara sostenía que: «se prohíbe la entrada al país de elementos perjudiciales a la masa de nuestra población, que es necesario defender de toda influencia nociva como es la de razas inferiores».

A seleção da imigração comprova critérios xenófobos e racistas que refletem o preconceito com que a ideia de diversidade foi construída no Uruguai. Outro reflexo dessa mentalidade recaiu na fronteira, onde a presença afro-brasileira é mais numerosa e se manifesta também nas questões religiosas, por meio das crenças afro-brasileiras.

Os primeiros imigrantes italianos encontraram um país aberto a suas expressões, mas a maioria dos outros grupos, chegados no período em que o sentimento nacionalista estava mais elevado e as medidas da *Ley de Educación Común* estavam em pleno vigor, encontraram limitadas as manifestações linguísticas que pudessem ir contra o Projeto de Unidade Nacional.

A imigração italiana, iniciada a partir de 1830, teve uma destacada importância histórica, como Giuseppe Garibaldi que chegou a ser General da República. Outro registro que comprova a liberdade linguística dos primeiros anos da imigração foi a publicação de jornais em italiano, editados em Montevideu, isso até 1846.

Os esforços por definir uma identidade nacional, tiveram como consequência o surgimento de fortes medidas de assimilação, onde a língua cumpriu um papel de destaque. Embora a Constituição do Uruguai não defina nenhuma língua como oficial, os atos institucionais acabariam por definir a língua espanhola como própria, obrigando os imigrantes a adotá-la:

La asimilación, en cambio, pone el énfasis en la necesidad de que las distintas culturas hagan un esfuerzo por adaptarse al patrón dominante y a las leyes universales que rigen en ese país al que llegan. Esto es, aprender el idioma predominante, aceptar ser evaluados y juzgados de la misma manera que todos los ciudadanos, incorporar las costumbres y actitudes de la mayoría de los habitantes de ese país, por ejemplo las convenciones educativas o las relaciones interpersonales, incluidas las de género y familiares. Para apoyar esa asimilación las políticas públicas premian la incorporación de los inmigrantes y sus descendientes a los derechos y deberes universales de los habitantes de ese país y su igualdad ante la ley jurídica. (AROCENA e AGUIAR, 2007, p. 13)

Apesar disso, foi impossível ocultar as transformações que os imigrantes trouxeram, tanto nas questões linguísticas como culturais. Um dos resultados mais evidentes foi o surgimento do “lunfardo”, variedade de língua comum usada nas periferias tanto de Montevideu como de Buenos Aires e que integra léxicos do espanhol, com o italiano e o português.

O reconhecimento da diversidade cultural e linguística do Uruguai só se iniciou a partir dos anos 1990, quando os discursos da globalização e da integração regional começaram a ganhar importância. Além de italianos e brasileiros, outros grupos culturais também podem ser destacados, alguns servindo de exemplos dos processos de assimilação e outros como autênticos casos de ilhas linguísticas:

- Os registros confirmam que os colonos suíços chegaram em 1862, fundando a Colônia de Nueva Helvecia, onde ainda hoje moram cerca de 10.000 pessoas, na sua grande maioria descendentes dos fundadores;
- Em 1913 um grupo de 300 famílias russas fundariam uma colônia, mas que com o tempo acabou sendo incorporada à população local, restando poucos descendentes na atualidade;

- Os armênios chegaram ao Uruguai entre 1890 e 1930 e se incorporaram facilmente à sociedade da capital. Atualmente conservam fortes vínculos com sua religião e costumes, apesar de não terem mantido sua língua;
- Há uma pequena população árabe residente no Chuy e em Rivera, cujo número não ultrapassa os 500 indivíduos. Por motivos religiosos, mantêm sua língua e suas tradições;
- Entre 1939 e 1940, há registro da chegada de cerca de 2.500 judeus alemães fugidos da guerra, que tiveram sua entrada no país por outros 10.000 judeus que tinham migrado para o Uruguai a partir de 1933. Muitos deles têm mantido suas línguas, conformando um dos grupos de maior diversidade;
- Outro grupo minoritário é formado por libaneses, chegados a partir de 1950;
- O último grupo registrado de imigrantes corresponde aos peruanos, chegados a partir de 1996 e que na atualidade somam cerca de 3.000 indivíduos.

Um dos principais pesquisadores da variação linguística no Uruguai, Elizaincín (2009), ao traçar um perfil linguístico do Uruguai, destacou a forte presença que o português e o italiano têm juntamente ao espanhol. Elizaincín, contudo, identifica uma arealização das línguas, conforme sua origem e influência predominante, explicitadas no seguinte mapa:

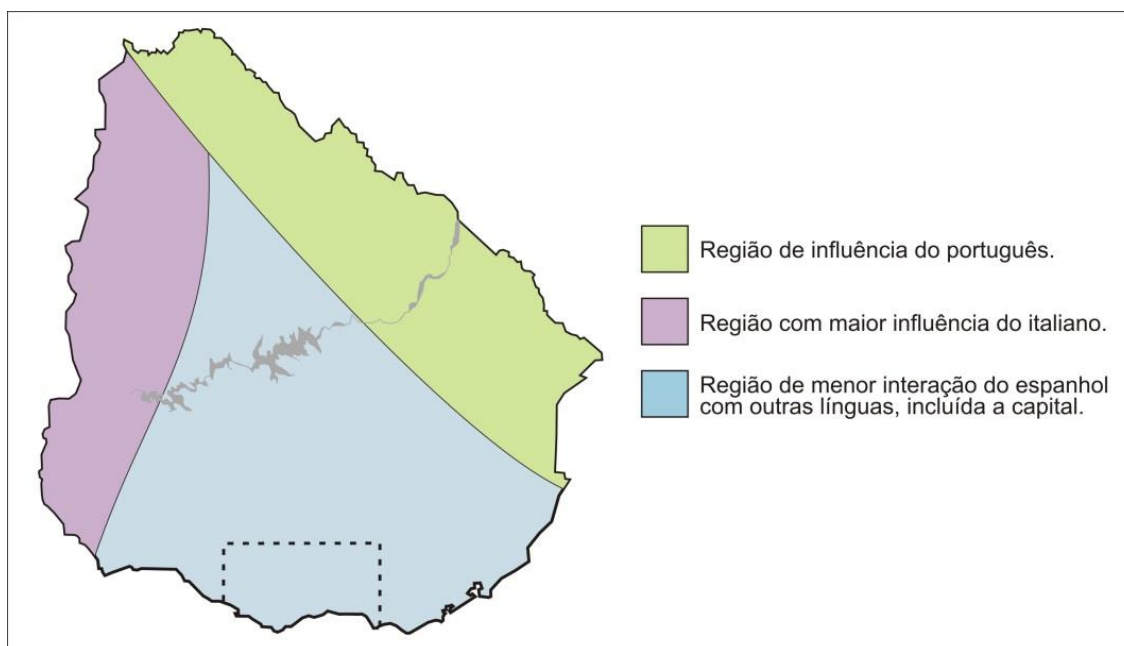


Figura 02: Fig. 02 - Áreas de influência do português e do italiano no Uruguai.
 Fonte: o autor a partir do mapa apresentado por ELIZAINCÍN (2009, p.59)

As áreas identificadas no mapa, elaborado a partir dos dados apresentados no *ADDU – Atlas diatópico y diastrático del Uruguay* (2000), configuram macrotendências no perfil linguístico do país, já presentes na percepção do senso comum. A região fronteiriça com o Brasil é vista como área de concentração de falantes bilíngues espanhol-português, enquanto a fronteira com a Argentina equivale à área de maior concentração de descendentes de italianos e de maior influência do italiano sobre o espanhol, sem que se registrem casos de bilinguismo. No resto do país, incluindo a região da capital, verifica-se a forte influência cultural deixada pela imigração italiana, que se manifesta nas questões linguísticas que dão forma à variante do espanhol conhecida como “rio-platense”.

Ao contrário de outras línguas de imigração, o italiano encontrou forte amparo no sistema educacional uruguaio, sendo oferecido na etapa escolar dos seis últimos anos que correspondem ao nível secundário. Isso, porém, não garantiu a manutenção da língua entre os descendentes. Os processos migratórios acontecidos no Uruguai são categorizados por Arocena (2007) em três níveis: 1º) de segregação, 2º) de assimilação e 3º) como multiculturalismo, de acordo com a sua própria definição. No quadro a seguir, reproduzimos cada uma dessas categorias com o período histórico e o exemplo correspondente:

Estratégias de integração das minorias culturais no Uruguai

	Segregação (Do período colonial até o final do séc. XIX)	Assimilação (De 1870 a 1945)	Multiculturalismo (Fim do séc.XX e tendência do séc.XXI)
Estratégias de integração a partir do Estado, políticas públicas	a) Extermínio de indígenas, escravidão de africanos; segregação dessas comunidades.	c) Assimilação dos imigrantes; reforma escolar, linguagem, laicismo, cidadania. Governo nacionalista.	e) Reconhecimento dos indígenas e dos negros; ainda não houve reconhecimento aos descendentes de imigrantes. Reconhecimento aos imigrantes pela lei 18.250.
Estratégias de integração a partir da minoria cultural	b) Nenhuma estratégia por parte dos descendentes indígenas ou afrodescendentes.	d) Assimilação dos imigrantes pela cultura do país de chegada, contato linguístico, casamentos mistos, transição geracional.	e) Dupla identidade: afro-uruguaio, armenio-uruguaio, libanês-uruguaio, judeu-uruguaio, ítalo-uruguaio.

Fonte: AROCENA (2007), p. 224 - Tradução nossa.
Quadro 01: Estratégias de integração das minorias culturais.

Para esse autor, durante a etapa caracterizada pela segregação o Estado não promoveu nenhuma medida que permitisse o reconhecimento de índios e negros como cidadãos. Como consequência, estes formaram guetos, ficando totalmente invisíveis para o resto da sociedade,

que acreditou, inclusive, na sua completa extinção. Já na etapa de assimilação, quando o Estado passa a ver o risco de perda da identidade nacional, houve a preocupação de integrar completamente o imigrante, mas sem espaço para sua língua ou cultura, não restando a esses grupos outra alternativa que não adotar as do próprio país. No período mais recente é que podem ser observadas ações de promoção do multiculturalismo com o reconhecimento da diversidade, por meio de medidas políticas nas quais as minorias puderam se reconhecer, recuperando sua identidade originária e o direito às línguas.

No caso do português o principal fator de promoção de seu reconhecimento está vinculado ao destaque econômico que o Brasil teve a partir de 1990 e aos tratados de integração regional, com destaque ao Mercosul. Um exemplo da influência que a participação num bloco regional representa, encontra-se na proposta do novo documento de identidade nacional que inclui os dados em espanhol e em português, e que deveria estar vigente a partir de 2015, de acordo com o modelo divulgado pelos meios de comunicação uruguaios:



Figura 03: Proposta de documento bilíngue uruguaio. Fonte: EL PAÍS (15/07/2014).

No entanto, apesar da abertura do Uruguai no sentido de se reconhecer um país multicultural, a questão da presença do português na fronteira ainda é encarada por muitos setores da sociedade como problema e como ameaça à soberania nacional. Na seção seguinte analisaremos a territorialidade que a língua portuguesa constituiu ao longo da história no Uruguai e como os estudos realizados em diferentes períodos a situaram geograficamente.

1.3 Territorialidade do Português del Uruguay

O primeiro estudo acadêmico realizado no Uruguai sobre a variação linguística, apresentou um dado inesperado, de José Pedro Rona, no I Congresso Brasileiro de Dialectologia e Etnografia, em 1958, realizado em Porto Alegre. Na introdução de seu estudo, Rona afirmou: *Cuando empezamos a estudiar el español hablado en el Uruguay, no esperábamos en ningún momento encontrar un dialecto portugués en el territorio de nuestro país* (RONA, 1965, p. 5).

Nesse estudo foram identificadas as regiões de ocorrência do então batizado “dialecto fronteiro”. A pesquisa que levou à construção do primeiro mapa linguístico da língua da fronteira não teve por base o reconhecimento dos falantes, mas um documento histórico de 1862 no qual se registravam as áreas do Uruguai habitadas por brasileiros. Reproduzimos a continuação desse mapa, pois ele serviu de base para todos os estudos que se seguiram.

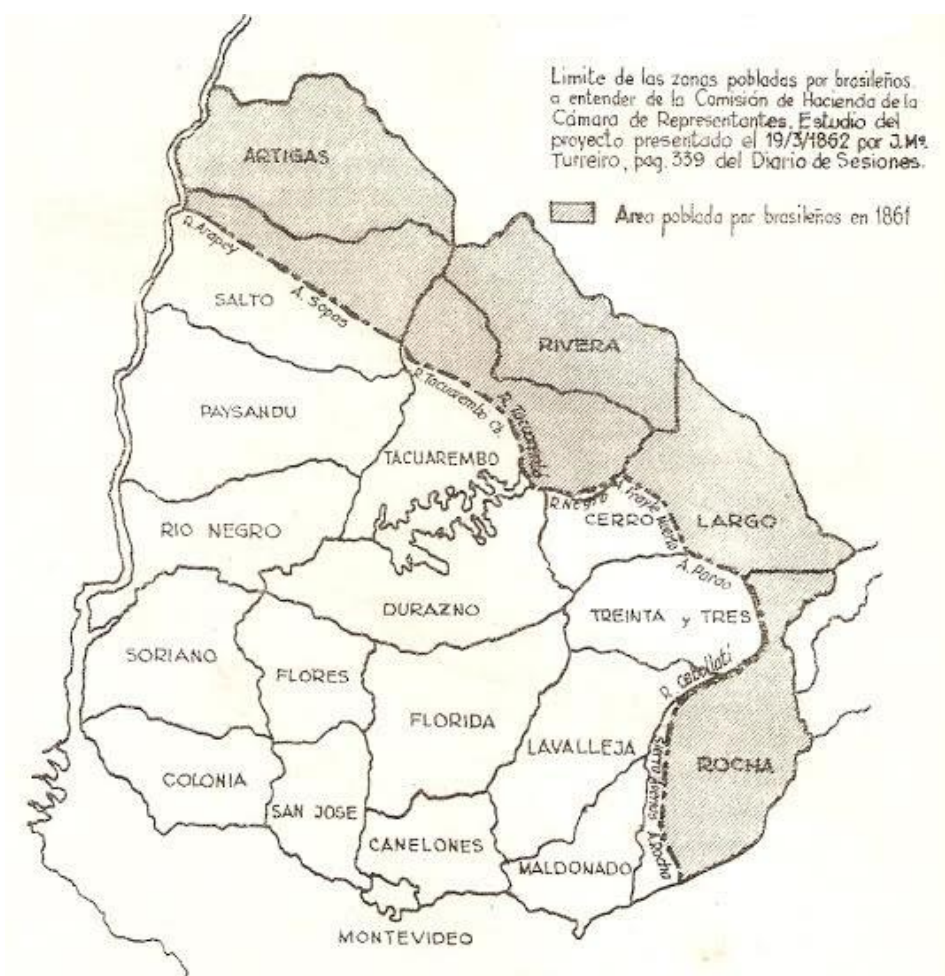


Figura 04: Mapa linguístico de Rona (bilinguismo na fronteira). Fonte: RONA, 1965, p. 10.

A partir desse estudo foram sendo demarcadas as regiões onde os códigos mistos eram mais frequentes, identificando as variáveis surgidas a partir do contato português-espanhol. Rona demarcou quatro isoglossas, denominando-as de acordo com os nomes dos departamentos uruguaios, sendo elas: a) variedade artiguense; b) variedade tacuareboense; c) variedade melense; e d) variedade yaguaronense. Por sua vez, as variáveis poderiam ter uma maior influência do português sobre o espanhol e isso poderia se manifestar na morfologia verbal, no léxico, no sistema fonológico e no emprego pronominal do *tú* ou *vos*. Curiosamente, o estudo de Rona incluiu a cidade de San Carlos, localizada no departamento de Maldonado, identificando-a como uma ilha linguística formada por falantes descendentes de uma comunidade portuguesa fundada em 1763. Esse grupo, supostamente, teria ficado isolado e sem contato com outros falantes de português, fato comprovado pelo emprego de léxicos que não tinham ocorrência entre os falantes fronteiriços. Como veremos nos estudos subsequentes, essa referência vai desaparecer, ficando essa cidade identificada com o departamento de Rocha, no sentido de serem regiões sem influência do português, passando a ser exemplos do “bom espanhol” uruguaio, ganhando destaque entre os que defendiam o purismo linguístico.

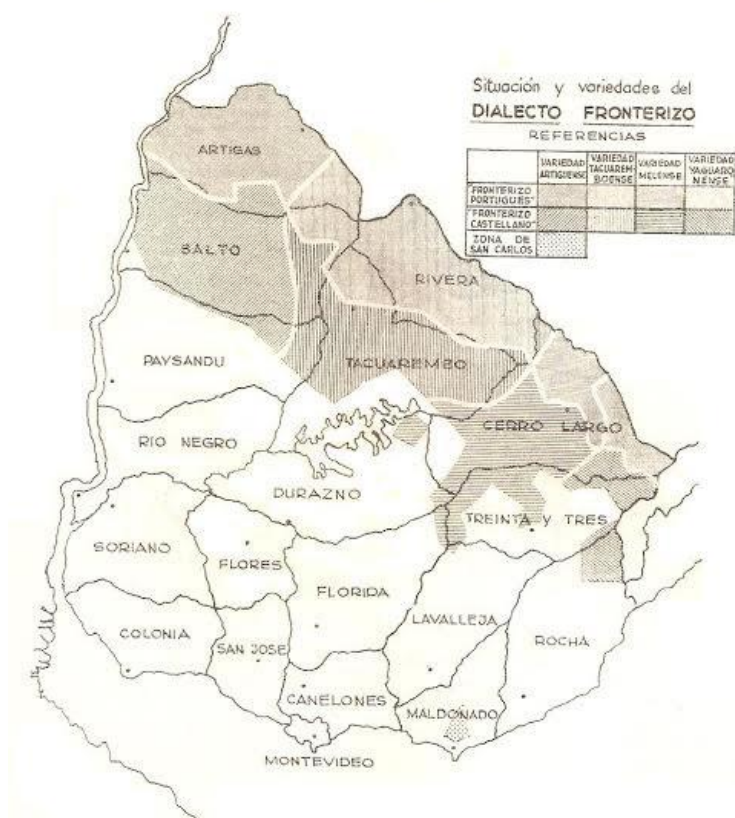


Figura 05: Mapa linguístico de Rona (variação do português). Fonte: RONA (1965), p.9.

Dez anos depois do primeiro estudo de Rona, era publicado no Uruguai uma nova versão do mapa linguístico da fronteira. Marsilio (1969) vai criar novas categorias no sentido de identificar as variáveis fronteiriças, tendo por base a maior ou menor influência de uma língua sobre a outra. Se bem sua classificação parte do que Rona já havia verificado, seu estudo se centra no princípio de que o centro de radiação do português se situa na linha de fronteira e, na medida em que a difusão se faz ao interior do país, ela enfraquece, predominando então o espanhol. Como resultado dessa lógica, teríamos seis grupos: a) português fronteiriço artiguense; b) espanhol fronteiriço artiguense; c) português fronteiriço riverense; d) espanhol fronteiriço riverense; e) português fronteiriço melense; e f) espanhol fronteiriço melense.

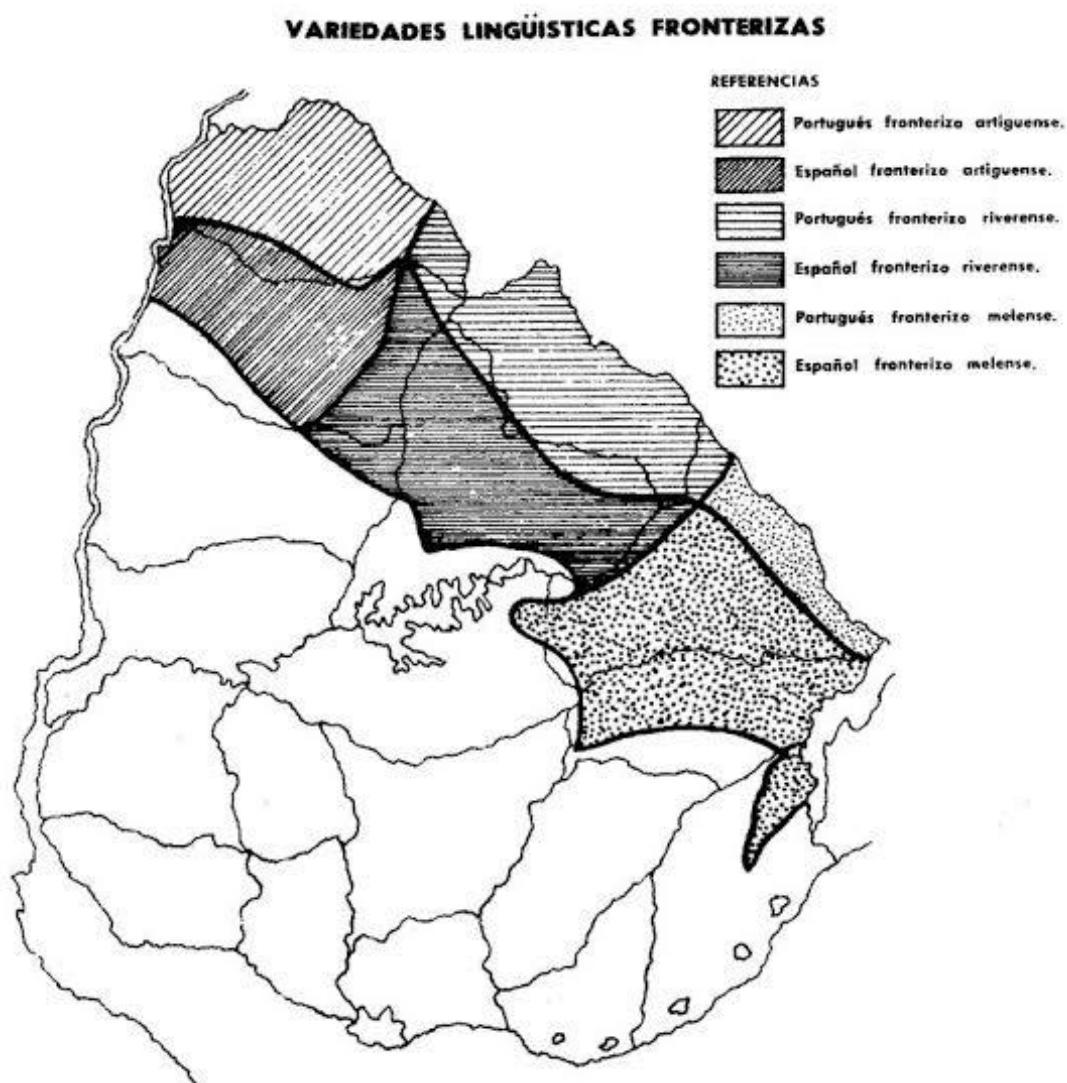


Figura 06: Mapa linguístico de Marsilio. Fonte: MARSILIO (1969), p. 21.

O estudo de Marsilio (1969, p. 38) não faz nenhuma referência à cidade de San Carlos e é o primeiro em destacar a diferença do departamento de Rocha em relação às outras regiões fronteiriças: *Rocha constituye un fenómeno único dentro del marco lingüístico del país. (...) Es la región de Uruguay donde se hablan las formas más puras de español y donde el léxico está menos penetrado de extranjerismos.*

Nos anos 70, enquanto o mundo ainda vivia a chamada guerra fria, a América Latina ingressava no período das ditaduras militares. No Uruguai o período autoritário, que durou de 1973 a 1985, foi responsável pela onda nacionalista, que passou a perceber qualquer influência estrangeira como uma ameaça subversiva. É nesse contexto que ressurgem os estudos sobre as línguas da fronteira, tendo como principal pesquisador Adolfo Elizaincín que, envolvido na ideologia da época, rebatizou a língua da fronteira como “DPU” (Dialectos Portugueses del Uruguay). Num desses estudos, de 1979, o mapa publicado por Rona, referente à ocupação de terras por brasileiros em 1862, foi reeditado. A ideia da presença ameaçadora do português na fronteira se refletiu na apresentação feita pelo Diretor Geral de Extensão Universitária da *Universidad de la República*, afirmando:

Defender el idioma que se habla es siempre necesario para que no decline o desaparezca. El español, precisamente hace ya tiempo que está amenazado. (...) De ahí que la vigilancia tenga que ser permanente, en un sentido positivo, es decir, atender tanto a la pureza como a la actitud renovadora. (...) Nuestra situación geográfica nos provoca sobresaltos cuando pensamos que son posibles ciertas conquistas que pueden hacer peligrar tradiciones, instituciones u otras manifestaciones de la realidad nacional. No en vano se ha alertado para conjurar los avances o penetraciones sospechosas. Por última, conviene recordar que por olvido del constituyente se ha omitido establecer en la Constitución de la República que el español o castellano es el idioma oficial. Habrá que incluir oportunamente un artículo donde se diga lo que no hace mucho se ha estampado en la Constitución española (...). En nuestro caso, se diría: El castellano o español es la lengua oficial del Estado. Todos los uruguayos tienen el deber de conocerla y el derecho a usarla. Como se aprecia, no se trata de una aspiración sino de un mandato que alertaría, más que otras medidas impropiedades o inútiles, al habitante de la frontera que se deja llevar por la costumbre y no por la norma. (ELIZAINCIN, 1979, p. 3)

O estudo referido tinha sido motivado pelos constantes ataques da mídia alertando contra a “penetração idiomática” no território uruguaio. A acusação dos meios de comunicação da capital se fundamentava principalmente no alcance das emissoras de televisão brasileiras, que eram assistidas pela totalidade dos habitantes do Uruguai que moravam além da própria fronteira. Isso porque as transmissões de televisão uruguaia só iniciavam a partir das 17 horas, fora o fato de que não cobriam a totalidade do país.

Até os anos 90, os estudos linguísticos na fronteira se concentravam apenas no registro de ocorrências de bilinguismo e seu reflexo nos baixos índices de aproveitamento escolar entre os estudantes moradores nos departamentos fronteiriços com o Brasil. Mas a volta à democracia e o diálogo de integração regional, permitiu o surgimento de um novo olhar sobre a fronteira, que se refletiu no apoio às pesquisas e a abertura do país para a realização de estudos de pesquisadores estrangeiros, como as que resultaram em torno à publicação do *ADDU – Atlas Lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay*, coordenado por Harald Thun (Universität zu Kiel) com o apoio de Adolfo Elizaincín (Universidad de la República), no ano 2000.

Esse estudo foi o primeiro a empregar a metodologia da dialetologia pluridimensional. Foram registrados aspectos de variação linguística em 75 localidades, caracterizando o plano diatópico, que incluíram mais de 250 grupos diferenciados sócio culturalmente, coconsiderando diferentes dimensões de análise da variação diastrática, diageneracional, diagenérica, além de dialingual (português e espanhol de monolíngues e bilíngues), diafásica e diarreferencial. Por meio da cartografia pluridimensional dos dados foi possível obter uma visão macro do bilinguismo uruguaio, demarcando inclusive as regiões de difusão das inovações linguísticas surgidas a partir da fronteira.

ATLAS LINGÜÍSTICO DIATÓPICO Y DIASTRÁTICO DEL URUGUAY

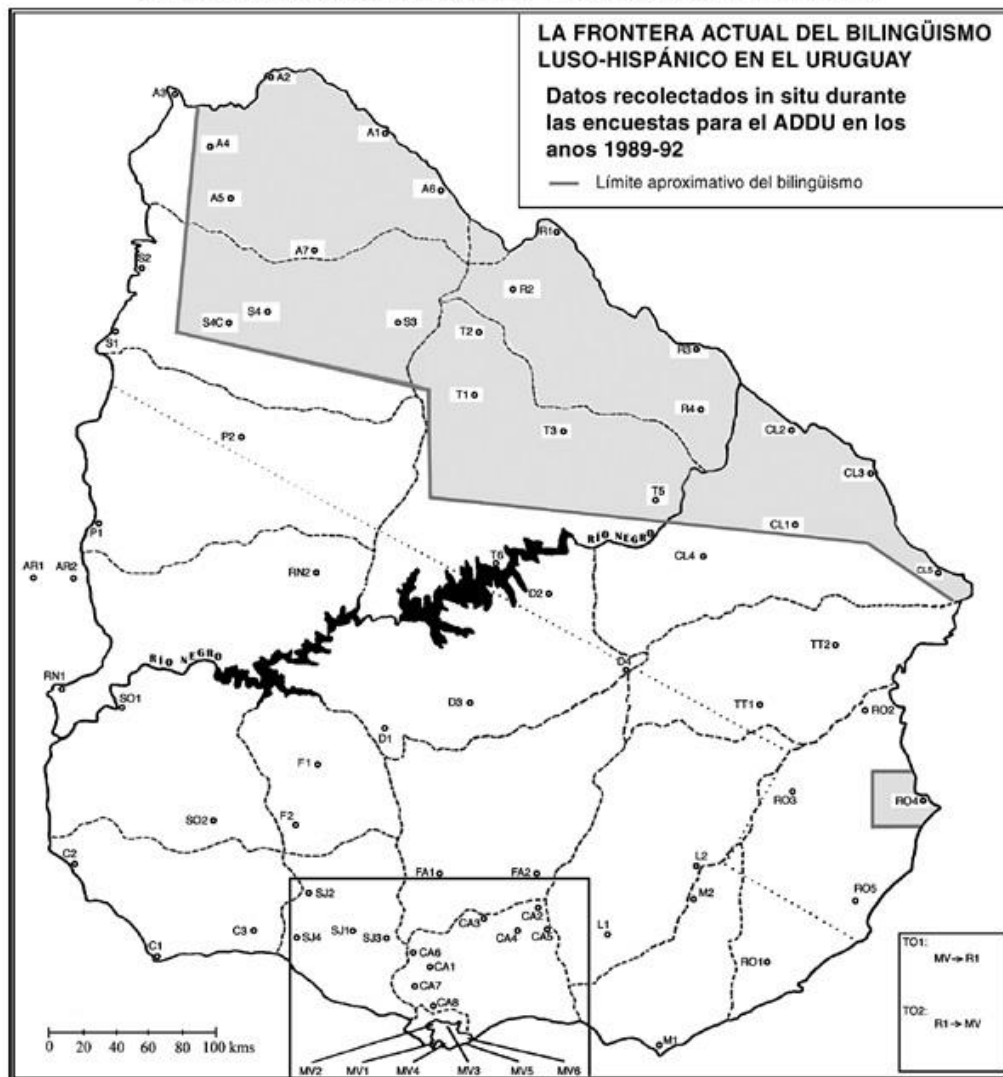


Figura 07: Mapa ADDU – Incidência de “canhoto”. Fonte: THUN (2000), mapa 4.

Para cada uma das 75 localidades do ADDU (dimensão diatópica), foram previstas quatro entrevistas, como mostra o esquema da cruz: CaGII = falantes da geração velha com idade acima de 45 anos pertencentes à classe sociocultural de escolaridade superior; CaGI = falantes da geração jovem com idade entre 18 e 36 anos pertencentes à classe sociocultural de escolaridade superior; CbGII = falantes da geração velha, com idade acima de 50 anos, pertencentes à classe sociocultural de escolaridade inferior; CbGI = falantes da geração jovem, com idade entre 18 e 36 anos, pertencentes à classe sociocultural de escolaridade inferior. Desta forma, a constituição dos grupos fica assim representada:

CaGII | CaGI

CbGII | CbGI

Para exemplificar a aplicação do modelo de macroanálise pluridimensional e relacional, tomamos dois afro-lusismos que paulatinamente vem-se integrando do português brasileiro para o Uruguai. Trata-se da variação de ocorrência <canhoto> e <caçula>, representadas nos mapas a seguir:

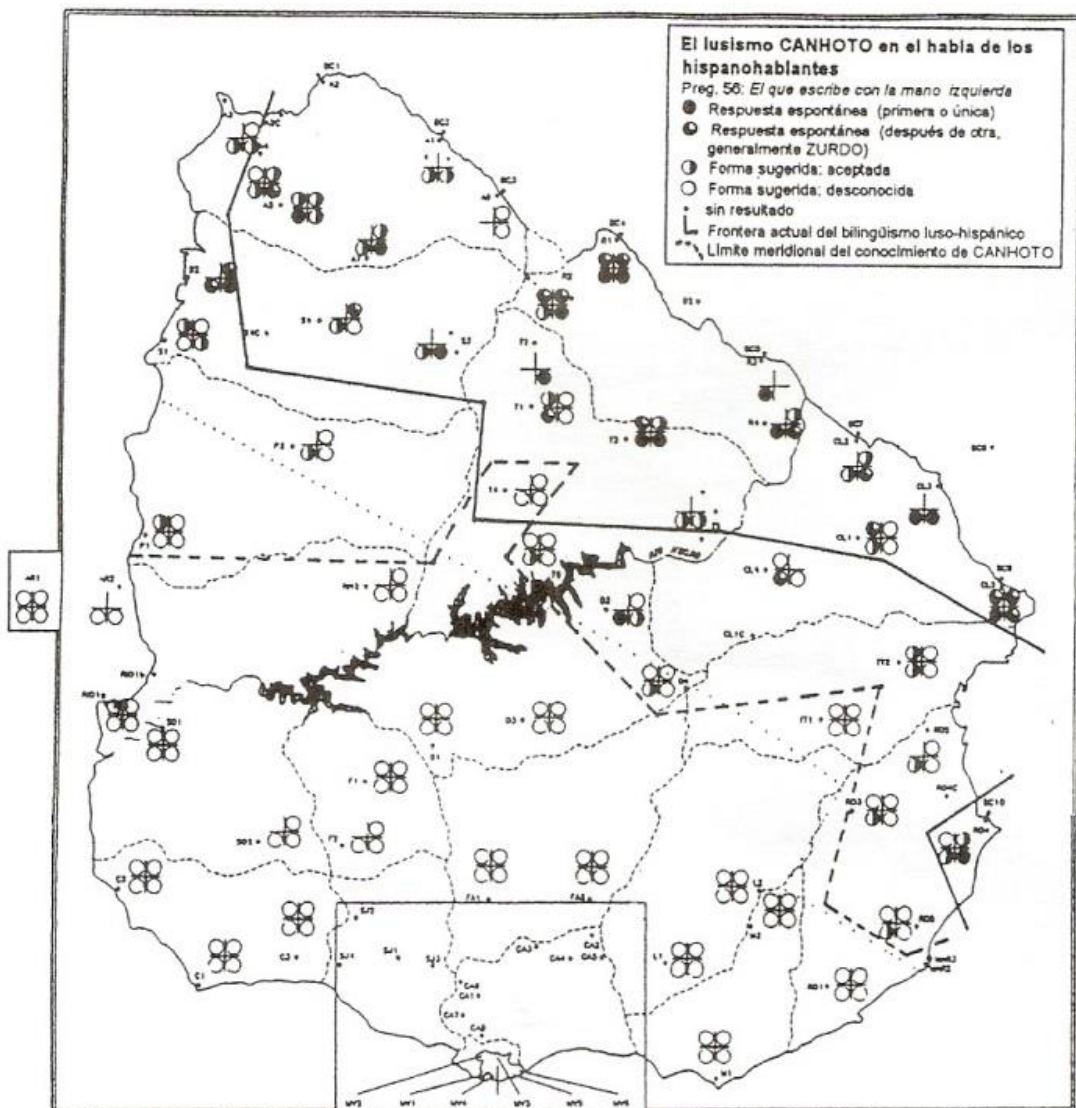


Figura 08: Mapa ADDU. Fonte: THUN (2000).

No mapa da ocorrência do lusismo CANHOTO no Uruguai, observa-se uma maior frequência de uso próxima à fronteira, mas não restrita a ela, porém acentuando seu uso na fala dos jovens. Sobre isso, afirma Thun (1998, p. 713):

Metodológicamente, el caso de CANHOTO ejemplifica el movimiento del vaivén entre la arealidad y los parámetros verticales o no areales que, a su vez, arealizamos para llegar, conforme el principio del análisis en profundidad, hasta las estructuras variacionales menos manifiestas. Pasamos, concretamente, del área total a sus zonas y de éstas a las subzonas (meso y microzonas).

A análise dos dados mostra, no caso exemplificado, seu conhecimento inclusive na capital, apesar de se distinguir do sinônimo em espanhol, *zurdo*.

O segundo exemplo, a ocorrência de CAÇULA, pode ser analisado no mapa abaixo:

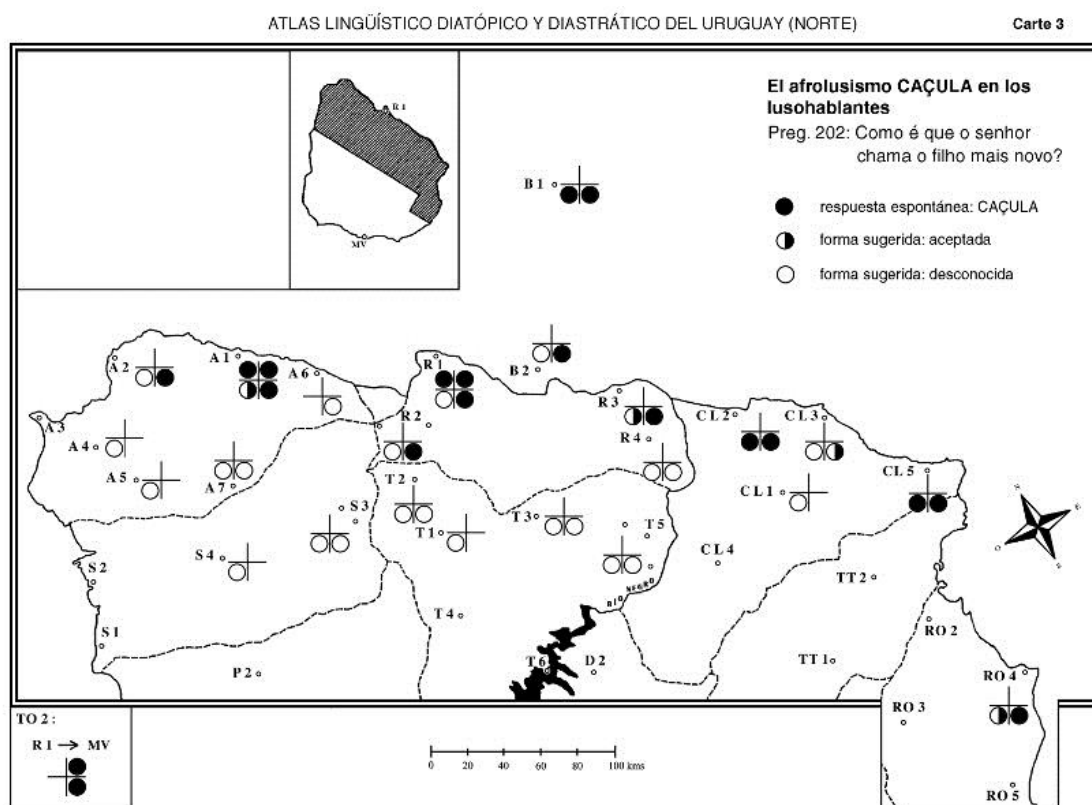
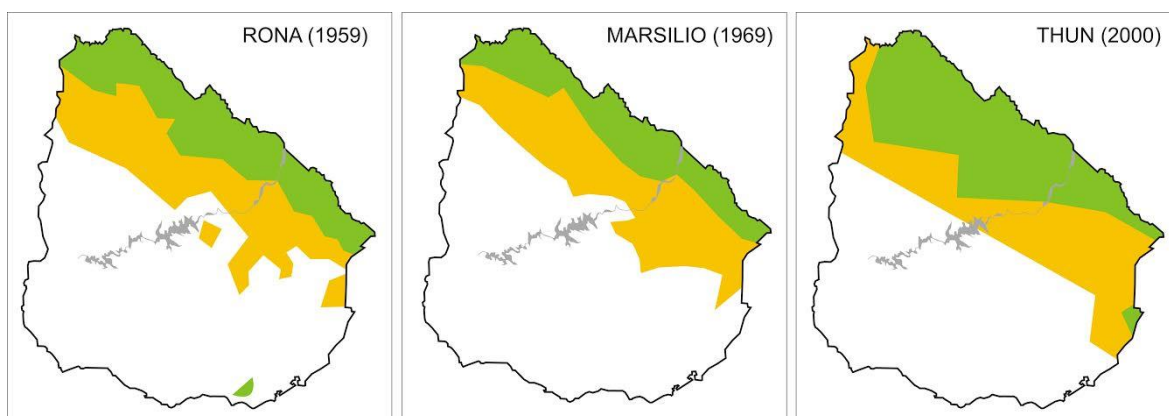


Figura 09: Mapa ADDU. THUN (2000).

Observa-se, no mapa da fig. 09, um avanço da variante inovadora proveniente do Brasil, na faixa mais próxima da fronteira. Sua maior ocorrência entre os jovens, especialmente do grupo CbGI, confirma essa mudança no sentido de um aumento do uso de *caçula*.

Ao comparar os mapas elaborados em um intervalo de tempo de mais de 50 anos de

pesquisas (fig. 10), constata-se a manutenção do bilinguismo português-espanhol no norte do Uruguai, mesmo considerando as transformações sociais ocorridas nessa região, principalmente a drástica diminuição da população. Entre os mapas apresentados, o de Thun (2000) parece inclusive alargar a área de bilinguismo; a questão é que este mapeamento se deu com efetiva comprovação empírica, tendo em vista os levantamentos de dados na rede de pontos do ADDU. Tal é comprovado colocando lado a lado esses mapas, na fig. 10 a seguir. A territorialização linguística constituída pelo português nas cidades fronteiriças uruguaias configura um espaço de difusão de variantes interveniente entre “as fronteiras internas del Uruguay” (representado, no mapa, pela área de transição, em amarelo). Nesse sentido, a fronteira constitui o centro dessas inovações (áreas em verde, representando as áreas bilíngues), num processo que ocorre através da interação falante/falante e falante/meios de comunicação brasileiros.



FONTE: O autor com base nos mapas dos autores citados.

Figura 10: Representação do bilinguismo em diferentes estudos.

De acordo com Altenhofen (2014), podemos afirmar que, nas regiões onde o português se estabeleceu, houve uma territorialização horizontal, pois ocupou espaços que até então não estavam habitados. Posteriormente, o Estado uruguaio interviria, promovendo a territorialização vertical do espanhol, já que esta se deu sobre a base do português previamente e historicamente estabelecida. Desse cruzamento de forças, vertical e horizontal, resultaram o bilinguismo e os contatos linguísticos que caracterizam esse espaço de fronteira.

Vale destacar que a noção de territorialidade, definida como “o espaço de uso real e potencial de uma variedade ou variante linguística” (ALTENHOFEN, 2014, p. 73), abrange

as dimensões sociais do território, incluindo as relações econômicas, políticas e culturais que os falantes de português no Uruguai estabeleceram, de acordo com Saquet (2011, p. 46):

Além disso, a territorialidade também pode ser evidenciada como governança, numa espécie de quarta dimensão social do território, que enaltece os processos de reunião, planejamento e gestão do território pelas relações cotidianas de certo grupo social com o objetivo de elaborar projetos e programas de desenvolvimento territorial.

No que concerne especificamente à questão linguística, pode-se afirmar, deste modo, que se trata de um processo iniciado já com o assentamento e delimitação de variantes e variedades desse português em uma área de circunscrição e de domínio que tentamos delimitar através dos mapas de Rona (1959), Marsilio (1969) e Thun (2000), no norte do Uruguai.

Neste capítulo tentamos oferecer um panorama da situação do português no Uruguai a partir de sua constituição histórica. Abordamos as questões do perfil linguístico e cultural do país, com destaque ao processo de imigração que se refletiu nas esferas políticas e que na atualidade permite uma visão multicultural. Essa contextualização permitiu incluir a importância do português como motivador da variação linguística no Uruguai, a partir da presença de falantes bilíngues no seu território, conforme tem sido evidenciado por diferentes pesquisas ao longo dos últimos 50 anos.

A questão da denominação da língua será abordada no próximo capítulo, pois, como vimos, o que atualmente se chama *portugués del Uruguay* foi fruto de um processo histórico que refletiu a ideologia de diferentes épocas, em um contínuo que foi do preconceito até o reconhecimento, fato que acabou gerando implicações socioculturais percebidas até hoje.

2 PORTUGUÉS DEL URUGUAY: QUE LÍNGUA É ESSA?

Neste capítulo, fazemos uma breve análise dos principais estudos que buscaram definir o *portugués del Uruguay*, abordando não apenas a problemática de sua denominação, que inclui questões de *status*, mas também os reflexos sociopolíticos nas diferentes regiões do país.

Como já foi visto, a presença do português no Uruguai foi fruto de um processo histórico que acabaria fortemente marcado pelo contato com o espanhol a partir da própria formação do Estado e das medidas de imposição de políticas a favor de uma língua comum. Os resultados do contato linguístico têm sido descritos, em muitos estudos, a partir de análises contrastivas nos níveis fonológico, sintático e lexical. É importante destacar, com isso, que essas comunidades fronteiriças não são homogêneas, e as formas de aquisição do português não ocorrem de forma similar. O que se observa é um leque bastante amplo de situações que incluem:

- falantes de português como primeira língua (L1) que têm o espanhol como segunda língua (L2);
- falantes de espanhol como L1 que têm o português como L2;
- falantes bilíngues que adquiriram as duas línguas de forma conjunta (casos de país binacionais, fato comum em toda a região);
- falantes de espanhol que aprenderam o português tardiamente como língua estrangeira;
- falantes de espanhol que têm o português como língua de herança⁴ (não falam, mas entendem e empregam léxicos do português incorporados na região).

Essas diferenças nos processos de aquisição têm tornado difícil a classificação do que exatamente define o *portugués del Uruguay* já que apresenta diferentes configurações

⁴ Como língua de herança tomamos a definição de POTOWSKI (2005) que destaca a identidade cultural de um indivíduo como um ponto distintivo, podendo este ter ou não algum conhecimento da língua da família ou dos antepassados através da convivência doméstica.

linguísticas que podem variar entre espaços sociais urbanos ou rurais e especialmente entre os diferentes pontos geográficos da fronteira. Alguns autores, como Behares (2014), defendem as variedades mais “primitivas”, como se essas fossem menos influenciáveis pelo português do Brasil, enquanto outros, como Carvalho (2003), reconhecem a heterogeneidade dos falantes e os incluem, já que fazem parte da população bilíngue uruguaia.

O resultado do contato linguístico fronteiriço é caracterizado desde os estudos de Rona (1965) como exemplo de interlíngua, no sentido de ser um sistema em construção que está entre uma língua e outra. Essa interlíngua seria fruto do contato de uma variante com uma norma padrão. Sem dúvida, ao analisar algumas produções orais, percebe-se a influência que as línguas exercem mutuamente como mero processo de substituição, mas também originando novas variantes e novos significados. Para alguns autores, esse processo é designado como *interferência*, mas no presente estudo optamos em denominá-lo simplesmente como *influência*. De acordo com Ortega (2009, p. 34-35), a influência é um processo natural que pode ocorrer durante a aquisição de uma língua, porém isso não deve ser generalizado, pois há grupos que superam essa fase enquanto que outros podem permanecer nela, evidenciando a presença da L1 na produção em L2. Essa influência pode ser entendida como transferência também e pode ser motivada tanto pelas semelhanças quanto pelas diferenças entre a L1 e a L2. Dois exemplos são os decalques, quando palavras ou expressões da L1 são emprestadas ou adaptadas à L2, e a transliteração, quando os caracteres da escrita de uma língua é usada para manifestar palavras de uma outra (como veremos nos exemplos da paisagem linguística).

Na seguinte seção veremos como diferentes autores denominaram a língua da fronteira e como essas denominações se refletiram nas esferas sociopolíticas.

2.1 Status e denominação da língua

Quando Rona (1965) identificou a presença do português no Uruguai sua primeira ação foi a de dar nome a seu achado, tomando a denominação ouvida dos próprios falantes:

(...) los mismos habitantes de esta región llaman *dialecto fronterizo*. Consiste éste en una mezcla de portugués y español, pero que no es ni portugués ni español y resulta con frecuencia ininteligible tanto para los brasileños como para los uruguayos. Esto es, que en la cadena hablada hay trozos enteros que resultan incomprensibles para los lusohablantes e hispanoamericanos que no conocen el “fronterizo”. (RONA, 1965, p.7)

A citação do próprio autor comprova que a adoção do termo *dialeto* não reflete nenhuma concepção teórica, mas sim o que já era corrente no senso comum, nessas comunidades. Essa primeira denominação da língua, portanto, já nasce com uma carga pejorativa, mas ao mesmo tempo identitária, pois define que é uma manifestação geograficamente localizada. Calvet (2007) reconhece que essa relação da língua com uma determinada região já constitui um fato de política linguística. No caso do Uruguai, cabe enfatizar que essa denominação refletiu também todos os problemas que o limite com o Brasil sempre representou.

Segundo a definição de Coseriu (1982), os termos *língua* e *dialeto* apresentam uma diferença de *status* histórico que pode ser real ou atribuído. Nessa perspectiva, os dois conceitos dizem respeito às línguas, porém o dialeto constitui um subsistema subordinado a uma língua superior, ficando, portanto, relegado à condição de língua menor. Talvez consciente desse fato, o próprio Rona descreve, em muitas passagens de seu estudo, a língua como *fronterizo*.

A análise feita por Rona parte do estudo contrastivo do sistema fonético do espanhol uruguaio e do português rio-grandense. Desse contraste é que o pesquisador definirá o que seriam aspectos próprios da manifestação do *fronterizo*. Rona (1965) centrou-se principalmente nas questões de influência fonética, mas já alertando para questões que incluam o sistema morfológico, o léxico e a sintaxe. O autor acaba reconhecendo a dificuldade da classificação dentro das variedades que ele tratou de definir, tendo em vista a heterogeneidade dos falantes das regiões por ele identificadas, apresentadas aqui no capítulo dois.

Em 1969, surge o estudo de Marsilio que denominará a língua da fronteira como *lenguaje fronterizo*. Este autor reconhece a natureza bilíngue da maioria dos habitantes da fronteira, identificando também os “portuguesismos” presentes no léxico das falas em espanhol de muitos moradores dessa região. A análise realizada sobre as falas parte do tipo de metaplasmos feitos entre o contato português-espanhol, que o autor classifica: dissimilação (*míu* em vez de *mío*); metátese (*miraglo* em vez de *milagro*); crase (*medo* em vez de *miedo*); e elisão (*via* em vez de *voy a*). Outro tipo de análise parte das possibilidades de emprego lexical com alternância de artigos e pronomes, o que geraria exemplos como: *vou olhar el porco*, *via mirar o chanco*, *vou mirar el porco*, etc. Depois de esclarecer sobre a natureza do estudo, Marsilio menciona ter discrepâncias com o estudo anterior de Rona, principalmente quanto à

localização das variedades identificadas e com destaque à categoria de “dialeto” que este autor tinha atribuído à língua da fronteira.

Na década de 70, surgiram os estudos de Elizaincín, que em 1973 voltaria a empregar a denominação proposta por Rona: *dialecto fronterizo*. Mais tarde, em uma publicação de 1979, difundiria uma nova denominação, chamando as variedades linguísticas da fronteira como *Dialectos Portugueses en el Uruguay*. O estudo era uma resposta à campanha purista que estava sendo conduzida na época da ditadura militar e o objetivo era apresentar dados que comprovassem que essa manifestação linguística da fronteira tinha razões históricas, e que isso se refletia no desempenho escolar dos alunos residentes na fronteira. Sem criticar diretamente as medidas oficiais que estavam sendo impostas, a análise de Elizaincín finalizava com uma solicitação de incentivo à pesquisa e a realização de um projeto bilíngue específico para a educação na fronteira que incluísse:

- 1) estandarizar en todo lo posible las lenguas no oficiales, concediéndoles, a través de campañas educativas especiales, el necesario prestigio para así ganar la confianza en ellas del hablante;
- 2) quizás alfabetizar y educar en la lengua madre, introduciendo lo antes posible la lengua oficial (español, en todos los casos);
- 3) preparar, adecuadamente, el personal docente que actuaría en el Plan; y
- 4) distribuir entre el personal docente de las zonas bilingües, material científico accesible, divulgando investigaciones nacionales y extranjeras sobre cada uno de los problemas en juego. (ELIZAINCÍN, 1979, p. 24)

O texto é uma clara defesa ao bilinguismo numa tentativa de reduzir a pressão social sofrida pelos *usuários do dialeto*, principalmente por parte dos jornais da capital. O autor esclarece que o uso da terminologia foi uma forma de denominar a variante do português localizada no Uruguai, numa tentativa de esquecer o nome anterior *fronterizo*.

Na década de 1980, Behares e Elizaincín (1981) reformulariam a denominação anterior alternando a conexão entre a palavra *dialetos* e o lugar onde ocorriam. Em vez de *en el* passou-se a usar *del*. Surgia assim o nome *Dialetos Portugueses del Uruguay*, que passaria a ser mais conhecido pelas siglas *DPU*. A amplitude sobre os estudos linguísticos realizados na fronteira uruguaia a partir desse período colaborou na difusão dessa denominação, sendo adotado inclusive no sistema educativo que passou a ser melhor instruído no trabalho pedagógico junto a crianças e adolescentes bilíngues.

Sobre os estudos realizados durante esse período, Behares (2014, p. 147) afirma que as pesquisas recaíam nos grupos escolares, pois era nesse contexto que se verificava o encontro

entre estudantes monolíngues de DPU (procedentes de classes mais baixas) e os estudantes monolíngues de espanhol (geralmente de classe média). Esse contato geraria o bilinguismo, incentivado por necessidades de comunicação dos dois grupos, fato que teria colaborado para a melhora do prestígio da língua da fronteira.

O abandono do termo *dialeto*, devido a sua conotação pejorativa e como estratégia para reconhecer o português como língua histórica do Uruguai, aconteceria pouco antes da virada do milênio com a publicação da tese de Carvalho (1998). Assim, entre as variedades de falantes bilíngues que se encontram na região fronteiriça, se destacaria um grupo que tem o português como língua de herança, diferenciando-se de outros grupos nos quais a aquisição acontece pelo contato linguístico. A denominação passou a ser *portugués del Uruguay*, passando a ser empregada nos estudos posteriores, inclusive sendo adotada pelos documentos oficiais produzidos na primeira década do século XXI.

Em 2007 um estudo realizado por Brovetto et al apresentou as experiências realizadas no âmbito da educação bilíngue na fronteira. O estudo pesquisou a influência do português uruguaio nos textos em espanhol produzidos por crianças na etapa escolar. A identificação de alterações nos níveis lexicais e morfossintáticos aconteceu de forma mais evidente entre os grupos que não tiveram acesso a uma educação bilíngue.

Os exemplos apresentados no estudo demonstraram que as dificuldades encontradas pelos estudantes coincidiam com as mesmas detectadas entre aprendizes falantes de português que aprendem espanhol como L2: uso de palavras heterossemânticas (*escoba de dientes* no lugar de *cepillo de dientes*); troca de preposições (*voy de bicicleta* no lugar de *voy en bicicleta*); alterações verbais (*dice que falo contigo* no lugar de *dijo que habló contigo*); emprego pronominal (*Ella compró para él* no lugar de *Le compró*). Outro caso comum é a adoção de alguma palavra ou estrutura cuja equivalência na outra língua não segue a mesma estrutura, como no caso *Me gusta la carne* (Eu gosto de carne), que pode gerar *Yo gusto de carne*.

Os exemplos vistos anteriormente demonstram um fato que é percebido pelos próprios falantes da fronteira é que deriva nas diferentes denominações que as comunidades adotam para a sua fala. Entre as mais comuns estão *portunhol*, *misturado*, *mezclado* e *entrevero*, todas elas comprovando a presença do contato e também com a carga de que não é a forma certa, e que, portanto, são manifestações erradas e incultas. Esse aspecto é verificado nas falas dos

falantes de melhor situação socioeconômica quando afirmam que *não misturam como os outros*. Aqueles que acreditam terem uma melhor competência linguística, denominam sua língua como *brasileiro*, principalmente por atribuírem ao Brasil o fato de terem esse conhecimento.

Ao definir a fala como *brasileiro*, percebe-se a etnicidade como um fator relevante. Exemplo disso seria a identidade linguística, que não se explica apenas como instrumento de comunicação. Assim, as línguas transmitem conotações sociais, fato verificado nas cidades fronteiriças uruguaias, onde a forma de falar tornou-se parte de uma identidade bilíngue. Entre as denominações produzidas nos estudos acadêmicos, nenhuma teve reconhecimento entre as comunidades de fala, deixando em evidência que o *in vitro* ainda não dialoga com o *in vivo*.

Na próxima seção veremos como se dá a presença do português no território uruguaio e como as ações políticas têm contribuído para melhorar o status da língua no país.

2.2 Área de presença do português *en el* Uruguai

A etimologia de muitos léxicos considerados *uruguayismos*⁵ são de origem portuguesa. Essa presença é explicada pelo contato que a língua estabeleceu com o espanhol antes mesmo da definição das fronteiras, como já foi visto. Isso explica o emprego estendido em todo o país de palavras como *vichar* (derivada do verbo *vigiar*), *hallar* (verbo espanhol, mas que no Uruguai muitos usam no sentido do verbo *achar* do português, *relacionamiento* (do português *relacionamento*, que em espanhol é *relación*).

Essa constatação faz com que a localização do português no território uruguaio seja difícil de ser determinada, pois como vimos no primeiro capítulo, a partir da fronteira ocorre a difusão das inovações linguísticas originárias do português, chegando inclusive à capital. Para diferenciar as influências do português encontrado no Uruguai, alguns autores tem determinado quem seria o “autêntico” falante:

Existe una variedad preponderantemente ágrafa, aunque paulatinamente iniciándose en un proceso de escritura, que es lengua materna de un conjunto considerable de la población fronteriza. Esta variedad de portugués, transmitida en las familias desde el siglo XVII, convive con el español que se ha venido enseñando en las escuelas

⁵ Meo-Zilio (1993: XVII) define que um *uruguayismo* é identificado a partir da comparação de duas variantes, uma do espanhol uruguaio e outra do espanhol peninsular. Quando a primeira não coincide com a segunda, tem-se um caso de *americanismo*, no caso, um *uruguayismo*, como característica diferenciadora do espanhol falado no Uruguai.

desde 1877 en situación clásicamente llamada de “bilingüismo con diglosia”. (BEHARES, 2014, p. 135)

Desta forma, o falante do *portugués del Uruguay* seria aquele que tivesse vínculos históricos com a colonização, pouco letrado e residente no meio rural (figura 11). Outro tipo habitaria as grandes cidades e estaria mais sujeito às incorporações do português brasileiro. Para o autor citado, os demais casos não seriam categorizados como *portugués del Uruguay*, pois integrariam diferentes grupos de bilíngues fruto do contato fronteiriço.

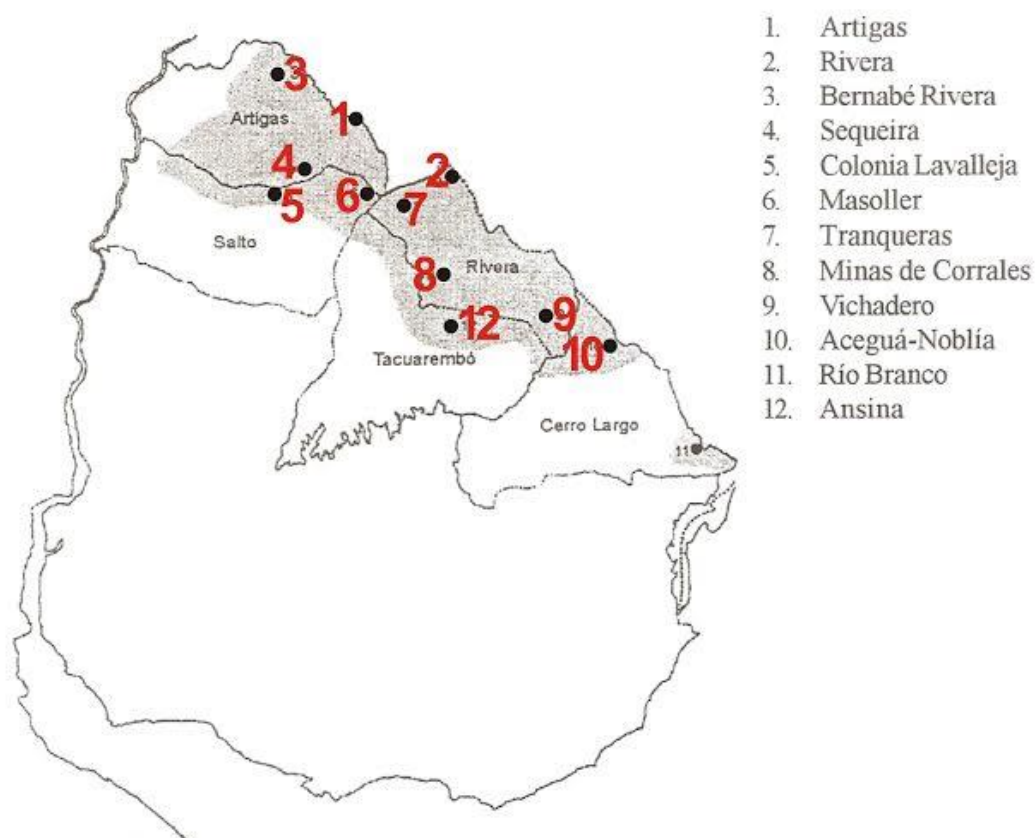


Figura 11: Mapa de Behares do *portugués del Uruguay*. Fonte: BEHARES (2007, p. 165)

Seguindo esse critério, Behares indica 12 pontos nos quais é encontrada essa ocorrência: Artigas, Rivera, Bernabé Rivera, Sequeira, Colonia Lavalleja, Masoller, Tranqueras, Minas de Corrales, Vichadero, Aceguá-Noblía, Río Branco e Ansina.

Dependendo do pesquisador, a definição de pontos específicos pode variar, mas a região continua sendo a mesma, confirmando o que foi mencionado no primeiro capítulo. Destacamos aqui que a pequena distância entre as cidades e a necessidade de garantir o acesso a produtos e serviços básicos obriga que as pessoas transitem, fato que amplia as

possibilidades de uso da língua além do lugar onde residem. Em vista disso, concordamos com a seguinte afirmação:

Qualquer que seja o eixo, diatópico/geográfico, diastrático/social, ou de outra ordem, a variação é contínua e, em nenhuma hipótese, é possível demarcarem-se nitidamente as fronteiras em que ela ocorre. É preferível falar em tendências a empregos de formas alternantes motivadas simultaneamente por condicionamentos diversos (MOLLICA, 2007, p. 13).

Outro aspecto já mencionado refere-se à influência que a programação de televisão brasileira exerce em toda a região fronteira, isso sem que seja necessário nenhum equipamento especial, pois o sinal aberto chega a grande parte do país. A influência da mídia sobre a língua tem despertado diferentes sentimentos e isso se reflete nos mais diferentes aspectos sociopolíticos, como veremos na seguinte seção.

2.3 Olhar sociopolítico sobre a língua

A situação sociopolítica da língua portuguesa no Uruguai mudou radicalmente nas últimas décadas. Se antes era vista como uma língua invasora sem utilidade, nos últimos anos ganhou importância como língua estrangeira, como pode ser comprovado através do grande número de escolas de língua que surgiram para atender essa demanda.

Sobre a questão do prestígio do português, alguns fatos podem dar indícios da mudança do status da língua. O primeiro refere-se ao Programa Mais Médicos do Governo Brasileiro que acabou afetando as cidades fronteiriças uruguaias. O número de profissionais que, por serem falantes de português, puderam ser contratados para atuar em postos de saúde brasileiros foi muito elevado. A carência de profissionais foi sentida nas grandes cidades de fronteira, fato notificado nos jornais uruguaios:

Médicos se van a Brasil a ganar el doble y la frontera uruguaya queda sin atención. Solo en esta semana se presentaron 15 médicos de la frontera a pedir el título para emigrar. MSP teme que plan de Brasil “agudice carencias del interior” uruguayo. (EL OBSERVADOR, 30 agosto de 2013)

A possibilidade de obter melhores trabalhos e uma melhor remuneração por dominar a língua portuguesa são fatos também percebidos nos anúncios de empregos. A demanda de mão de obra com essa qualificação motiva a ida de jovens da fronteira para trabalharem em Montevideú. Situações como essas foram narradas por vários informantes entrevistados que

destacaram a vantagem que tinham no mercado de trabalho por serem bilíngües espanhol-português.

Nas ruas de Montevideu é possível ver constantemente cartazes que prometem a aprendizagem rápida do português, algo que até pouco tempo era comum apenas em relação ao inglês. Abaixo ilustramos esse fato com uma fotografia tirada durante o trabalho de campo:



Figura 12: Cartaz de curso de português para uruguaios. Fonte: registro do autor.

O fato político que pode ser indicado como o principal motivador da mudança em relação ao português é sem dúvida o processo de integração iniciado nos anos 90, após a assinatura do Tratado de Assunção, que daria início ao Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Apesar dos objetivos basicamente econômicos, o acordo acabou incluindo aspectos culturais e a língua também ganhou destaque. As políticas linguísticas surgidas a partir do MERCOSUL determinavam o interesse em promover o espanhol e o português como forma de aproximar os países. A ideia de construir uma identidade regional tomaria a fronteira uruguaia como exemplo, fato que é percebido como uma contradição por parte do Estado uruguaio:

Los cambios políticos y económicos de la región sitúan a Uruguay frente a una situación paradójica: la integración regional (en lugar de la diferenciación regional) y la implantación del portugués (en lugar de su represión). Para lograr la uniformidad

lingüística, el Estado uruguayo ha luchado más o menos explícitamente durante décadas contra el portugués; ahora, se espera que fomente su uso y aprendizaje. Los fundamentos esgrimidos para la inclusión del portugués en estos programas educativos aluden básicamente al contexto del Mercosur y no al hecho histórico, sociolingüístico y cultural de que el portugués es la segunda lengua hablada en el Uruguay y la lengua materna de una buena parte de su población. (BARRIOS, 2007)

As mudanças ocorridas nos últimos anos, motivadas principalmente pela nova conjuntura econômica, podem ser identificadas como as principais alavancas da etapa de reconhecimento das línguas no Uruguai. Não apenas o português, mas também a diversidade encontrada no país. Do ponto de vista político se destaca o movimento de integração latino-americano, no qual o Brasil vem se destacando como grande líder regional. Essa nova realidade tem reflexos diretos na fronteira, pois de acordo com Mazzei (2012, p. 65) a fertilidade das relações rumo à construção de uma identidade coletiva pode variar de acordo com as políticas públicas e privadas, ocasionando reflexos nas representações sociais e nos diferentes gêneros de expressão.

A configuração política do Uruguai nos últimos tempos tem se caracterizado por governos democráticos de tendências progressistas, o que colaborou na aprovação de medidas que defendem os direitos sociais e a valorização das relações regionais. Ao mesmo tempo houve um redirecionamento dos interesses empresariais, mudando o foco que antes estava na Argentina agora para o Brasil, como evidenciado no discurso do presidente José Mujica em 2012 para um grupo de empresários e investidores estrangeiros:

Al destacar la importancia del gran vecino, el presidente lamentó que "hemos estado divorciados con la América que habla portugués. *Es hora de hablar el portugués despacio y el español despacio*. A partir de allí nos entendemos". Mujica instó en ese sentido a los empresarios a "no entrar en nacionalismos pequeños de cotorro, que nos estropean el verdadero nacionalismo, que es la construcción de lo que son las posibilidades de esta América". (ÚLTIMAS NOTICIAS, 02/05/2012 – Grifo nosso)

A citação do presidente uruguaio teve grande repercussão nos meios de comunicação uruguaio, principalmente por contrariar a longa tradição política de defender a soberania com discursos nacionalistas. Porém, entre as barreiras internas que a integração enfrenta, uma é fundamental para as questões linguísticas: a educação. Isso porque o sistema educativo uruguaio ainda é constituído por uma base rígida, pouco aberta a inovações. O sistema político unitário, com a concentração dos poderes de decisão em Montevidéu, dificulta que as instituições fronteiriças tenham autonomia. Ações como intercâmbios estudantis, por exemplo, não são permitidas nas etapas primárias e secundárias da educação básica:

No obstante, a un nivel más general la vinculación entre los centros educativos de enseñanza primaria y media de Río Branco y Yaguarón, es mediada, por la previa autorización de organismos centrales uruguayos que en su interés de prevenir los riesgos de esos intercambios hacen burocráticamente impracticables su realización, lo que en definitiva no contribuye a la consolidación de las bases culturales de los estudiantes para una real integración regional. (MAZZEI, 2012, p. 64)

Junto às barreiras colocadas institucionalmente, encontra-se também a dificuldade de contratação de docentes capacitados para a implantação de escolas bilíngues, já que muitos docentes não residem nas cidades onde trabalham e falam apenas espanhol. Isso se verifica nas cidades pequenas, como Río Branco onde a maioria dos professores reside na cidade de Melo. As cidades mais privilegiadas são Rivera e Artigas por serem as principais dos seus departamentos, o que explica que nelas aconteçam as principais experiências de educação bilíngue, mas com poucas chances de replicá-las a outros contextos.

A constatação de que os índices de IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) nos departamentos uruguaios que ficam na fronteira com o Brasil são mais baixos do que no resto do país, tem motivado ações políticas específicas para essa região, principalmente ao reconhecer que uma das razões se centra no mau relacionamento do Estado com a realidade bilíngue. Os levantamentos feitos pelo PNUD – Plano das Nações Unidas para o Desenvolvimento, indicam que os piores índices estão na fronteira, de acordo com o relatório apresentado em março de 2014:

El documento señala que entre 2008 y 2012 aumentó el ingreso promedio de las personas y disminuyó la pobreza (medida por ingresos) a nivel nacional y que disminuyó – en menor proporción- la informalidad (indicador de trabajo precario). En todos los casos, los departamentos del norte y noreste (en especial Artigas, Rivera y Cerro Largo) mantienen con los peores indicadores.

En 2012, en Artigas el ingreso fue un 30% menor que el promedio, Rivera tuvo la tasa de pobreza más alta con un 18.1% y Cerro Largo el mayor porcentaje de informalidad al alcanzar el 45.1%. Por el contrario, los departamentos del sur son los que tienen mejores resultados. (PNUD, 2014)

Esses dados justificam os investimentos dedicados à região, inclusive com esforços conjuntos com o Brasil, pois as cidades brasileiras de fronteira também apresentam baixos índices de desenvolvimento. Como consequência é possível destacar a presença de escolas técnicas (lado uruaio) e institutos federais (lado brasileiro) com a tarefa de qualificar a mão de obra. Essas instituições permitem a matrícula de estudantes dos dois países, o que pode ser visto como um elemento a mais de incentivo à aprendizagem de línguas.

O objetivo do próximo capítulo será apresentar o embasamento teórico empregado na tese, recuperando alguns conceitos já abordados e incluindo outros que serviram de guia para a elaboração do trabalho.

3 FERRAMENTAS TEÓRICAS PARA A ANÁLISE DA FRONTEIRA LINGUÍSTICA

Quando falamos de fronteira, é frequente a associação com a ideia de limite, uma linha que separa o que deveria ser diferente. As constituições dos estados, com o firme propósito de defesa da soberania, colaboram a difundir ideias que muitas vezes não condizem com a realidade das pessoas que vivem nessas regiões. Principalmente no caso da fronteira do Brasil com o Uruguai que não apresenta acidentes geográficos significativos que permitam diferenciar um lado e o outro.

Entende-se por limite a linha imaginária que define o contorno territorial de um Estado e, por consequência, o alcance de sua jurisdição. Quando essa linha coincide com acidentes geográficos, como rios e montanhas, costuma-se chamá-la de “limite natural”. A rigor, contudo, todo limite é convencional, visto que, seja quando negociado bilateralmente, seja quando imposto unilateralmente, deverá sempre, ao fim e ao cabo, ser reconhecido pela sociedade internacional. Dado que o território é um dos elementos constitutivos do Estado e condição *sine qua non* de sua existência, a defesa do perímetro dentro do qual a soberania é exercida tange à segurança nacional. (PUCCI, 2010, p. 23)

Tendo em vista as diversas relações que foram construídas ao longo do tempo, para este estudo optamos por um conceito amplo de fronteira. Um conceito que dialogue com nosso objetivo de conhecer as percepções dos falantes bilíngues uruguaios, que inclua aspectos objetivos e subjetivos de suas manifestações linguísticas.

Longe de ser um espaço estático, a fronteira é um produto do sistema social que é caracterizado pelo dinamismo e pela identidade plural de seus habitantes. Por tanto, tomamos a definição de Contini (2006) para quem as fronteiras linguísticas e culturais são espaços de transição. O autor classifica as fronteiras de duas formas: as objetivas, aquelas definidas pelos linguistas e representadas nos mapas; e as subjetivas, que dependem da percepção dialetal dos falantes e que não coincidem com as objetivas. Essa afirmação coincide com o que é possível observar na análise dos mapas linguísticos já apresentados. Neles percebe-se a dificuldade de traçar limites dos domínios dialetais, mas, ao mesmo tempo, observam-se gradientes mostrando transições de um espaço a outro. Nesse sentido, concordamos com Gorter et al (2006, p. 2) quando afirma que as línguas não conhecem fronteiras, pois elas não são

entidades isoladas, entendendo a existência de um contínuo que se estende por uma área geográfica.

Como mencionado anteriormente, os eventos históricos tiveram um papel decisivo na colonização da região do Prata, o que faz com que as percepções sobre os limites, tanto para as questões linguísticas como culturais, não sejam uniformes em todas as regiões. As relações sociais estabelecidas com a cidade da outra margem é que vão influenciar as trocas e a efetivação do contato linguístico. A língua encontrada na fronteira uruguaia seria fruto de uma identidade fronteiriça que passa a ser sinônimo de uma “integração de fato”, na definição de Mazzei (2013, p. 35), diferente à “integração de direito”, que é a promovida pelas ações políticas:

Las ciudades fronterizas uruguayo-brasileñas pueden definirse como sociedades cuyos grupos sociales interactúan sostenidos por una convivencia que antepone a restricciones formales su libertad de circulación en la frontera. Serían escenarios en los cuales fluyen solidaridades, asistencias, lealtades, fraternidades, cooperaciones y negociaciones de todo tipo facilitadas por el respaldo directo o indirecto de la sociedad civil organizada a través de distintas representaciones en sus espacios públicos y privados. Ese respaldo regula y reproduce el sentido local de *fronteras abiertas* afirmando la fluidez de una cultura fronteriza que valoriza más los beneficios sociales de las “cercanías” que los costos de las “lejanías” impuestas por la aplicación de la normativa jurídica a los intercambios fronterizos cotidianos. (Grifo nosso)

Essa ideia de *fronteira aberta* reflete a subjetividade dos habitantes locais e que ultrapassa a noção de limite territorial tradicional. A língua passa a ser um bem compartilhado, algo comum que mais une do que separa, algo nem sempre percebido e respeitado pelos documentos oficiais, geralmente produzidos em gabinetes distantes à realidade dessas regiões.

A fronteira uruguaia caracteriza-se na atualidade como um autêntico espaço multicultural onde convergem outras línguas além do espanhol e do português. Outros grupos linguísticos também se instalaram nas cidades que limitam com o Brasil, o que pode caracterizar o reflexo do processo de globalização na região. Aquí, tomamos a seguinte noção de multiculturalidade:

El multiculturalismo propone que la estrategia de integración entre diferentes culturas debería respetar al máximo posible las identidades de esas culturas. Es decir, respetar las diferencias idiomáticas en los procesos educativos, aceptar las prácticas religiosas mientras que no limiten la libertad de elección de los individuos, tolerar las diferencias en las costumbres familiares y hábitos de vida, permitir la expresión de sus símbolos y la conmemoración de sus fechas históricas. Y para que ello sea posible se deben diseñar políticas multiculturales que promuevan la

igualdad a través del reconocimiento y apoyo a las diferencias. (AROCENA e AGUIAR, 2007, p. 13)

O surgimento das comunidades multiculturais é fruto da dinâmica das sociedades atuais, muitas das quais compartilham os mesmos espaços geográficos. Ali convivem culturas e línguas, o que contribui para a ocorrência do contato linguístico. Foi a partir dos estudos de Weinreich (1953) que o conceito surgiu, indicando que quando duas ou mais línguas são empregadas de forma alternada pelas mesmas pessoas, é possível detectar o contato e, como consequência, tem-se o bilinguismo.

Aqui tomamos a noção de Mackey (1972, p. 554), para quem o bilinguismo não é um fenômeno de linguagem, mas sim uma característica da sua utilização. De acordo com o autor, se a linguagem é propriedade do grupo, o bilinguismo é propriedade do indivíduo. Já uma comunidade bilíngue é formada por um conjunto de indivíduos que têm razões para serem bilíngues. Essa definição parece adequada à realidade da fronteira uruguaia onde o contexto social é o que oferece a motivação para promover a manutenção de uma sociedade bilíngue, a partir dos interesses que desperta nos próprios falantes.

A convivência das línguas é um importante promotor de mudanças, pois quando ocorre a interação, também ocorre o processo de influências mútuas. Essas ocorrências, muitas vezes, passam despercebidas pelos falantes:

En muchas ocasiones, los hablantes no son conscientes – a veces ni remotamente – de que tal o cual palabra ha entrado en una de las lenguas mediante interferencia y, mucho menos, de que se trata de un término extranjero. Cuánto más parecidas sean las lenguas, menor probabilidad de identificación por parte de los hablantes. (LÓPEZ MORALES, 2002, p. 14-15)

Essa realidade é observada na fronteira do Uruguai com o Brasil, onde o contato linguístico abrange também a esfera cultural, social e comercial. Outro aspecto, decorrente do contato, e que muitas vezes pode preceder os sinais de variação, é a troca de códigos (*code-switching* no termo em inglês), quando o falante alterna estruturas de diferentes línguas num mesmo ato de fala. Essa prática, descrita por Romaine (1995, p. 227) é encontrada na região pesquisada nesta tese, muitas vezes como estratégia de comunicação que demonstra diferentes domínios linguísticos do falante, que se apropria de elementos das línguas de seu repertório para se expressar.

No contato entre o português e o espanhol na fronteira podem-se encontrar uma rica e variada presença de códigos mistos. Como afirma Muysken (2007) é importante explorar e

relacionar as propriedades desses códigos, pois certamente vão muito além dos modelos gramaticais e lexicais aos quais muitos estudos fazem referências. A originalidade do contato se reflete de várias formas podendo ser caracterizados como: empréstimos linguísticos (por exemplo, o uso do substantivo “saudades” nos atos de fala em espanhol; relexicalização (o emprego de “espeto corrido” para designar “rodízio”, por exemplo, sem que se aplique ao sentido que tem no português: *un espeto corrido de pizzas*), marcadores discursivos (como é o uso do “né” nas conversas em espanhol), entre outras formas que abordaremos mais adiante.

Na próxima seção veremos como se estabelecem as relações entre as línguas e a sociedade fronteiriça, tratando de analisar como as mudanças sociais e as políticas linguísticas têm interferido no prestígio do português no Uruguai.

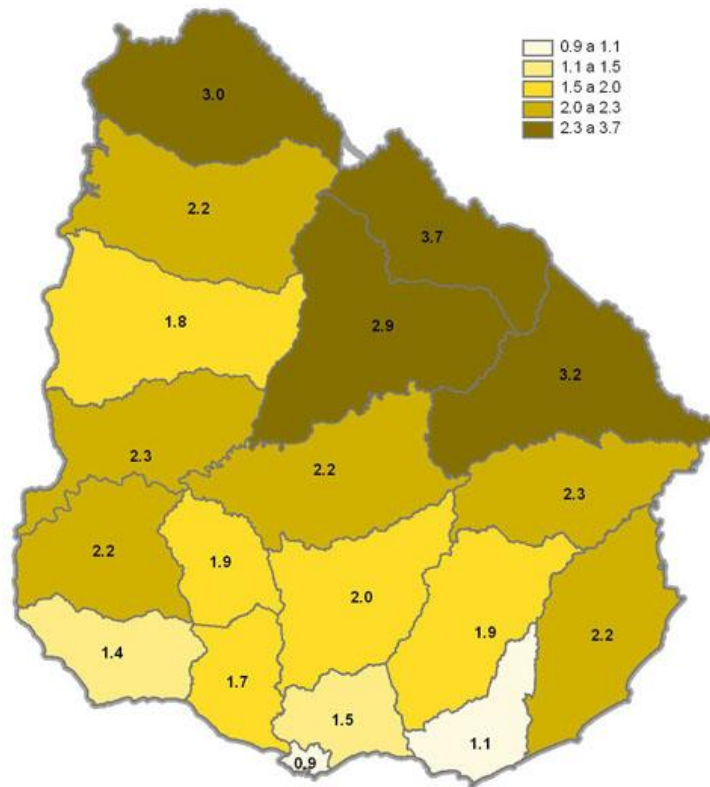
3.1 Sociologia das línguas

A determinação institucionalizada de que o espanhol é a língua oficial do Uruguai, colocou o português na posição de língua minoritária. De acordo com Altenhofen (2013, p. 94) essa designação é um contraponto ao que é majoritário (neste caso o espanhol), o que propõe o dualismo entre a língua comum e aquela colocada como exceção. Assim, o autor define a língua minoritária como uma variedade usada à margem ou ao lado da língua dominante. Trata-se de um *status* político que por si só coloca o português na fronteira uruguaia numa posição inferiorizada.

Mas o que levou a essa situação? Como vimos, há uma construção histórica que favorece ver o português numa situação minorizada, já que é a língua do vizinho que ameaça a soberania. Mas também há uma realidade social que se mostra diferente àquela encontrada na região onde o grupo dominante predomina.

O Censo Nacional de 2011 mostrou três dados associados à fronteira com o Brasil: a maior proporção de analfabetos entre os maiores de 15 anos; a porcentagem maior de pessoas nascidas no exterior (aqui se entende que sejam brasileiros); e a maior porcentagem de população que se definiu de raça negra. Os dados podem ser observados nos mapas divulgados pelo Censo (INE, 2011):

Porcentaje de población de 15 años y más que no sabe leer y escribir según Departamento



Fuente: INE- Censos 2011

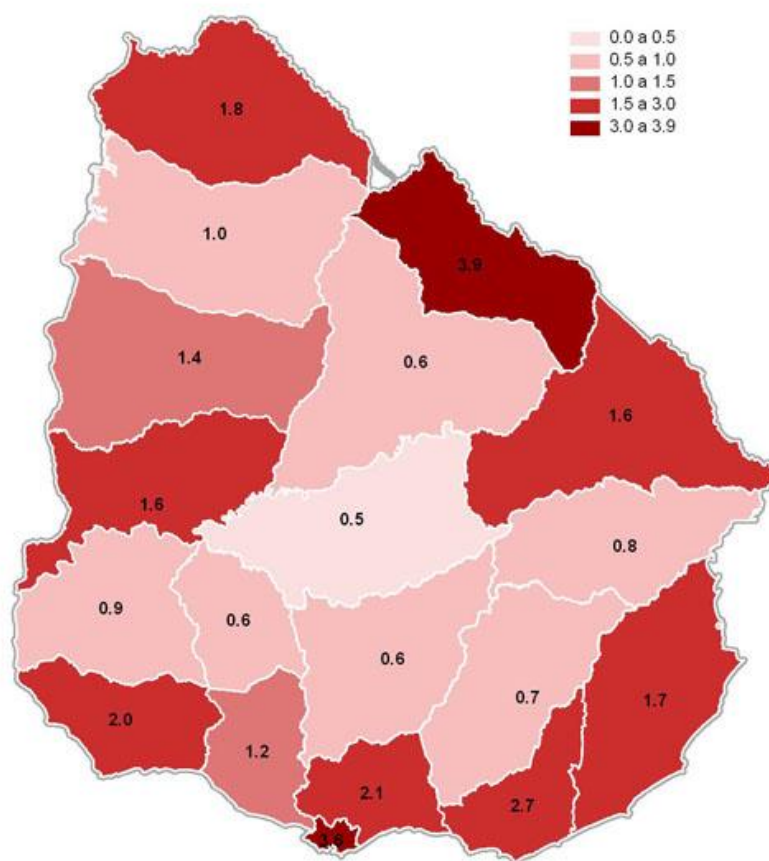
Figura 13: Mapa do analfabetismo no Uruguai. Fonte: INE (2011).

Considerando que mais da metade da população reside na capital, Montevidéu, onde o índice de analfabetismo é de menos de 1%, os índices apresentados em Artigas (3,0), Rivera (3,7) e Cerro Largo (3,2) são alarmantes para um país que durante muito tempo era reconhecido por ter erradicado esse problema. Essa condição ajuda na perpetuação do mito de ver o bilinguismo como algo negativo, que prejudica a aprendizagem, colocando a presença do português como a principal razão dessa situação.

No mapa seguinte o que podemos observar é a proporção de habitantes nascidos no exterior (figura 14). Aqui o que se percebe é uma situação de equilíbrio nas margens do país, com destaque na capital (3,6) e na região leste (2,7), onde fica o principal polo turístico. Mas o maior número situa-se no departamento de Rivera, com 3,9. O estudo não detalha a

nacionalidade desses habitantes, mas pela localização geográfica e as vantagens concedidas aos moradores da fronteira brasileira, que podem trabalhar no lado uruguaio, mantém-se a ideia da invasão estrangeira.

Porcentaje de personas nacidas en el exterior según Departamento

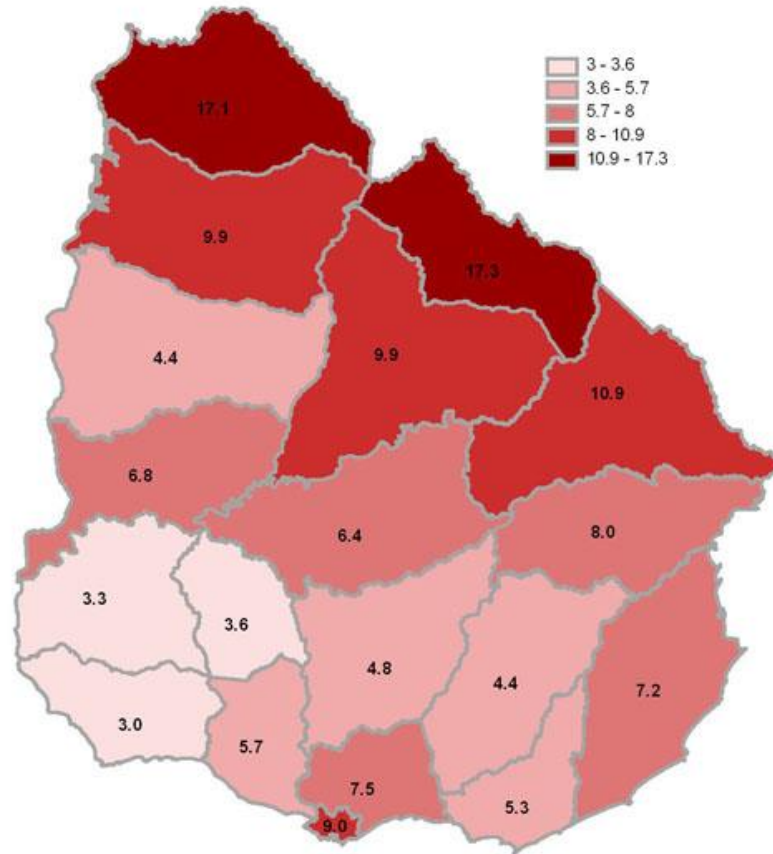


Fuente: INE- Censos 2011

Figura 14: Mapa de estrangeiros residentes no Uruguai. Fonte: INE (2011).

No Censo de 2011, 94% dos uruguaiois afirmaram acreditar que são brancos. Mas os dados seguintes também põem à prova essa verdade e, novamente, coloca a fronteira como “porta de entrada do problema”: a porcentagem da população de ascendência afro ou negra:

Porcentaje de población con ascendencia afro o negra según departamento



Fuente: INE- Censos 2011

Figura 15: Mapa da população afrodescendente do Uruguai. Fonte: INE (2011).

Essas cifras comprovam a maior concentração de negros nos departamentos fronteiriços: Artigas 17,1%, Rivera 17,3% e Cerro Largo com 10,9%. Em Montevideu a porcentagem é de 9%, mas diferem-se das populações da fronteira por questões de identidade: os da capital se autodefinem como afro-uruguayos e os da fronteira como descendentes de afro-brasileiros.

Esses aspectos têm colaborado para o desprestígio do português, estabelecendo uma situação de diglossia nas regiões bilíngues de fronteira. De acordo com Ferguson (1959, p. 325), em muitas comunidades de fala duas ou mais variedades da mesma língua são usadas sob diferentes condições. Existiriam, portanto, variedades altas e variedades baixas que, de acordo com suas funções, poderiam ser classificadas como norma de prestígio ou de

desprestígio. A teoria de Ferguson foi estendida por Fishman (1979, p. 119-133), aplicando a diglossia ao bilinguismo, em situações como as vistas no Uruguai. De acordo com esse enfoque, a diglossia que representa a situação bilíngue uruguaia, coloca o espanhol como língua de prestígio, tanto por ser a língua das instituições jurídicas nacionais e ser a língua de instrução nas esferas educativas, enquanto que o português seria a norma desprestigiada, já que não é contemplada com a oficialidade e não teria outro emprego a não ser a comunicação familiar.

O levantamento de documentos e registros históricos permite afirmar que até o século XIX o espanhol e o português gozaram de prestígio similar na atual região de fronteira, essa afirmação é defendida por Coll (2009) ao afirmar que não havia diglossia nesse momento. Isso pressupõe que o desprestígio do português está diretamente relacionado à intervenção política sobre a língua por parte do Estado. As medidas que objetivavam a construção da unidade nacional, levadas a cabo a partir de 1880, criaram a assimetria entre as línguas, principalmente nas medidas que se refletiram na educação.

A representação assimétrica da diglossia na fronteira uruguaia é uma constante nos estudos linguísticos realizados ao longo dos anos, estando presente nos documentos atuais que compõem as políticas linguísticas para a educação pública. Na proposta de reestruturação dos componentes curriculares do domínio linguístico em situações sociais e geográficas especiais, encontra-se a seguinte definição:

Considerando el diferente estatus social del Español y el Portugués y sus ámbitos de uso diferenciados, esta sociedad ha sido caracterizada además como *diglósica*, con el Español como variedad alta y el Portugués del Uruguay como variedad baja. La diglosia es una situación de bilingüismo social en la cual una lengua (variedad lingüística) es usada para fines cotidianos, para la interacción informal en el hogar y entre amigos, y otra lengua es utilizada para fines formales, en las funciones “altas” de la vida en sociedad, como ser en la administración pública, los medios de comunicación y la educación. (...) El Portugués del Uruguay se encuentra además socialmente estratificado, con una mayor presencia en los sectores más humildes y menos urbanizados de la sociedad fronteriza. El Portugués del Uruguay es también una variedad estigmatizada, es decir, es una lengua sin prestigio y considerada incorrecta a veces hasta por sus propios hablantes. El Español, por su parte, es una lengua de las clases medias y altas urbanizadas. (ADMINISTRACIÓN NACIONAL DE EDUCACIÓN PÚBLICA, 2008, p. 66)

O texto ainda define o português do Uruguai como uma língua minoritária fronteira e de herança. Apesar de que a intenção do documento é justificar a inclusão dessa variedade linguística no ensino escolar, fica claro o olhar preconceituoso que os estudos refletem, principalmente ao distanciá-lo da norma brasileira e do próprio espanhol.

Outro fato que deve ser levado em conta é a oposição entre a variedade de língua rural e urbana. Ao analisar os dados populacionais das cidades fronteiriças uruguaias, um fenômeno que se destaca é a crescente urbanização em oposição ao esvaziamento da população rural (tabela 01). A seguir reproduzimos o quadro elaborado por Mazzei e Souza (2012, p. 31), que mostra o contraste urbano e rural nos quatro departamentos uruguaios:

Distribuição da população fronteiriça urbano – rural 2011				
	Urbano	%	Rural	%
Artigas	69.854	95,2	3.524	4,8
Rivera	95.891	92,7	7.602	7,3
Cerro Largo	78.762	93,0	5.936	7,0
Rocha	63.942	93,9	4.146	6,1
Total	308.449	93,6	21.208	6,4

Tabela 01: Distribuição da população fronteiriça. Fonte: INE

Os dados acima demonstram que o bilinguismo da fronteira não pode ser apresentado como uma característica mais evidente da população “menos urbanizada”. A denominação do português do Uruguai (rural) como uma variação do português brasileiro (urbano) pode encontrar um paralelo no estabelecimento de uma norma vulgar e outra culta, mas o fato é que essa pequena porção da população rural também convive nos centros urbanos, usando suas línguas para poder ter acesso a diferentes serviços, sejam eles de saúde, abastecimento ou mesmo de lazer.

Outro aspecto que diz respeito ao prestígio do português no Uruguai refere-se aos meios de comunicação, principalmente aos audiovisuais. As emissoras de rádio uruguaias que transmitem na fronteira veiculam anúncios publicitários em português, além de terem uma programação musical diversificada na qual alternam músicas em espanhol e em português. Já no que se refere à televisão, nas nossas saídas a campo comprovamos que a totalidade dos entrevistados afirmou assistir a programação dos canais brasileiros, principalmente as novelas da Rede Globo. Muitos afirmaram que não assistem a programação uruguaia por a considerarem ruim e menos interessante do que a brasileira.

De igual maneira, o comércio ilegal é um dos grandes fatores de integração na fronteira. As estratégias para driblar as determinações dos governos centrais, tanto do Brasil como do Uruguai, contribuíram para essa integração. Muito antes de que os discursos políticos falassem da criação de um bloco econômico regional, as sociedades fronteiriças tinham estabelecido uma dinâmica que transformou o português numa língua não apenas de

uso doméstico, mas necessária para a própria sobrevivência, como afirmou um informante, entrevistado em Ríó Branco: *Aqui na fronteira saber falar português é questão de sobrevivência!*

Mesmo com a implementação dos *free shops* nas cidades uruguaias, o que marcou o ingresso significativo de turistas brasileiros e uma mudança radical na economia local, ainda é expressivo o volume de produtos brasileiros que entram e são distribuídos no Uruguai de forma clandestina. Os chamados *bagayeros* são os que diariamente distribuem as mercadorias brasileiras num típico comércio formiga, que vai para todo o país através de encomendas levadas pelas empresas de ônibus.

Nas fotografias a seguir, feitas em fevereiro de 2014 (figura 16), vemos o momento em que um homem se aproxima ao bagageiro (de onde vem o adjetivo *bagayero*) do ônibus, enquanto era feito o embarque de passageiros, e coloca as caixas com produtos brasileiros. Esse registro feito no Chuy pode ser visto diariamente em todas as cidades fronteiriças uruguaias, numa atividade que tem perdurado ao longo dos anos.



Figura 16: Registro feito pelo autor do chamado “bagayero”.

Essa dinâmica é definida por Mazzei (2010) como a mercantilização das relações sociais, tornando os moradores dessas regiões em hábeis comerciantes que lidam diariamente com as oscilações do câmbio e que precisam das línguas para suas interações, algo que se manifesta na paisagem linguística da fronteira.

Na próxima seção veremos o papel da paisagem linguística na representação visual das línguas e como ela se apresenta no contexto urbano.

3.2 Paisagem linguística da fronteira

A atividade comercial, como a própria história registra, significou um dos principais segmentos econômicos das cidades localizadas junto ao Brasil. Esse comércio durante muitos anos foi caracterizado por pequenas empresas familiares de manufatura essencialmente artesanal. Como o principal objetivo era atrair o morador do outro lado da fronteira, explorando as vantagens cambiais, a presença do português na publicidade local foi e é uma constante.

A campanha purista levada a cabo pelo governo militar a partir de 1979, investiu fortemente a favor do que considerava *el buen uso del idioma*. Como afirmam Barrios e Pugliese (2006), esse esforço tinha como objetivo frear a penetração do português através dos meios de comunicação e a publicidade brasileira na fronteira. Uma carta publicada no jornal *El País*, citada pelas autoras, afirmava:

Quiere decir que a cambio de dineros por pago de publicidad [en portugués] se realiza el atropello contra el idioma y las buenas costumbres. Habría que poner coto a eso simplemente prohibiendo la difusión de propaganda escrita en un idioma no nacional. (“El País”, carta de un lector, 27/11/78).

Apesar das mudanças promovidas a partir dos anos 90 com a assinatura do Tratado de Assunção e a posterior formação do MERCOSUL, ainda hoje é possível ver reflexos da campanha purista antes mencionada. Exemplo disso foi a notícia publicada no jornal *El País*, destacando a preocupação de um vereador de Rivera com o excesso de palavras em português nas fachadas dos comércios da cidade:

La aparición de cartelería en portugués, en comercios ubicados en pleno centro de la ciudad, molestó al edil socialista Fabián Fontoura. Dicho legislador pretende que se vote una ordenanza, obligando a los comerciantes a utilizar únicamente el español. (FERNÁNDEZ, 2014, p. B6)

A própria reportagem acaba defendendo o direito ao uso do português, lembrando que a proibição foi recorrente durante o período da ditadura militar. Cita, ainda, que o artigo 6 da lei 17.250 afirma que a informação pode ser em espanhol, podendo também ser em outros idiomas. Na área comercial de Rivera convivem anúncios em fachadas em espanhol e português (figura 17), fato que gera polêmicas e controvérsias como a divulgada pelo jornal. No trabalho de campo realizado foram feitos registros dessa realidade:



Figura 17: registros feitos pelo autor das fachadas do comércio.

Na cidade de Artigas o emprego do português na área urbana localiza-se junto aos poucos *free shops* que existem e no limite territorial onde se localizam os postos de fiscalização. Essa forma escrita do português ganha as características locais, com grande presença das marcas da oralidade e do contato linguístico que marca a região. Um desses exemplos foi coletado no posto da aduana uruguaio (figura 18), onde as informações para o visitante estrangeiro são apresentadas em espanhol, português e inglês:

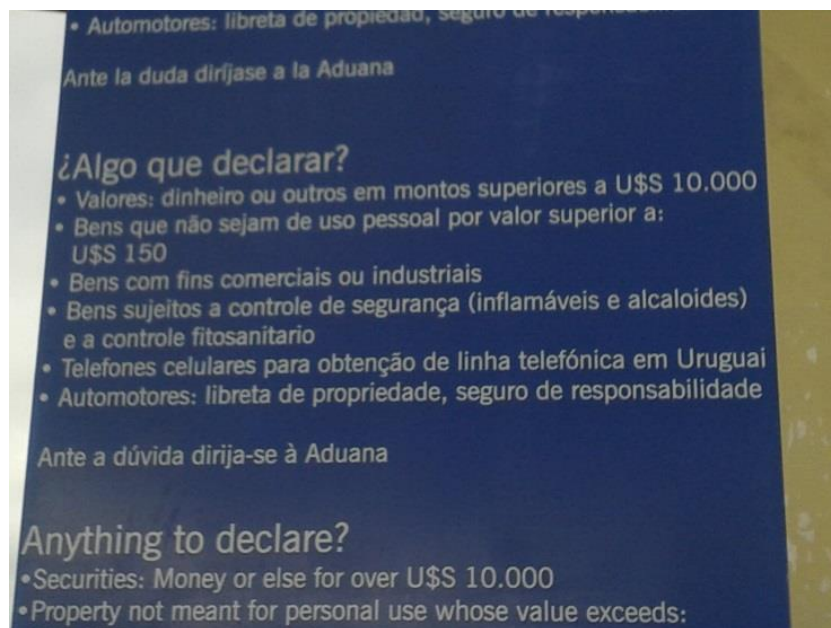


Figura 18: placa informativa na alfândega uruguaia. Registro do autor.

Chama a atenção algumas características do espanhol que surgem no texto em português: o ponto de interrogação no início da frase (¿), a palavra “monto” no lugar de “quantia”, não uso do acento circunflexo na palavra “telefônica” e emprego da palavra “libreta” no sentido de “documento” ou “carteira”.

Os fatos até aqui apresentados destacam a importância que a paisagem linguística tem num contexto como esse, permitindo que as línguas possam interferir no espaço de circulação, garantindo assim sua expressão escrita.

Como afirmam Shohamy e Gorter (2009), a paisagem linguística é um importante indicador, capaz de fornecer informações relevantes sobre as sociedades, a vitalidade das relações entre diferentes grupos, principalmente em regiões com diferentes demandas linguísticas. Para os autores, a paisagem linguística representa a linguagem no ambiente, de forma não arbitrária ou aleatória, pois ela integra o sistema social e permite compreender as pessoas, suas identidades e o próprio multilinguismo.

A língua que se expõe no espaço público está intimamente relacionada com as pessoas, pois representa como elas leem, decifram e interpretam o que é escrito. A exibição pública de mensagens também tem um lado político que desperta a desconfiança daqueles que vem na língua não oficial uma ameaça, como nos casos apresentados anteriormente.

Trazendo grandes mudanças no espaço público, em 1986 o governo uruguaio instituiu um decreto do Poder Executivo que permitiu a abertura dos *free shops*, um sistema de comércio livre de impostos destinado a atrair o turismo internacional. As duas cidades autorizadas a abrir este tipo de comércio foram Rivera e Chuy. Em 2002 foram abertas lojas em Artigas e em Río Branco, e em 2007 foram incluídas as cidades de Bella Unión e Aceguá. No mês de abril de 2010 foi criada a *Cámara de Empresarios de Free Shops y Afines del Uruguay*, reunindo 70 empresas do segmento. O sucesso do fluxo turístico promovido por esse comércio pode ser entendido pelo faturamento obtido: no ano 2012 a cifra rondou os 500 milhões de dólares, de acordo com os dados divulgados pelo grêmio empresarial⁶.

As transformações comerciais promovidas pela abertura dos *free shops*, não provocaram mudanças apenas na economia local, mas também na percepção da importância de outras línguas para a comunicação. Esse tipo de comércio, ao promover produtos

⁶ Dados divulgados no jornal El Observador, em 06/01/2013. Disponível em <<http://www.elobservador.com.uy/noticia/241498/los-free/>> Consulta feita em 05/03/2014.

importados, difunde marcas dos mais variados tipos cujas instruções e recomendações de uso estão, na sua grande maioria, em inglês. Isso se reflete nas fachadas das lojas e nos próprios *displays* de divulgação. Essa nova realidade se refletiu nas entrevistas realizadas, indicando que a língua inglesa é considerada de grande importância em algumas cidades da fronteira, como veremos no capítulo com a análise dos dados.

Se por um lado os *free shops* levaram a globalização à fronteira, estendendo um modelo de loja típico dos *shopping centers*, essa realidade só se reflete nas avenidas centrais, normalmente próximas à linha de fronteira (figura 19). No interior das cidades é onde encontramos o comércio local com as manifestações linguísticas próprias. A seguir apresentamos alguns dos registros feitos:



Figura 19: Free shops da fronteira. Registro do autor.

Na imagem acima percebe-se a transformação que os *free shops* provocaram na fronteira, promovendo um multilinguismo visual similar ao que pode ser encontrado nos grandes centros urbanos.



Figura 20: menu informativo. Registro do autor.

O cardápio exposto na porta deste restaurante em Ríó Branco (figura 20) apresenta a alternância de palavras em espanhol (asado, chivitos, pastas) e em português (peixes, torradas). Um registro curioso, que deve ter passado despercebido ao dono do restaurante, é a palavra “sorvete” na porta sem a letra “v”, ficando “sorete” que no espanhol rio-platense é uma forma vulgar de referir-se às fezes.



Figura 21: fachadas do comércio. Registro do autor.

Na primeira foto, na vitrine desta loja observa-se a substituição da preposição “até” pela sua equivalente em espanhol “hasta”. Já na foto ao lado o que se tem é o emprego direto do português, no caso a expressão gaúcha “bagonal” e “lanches”, sem fazer nenhuma referência ao espanhol (figura 21).

As imagens seguintes são exemplos registrados no Chuy (figura 22), localizada no departamento de Rocha, cidade onde as pesquisas e os próprios entrevistados afirmaram não haver a mistura entre o português e o espanhol como acontece nas outras cidades de fronteira:



Figura 22: Paisagem linguística. Registros do autor.

A abundância de exemplos encontrados coloca a cidade do Chuy no mesmo nível das outras cidades uruguaias aqui estudadas. Na primeira fotografia (A) vemos a palavra “açougue” seguida do nome do estabelecimento em espanhol. Na imagem ao lado (B) temos o registro escrito marcado pela influência da oralidade em “esportação”, e logo a transcrição da palavra empregando a fonética do português, mas com as letras do espanhol: “picaña”. Logo abaixo encontramos uma parede pichada (C) com um texto em português onde se percebe o uso da gíria “galera”. Mas é na última imagem (D) que encontramos o principal registro, característico do que tem se chamado *portunhol*: é uma lápide exposta na vitrine de uma

funerária, na qual o texto em português demonstra traços do espanhol: *Te recordamos con mucho amor y cariño. Aunque voçe esteja no ceu e nos na terra. Seus Filhos, Netos e Sobrinhos.*

Logo, na coleta de informações sobre a paisagem linguística, fizemos observações nos cemitérios da fronteira. Uma característica interessante desses locais é a sua uniformidade arquitetônica, pois são iguais em todas as cidades, tendo um formato retangular onde os túmulos mais antigos se encontram nas extremidades e no centro os mais atuais. Isso facilitou ter um registro sincrônico do emprego do português. Destacamos que em todos os cemitérios foram encontradas mensagens em português ou com influências do português sobre o espanhol.

Uma constatação curiosa foi feita nas cidades de Ríó Branco e Chuy, e que de certa forma podem demonstrar tendências de uso da língua em diferentes épocas e que se relacionam com os dados coletados entre as populações locais.

No cemitério de Ríó Branco identificamos a presença do português nos túmulos mais antigos, principalmente nos jazigos de pessoas falecidas até 1960. Em datas posteriores a incidência de textos em português começa a decrescer, sendo inexistentes a partir de 1980. Essa constatação coincide com a observação de que em Ríó Branco o português é empregado mais pela população mais velha do que pela jovem. A seguir apresentamos alguns exemplos recolhidos no cemitério de Ríó Branco (figura 23):



Lápide de 1952:

Recuerdos de sus hijos, *germos e nietos.*

A influencia do português é observada na confusão entre yerno (espanhol) e genro (português) e no uso da conjunção “e”, e não “y” do espanhol.



Lápide de 1956:

Saudades de tu esposo e hija.

Aqui emprega-se o substantivo *saudades* do português.



Esta lápide de 1935 apresenta a inscrição praticamente apagada:

Recordações eternas de teus paes e irmãos.

Aqui toda a frase foi escrita em português.

Figura 23: Cemitério de Río Branco. Registros do autor.

Uma situação contrária foi verificada no Chuy, onde as pesquisas indicavam que o português exercia pouca influência. No cemitério dessa localidade observamos a inexistência de textos em português nos túmulos mais antigos, destacando-se o emprego apenas do espanhol. No entanto, nos túmulos dos falecidos a partir do ano 2000 há um elevado número de mensagens em português, alternando com mensagens em espanhol (figura 24). Essa constatação coincide com os dados observados na cidade, onde verificamos que o português é usado muito mais pela população jovem do que pelos mais velhos.

Alguns exemplos dos textos encontrados no cemitério do Chuy (figura 24):



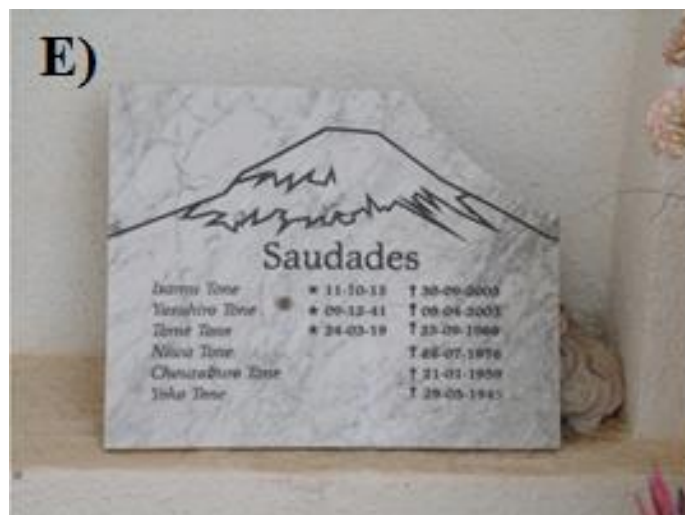


Figura 24: Cemitério do Chuy. Registros do autor.

Assim como em Ríó Branco, é possível verificar a ocorrência de *saudade(s)* junto a textos em espanhol: *Saudades* de tu esposo e hija. *Saudades*: papá, mamá y hermana. Entre as curiosidades observadas, e prova da diversidade da região, encontra-se o túmulo de descendentes de japoneses, sendo que nas lápides são encontrados textos em japonês, espanhol e português, além de textos que comprovam o contato linguístico da fronteira.

Nas cidades de Rivera e Artigas, duas capitais departamentais, encontramos uma situação mais estável. Nas áreas mais urbanizadas predomina o espanhol, exceto nas fachadas dos *free shops* onde os anúncios são em português, dirigidos aos turistas brasileiros. Em Rivera essa situação é mais notória, pois seu centro comercial é quase que totalmente voltado aos consumidores procedentes do Brasil. Porém, nas áreas localizadas fora da região central é possível verificar a alternância de códigos, como no exemplo abaixo (figura 25), em que um açougue anuncia a oferta de costela minga em português, seguida da informação “hay comida para perros”:



Figura 25: comércio de fronteira. Registro do autor.

Nos registros realizados nos cemitérios de Rivera e Artigas também houve uma estabilidade na presença de mensagens em português nos túmulos. Tanto nas lápides mais antigas quanto nas mais atuais há ocorrências do português em proporções similares, indicando que a situação não parece ter sido alterada ao longo dos anos, diferente ao que foi verificado no Chuy e em Río Branco. Entre o material coletado, destacamos os seguintes encontrados na cidade de Rivera (figura 26):



Lápide (A) de 2013 com texto em português e apelido da pessoa falecida em espanhol.



Nesta lápide mais antiga (B), de 1973 o texto está em português, mas foi mantida a sigla em espanhol Q.E.P.D. (*que en paz descanse*).



Lápide de 2011 (C) com texto em português.



Lápide mais antiga (D) que marca a presença do português com influência do espanhol na palavra “nieto” no lugar de “neto”.

Figura 26: Cemitério de Rivera. Registros do autor.

Na cidade de Artigas também foram encontrados túmulos com inscrições em português, tanto nos mais antigos quanto nos mais recentes:



Figura 27: Cemitério de Artigas. Registros do autor.

Nas lápides mais antigas (figura 27) os textos apresentam poucas alternâncias de códigos, constatação diferente às mais atuais (figura 28) que expressam parte da mensagem em português e em espanhol. Assim como em Rivera, mesmo os textos em português mantiveram a sigla Q.E.P.D., característica das mensagens fúnebres uruguaias.



Figura 28: Lápides fúnebres. Registros do autor.

Outra ocorrência comum em Artigas foram os apelidos dos falecidos em português, mesmo as mensagens estando em espanhol. Aqui são apresentados dois exemplos nos quais os apelidos são escritos de acordo com a fonética do espanhol: “Neguiño”, com “ñ” para indicar o som do “nh”, e “Bolaxa”, com o “x” para indicar o som do “ch”.



Nos cemitérios de Rivera e Artigas também foram encontrados túmulos com referências às religiões afro-brasileiras, empregando o português nas mensagens póstumas e nos nomes das entidades oriundas das crenças de matriz africanas, como no exemplo registrado ao lado (figura 29).



Figura 29: presença das crenças afro-brasileiras. Registro do autor.

A paisagem linguística demonstra que o português é usado não apenas para a comunicação com brasileiros, mas também entre uruguaios, tendo em vista que a maior parte das ocorrências foi verificada nas regiões que estão distantes do fluxo turístico atraído pelos *free shops*. Isso torna a paisagem linguística um aspecto relevante, pois é um indicativo concreto da presença do português no cotidiano dos uruguaios que moram na fronteira, além de permitir verificar o vigor da língua ao longo do tempo, como visto nas mensagens fúnebres coletadas nos cemitérios. Na próxima seção veremos quais são os contextos em que o português se manifesta na fronteira uruguaia, tentando identificar como se constitui a interação e que tipo de competência comunicativa se exige de seus falantes.

3.3 Etnografia da fala

Nesta seção apresentamos como o português intervém na cultura e na sociedade fronteiriça uruguaia por meio de conceitos que ajudam a definir a etnografia da fala. A partir dos estudos de Hymes (1974), para quem a compreensão dos sistemas culturais da língua e sua relação com a organização social são peças-chaves para a compreensão dos eventos de fala, outros autores complementaram o conceito de etnografia da fala, partindo das contribuições de diferentes teorias:

Sus contribuciones teóricas se aglutinan en torno al estudio del *discurso en situación*, es decir, se considera que la actuación lingüística es el lugar donde se emplaza la relación entre el lenguaje y el orden sociocultural.

En cuanto al *contenido* de la interacción verbal cotidiana, la etnografía del habla se interesa por la relación establecida entre el uso lingüístico y los sistemas locales de conocimiento y conducta social. Es ante todo en el discurso, según considera esta disciplina, donde tienen lugar la (re)creación y transmisión de patrones culturales del conocimiento y de la acción social. Más específicamente, la etnografía del habla estudia qué es lo que se logra por medio del habla y cómo ésta se relaciona con – y se conforma sobre – determinados aspectos de la organización social y de las asunciones, valores y creencias que los hablantes tienen acerca del mundo. (DURANTI, 1992, p. 253)

Com essa definição, identificamos diferentes espaços nos quais os eventos e os atos de fala ocorrem, estabelecendo de alguma maneira uma heterogeneidade nas relações, de acordo com o tipo de fronteira e o desenvolvimento social encontrado. Assim, a primeira análise do contexto nos proporciona os seguintes cenários:

- Chuy – a fronteira com a cidade brasileira homônima é seca, sendo que a linha divisória é feita através de uma ampla avenida dominada pelo comércio. O lado uruguaio tem-se caracterizado por um desenvolvimento superior ao brasileiro. Isso faz com que o espanhol tenha uma forte presença institucional;
- Río Branco – a fronteira é determinada pelo rio Jaguarão, sendo o contato entre o lado uruguaio e brasileiro feito por meio de uma ponte. A cidade de Jaguarão é mais desenvolvida do que a cidade uruguaia, o que faz que muitos uruguaios atravessem a ponte para ter acesso aos serviços oferecidos pela cidade vizinha. O fluxo de brasileiros para Río Branco se concentra totalmente na área comercial dos *free shops*, distante da região urbana⁷;

⁷ Originalmente a área urbana se localizava onde hoje estão os *free shops*, porém por ser uma região castigada pelas enchentes do rio Jaguarão, a população foi se transferindo para as partes altas, afastando-se da ponte que dá acesso ao Brasil.

- Rivera – assim como o Chuy, a fronteira também é demarcada por uma avenida. Aqui, no entanto, existe um maior equilíbrio quanto ao desenvolvimento, contando com fortes instituições dos dois lados. Rivera é a capital do departamento de mesmo nome, sendo a cidade mais habitada da fronteira uruguaia. As interações entre a população se caracterizam por serem as mais intensas da fronteira uruguaia, sendo o melhor exemplo do contato linguístico;
- Artigas – a fronteira é demarcada pelo rio Quaraí (ou Cuareim em espanhol) e o acesso entre as cidades é estabelecido por uma ponte. Artigas é capital do departamento e seu desenvolvimento é maior que o da vizinha Quaraí. No entanto, a cidade brasileira tem um comércio adaptado às necessidades uruguaias, fazendo com que o movimento entre as cidades seja intenso. É a única fronteira que conta com um serviço de transporte público integrado, que trafega livremente nos dois países.

Essa breve descrição do contexto geográfico-político das cidades comprova o valor simbólico que o limite internacional representa para os habitantes, que concebem o território como um espaço binacional, apesar de terem traços identitários próprios que se manifestam na fala, no comportamento e na estrutura social.

É importante destacar que o português do Uruguai é considerado uma língua ágrafa, pois, apesar de aparecer na paisagem linguística, não segue nenhuma norma, sendo sua representação escrita fruto da interpretação dos fonemas do português através dos grafemas do espanhol, o que explica o uso de palavras como *filio*, *diñero*, *fariña*, etc.

Cada região de fronteira constitui uma comunidade de fala diferente, pois cada uma compartilha comportamentos e interpretações linguísticas diferentes, apesar de terem a nacionalidade em comum. Cada região se enxerga diferente e tem suas próprias crenças acerca da sua língua. O reconhecimento de alguém como integrante do seu contexto é fundamental para que as interações sejam em português.

Na observação de alguns atos de fala, é possível perceber a alternância de códigos quando há interferência de outra pessoa, que não compartilha o mesmo conhecimento. Isso foi verificado no seguinte diálogo, realizado no período da coleta de dados para este estudo:

- A biblioteca da cidade não tem livros que contem a história daqui...
- Pra isso *busca* o *don* Francisco, ali na galeria perto do centro. É um professor aposentado... (Nesse momento passa um conhecido e a conversa é interrompida) –

¿Cómo andás che? Pasá por casa después, vamo a tomar unos mate. (Informante CaGIIMu)

Essa situação comprova uma tendência muitas vezes verificada que foi a preferência de usar o espanhol quando o interlocutor também era uruguaio, mas quando a abordagem era em português, a resposta também era e em alguns casos, dependendo do assunto, o diálogo passa à outra língua de forma natural:

– Tua tia não tá por ir pra *Montevideo*?
– Amanhã a tia va para *Montevideo* y tiene que pasá por casa pa llevarse unas *cositas*. (Informante CbGIHo)

Mesmo tendo trânsito livre pela fronteira, a noção de pertencimento ao lado uruguaio é muito forte. A afirmação de uma identidade uruguaia é marcada pelo comportamento e não pela língua, apesar de muitos afirmarem que só falam português quando vão para o lado brasileiro:

– Nós sabemos quem é daqui só pela forma como se veste. Os brasileiros usam roupas diferentes, mais coloridas. (Informante CaGIIMu)
– Nós, os uruguaio, somos pessimistas, em tudo vemos problema. Os brasileiros são mais informais, são mais alegres. (Informante CaGI Ho)

Uma questão relevante é a opinião generalizada de que, por terem nascido no Uruguai, a primeira língua seja o espanhol. Porém, muitos não sabem em que momento aprenderam o português. Alguns, ainda, acreditam que aprenderam as duas línguas juntas, principalmente quando o pai ou a mãe são de nacionalidades diferentes. É há o caso dos que afirmam que aprenderam sozinhos quando eram pequenos vendo a televisão.

As comunidades do Chuy e de Río Branco demonstram maior preocupação com o “falar bem”, auto definindo-se melhores falantes que os de outras regiões, com destaque aos de Rivera: *Lá eles falam misturado, mas aqui não. Aqui ou falam espanhol ou falam português, não misturam*. Curiosamente, o “falar bem” não se reflete na paisagem linguística, pois, como foi visto, os princípios que dão base à forma escrita se repetem em todas as cidades pesquisadas.

Os eventos de fala cotidianos comprovam que a competência linguística é um fator relevante, já que permite que os falantes cumpram seus objetivos de comunicação. Por isso, consideramos apropriada a seguinte definição:

La competencia comunicativa implica saber no sólo el código lingüístico sino qué decirle a quién y cómo decirlo de manera apropiada en cada situación. La competencia comunicativa incluye saber cuándo se debe hablar y cuándo no, a quién se debe hablar, cómo se debe hablar a personas de distintas categorías, cuándo se

debe intervenir en una conversación, cómo se pide y se da información, cómo se pide ayuda y cómo la puede uno ofrecer, cómo se dan órdenes, es decir, todo lo que tiene que ver con el uso de la lengua y de otras maneras de comunicarse apropiadamente. (LASTRA, 2003, p. 400)

Por sua vez, os rituais religiosos, além de exemplificarem o sincretismo da fronteira, também atribuem às línguas diferentes competências entre as línguas. Mesmo aqueles que se identificam como católicos e frequentam missas faladas em espanhol, também participam dos rituais das religiões afro-brasileiras, onde a língua é o português. Essa influência tem aumentado em todo o Uruguai, ampliando a crença nos “pais de santo”, muitos nascidos na fronteira uruguaia.

A comunicação em português ocorre, na grande maioria dos casos, em eventos informais cotidianos, principalmente envolvendo familiares e amigos. Nas instituições públicas as interações ocorrem em espanhol, assim como na maioria dos estabelecimentos comerciais. Porém, a presença de algum falante de português promove a alternância, sem qualquer tipo de inibição.

Um conceito chave, por tanto, é o de multilinguismo, sendo entendido não apenas pela presença de diversas línguas em um mesmo contexto, mas também em todas as implicações. Uma sociedade dita plural deve garantir espaços para a manifestação da diversidade linguística. Assim sendo, como forma de assegurar esse direito, destacamos a seguinte definição:

O multilinguismo ... não deve ser visto como uma coleção de "línguas" que um falante controla, mas sim como uma complexidade de recursos semióticos específicos, alguns dos quais pertencem a uma 'língua' convencionalmente definida, enquanto outros pertencem a uma outra 'língua'. Os recursos são os acentos concretos, as variedades linguísticas, os registros, os gêneros, as modalidades tais como a escrita - formas de usar a língua em particular, definições e esferas da vida comunicativas, incluindo as ideias que as pessoas têm sobre essas formas de utilização, suas ideologias linguísticas. (Blommaert, 2010, p. 102)

Ao detalhar sua definição de multilinguismo, o autor oferece uma ideia abrangente do termo, incluindo não apenas a questão da quantidade, mas do uso da língua, um aspecto fundamental para uma autêntica democratização linguística que deve ser levada em conta pelos gestores e formuladores de políticas linguísticas. Para a compreensão da realidade da fronteira aqui pesquisada, acreditamos que esse reconhecimento pode ser um passo fundamental para que de fato essas comunidades possam ser agentes ativos nas formulações das políticas linguísticas que lhe dizem respeito.

O papel que as políticas públicas no âmbito linguístico têm cumprido, será analisado no próximo capítulo, fazendo um recorrido histórico das leis e como as determinações legais têm afetado as comunidades linguísticas da fronteira.

4 FUNDAMENTOS DE POLÍTICA LINGÜÍSTICA

Quando Antonio de Nebrija justificou a publicação de uma gramática do castelhano, em 1492, talvez não imaginasse a repercussão que isso teria no futuro das nações hispano-americanas. Ao afirmar que o vínculo entre a língua e o Estado era fundamental para ter súbditos obedientes, Nebrija fortaleceu a ideia de unidade através da língua:

Cuando bien conmigo pienso mi esclarecida Reina, i pongo delante los ojos el antigüedad de todas las cosas que para nuestra recordación i memoria quedaron escritas, una cosa hallo i saco por conclusión mui ciertas: que la lengua fue compañera del imperio i de tal manera lo siguió que juntamente començaron, crecieron i florecieron, i después junta fue la caída de entrambos. (MALMBERG, 1966, p. 40)

Com a retirada do domínio espanhol sobre o Rio da Prata, haveria uma reorganização social de forma a criar instituições que dessem sustentação às novas nações, que tiveram como modelo os padrões nacionalistas que dominaram os séculos XIX e parte do XX. No caso da República Oriental do Uruguai seu processo de formação e independência teve como rivais primeiro os portugueses e logo os brasileiros. A independência do Brasil transformou o Uruguai em território do Império, situação que se prolongou até 1828 quando o Uruguai proclamou sua independência, com o apoio político brasileiro.

O período posterior a 1830 foi marcado por guerras civis e grandes disputas políticas, além da ameaça de invasões estrangeiras. Nos seus primeiros 45 anos independente, o Uruguai passou por 19 revoluções internas. A necessidade de estabelecer a ordem e dar credibilidade às instituições nacionais fortaleceram a ideia de que era preciso promover a unidade nacional, criando uma identidade que permitisse que os habitantes do jovem país se sentissem parte integrante de uma nação. Esse ideal só se concretizaria a partir de 1875, com as reformas políticas instituídas por quem seria, em 1879, o 9º presidente constitucional da República, o general Lorenzo Latorre.

De acordo com Allende (2003), autor de uma biografia de Latorre, entre os muitos problemas que o país enfrentava, um se destacava: o Uruguai estava se tornando bilingue devido à forte presença brasileira no norte:

El Uruguay había entrado en colapso productivo, sin caminos, sin telégrafos, con correo ocasional, inclinándose al bilingüismo por la incidencia brasileña al norte, prácticamente sin escuelas, y con la inseguridad personal rayana en la diaria criminalidad. (ALLENDE, 2003, p. 157).

Dessa forma, deu-se início um amplo processo político que teve na questão linguística um de seus alvos principais. Como afirma Calvet (2007), os termos “política linguística” e “planejamento linguístico” são recentes, mas ao revisar a história se percebe que o poder político sempre privilegiou uma determinada língua, como veremos na próxima seção.

4.1 Política e planificação

No Uruguai falar em “política linguística” é sinônimo de política educativa, pois tanto no passado quanto no presente, a questão legal é dirigida à escola, como se não houvesse outras implicações sociais nas questões que envolvem as comunidades bilíngues do país.

Em diferentes momentos da história recente, os estudos uruguaios sobre a situação linguística condenaram ou valorizaram o fato do país não ter em sua constituição nenhum artigo que defina o espanhol como língua nacional. Por exemplo, na década de 1970, quando os meios de comunicação enxergavam o português como uma ameaça que penetrava pela fronteira, muitos educadores, jornalistas e pesquisadores pediam que, em defesa da língua nacional, um artigo desse tipo constasse na Constituição. Esse discurso mudou radicalmente a partir dos anos 1990, com a possibilidade de uma integração regional entre os países do cone sul e a consolidação do MERCOSUL, em 1992. A não presença de uma língua oficial na sua carta magna passou a ser destacada como forma de abertura do país para as questões linguísticas.

Essa falta de explicitação na Constituição, no entanto, é apenas uma mostra da indiferença, já que o Estado uruguaio construiu uma série de medidas que ajudaram a consolidar no imaginário coletivo uma identidade calcada na chamada “lengua nacional”, que não é outra senão o próprio espanhol.

As políticas que vão se refletir no campo linguístico uruguaio podem se dividir nas seguintes etapas:

- a) Período da unificação nacional – a partir de 1877 com a implementação da “Ley de Educación Común” proposta por José Pedro Varela durante o governo Latorre. Pela lei a educação pública foi estendida a todo o país, determinando o espanhol como língua de instrução, sendo reconhecida como “lengua nacional”;
- b) Período posterior à 2ª Guerra Mundial, com a criação da Academia Nacional de Letras e o surgimento dos estudos linguísticos na fronteira, tendo Pedro Rona como precursor do “descobrimento” do português dentro do território uruguaio;
- c) Período da ditadura militar nos anos 70 – etapa marcada pelo preconceito e a negação do bilinguismo na fronteira, tanto por parte das autoridades como dos meios de comunicação;
- d) Período da volta à democracia e integração regional, principalmente com o surgimento do MERCOSUL (1992). Nesta fase, outros exemplos de integração regional, como a União Européia, demonstraram que as línguas são um elemento de aproximação e não mais de ameaça, resultando em comissões específicas para tratar das políticas linguísticas.

Nesses quatro períodos notam-se diferentes atitudes na relação do Estado com as questões linguísticas: primeiro de ataque, passando logo para um período de indiferença, pois acreditava-se que o problema da fronteira estava solucionado. Mas, depois de mais de 50 anos, verifica-se uma etapa de surpresa, quando houve a constatação de que a escola não tinha sido suficiente para banir o português do país. No entanto será no período da ditadura quando as medidas a favor da língua nacional vão se intensificar, contando para isso com estudos realizados pela Academia Nacional de Letras sobre a situação linguística da fronteira.

Traçando um paralelo com o contexto brasileiro, também no Uruguai é possível identificar as diferentes classificações para as motivações político-linguísticas apontadas por Oliveira e Altenhofen (2011): primeiramente, ignorar a existência de uma língua ou questão linguística e fixação do mito da “língua única” através do processo de monolingualização das políticas públicas para a educação.

Para Barrios (2008), a situação do português uruguaio tornou-se peculiar, pois difere das outras minorias linguísticas que desapareceram ou se ocultaram sob o espanhol:

La peculiaridad lingüística de la región ha sido insistentemente concebida como “el problema” por antonomasia de la política lingüística estatal. Se trata, en efecto, de la única minoría lingüística autóctona de Uruguay que tiene posibilidades reales de

mantenimiento de lengua, ya que las minorías migratorias arribadas desde mediados del siglo XIX hasta mediados del siglo XX están desde hace tiempo en franco proceso de asimiliación. (BARRIOS, 2008, p. 79)

A citação faz referência ao desaparecimento das línguas indígenas, fato derivado da própria extinção das populações originárias, fruto das políticas expansionistas do século XIX. O outro caso refere-se à situação do italiano que, apesar de representar uma importante referência cultural, acabou sendo assimilado pelo espanhol.

Na primeira etapa, enquanto o governo Latorre tomava medidas para a efetivação do plano que objetivava a unidade nacional, os descendentes de portugueses e brasileiros constituíram sua territorialidade, independentemente das leis de instrução que acabaram impondo o espanhol como língua nacional. A imposição da língua espanhola fez o governo acreditar na monolingualização da sociedade, não avaliando que na realidade o que estava se formando era o bilinguismo numa parcela importante da população.

Numa análise contemporânea, esperava-se que um processo de substituição ocorresse, ou seja, de acordo com Calvet (2007), o espanhol substituiria o lugar do português nas comunidades de fala fronteiriças. Deve-se considerar que um fato que contribuiu para essa crença era a precariedade do sistema de ensino do lado brasileiro, já que as instituições escolares só começaram a surgir a partir de 1920. Como afirma o estudo de Santos (2006, p. 72) os brasileiros do Chuí só começaram a frequentar a escola em 1927. Antes disso, eles frequentavam as escolas uruguaias, fato que estimulava a crença de que o espanhol influenciava à fronteira brasileira, e não o contrário, tendo em vista os precários instrumentos do português no espaço uruaio.

4.2 Políticas *in vivo* e *in vitro*

Entre os quatro períodos identificados anteriormente, destaca-se o dos anos 70, pois acabaria deixando marcas que ainda repercutem. Durante essa década os meios de comunicação intensificaram as críticas às formas erradas do espanhol da fronteira, justificando-as pela influência do português. Os estudos de Adolfo Elizaincín tentavam amenizar essa suposta ameaça, comprovando o que Rona já tinha alertado: essas regiões estavam habitadas por falantes bilíngues e não era um fenômeno atual, e sim fruto de um processo histórico de ocupação do território. No entanto, como forma de deixar claro que não

se tratava de uma influência direta do Brasil sobre o Uruguai, Elizaincín deu nome a essa manifestação linguística: *Dialectos Portugueses del Uruguay*, ou DPU como passou a ser definida a língua dos habitantes das regiões da fronteira e próximas a ela. Essa atribuição arbitrária é citada por Oliveira e Altenhofen (2011) como um exemplo da política linguística *in vitro*, considerando que se afasta do processo natural da língua que conseguiu ser preservada pelos próprios falantes.

Em um artigo de 2009, Behares recupera essa denominação, admitindo o erro de sua escolha, indicando que a nomenclatura atual é “portugués del Uruguay”:

¿Por qué llamarlos “dialectos portugueses en el Uruguay”? Los bautizamos con ese nombre Elizaincín y yo en un artículo de 1981. Por lo menos en mi caso, y tal vez como acto de arrepentimiento, aconsejo tirar ese nombre a la basura. Esa denominación conlleva valores que me parecen cuestionables. (BEHARES, 2009, p. 282)

Os estudos levados a cabo por Elizaincín e Behares nesse período têm como principal objetivo identificar como uma língua autóctone de tradição oral se manifesta e quais são suas influências quando em contato com o espanhol. A caracterização dessa língua como algo “fora do padrão”, já que não se trata especificamente do espanhol ou do português padrão, incrementou a ideia de que são formas “erradas” e que devem ser corrigidas. O conceito de diglossia passa a ser aplicado e justificado pelos pesquisadores:

Entonces, partiendo de este presupuesto, voy a la cuestión de la diglosia, que también Elizaincín mencionó. Precisamente, fue él mismo, en el año 1973 (¡yo me acuerdo más que él!), en un papeluchito a mimeógrafo, en la época de las vacas flacas de la lingüística y de la Facultad de Humanidades, quien definió a la frontera como una región bilingüe, por la existencia del español y el portugués, y diglósica, mostrando a partir de la teoría de Ferguson que hay una variedad alta, el español, útil para todo uso prestigioso, y una variedad baja del portugués, *que no sirve para nada, excepto para la comunicación cotidiana, intrafamiliar, doméstica*. (BEHARES, 2008, p. 73 – Grifo nosso)

Mas aqui vale questionar: será que essa língua realmente “não serve para nada? Como explicar então que ela tenha resistido há mais de cem anos de indiferença e de políticas discriminatórias?

A partir dos anos 60 do século passado a situação cambial favoreceu o comércio do lado brasileiro, permitindo a compra dos mais variados tipos de produtos por preços muito mais em conta do que os similares do lado uruguaio. No auge da ditadura militar essa disparidade de preços foi mais notória, motivada pela abertura do mercado uruguaio a

produtos importados, o que ocasionou o fechamento de diversas empresas nacionais e elevou a taxa de desemprego. Os uruguaios partiram massivamente para o exterior, provocando um fenômeno migratório que até hoje deixou marcas. No Brasil, de acordo com dados da *Universidad de la República* (2011), mais de 40 mil uruguaios imigraram. Mas o fato que queremos destacar é o das relações de consumo que acabaram se estabelecendo dentro do Uruguai, quando o contrabando foi decisivo para a sobrevivência de muitas famílias. Produtos como caldo de galinha, refrigerante, erva mate, café, açúcar e bombons eram encontrados facilmente nas feiras livres de todo o território, inclusive Montevideú. Por tanto, os moradores da fronteira usaram sua língua para essas transações comerciais informais que ajudaram a abastecer um país sumido numa grave crise política e social.

Essa “língua que não serve para nada” foi fundamental não apenas para a comunicação familiar, mas também para o estabelecimento de relações comerciais que fortaleceram o setor informal e ajudaram a diminuir as carências econômicas de muitas famílias. Porém, na visão oficial, a fronteira reforçou seu carma de “problema”, pois mostrava o contrabando como a causa dos males econômicos do país, sem abordar a base do problema que era o porquê do comércio ilegal. Isso sem contar o acesso à informação que a televisão brasileira propiciava, pois durante os anos 70 e 80 a programação que chegava à fronteira era a das emissoras brasileiras. Outro fato relevante é a presença das religiões afro-brasileiras na fronteira, com destaque aos curandeiros descendentes de brasileiros, frequentados por uruguaios de todos os níveis sociais. A marca da religiosidade é uma herança dos escravos que eram levados para o lado uruguaio, como afirmam os historiadores:

El contrabando era la forma más habitual de comerciar, incluyendo la introducción de esclavos desde el Imperio Brasileño. El Estado era una expresión, no una realidad vigente. (ALLENDE, 2003, p. 83)

Na análise da permanência do português nas comunidades do norte do Uruguai, é possível identificar os fenômenos que contribuíram para que os falantes conservassem sua língua. Fatos do que Calvet (2007) denomina *in vivo* e que correram à margem das próprias políticas linguísticas: o português tinha funções que estavam fora dos decretos estatais, sendo a língua familiar, do comércio informal e da crença religiosa ignorada.

4.3 Análise documental das leis linguísticas

Em 20 de dezembro de 1933 o governo uruguaio assinou o *Estatuto Jurídico de la Frontera*, documento que pode ser considerado precursor dos tratados formais assinados entre o Uruguai e o Brasil. Esse tratado deveria vigorar a partir de 1935, mas muitas das determinações acabariam não sendo implementadas. No artigo 8 do estatuto, no parágrafo dois foi feita a menção ao ensino das línguas:

La cooperación transfronteriza versará sobre materias relativas al desarrollo regional, urbano y rural, a la mejora de las infraestructuras y de los servicios públicos tales como el saneamiento, el suministro de agua potable y de energía eléctrica, las comunicaciones postales y telefónicas, los servicios de salud pública, a la ayuda mutua en caso de incendio y otros siniestros; a la protección del medio ambiente; a la seguridad pública, especialmente en lo que se refiere al intercambio de informaciones; a la asistencia policial y judicial; a la circulación de personas y mercaderías; al transporte interurbano por medio de ómnibus y taxis; a la residencia y al trabajo dentro de las zonas fronterizas; a la educación, en especial a la enseñanza de los dos idiomas; a la cultura y al deporte. La cooperación transfronteriza podrá extenderse a otras áreas de interés recíproco, definidas de común acuerdo por las Partes. (PODER LEGISLATIVO, Uruguay – Grifo nosso).

Essa primeira manifestação oficial sobre a necessidade de incluir o ensino das línguas na fronteira ainda ignorava a presença de uma importante parcela da população bilíngue. Mas a determinação do estatuto não passou do papel, pois acabou não sendo posta em prática, já que entrava em conflito com a *ley de instrucción* que estava em vigor. O que se destaca é que, desde então, a escola e a educação foram colocadas como fatores determinantes na promoção das línguas na fronteira.

De acordo com Swaan (2001), o sistema educacional é o principal responsável pela disseminação das línguas, porém ele não opera independentemente do contexto político, econômico e cultural, que continua a moldar os padrões de aquisição da língua. Essa reflexão é fundamental para entender como o português se manteve no espaço fronteiriço uruguaio, assim como para entender o fracasso de muitas políticas que tentaram atuar apenas no campo educativo.

As políticas derivadas da integração regional, que têm estimulado a educação bilíngue nas escolas de fronteira, encontram dificuldades de implementação, pois se por um lado as diretrizes orientam rumo a uma educação plurilíngue, na prática o que se encontram são professores com um discurso ainda alicerçado em práticas puristas, com base nos modelos hegemônicos das línguas. Sob esse ponto de vista, o espaço para trabalhar com a variação

linguística acaba sendo limitado, o que reflete no reforço de aspectos que são destacados como negativos do bilinguismo. É o caso do *code-switching*, algo que faz parte da competência estratégica dos falantes bilíngues da fronteira.

No contato entre o espanhol e o português é possível encontrar uma rica e variada presença de códigos mistos. Como afirma Muysken (2007) é importante explorar e relacionar as propriedades desses códigos, pois certamente vão muito além dos modelos gramaticais e lexicais que os pesquisadores fazem referência. Para Barrios (2008, p.98) as variedades não estandarizadas concebidas como mistas continuam gerando representações diversas e valorações contraditórias, que oscilam entre a consideração de um estigma que deve ser eliminado, até uma apreciação ainda tímida de um patrimônio que deve ser protegido e culturalmente reivindicado.

Essa ambiguidade de percepções ainda é fruto das campanhas realizadas pelos governos ditatoriais da história recente uruguaia:

Estos emplearon medidas de “conscientización” muy agresivas en referencia a la “pureza del idioma” (por la prensa y mediante el sistema educativo) y de defensa del español frente a la “penetración lingüística” del portugués en la frontera, reforzadas con un control duro de las prácticas de enseñanza, que podía incluir castigos de variada naturaleza. (BEHARES, 2011, p.45)

Ainda de acordo com o pesquisador uruguaio, essas práticas foram inúteis para terminar com as “formas erradas” pois o uso do português acabou servindo como resistência às práticas impositivas e autoritárias. Esse relato reafirma o forte laço de identidade que o português estabeleceu com as comunidades, algo que nem as políticas educativas atuais parecem considerar.

Um exemplo é o relato apresentado no estudo de Boedo (2009), apresentado no 2º *Foro de Lenguas de ANEP* (Administración Nacional de Educación Pública). Ali se apresenta a situação de fracasso vivenciado por um grupo de estagiários, futuros professores de Espanhol. O exemplo narrado diz respeito à confusão causada quando a professora explica aos alunos que no espanhol os grafemas B e V têm um mesmo fonema /b/. Ao ver que uma aluna colocava essa questão em dúvida, tendo em vista que a aluna fazia a diferenciação fonética dos dois grafemas, a professora acabou culpando a influência do português na aprendizagem dos alunos, em vez de aproveitar isso como algo positivo que pode justamente ajudar na compreensão do funcionamento das duas línguas.

A ineficiência dos modelos educativos são apontados na atualidade, demonstrando que a diglossia encontrada no norte do Uruguai ainda está longe de ser entendida e atendida nas práticas políticas:

De hecho, la inclusión del portugués del Uruguay en los documentos rectores de las políticas lingüístico-educativas y en la Ley General de Educación no ha modificado grandemente la tendencia popular a considerarlo indeseado ni a producir el efecto pedagógico de su inclusión en el repertorio escolar en paridad con el español. (BEHARES, 2011, p. 46)

Considerando que a política linguística atual só tem tentado instrumentalizar o português uruguaio na esfera escolar, caberia questionar se a mudança do status pretendida não deveria incluir outros agentes sociais e políticos. No caso uruguaio, mesmo não existindo uma língua oficial, há uma série de decisões regimentais dispersas em documentos que regulamentam a atividade social e administrativa, definindo que os textos devem ser em espanhol. Esse fato é reconhecido no texto do *Marco Orgánico de Referencia de las Políticas Lingüísticas de la Educación Pública*, em vigor desde 2008.

No contexto da fronteira uruguaia, a concepção de diglossia enquadra-se no conceito de Fishman (1967), ao relacioná-la com o bilinguismo e as diferentes funções que cada língua tem. Como os estudos uruguaio já apresentam, o espanhol e o português cobrem diferentes atos de fala, exigindo dos falantes diferentes manifestações.

A conscientização da linguagem pode ser uma estratégia importante no trabalho nas comunidades de fronteira, mas para isso é necessário qualificar a atuação não só dos professores, mas de todos os agentes sociais. O fato de desenvolver uma consciência plurilíngue é fundamental para que o monolinguismo não acabe imperando. Como afirma Swaan (2001), pode haver a deserção de uma língua quando um número crescente de falantes torna-se fluente em outra língua. Nesse caso o número de falantes da língua antiga diminui, podendo parecer que não vale a pena ensiná-la aos filhos e acabam por abandoná-la totalmente.

As questões que envolvem a língua, em todas suas variantes, no Uruguai têm sido relegadas apenas à Educação. Desde 1877 o problema da fronteira é transferido à escola, reforçando a ideia de que a solução estaria relacionada ao ensino da língua padrão, no caso o espanhol. Acreditar que a forma do português coloquial, de tradição oral, tendo em vista o não domínio da norma escrita pelos falantes, só serve para as relações familiares, é ignorar a

dinâmica da sociedade fronteiriça e suas profundas relações com as questões econômicas e sociais que envolvem essas populações durante várias décadas.

O *Decreto-ley de Educación Común* criado em 1877, que no artigo 38 definiu a obrigatoriedade do ensino de espanhol nas escolas, esteve vigente praticamente até 2008, quando a ANEP (*Administración Nacional de Educación Pública*), criou o Programa de Políticas Linguísticas tendo uma comissão específica para elaborar um marco de referência que atendesse as diferentes realidades linguísticas do Uruguay.

A publicação dos *Documentos de la Comisión de Políticas Lingüísticas en la Educación Pública*, em 2008, marcou um novo período nas questões linguísticas ao menos no que diz respeito ao âmbito escolar. A comissão produziu quatro documentos referenciais que se dividem em:

- a) marco orgânico de referência das políticas linguísticas na educação pública;
- b) proposta de reestruturação dos componentes curriculares e extra curriculares do domínio linguístico dos três subsistemas (educação fundamental, média e superior);
- c) recomendações referentes à formação docente para o domínio linguístico;
- d) aspectos complementares.

Ainda foram incluídos três anexos: um com a distribuição atual do Português do Uruguai no território; outro com um glossário de terminologias específicas de política linguística na educação e outro contendo a bibliografia que trata das políticas linguísticas no Uruguai. Esses documentos têm a função de servir de parâmetros para todo o sistema educativo sendo, portanto, aplicáveis a todas as instituições públicas de ensino.

O primeiro documento, cujo título é *Marco organico de referencia de las políticas lingüísticas en la educación pública*, deixa claro que as determinações dizem respeito ao domínio linguístico, correspondendo a todas as disciplinas da grade curricular, já que a língua permeia todas as áreas do conhecimento.

Destaca-se como ponto positivo a intenção de quebrar com a ideia de que o Uruguai é um país monolíngue, fazendo para isso um percurso histórico das medidas políticas que contribuíram para a difusão e fixação dessa visão no imaginário coletivo. A justificativa da criação desse marco de referência se apoia em cinco itens:

- 1) promover a justiça histórica em relação às comunidades que têm outras línguas que não o espanhol;
- 2) atender as novas demandas sociais que exigem novos usos da linguagem, com facilidades de acesso e sem exclusão;
- 3) alcançar a justiça social por meio de políticas linguísticas que favoreçam a aprendizagem e a inclusão;
- 4) revisar as concepções de linguagem que ajudaram a formar a tradição pedagógica, repensando não apenas as práticas adequadas e justas, mas também as inadequadas e injustas;
- 5) dar relevância às questões referentes à qualidade, continuidade e coerência das ações do sistema educativo, em tudo que se relacione às questões linguísticas.

O documento destaca a variação linguística presente nas diferentes regiões do Uruguai, incluindo não só aspectos referentes à presença do português, mas também outras línguas como o hebreu, o italiano, o armênio, o inglês e a língua de sinais das comunidades surdas – LSU (*Lengua de Señas Uruguay*).

O princípio do respeito à diversidade linguística se faz notar em todas as recomendações, fazendo da oferta plurilíngue o carro chefe das propostas:

Se considera que la oferta plurilingüe, de calidad y articulada entre los diferentes subsistemas es la más adecuada en el sistema educativo. La oferta plurilingüe de calidad en el sistema público permitirá superar el carácter elitista que puede haber tenido en otras épocas el aprendizaje de idiomas y, por otra parte, refrendar que el conocimiento de una o varias lenguas extranjeras es un factor de enriquecimiento personal y profesional. La lengua, además de servir para comunicar, es la principal herramienta con que se cuenta para acceder a la información que, procesada, se convierte en conocimiento. (Documentos de la Comisión de Políticas Lingüísticas en la Educación Pública, 2008, p. 35)

O segundo documento, identificado como *Propuesta de reestructura de los componentes curriculares y extracurriculares del dominio lingüístico en los tres subsistemas*, faz a abordagem dos aspectos linguísticos a partir de um eixo que inclui: o componente relacionado com o Espanhol, o ensino de Línguas Estrangeiras, a transversalidade do domínio linguístico no currículo e as situações geográficas e sociais especiais. Esses quatro níveis deverão ser contínuos e estar presentes na Educação Inicial, na Educação Primária, na Educação Média e na Educação Terciária.

No texto se reafirma a importância do espanhol como língua “oficial” (entre aspas no original) e a necessidade de superar as deficiências e dificuldades de seu ensino. Além disso, determina quais as línguas que devem ser ensinadas como Línguas Estrangeiras, permitindo a participação das diferentes comunidades na escolha de outras que não tenham sido contempladas:

- Na educação inicial há o oferecimento de Inglês, Português, Francês e Italiano, dependendo da disponibilidade docente de cada escola;
- Na educação primária o oferecimento é escasso, mas na educação média (a partir do 7º ano) há o oferecimento de Francês, Italiano, Alemão e Inglês, sendo que a partir de 1996 foi incorporado o ensino de Português, mas não de forma obrigatória.

O documento passa a determinar as línguas que deverão ser ensinadas em cada etapa e a carga horária mínima que a língua estrangeira deve ter:

- INGLÊS: na educação primária (primeiros 5 anos – mínimo de 5 horas semanais), na educação média (primeiros três anos, que correspondem ao 7º, 8º e 9º anos do currículo brasileiro – mínimo de 5 horas semanais);
- PORTUGUÊS: obrigatório no 5º e 6º anos da educação primária, com uma carga horária não inferior a 5 horas semanais;
- TERCEIRA LÍNGUA: à escolha do aluno, podendo ser Francês, Italiano ou Alemão. Durante os três primeiros anos do ensino médio (7º, 8º e 9º anos do currículo brasileiro), tendo um mínimo de 5 horas semanais;
- APROFUNDAMENTO: durante os três anos finais do ensino médio o aluno pode escolher uma das línguas já estudadas para ampliar seus conhecimentos.

Essa proposta, justificada a partir de uma concepção plurilíngue, tem por princípio três aspectos:

- 1) ao longo de sua trajetória escolar o aluno terá aprendido três línguas;
- 2) mesmo tendo duas línguas como obrigatórias, o aluno terá a possibilidade de optar por uma terceira de acordo com seus interesses;
- 3) a proposta pode incluir outras línguas, respeitando para isso as demandas e os interesses de cada comunidade.

A inclusão do oferecimento do Português é justificada tanto pelas razões históricas quanto pelos fatores geográficos e comerciais:

En cuanto al Portugués, el enclave regional del Uruguay constituye una motivación para la inclusión de esa lengua, que se relaciona con la necesaria comunicación a nivel regional así como en los acuerdos firmados por Uruguay y Brasil en materia de lengua (Tratado de Asunción). Más allá del contexto geográfico y las decisiones políticas, el Portugués constituye, además, una lengua que alberga una extensa producción literaria. A estas razones de tipo instrumental y cultural, se debe agregar la consideración del estatus especial que tiene el Portugués en el Uruguay, debido a su presencia histórica en nuestro territorio (...). (Documentos de la Comisión de Políticas Lingüísticas en la Educación Pública, 2008, p. 55)

Na seção 5 do documento o português volta a ser destacado, mas agora dentro das situações sociais ou geográficas especiais, juntamente com os casos das comunidades de imigrantes e surdas. Além de alertar para a presença do bilinguismo, o documento destaca o descaso histórico em relação aos falantes que só dominam o português e que, tradicionalmente, tiveram que aprender o espanhol na escola. Para reverter a situação, a orientação é que a instrução das crianças ocorra na modalidade bilíngue do 1º ao 5º ano da educação primária.

Também nos casos classificados como especiais há uma atenção especial à inclusão das línguas estrangeiras: o Inglês será oferecido no 5º e 6º anos e nos três primeiros anos da educação média (7º, 8º e 9º anos do sistema brasileiro), sempre com uma carga horária não inferior a 5 horas semanais. O Francês, Italiano ou Alemão deverá ser optado e cursado também nos três primeiros anos da educação média, com igual carga horária. O último nível corresponde à etapa de aprofundamento, quando o aluno pode escolher a língua que deseja continuar estudando.

A formação docente, para atuar de acordo com as novas diretrizes, é tratada no documento número três: *Recomendaciones referidas a la formación docente para el dominio lingüístico*. Aqui fica determinado que a formação dos professores de português ficará a cargo do IPA (Instituto de Profesores Artigas) e do CERP (Centros Regionales de Profesores), garantindo a qualificação dos profissionais através de cursos de especialização e pós graduação que serão criados. Para cobrir a oferta de educação bilíngue nos anos iniciais, a proposta aborda a necessidade de formar professores bilíngues para atuar no ensino infantil com conhecimento nas características do Português do Uruguai.

4.4 Contínuo de modalidades das políticas linguísticas

A partir da divulgação dos documentos, a comissão de políticas linguísticas vem realizando fóruns internacionais que ajudam a discutir e a ampliar as posições definidas nos referenciais teóricos das políticas linguísticas. As propostas abrem portas para as mudanças apesar de sua lenta implementação, devido principalmente a carência de professores formados a partir das novas determinações. Mas o que não se pode negar é o grande avanço das medidas que poderão resignificar a questão linguística da fronteira.

Ao vislumbrar o percurso das políticas linguísticas uruguaias, ao menos no que se refere ao campo da educação, é possível aplicar o conceito de contínuo nas modalidades aplicadas ao longo da história, conforme definiu Altenhofen (2013):



Quadro 02: Contínuo das modalidades das políticas linguísticas.

O contínuo das políticas linguísticas aplicadas no Uruguai, portanto, demonstram um avanço no sentido de reconhecer o plurilinguismo, promovendo ações de promoção, ao contrário do que existia anteriormente, quando predominava a discriminação e a opressão. Concordamos com Altenhofen quando afirma que uma política linguística eficaz deve valer tanto para o Estado como para o cidadão. Se as determinações ficam apenas nos instrumentos políticos, no caso uruguaio à escola, elas não solucionam os conflitos, pois acabam ignorando as ações individuais elaboradas pelos falantes. Ou seja, não há como ignorar o que ocorreu durante tantos anos *in vivo* ao estabelecer políticas que vão afetar diretamente a língua de uma comunidade.

A questão da promoção das minorias linguísticas é um ponto chave das políticas linguísticas. Baztarrikan (2010) definiu no contexto europeu também a partir de três atitudes

do Estado em relação às línguas: repressão, tolerância e promoção. Na análise das políticas linguísticas colocadas em prática no Uruguai é possível identificar essas três atitudes, inclusive refletidas nos estudos realizados pelos especialistas ao longo dos anos:

A atitude repressiva supõe a negação da diversidade linguística, bem como a proscrição dos direitos humanos e uma agressão à liberdade. Quanto à atitude de tolerância, sua legitimidade é discutível, e não podemos qualificá-la como eficaz. Por último, é a atitude de promoção que, no nosso entender, deve ser considerada tanto legítima quanto eficaz. (BAZTARRIKA, 2011, p. 55 – tradução nossa).

O momento atual pode ser definido como o de “promoção”, pois a partir dos documentos produzidos pela *Comisión de Políticas Lingüísticas en la Educación Pública* é possível perceber os esforços em recuperar a riqueza linguística do país, mas vale destacar que a educação, por meio da escola, é apenas um dos instrumentos a disposição do planejamento linguístico. Para a promoção da diversidade linguística é necessário proporcionar a todos os cidadãos a oportunidade de utilizar as suas línguas, possibilitando o equilíbrio e a igualdade social entre elas.

4.5 Noção de língua como patrimônio cultural e imaterial

A preocupação com os processos de globalização despertou o interesse de países e instituições quanto ao perigo da perda da diversidade cultural. O alerta recaía principalmente sobre as culturas marginalizadas, com destaque aos povos indígenas, que ficaram à margem das políticas de promoção social. A partir dessa constatação, a ONU – Organização das Nações Unidas, através da UNESCO desenvolveu uma série de documentos com o objetivo de alertar muitos países sobre a ameaça que muitos grupos estavam enfrentando. O primeiro documento foi a *Recomendação para a salvaguarda da cultura popular e tradicional*, de 1989, onde se destacou a importância da língua na preservação da tradição oral de muitos povos. Porém esse documento priorizava aspectos tradicionais da cultura, similares às políticas que preservam o patrimônio material. A complementação desse documento aconteceu em 2003, quando uma nova convenção definiu o que se considera patrimônio cultural imaterial:

(...) as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua

história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. (Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, 2003, artigo 2)

A manifestação do que acima se definiu ocorre em diversos âmbitos, mas o destaque é para a expressão oral, que inclui a língua como patrimônio cultural imaterial. Autores como Barrios (2008) qualificam o *portugués del Uruguay* como a última língua autóctone do país, o que justificaria as tentativas de preservá-la e garantir sua permanência. Há também pesquisadores como Elizaincín (2009) que acreditam na tendência ao desaparecimento da expressão linguística da fronteira, principalmente pelo progressivo processo de urbanização das comunidades rurais. As afirmações anteriores refletem as constatações destacadas nos documentos da UNESCO (2003), nos quais se afirmava o risco de desaparecimento de várias culturas do mundo, incluindo as suas línguas.

Entre as muitas medidas políticas implementadas pelo poder público, uma segue o modelo já aplicado em outros lugares que é a possibilidade da cooficialização. No Uruguai a única língua que recebeu esse reconhecimento foi a *LSU – Lengua de Señas Uruguaya*, por meio da lei 17.378 de 2002. Outras minorias ainda esperam o mesmo reconhecimento, a pesar de que a lei N° 18.437 de 2009 (*Ley General de Educación*) também reconhece a importância do ensino de outras manifestações linguísticas a uruguaios que não têm o espanhol como língua materna.

Tornar o *portugués del Uruguay* uma língua oficial juntamente com o espanhol ainda é um motivo de polêmica, pois na opinião pública ainda é muito forte a ideia de que cada país deve ter uma língua. Nesse contexto, o português é visto como a língua do Brasil, encontrando-se no senso comum da maioria monolíngue a certeza de que a presença da língua no território uruguaio se baseia na influência do *gigante do norte*. Porém, a partir de 2004, como consequência das iniciativas da UNESCO, o Uruguai criou a *Comisión del Patrimonio Cultural de la Nación* que realizou o inventário do patrimônio imaterial. Nas questões linguísticas foram incluídas as tradições e expressões orais, o *lunfardo*, o conto campeiro, o conto urbano e o *portuñol*. A inclusão do que se denominou portunhol foi justificada não apenas pela presença histórica, mas como um reconhecimento a sua importância como meio de comunicação, não apenas na fronteira uruguaia, mas também nas fronteiras argentinas e paraguaias. Em razão desse destaque oficial, a cidade de Rivera declarou os *DPU (Dialectos Portugueses del Uruguay)* como *patrimonio intangible* do município, assumindo a denominação realizada pelos estudos acadêmicos a partir dos anos 1980.

A partir do mês de julho de 2015 uma proposta teve grande repercussão nos meios de comunicação uruguaios. Trata-se de um projeto promovido pelo Centro do MEC (Ministério da Educação e Cultura) de Rivera, titulado *Jodido Bushinshe – del hablar al ser*. O objetivo é incluir o portunhol entre os bens que fazem parte do patrimônio cultural imaterial e integra um processo que envolve acadêmicos, pesquisadores, artistas e a comunidade em geral (anexo 1). Os encontros ocorrem mensalmente e desenvolvem diversos assuntos relacionados à língua e ao estilo de vida fronteiriços. As palestras contam com uma grande adesão da população que participa ativamente dos encontros, assistindo e debatendo as questões com diferentes especialistas de diversas áreas do conhecimento: historiadores, linguistas, sociólogos, educadores, políticos, etc.

Em setembro de 2015 realizamos uma entrevista com o coordenador do Centro MEC de Rivera, o senhor Julio Piastre, que nos esclareceu que a ideia é gerar uma massa crítica que mobilize a sociedade para sua realidade linguística. As experiências de cada encontro deverão gerar publicações que farão parte do processo de reconhecimento. O fato que motivou a iniciativa foi um dado publicado pelo *Banco de Seguros del Estado*, segundo o qual no Uruguai existem 450 mil falantes de portunhol. Para Piastre as formas de expressão fronteiriças sempre foram subalternas às línguas hegemônicas, pois nos estudos sempre predominou a visão de pesquisadores de fora do contexto da fronteira. Essa visão desconsiderou a relação da língua com o dia a dia de quem mora nessa região, onde o portunhol tem uma importância fundamental. Todo o processo para o reconhecimento envolve uma série de palestras com diferentes enfoques, tanto linguísticos, quanto sociais e econômicos:

Las ponencias se están filmando y todo está disponible en *Youtube*. Cada ponente nos presenta un trabajo escrito y luego todo será publicado en un libro. Todo el material será presentado ante la Comisión del Patrimonio Nacional del Uruguay, para mostrarles que hicimos todos los procesos, reunimos a la gente y demostramos que el portuñol es una lengua viva. Nuestra idea es que se declare el portuñol como una lengua. (Informação verbal⁸).

Uma das conclusões preliminares desses trabalhos foi a constatação de que não existe uma variedade única de portunhol, mas sim muitas, de acordo com a realidade de cada região da fronteira. Para Piastre, o reconhecimento do portunhol deve devolver às pessoas o orgulho

⁸ Entrevista realizada com o coordenador do Centro MEC Rivera, Julio Piastre, em 08 de setembro de 2015, no Centro Universitário de Rivera.

de falar a própria língua, pois não é possível continuar achando que se trata de um “dialeto de alpargatas”, como muitos estudos o definem ao longo dos anos.

Outra vantagem apontada pelo coordenador refere-se às questões que envolvem a educação. O reconhecimento do portunhol ajudaria a quebrar as barreiras nas salas de aula e isso poderia melhorar a comunicação entre os docentes e os estudantes. Essa temática foi abordada no encontro que tratou da relação conflitiva entre a escola e os dialetos, reconhecendo que a escola uruguaia tem ignorado historicamente as diferenças culturais e linguísticas, optando por se definir como um país homogêneo. Como consequência, a proposta pedagógica também parece ser homogeneizadora, deixando de enxergar as diferenças. Isso ocasionou vários aspectos negativos para um grande número de crianças da fronteira norte que falam portunhol. A análise desses problemas marca o foco do trabalho do reconhecimento da língua como patrimônio imaterial, pois junto a outras causas de caráter sócio histórico é possível definir ações de intervenção planejadas.

O processo de ações que levarão à solicitação de reconhecimento do portunhol inclui uma extensa programação que deve acontecer ao longo de 2016 e tem contado com o apoio de vários setores da sociedade. A próxima meta é ampliar as atividades para outros pontos de fronteira, informando e incluindo a população dessas localidades. De acordo com Piastre, a questão não envolve apenas a língua, mas todo um jeito específico de ser que envolve, inclusive, a política do contrabando, fato fundamental para entender a relação da língua com a sociedade fronteiriça.

A preocupação com o desenvolvimento da região é percebida com grande entusiasmo pela população que identifica no fato de ser bilíngue o acesso a bens e serviços que garantam uma melhor condição de vida. Aspectos como esse são os que tentamos identificar na presente tese, e para isso no próximo capítulo abordaremos as questões metodológicas que orientaram o trabalho.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com a finalidade de alcançar o objetivo proposto por esta tese, que é o de analisar o contato linguístico entre o espanhol e o português com base nas percepções dos falantes em seus diferentes contextos sociais e sua relação com as políticas linguísticas, foi necessário adotar algumas definições que dessem rumo à pesquisa. Desta forma, tomamos da semiótica o conceito de percepção:

Percepção é o termo que designa o ato pelo qual o indivíduo toma conhecimento de um fenômeno, de um objeto. Estar consciente da percepção significa estar consciente da apreensão de uma situação objetiva por meio de sensações, de representações e da atribuição de significados, e de adjetivos, ao que foi experienciado. (...)

As percepções são determinadas principalmente por fatores psicológicos, ou melhor, a percepção se refere ao produto dos processos psicológicos, implicando significados, relações, contextos, julgamentos, experiências passadas, memória. De um modo geral, percepção é a porta de entrada das formas e qualidades do mundo, informação recebida e processada por um organismo. (JORGE, 2011, p. 13)

A partir dessa definição podemos inferir que a percepção é uma forma de aprendizagem realizada na interação do indivíduo com o seu meio. Isso implica que os agentes externos exerçam um importante papel, tanto no sentido de informar quanto no sentido de difundir o senso comum, ou seja, as ideias transmitidas entre diferentes grupos e que ajudam a perpetuar conceitos e preconceitos.

Com a intenção de captar as percepções dos falantes, definimos como abordagem metodológica aquela que parte da técnica de observação participante aliada a questões de análise pluridimensional. Na observação participante inclui-se a própria experiência do pesquisador, como bilíngue e conhecedor da dinâmica social da fronteira, o que colabora nas questões subjetivas muitas vezes não manifestadas pelos informantes. Também no registro da paisagem linguística da fronteira a observação participante mostra-se adequada, sendo realizada por meio de fotografias.

De acordo com Laville e Dionne (1999, p. 154) a integração do pesquisador como observador implica em assumir o papel de testemunha, compreendendo o universo como ele

é, sem julgá-lo. Uma das vantagens desta técnica é que ela permite que a coleta de informações ocorra no próprio contexto, ampliando assim a possibilidade de uma visão da “vida real” das comunidades.

Após a análise da documentação que permitiu realizar o levantamento histórico e as políticas que afetaram os aspectos linguísticos da fronteira, partimos para a etapa que inclui a voz dos falantes. Essas manifestações podem incluir outros vários aspectos, entre os quais destacamos: os subjetivos (que podem variar entre diferentes indivíduos), os seletivos (dado que um falante seleciona aspectos perceptivos que se relacionam ao seu campo de experiências), e o temporal (a percepção pode ver-se alterada pela ação externa ao longo do tempo).

A coleta dos dados com os informantes foi feita por meio de gravações e pelos registros no diário de bordo. Este último permitiu complementar as informações coletadas, permitindo o registro do que se ouve, dos acontecimentos, das impressões e o máximo de informações que contribuíram para complementar a posterior análise dos dados. Destaca-se que as entrevistas foram realizadas através de consentimento escrito dos informantes, assegurando-se o sigilo das identidades e das opiniões expressadas.

Por sua vez, e com o objetivo de poder analisar as percepções dos falantes a partir de diferentes dimensões, incluiu-se a perspectiva pluridimensional. Desta forma pretende-se ter uma amostra representativa dos diferentes agentes sociais, composto por falantes de diferentes classes, diferentes faixas etárias e de ambos os sexos.

5.1 Macroanálise sociolinguística

A situação linguística da fronteira uruguaia não é uniforme, como já foi visto pelos diversos estudos realizados. Esse espaço, portanto, é um terreno fértil para o estudo da variação, incluindo não apenas uma forma de fala, mas todas aquelas resultantes pelo contato linguístico e do processo de aquisição de uma L2.

Com o objetivo de apresentar uma macroanálise sociolinguística, partimos da relação entre o espaço e as diferenças entre os falantes, como forma de identificar nas cidades fronteiriças as diferentes manifestações do português que ficam condicionadas às delimitações políticas. Essas diferenças entre os grupos acabam se conformando em autênticas fronteiras

internas, já que cada grupo não se percebe como integrante de um todo mais amplo. Destaca-se também que, apesar deste trabalho centrar-se no português e seu contato com o espanhol no território uruguaio, a análise macro permite identificar esse espaço como plurilíngue, onde outras línguas minoritárias convivem com as já citadas. Esse aspecto é destacado por Altenhofen com base nas pesquisas realizadas na Bacia do Prata:

(...) dificilmente, encontramos uma sociedade puramente monolíngue. Mesmo nas sociedades urbanas, a globalização, a ampliação dos espaços midiáticos e a internacionalização pressupõem “variação e diversidade linguística”. (ALTENHOFEN, 2013, p. 22)

A citação confirma a riqueza do espaço fronteiriço nas questões que envolvem a variação linguística. Ao pretender realizar uma macroanálise sociolinguística, que considere as variáveis existentes nas regiões pesquisadas, a geolinguística pluridimensional e contatual oferece os parâmetros adequados de análise:

El espacio variacional de la DP (Dialectología Pluridimensional) no comprende solamente los dialectos “puros” preferidos por la Dialectología tradicional o los sociolectos de la Sociolingüística. Son de igual interés las variedades mixtas, los fenómenos de contacto lingüístico entre lenguas contiguas o superpuestas de minorías y de mayorías, formas regionales, la variación diafásica (o estilística), el comportamiento lingüístico de los grupos topodinámicos (demográficamente móviles) contrastado con el de los grupos topostáticos (pocos móviles en el espacio), la actitud metalingüística de los hablantes comparada con su comportamiento lingüístico, y otros parámetros más. (THUN, 1998, p. 788)

Esses parâmetros servem de base para acompanhar a dinâmica dos falantes, pois eles mesmos ao definirem sua língua demonstram reconhecer sua variedade, o que denota o quanto as dimensões citadas se refletem nas suas interações. Ao definir a fala como *brasileiro*, percebe-se a etnicidade⁹ como um fator relevante, pois não a reconhecem como português. Nesse aspecto, Appel e Muysken (1996, p.24) destacam as seguintes dimensões: a) a paternidade – aquilo que é transmitido sucessivamente dos avós aos pais e dos pais aos filhos; b) o patrimônio – como legado da coletividade: música, roupa, comportamento, ocupações transmitidas de geração a geração; c) a fenomenologia que se relaciona ao significado atribuído à herança étnica e às atitudes dos indivíduos que integram um grupo.

Os autores afirmam ainda que a identidade de um grupo se constitui a partir daquilo que os diferencia dos outros. Exemplo disso seria a identidade linguística, que não se explica

⁹ De acordo com LASTRA (2003, p.383) a etnicidade expressa uma mudança nos contextos interativos multiculturais nos quais a atenção se centra num grupo étnico que está marcado por características culturais e sociais em comum. A noção étnica supera a noção de minoria, já que ela não reconhece fronteiras ou limites espaciais.

apenas como instrumento de comunicação. Assim, as línguas transmitem conotações sociais, fato verificado nas cidades fronteiriças uruguaias, onde a forma de falar tornou-se parte de uma identidade bilíngue.

Ao reconhecer que os sistemas linguísticos são fruto da variedade e da unidade, percebe-se a condição da variação na promoção de mudanças, ao mesmo tempo em que há uma permanência de padrões estruturais e estilísticos. Dessa forma as comunidades conseguem se reconhecer, mesmo na sua heterogeneidade.

Por isso a variação linguística pode ocorrer nos eixos diatópico e diastrático. No primeiro, as alternâncias se expressam regionalmente, considerando-se os limites físico-geográficos; no segundo, elas se manifestam de acordo com os diferentes estratos sociais, levando-se em conta fronteiras sociais. Assim, tradicionalmente, concebe-se uma ecologia linguística do ponto de vista horizontal, com a constituição de comunidades geográficas com base em marcadores regionais; e do ponto de vista vertical, com a geração de padrões por meio de indicadores sociais. (MOLLICA, 2013, p. 12)

Do cruzamento dos eixos diatópico e diastrático é que são obtidos dados referentes à variação, o que origina informações que podem ser mensuradas e quantificadas. Com esses mesmos parâmetros pretendemos elencar as percepções das diferentes comunidades de fala, complementando outros estudos e incluindo questões de planejamento linguístico e seus efeitos entre os falantes.

5.2 Dimensões de análise

A opção por uma abordagem pluridimensional se centra na possibilidade de obtermos várias dimensões de análise, na tentativa de ver como as percepções podem variar entre os diferentes segmentos sociais.

Considerando a heterogeneidade das cidades fronteiriças, aliado a própria dinâmica das relações sociais, destacamos a relevância das questões diacrônicas. Esse aspecto ganha importância ao analisar os documentos que envolvem políticas linguísticas realizadas ao longo do tempo, pois tiveram repercussão em diferentes faixas etárias, o que pode ocasionar em diferentes percepções já que remetem a experiências de vida distintas.

Do ponto de vista sincrônico, as variações das línguas podem se relacionar a diversos fatores que podem ser oriundos de uma mesma comunidade de fala, ou a diferenças

geográficas, etárias ou mesmo de gênero. Assim, da mesma forma que cada grupo expressa diferenças nas suas falas, também suas percepções sobre a língua podem ser diversas, pois também se relacionam com aspectos geográficos e sociais.

A variação social integra um conjunto de fatores que se relacionam com a identidade dos falantes e com a organização sociocultural da comunidade de fala. Nesse sentido, ganham destaque os aspectos como a classe social (aqui determinada pelo grau de escolaridade), a idade, o sexo, a situação e o contexto social.

Com base no estudo de Altenhofen (2013, p.20) adaptamos o seguinte quadro, onde são apresentadas as dimensões que incluímos no nosso estudo e que determinaram o perfil dos entrevistados. Nele, encontramos a dimensão, o parâmetro e o critério pré-definido:

DIMENSÃO	PARÂMETRO	CRITÉRIO
Diatópica	Topostático (informantes em domicílio fixo)	40 entrevistas por ponto.
Diastrática	Ca – classe alta Cb – classe baixa	Ca – formação universitária parcial ou completa. Cb – até o ensino secundário.
Diageracional	GII – Geração velha GI – Geração jovem	Acima dos 50 anos. Entre 18 e 36 anos.
Diagenérica	Ho – Homens Mu – Mulheres	
Diafásica	Resp – respostas dos questionários. Tx – conversa livre, não estruturada.	Dois estilos de fala.
Diarreferencial	Lg – fala objetiva MLg – fala metalinguística	Esta dimensão é estimulada pela técnica de entrevista em três tempos: perguntar (resposta espontânea), insistir e sugerir.
Dialingual	Bilingues Esp/Port Monolingués Esp.	Esta dimensão inclui entrevistas com falantes bilíngues da fronteira e falantes monolíngues da capital.

Quadro 03: Dimensões de análise.

Na próxima seção apresentamos os pontos definidos para a coleta de informações, onde serão observadas as relações entre as dimensões já elencadas.

5.3 Rede de pontos

Decidimos realizar a coleta de dados em cinco diferentes pontos, tentando traçar o perfil de cada um, comparando-os em relação as suas percepções sobre a língua portuguesa.

A escolha dos diferentes pontos de observação teve como objetivo cobrir a dimensão diatópica, entendendo que a relação do contato linguístico é heterogênea na fronteira do Uruguai com o Brasil, o que possivelmente gera percepções diferentes.

Na busca dessas possíveis diferenças, e também semelhanças, determinamos como áreas de trabalho as principais cidades da fronteira uruguaia, pois acreditamos que elas exercem um papel de destaque na difusão linguística, por serem centros de encontro nos quais os indivíduos realizam os mais diversos tipos de interação.

Incluímos, por tanto, duas capitais departamentais que têm servido como referência para muitos dos estudos já realizados sobre o *portugués del Uruguay*: Artigas e Rivera. Os outros dois pontos não são capitais, mas cumprem um importante papel econômico, tendo sofrido grandes transformações nos últimos anos, principalmente após a abertura dos *free shops*. Desta forma, incluímos a cidade de Río Branco que acabou tendo sua área urbana transferida mais ao interior, pois a antiga área, mais próxima à fronteira, viu-se alterada em função da especulação financeira motivada pelo comércio. E a cidade do Chuy, localizada no departamento de Rocha que é indicada por muitos estudos como uma região pouco afetada pelo contato do português.

Além das cidades fronteiriças, incluiu-se também Montevideú, pois como capital que concentra mais da metade da população do país, é ali onde se gestam as impressões que muitas vezes são consideradas “nacionais”, e que nem sempre refletem o sentimento das minorias periféricas.

Com esses cinco pontos, pretendemos ter uma visão da fronteira a partir dos seus centros mais povoados. A exceção de Montevideú, as cidades da fronteira com o Brasil têm apresentado um contínuo decréscimo de sua população, fato que podemos perceber a partir dos dados do censo de 2011, que indicam que as faixas etárias acima dos 19 anos são menos numerosas do que as situadas abaixo dessa idade:

Cidade	Homens	Mulheres	Total	Principal faixa etária
Montevideu	613.756	704.999	1.318.755	Dos 20 aos 29
Rivera	30.365	34.100	64.465	Dos 10 aos 19
Artigas	19.435	21.222	40.657	Dos 10 aos 19
Río Branco	7.040	7.564	14.604	Dos 10 aos 19
Chuy	4.608	5.067	9.675	Dos 10 aos 19

Tabela 02: Indicadores das cidades uruguaias pesquisadas.

Fonte: INE – Censo 2011

Os dados populacionais comprovam a hegemonia que a capital exerce, concentrando mais de 50% da população total do país. Quanto à diferença entre homens e mulheres percebe-se certo equilíbrio com um número maior da população feminina frente à masculina.

5.4 Perfil sócio cultural dos falantes

Na fronteira é possível identificar uma nacionalidade cultural com algumas características comuns: o bilinguismo (espanhol-português), a história e a educação. Essa situação auxilia para explicar a desigualdade social dessas regiões, que nem sempre se apoiam apenas nos dados econômicos. A situação marginal da fronteira, estimulando práticas particulares de sobrevivência, se reflete no comportamento social e sofre alterações nos últimos anos, principalmente com o aumento nos investimentos em educação, com destaque na modalidade de ensino profissionalizante.

Como foi destacado anteriormente, a região da fronteira apresenta os índices mais baixos de IDH, ficando abaixo da média nacional. Porém, no que se refere ao acesso à educação, principalmente à primária, os índices de analfabetismo são relativamente baixos se comparados ao Brasil, mas elevados dentro do contexto uruguaio. A escolarização, portanto, passa a ser um fator decisivo na determinação da dimensão diastrática, inclusive porque é no ambiente escolar onde as trocas entre diferentes grupos acontecem. A tradição da escola pública uruguaia ainda permite reunir crianças de diferentes classes socioeconômicas, o que torna esse espaço favorável para a difusão das variáveis linguísticas.

Um fator determinante que se relaciona à condição sociocultural é o acesso a bens culturais, fato díspar nas cidades fronteiriças uruguaias. Cidades como Chuy e Río Branco são

extremamente carentes em opções de lazer e cultura, ao contrário das cidades de Rivera e Artigas, pois ao serem capitais departamentais recebem maiores recursos. Nesse sentido, o acesso a bens culturais estará diretamente relacionado à condição econômica dos habitantes, que permitirá ou não a mobilidade como forma de permitir que frequentem cinemas, bibliotecas, livrarias e outras opções de lazer. Para as faixas sociais mais carentes a televisão acaba sendo o único contato com a produção cultural, sendo o vínculo muito mais estreito com a programação emitida pela televisão brasileira.

Para que os dados possam contemplar as diferenças entre os diversos grupos sociais, classificamos os informantes em duas classes: a baixa (indivíduos que não completaram o ensino secundário) e a alta (indivíduos com ensino universitário completo ou incompleto). Destacamos que essa divisão não se refere à condição econômica dos indivíduos, mas sim ao grau de instrução, algo determinante para diferenciar o acesso a bens culturais que possam demandar necessidades diferentes de uso de uma língua. As faixas etárias também foram classificadas em dois grupos, sendo o jovem (de 18 a 36 anos) e os mais velhos (acima de 50 anos). Além disso, os informantes também foram classificados por gênero, correspondendo a 50% homens e 50% mulheres, dentro de cada segmento.

5.5 Instrumentos de coleta de dados

Partindo do objetivo proposto, que era verificar a percepção dos falantes bilíngues em relação ao *portugués del Uruguay* e as políticas linguísticas, não houve a preocupação de realizar testes sociolinguísticos que verificassem a variação interna na fala dos entrevistados. A proficiência linguística deu-se na própria aplicação dos instrumentos de pesquisa, com a interação realizada pelo pesquisador em português.

Reconhecendo tratar-se de comunidades bilíngues, houve a preocupação em que a condução das entrevistas acontecesse em português, critério observado na apresentação do entrevistador, que afirmava não falar espanhol e que a entrevista deveria ser respondida em português. O objetivo dessa abordagem era o de estimular o uso da língua pesquisada, sem que o possível conhecimento do entrevistador interferisse na espontaneidade das respostas. Para tanto, optou-se pela aplicação de um questionário semiestruturado, formado por questões abertas. Destacamos ainda que os informantes selecionados deveriam ser nascidos na cidade na qual a entrevista foi aplicada.

Selecionamos a técnica da entrevista por permitir que as pessoas que detêm as informações possam testemunhar suas experiências. Para tanto, foi construído um questionário como instrumento de pesquisa que incluiu os seguintes tipos de questões:

- 1) *identificação do entrevistado* – questões que tentam conhecer a história de vida, origem, idade, sexo, filiação, estado civil, escolaridade e informações sobre o uso das línguas;
- 2) *uso da língua* – a partir de questões fechadas o informante deveria responder sobre diferentes situações de emprego do português;
- 3) *conhecimento sobre a língua* – o entrevistado deveria conversar sobre as questões de reconhecimento legal e social do português no seu contexto.

Por outro lado, considerando que o objetivo é captar aspectos da percepção dos falantes, as questões se subdividiram em:

- a) explícitas – incluem as opiniões manifestas, atitudes abertas em relação à língua e a história de vida dos entrevistados;
- b) implícitas – incluem as respostas encobertas dos entrevistados e o olhar do entrevistador para aspectos subjetivos.

Os entrevistados assinaram um termo de consentimento (anexo 2) onde aceitavam participar da pesquisa, sendo realizada através da gravação dos dados. A opção pela realização de entrevistas semiestruturadas se deve à flexibilidade que esse tipo de instrumento permite, principalmente quando questões subjetivas podem surgir durante o processo de aplicação:

(...) sua flexibilidade possibilita um contato mais íntimo entre o entrevistador e o entrevistado, favorecendo assim a exploração em profundidade de seus saberes, bem como de suas representações, de suas crenças e valores... em suma, tudo o que reconhecemos, desde o início, como o objeto das investigações baseadas no testemunho. (LAVILLE e DIONNE, 1999, p.189)

Com essa possibilidade e motivados em poder obter uma melhor compreensão da realidade social e linguística, foram criados dois questionários, um para aplicação nas cidades de fronteira entre falantes bilíngues e outro para aplicação em Montevideu com falantes de espanhol.

O instrumento aplicado nas cidades de fronteira (anexo 3), incluiu questões de controle, permitindo classificar o informante de acordo com as dimensões que se pretendem

cobrir. No total, os informantes responderam 40 questões que foram divididas nas seguintes categorias: informações gerais (pessoais); informações linguísticas (usos das línguas); questões sobre atitudes linguísticas; questões sobre a percepção sobre a língua; questões que incluem aspectos de política linguística; informações sobre aspectos socioculturais e por último questões que permitam estabelecer relação entre a mídia e a língua.

O diário de bordo teve uma estrutura padrão (anexo 4) que permitiu sua aplicação durante o trabalho de campo, coletando informações dos pontos pesquisados. A coleta dessas informações muitas vezes exigiu a visita a bibliotecas e outros espaços que permitissem averiguar dados que nem sempre eram de domínio público.

O instrumento aplicado na capital (anexo 5) partiu de questões implícitas, abrangendo aspectos sobre línguas de forma ampla. A abordagem do português foi feita através de questões explícitas, isso quando a menção não era feita por iniciativa do entrevistado. No total cada entrevistado respondeu a quinze perguntas, tentando abordar as questões linguísticas da fronteira a partir da percepção e do conhecimento possuídos.

Na etapa do tratamento dos dados, que será apresentada no próximo capítulo, os mesmos serão categorizados e em função de suas incidências, será realizado um levantamento de cunho qualitativo e quantitativo, permitindo a análise de cada um dos pontos pesquisados, assim como a comparação das relações entre eles. Desta forma pretendemos construir um panorama da situação linguística da fronteira uruguaia, feito a partir das percepções dos falantes e do papel realizado pelas políticas linguísticas.

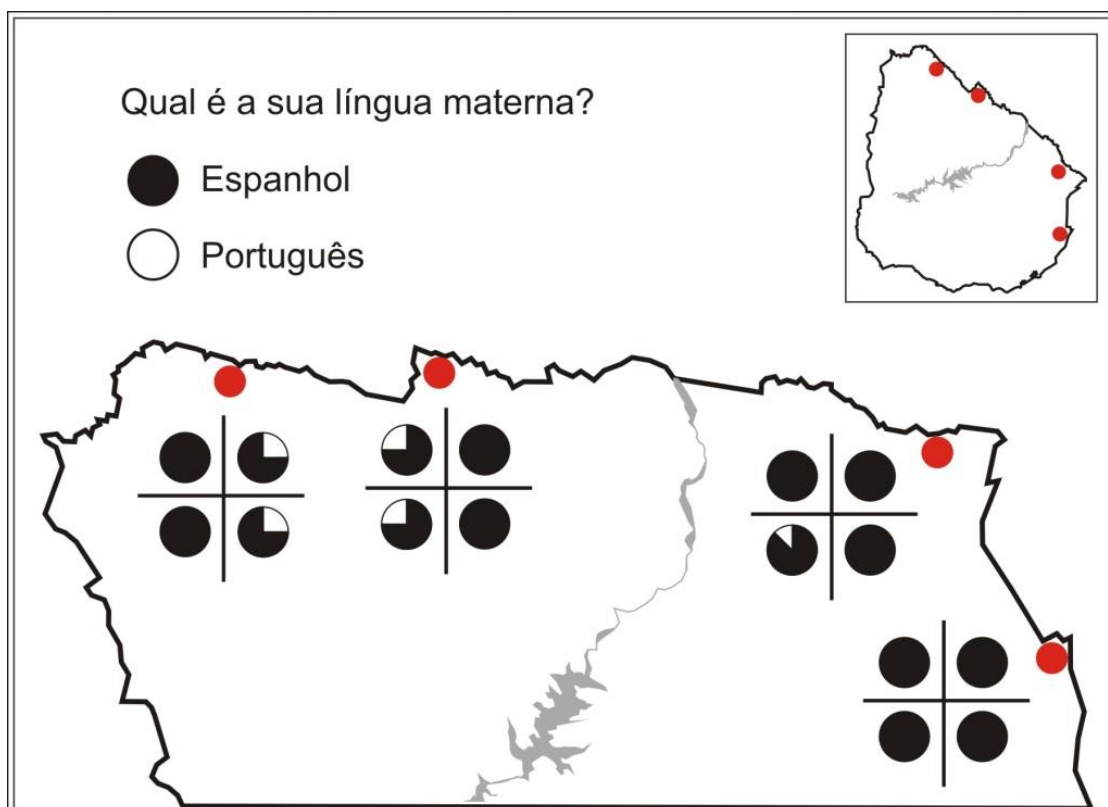
6 PORTUGUÊS COMO LÍNGUA *EN EL URUGUAY*

Os dados apresentados neste capítulo foram coletados nos meses de janeiro e fevereiro de 2014, e junho e setembro de 2015, tendo como meta a percepção dos falantes uruguaios sobre a realidade linguística de suas regiões, com destaque ao contato linguístico entre o espanhol e o português e sua relação com as políticas linguísticas.

Os resultados obtidos através da aplicação do instrumento de pesquisa, bem como do diário de bordo, foram a base da categorização que permitiu reunir os dados e agrupá-los de forma a atender os objetivos propostos por este trabalho. Nesse sentido, em um primeiro momento, teremos um panorama geral dos quatro pontos da fronteira, estabelecendo diferentes graus de comparação entre eles. De forma paralela, será abordada a situação da capital, vendo como seus habitantes percebem a situação linguística da fronteira e como a situação de prestígio do português tem mudado nos últimos anos.

6.1 Fronteiras internas entre os falantes

Ao serem perguntados sobre qual é a sua língua materna, observou-se que a grande maioria dos informantes respondeu que era o espanhol. Nas justificativas a essa resposta ficou evidente a associação imediata dos falantes à nacionalidade. Respostas como: *eu moro no Uruguai, então minha língua é o espanhol*; ou *a língua do Uruguai é o espanhol*. Porém, essas respostas logo geravam dúvidas quando os próprios falantes afirmavam que *não lembravam desde quando falavam português*, ou que nas suas casas *a língua sempre estava presente, pois a mãe, o pai ou algum dos avós era falante da língua*. No quadro 4, a seguir, apresentamos a incidência de respostas espontâneas a essa questão, sem fazer a diferença por grau de instrução, pois os dados do grupo **Ca** coincidiram com os do grupo **Cb** nos quatro pontos:

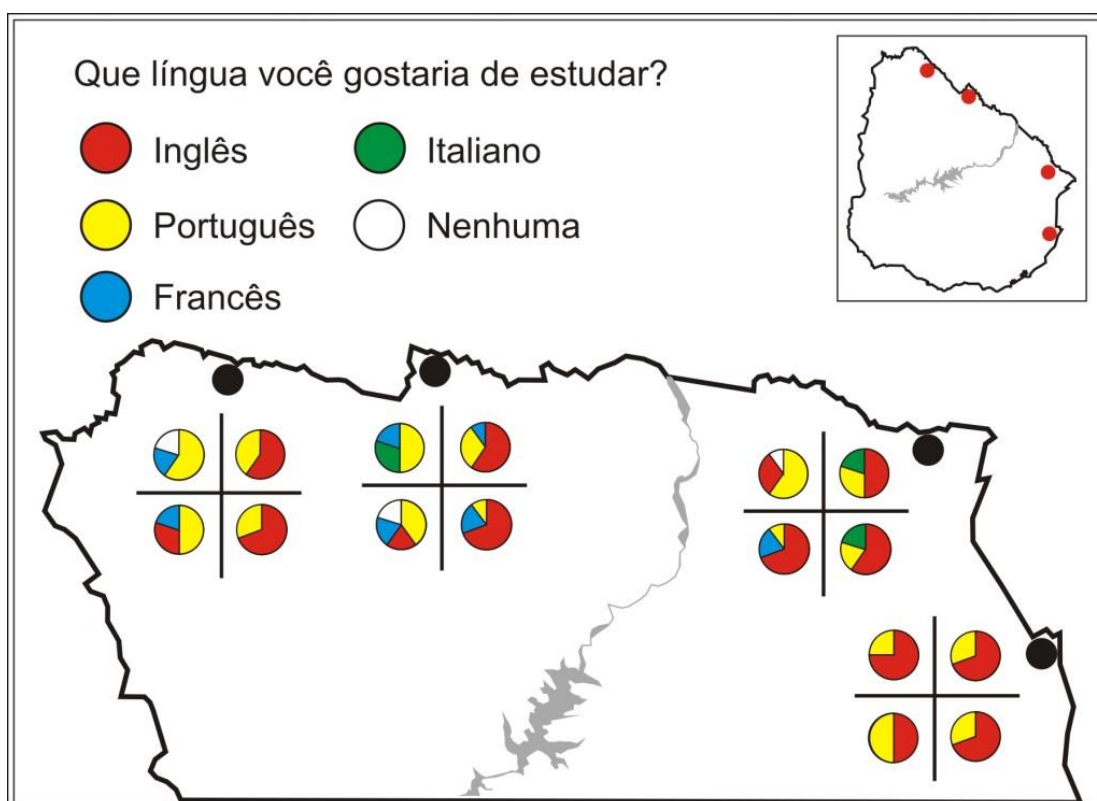


Quadro 04: Língua materna dos informantes.

É possível perceber uma posição mais conservadora no Chuy e em Río Branco, onde apenas 10% das informantes femininas da geração mais velha afirmou que sua língua materna era o português. Já em Rivera foi possível notar uma diferença considerável entre as diferentes gerações, assim como em Artigas. No entanto, o fator de destaque é que a ideia do espanhol como língua materna foi predominante entre os jovens de Rivera, da mesma forma que a geração mais velha de Artigas. Portanto, observamos uma postura geracional diferente nesses dois pontos, e que terá reflexos nas outras questões levantadas pela pesquisa.

Numa pergunta posterior, quando os entrevistados responderam sobre quais as línguas que gostariam de estudar ou de aprender melhor, além do inglês, ganhou um destaque muito grande o português (quadro 05). As justificativas, novamente, foram similares entre os grupos **Ca** e **Cb** e encobrem um sentimento comum: *gostaria de melhorar meu português; se eu estudasse, não misturaria tanto; eu falaria melhor*. Esses informantes, mesmo falando e se comunicando perfeitamente em português, acreditam que *não falam bem*, atribuindo essa condição à falta do estudo formal ou ao acesso à língua escrita. Essa situação não se aplicava ao espanhol, língua que sim tinham estudado na escola e na qual leem e escrevem com frequência. Na geração mais jovem, no entanto, percebe-se uma maior consciência de que sua

fala é português e que, portanto, não seria necessário investir tempo no estudo dessa língua, o que conduziria para o estudo de uma terceira língua, neste caso, o inglês: *espanhol eu sei e português eu me viro, então gostaria de melhorar/estudar inglês*. A principal justificativa para a escolha do inglês, fez referência à presença constante dessa língua no contexto fronteiriço, pois os produtos comercializados nos *free shops* têm manuais ou orientações de uso nessa língua. Para esses informantes, com destaque para as gerações mais jovens, o inglês cumpre o papel de língua internacional, ou *a língua que todo o mundo fala*.

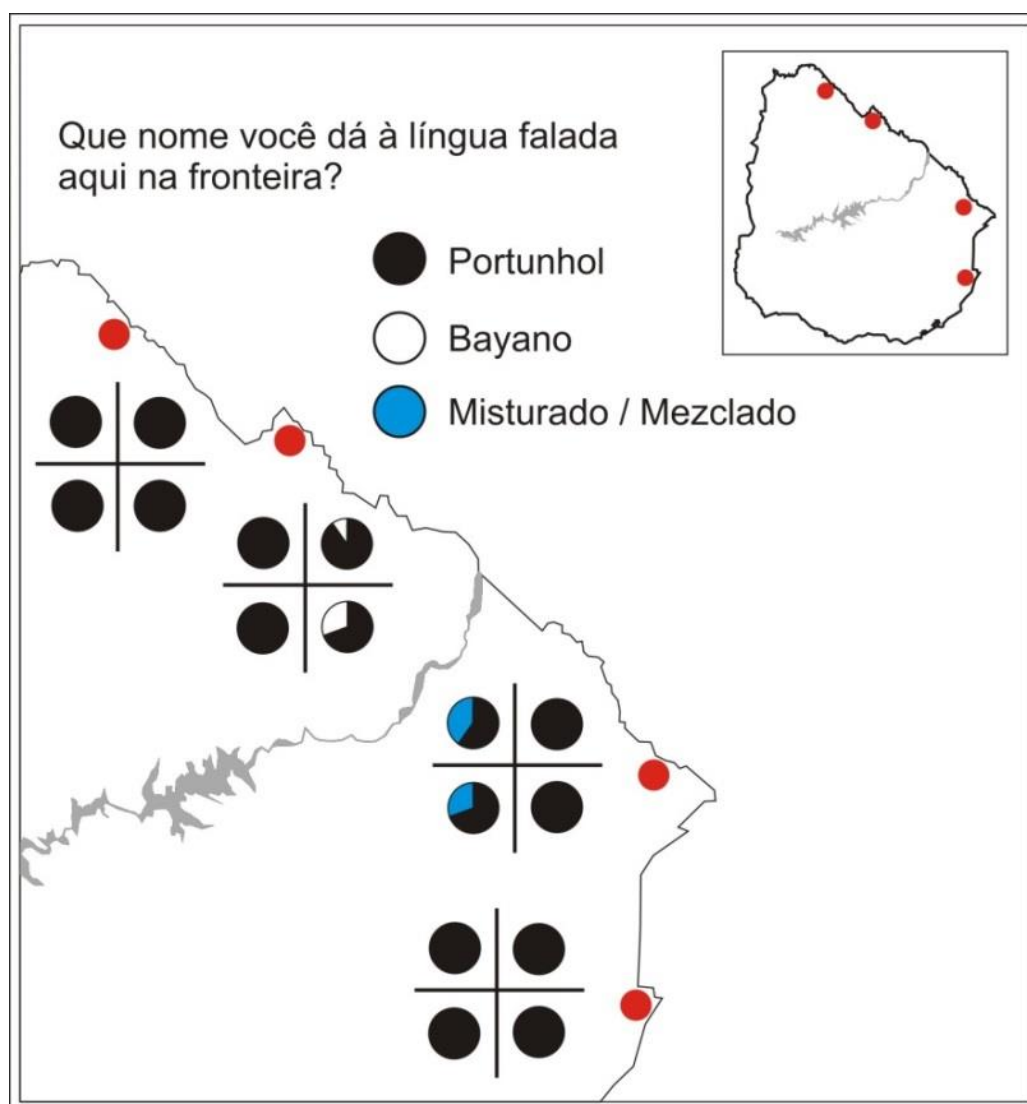


Quadro 05: Língua que os informantes gostariam de estudar.

Nesse quadro é possível verificar que línguas como o francês ou o italiano foram citadas tanto pelas gerações mais velhas quanto pelas mais jovens, possivelmente como um reflexo do sistema educativo tradicional que permite o acesso a essas línguas, porém com uma preferência muito abaixo a do inglês.

Na questão que foi abordada a denominação da língua da fronteira (quadro 06), ficou evidente a força do senso comum e *portunhol* foi a resposta mais abrangente em todas as dimensões pesquisadas. Outras denominações foram citadas, com algumas variações na dimensão diatópica, assim como a partir da sugestão oferecida pelo pesquisador. Um fato curioso foi o de nenhum informante ter feito referência à denominação DPU, mesmo quando

perguntados se já tinham ouvido essa palavra ou se sabiam o seu significado. Além do portunhol, citado majoritariamente, em Ríó Branco a geração mais velha afirmou que a língua era *misturado* ou *mezclado*: *aqui falamos mezclado; nossa fala é misturado*. Entre os jovens de Rivera, a denominação *bayano* foi atribuída por uma parcela deste segmento que atribui esse adjetivo à condição de fronteiro e não apenas a sua fala: *em Montevideo nos chamam de bayanos porque somos da fronteira; nossa forma de falar nos identifica com esta região*. É importante destacar que a denominação *portunhol* tem sido usada sistematicamente pelos meios de comunicação de Montevideú, onde a questão linguística está frequentemente nas pautas jornalísticas. Além disso, projetos como “Jodido Bushinshe”, que objetivam promover a língua da fronteira à condição de patrimônio cultural imaterial do Uruguai, denominam a língua de *portuñol* (anexo 1).



Quadro 06: Denominação da língua.

Ao serem questionados sobre quando empregam o português para se comunicarem, as situações envolvendo relações interpessoais e comerciais ganharam grande destaque. Mesmo que todos tenham respondido que a língua que mais usam seja o espanhol, nas interações com a família e os amigos, o português é a língua empregada. Essa situação é mais comum em Rivera e em Artigas, tendo um destaque menor em Río Branco. O outro contexto de uso do português é no comércio, justificado pelo fato de que as compras de alimentos e produtos de higiene e limpeza são realizadas no lado brasileiro, onde os preços são mais baixos e a variedade de produtos é maior. Essas informações estão representadas na tabela 03, indicando também outras situações mencionadas que merecem destaque. O caso das férias no Brasil indica uma relação geográfica bem específica, sendo mais intensa nas localidades próximas ao litoral (Chuy e Río Branco) e inexistente no ponto mais distante (Artigas). A possibilidade de interação relacionada a festas, foi mencionada no Chuy, Río Branco e Rivera, não sendo citada em Artigas. De acordo com os informantes, festas como o carnaval tem uma grande importância no calendário das cidades, integrando brasileiros e uruguaios. Além disso, muitos dizem participar de festas e eventos sociais organizados no Chui (lado brasileiro), Jaguarão e Santana do Livramento.

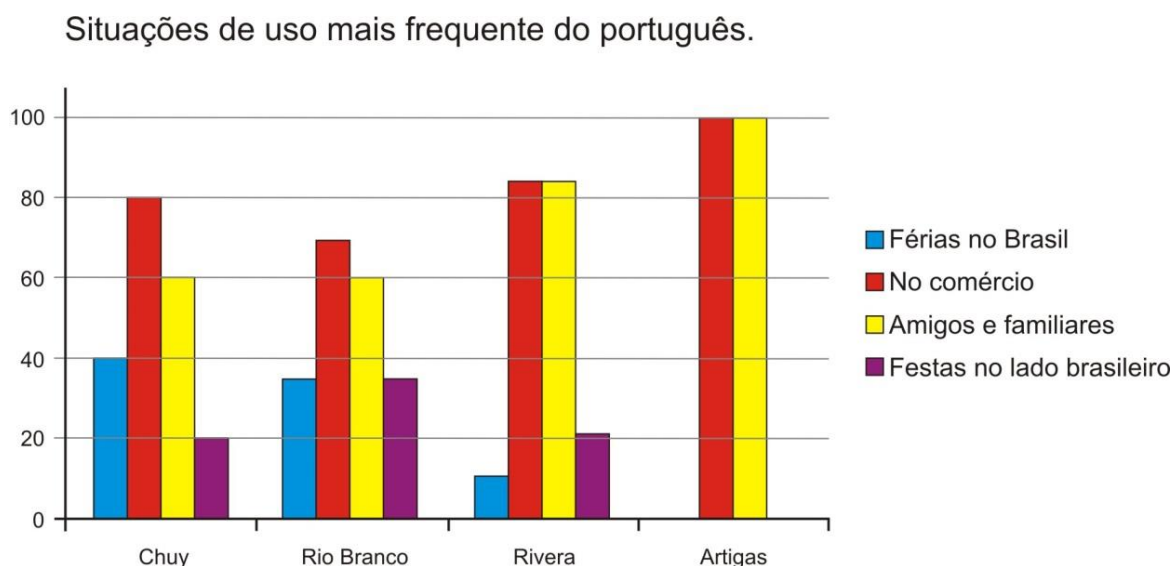


Tabela 03: Situações de uso do português.

Ao falarem sobre os aspectos que mais gostam do Brasil, bem como com os quais se identificam, selecionamos as cinco categorias mais citadas em cada um dos pontos pesquisados. A menção à língua, o português, apareceu em três localidades: no Chuy, em 7,1% das respostas; em Rivera, com 19,5%, e em Artigas, com 20,5%. O fato de em Río

Branco a língua não ter sido citada, confirma a tendência verificada nas observações de campo: o português nessa região parece ter perdido espaço, apesar de ter uma forte presença através da programação da televisão, conforme as respostas obtidas.

Dois aspectos mencionados foram comuns nos quatro pontos: a alegria e a música, sendo a primeira uma das características principais de diferenciação entre os uruguaios e brasileiros: *os brasileiros estão sempre alegres; no Brasil as pessoas têm um bom astral, diferente dos uruguaios que são mais pessimistas*. Para alguns informantes, essa característica se reflete na forma como o brasileiro se veste: *é só a gente olhar o jeito como a pessoa se veste que já sabemos que é do Brasil. São coloridos e os uruguaios são cinzas*.

A relação com o comércio foi outro aspecto destacado, sendo mais significativa em Ríó Branco e em Artigas, mas também mencionada em Rivera. Nessa categoria as justificativas fazem referência à economia que representa fazer compras no Brasil, onde os preços dos alimentos são, no geral, mais baixos do que no Uruguai. Essas compras não são classificadas como contrabando, já que se trata do consumo próprio das famílias. Isso também se reflete nos restaurantes e lancherias do lado brasileiro que acabam sendo frequentados por moradores do lado uruguaio. Na tabela 04 é possível verificar a incidência de respostas por cada ponto:

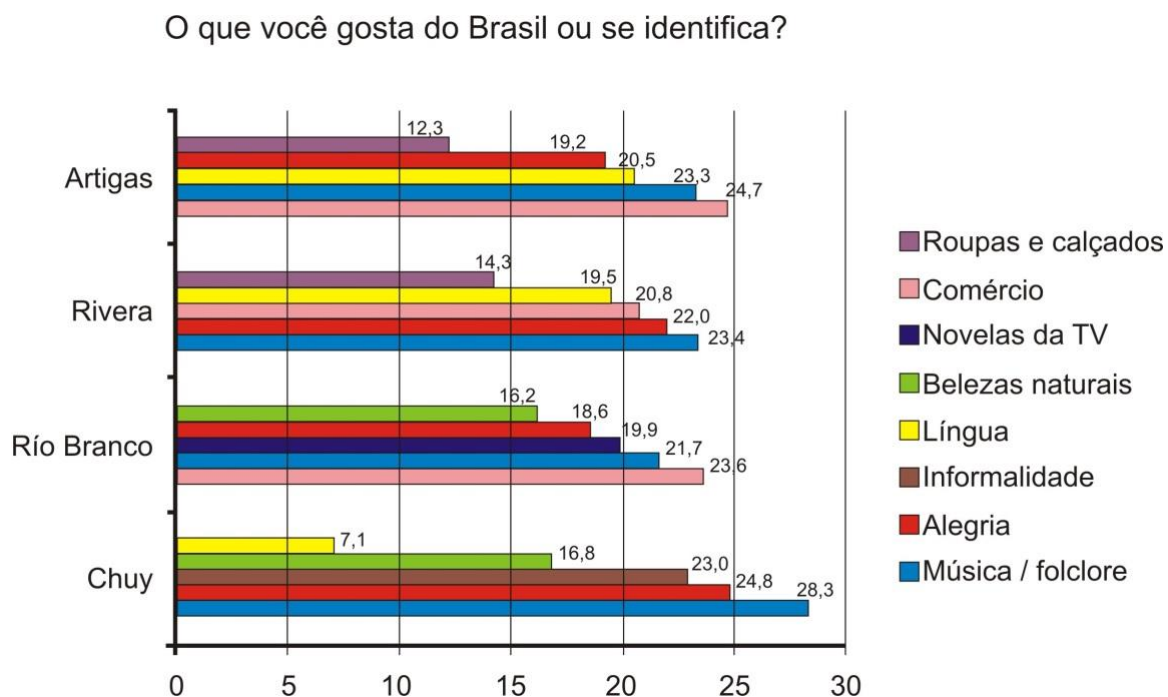


Tabela 04: Aspectos de identificação com o Brasil.

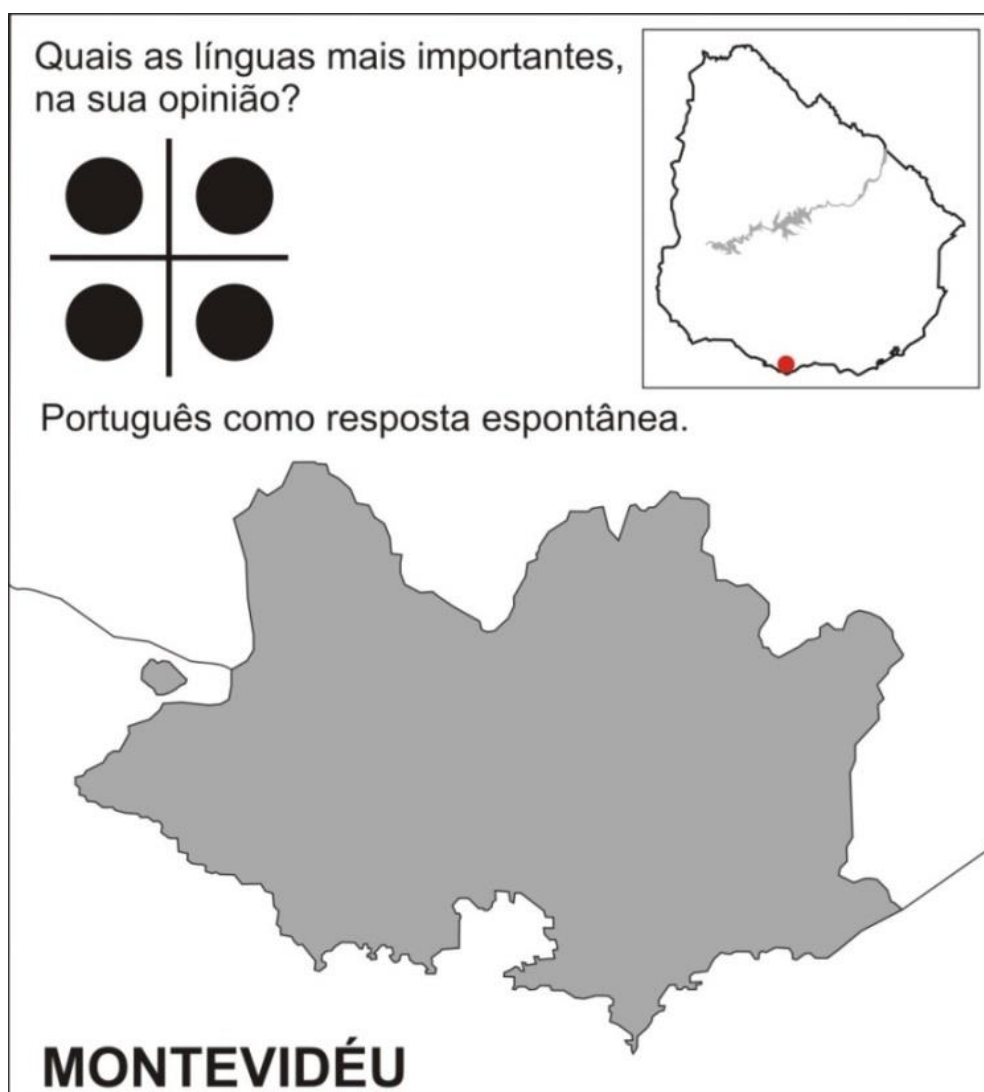
De forma oposta, entre os aspectos negativos do Brasil com os quais esses informantes não se identificam, as respostas foram reunidas em três categorias, representando a totalidade dos entrevistados: em primeiro lugar ficou a insegurança, seguida pela violência e pelo consumismo. As duas primeiras têm relação direta com o próprio estilo de vida das cidades uruguaias fronteiriças, pois apresentam um grande contraste com as cidades do lado brasileiro. Enquanto no lado uruguaio percebe-se um grande movimento nas ruas, com as pessoas frequentando praças e comércios até em horários noturnos, o lado brasileiro tem um escasso policiamento e suas vias públicas pouco iluminadas, o que inibe a presença das pessoas. Além disso, os telejornais brasileiros assistidos do lado uruguaio destacam em suas manchetes as situações envolvendo crimes e violência, algo pouco frequente no país vizinho. Já a questão do consumismo, alerta para a realidade vivenciada na fronteira após a abertura dos *free shops*, contribuindo para a percepção de que *os brasileiros vem aqui para comprar produtos de marcas, eles dão muita importância para isso, nós aqui não ligamos para isso*. Outra ideia associada ao consumo é a de que *os brasileiros só querem comprar; eles não se importam com outras coisas que nossa região oferece; muitos devem achar que o Uruguai é um free shop*.

6.1.1 As percepções da capital

Montevideu está distante da fronteira, mas, devido a sua condição de capital do país e por ser o principal centro de decisão política, torna-se relevante conhecer a posição de seus habitantes. O instrumento aplicado neste ponto (anexo 5) diferenciou-se, pois não se trata de falantes bilíngues, sendo aplicado em espanhol e com um foco inicial às línguas em geral. No transcorrer das entrevistas é que as questões ligadas ao português no Uruguai e à fronteira foram introduzidas, o que permitiu a coleta de respostas espontâneas, a partir de questões implícitas, e outras obtidas pelo questionamento explícito.

Na primeira questão, *quais línguas são importantes atualmente?*, todos os informantes mencionaram o português, colocando-a em destaque após o inglês (quadro 07). Tanto os entrevistados das diferentes gerações quanto dos diferentes graus de instrução, identificaram o português como uma língua importante e que gostariam de aprender. Essa constatação permite comprovar um aumento qualitativo no status do português, algo não verificado nos estudos

realizados antes do ano 2000 e que já foram citados neste trabalho. Outro fato que corrobora essa constatação é o aumento significativo de cursos de português em Montevideú.



Quadro 07: Línguas mais importantes.

Nessa primeira questão, fica clara a importância utilitária dada à língua, pois a escolha relaciona-se diretamente ao mercado de trabalho. O inglês ocupa a posição hegemônica com 38,6% de incidência, sendo que o português situou-se logo abaixo, com 31,6%. O mandarim ocupou a terceira posição, com 17,5%, sem dúvidas motivado pela importância da China nos últimos anos no mercado internacional, seguido pelo espanhol (10,5%), língua nativa de todos os informantes. O francês foi a quinta língua mencionada, com apenas 1,8% de incidência (tabela 05).



Tabela 05: Línguas mais importantes.

Dos informantes que citaram de forma espontânea o português como uma língua importante, 70% justificaram essa opinião fazendo referências ao mercado de trabalho e a economia mundial atual. As relações culturais que o Uruguai tem com o Brasil foram lembradas por 15% desses entrevistados, número muito próximo aos que justificaram essa escolha por razões de turismo. A situação da fronteira ficou com apenas 5% das menções, demonstrando a pouca relevância que a realidade dessa região tem para os habitantes da capital. Esses dados estão representados na tabela 06:

Por que o português é importante?



Tabela 06: Por que o português é importante?

Sobre o domínio de uma segunda língua, quase metade dos entrevistados, 47%, afirmaram não terem conhecimento (tabela 07). Já entre os que afirmaram ter esse domínio, 26,5% citaram que essa língua é o inglês. No segundo lugar em número de incidências, o português e o francês obtiveram 8,8% das respostas, enquanto que o italiano, língua com a qual muitos uruguaios se identificam, obteve 5,9%. O armênio teve uma presença de 2,9%, reflexo da grande imigração armênia ocorrida no Uruguai no século XX.

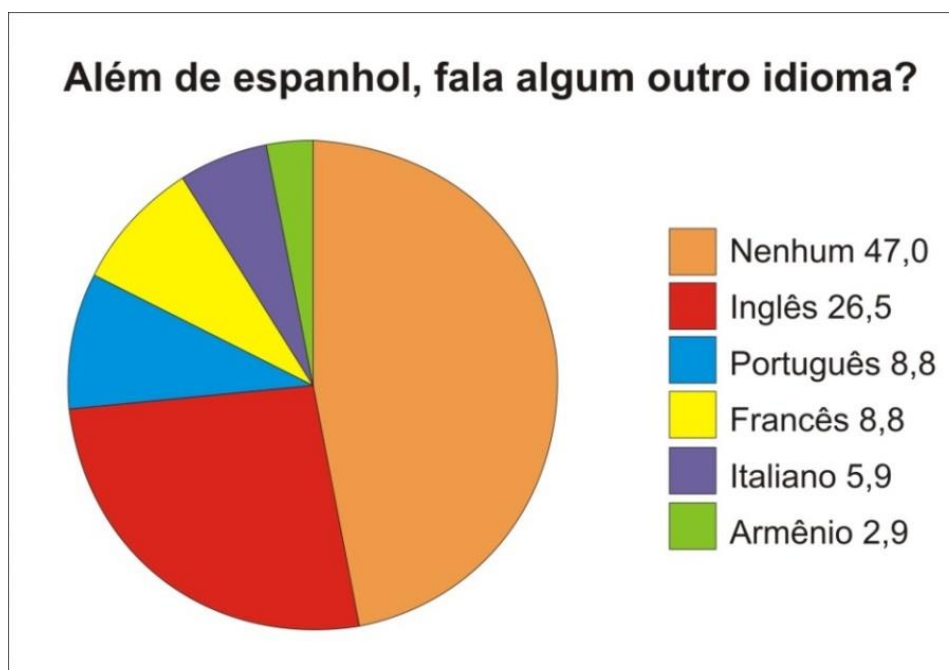


Tabela 07: Idiomas falados.

Ao serem questionados sobre quais línguas gostariam de aprender, os informantes manifestaram sua preferência pelo português (40%), seguida na mesma proporção pelo inglês (36,7%). Línguas tradicionais no ensino no Uruguai, como o italiano e o francês, ficaram bem abaixo nas menções, obtendo 10% e 6,7% consecutivamente. As outras línguas citadas foram o alemão e o russo, ambas com 3,3% (tabela 08).

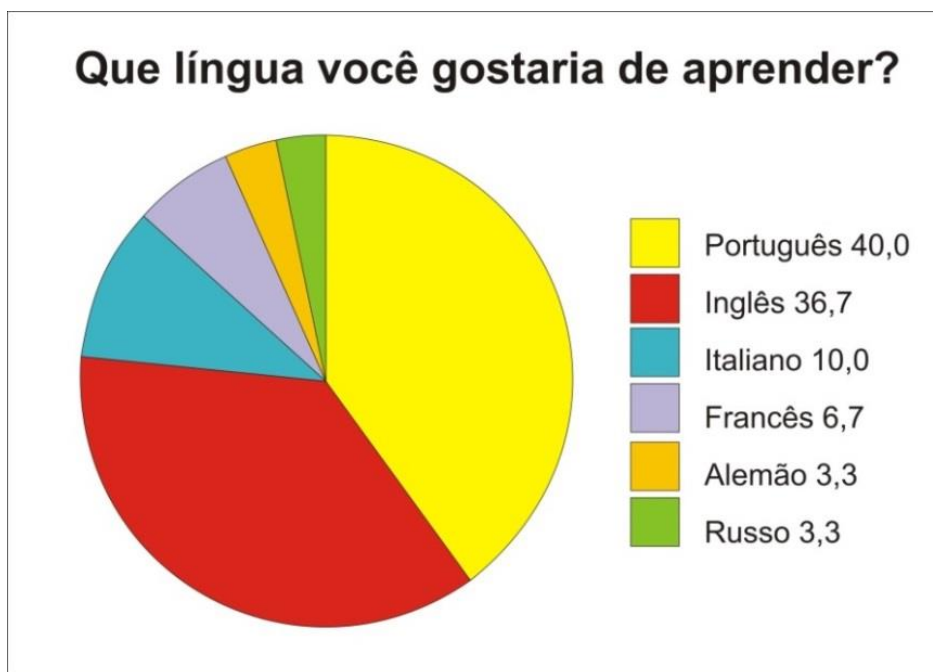
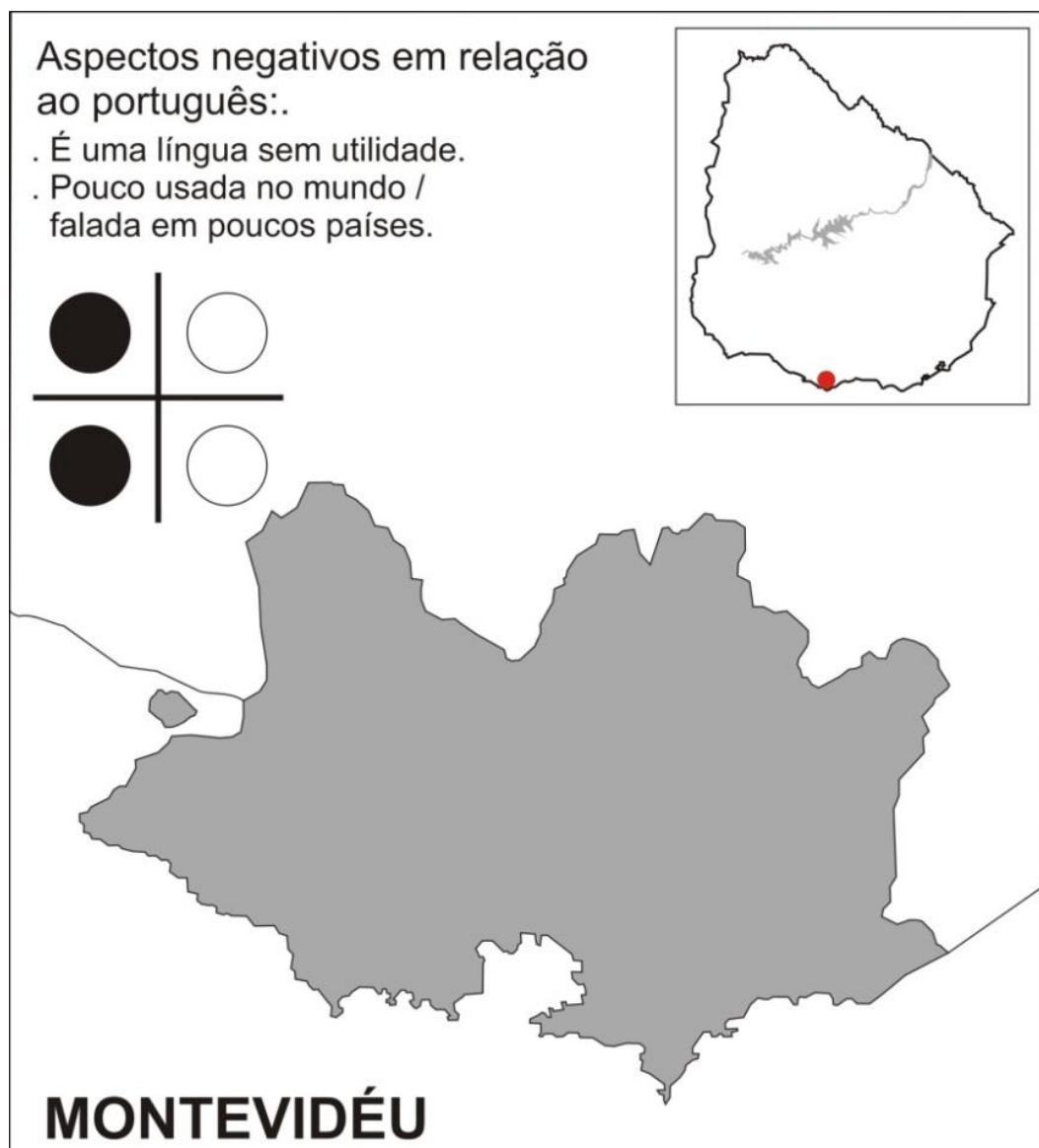


Tabela 08: Língua que gostaria de aprender.

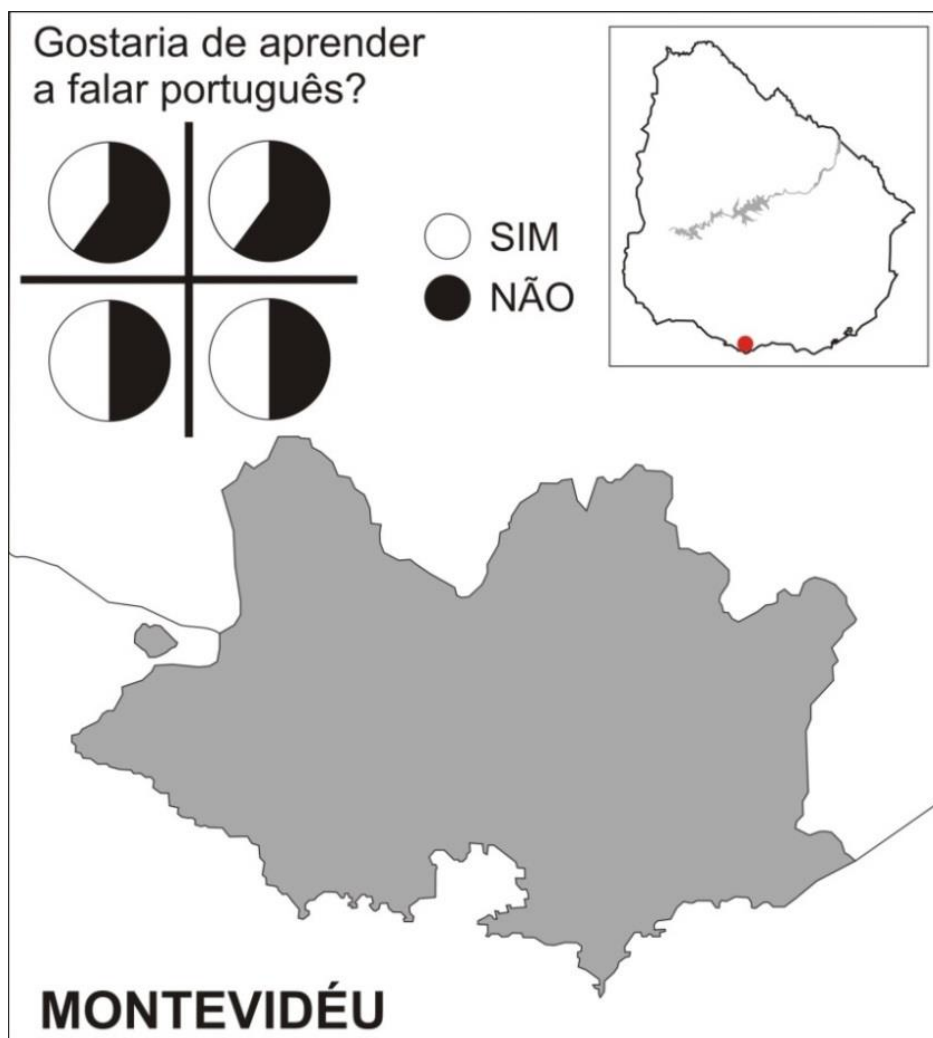
Esses dados nos apresentam outro indício importante sobre o prestígio atual do português no Uruguai. Essa postura favorável à língua foi percebida nos dois grupos geracionais e nos dois níveis de instrução investigados, indicando um momento favorável para o português e às questões relacionadas.

Entre os que não citaram preferência pelo português e suas justificativas recaíram em valorizações negativas, as justificativas foram agrupadas em duas categorias, ambas encontradas nas declarações da geração mais velha, tanto do grupo **Ca** quanto do grupo **Cb** (quadro 08). A primeira fazia menção à inutilidade da língua, entendida como desnecessária no contexto uruguaio; e a segunda à limitação de uso no contexto mundial, devido ao fato de ser uma língua de pouco uso no mundo. Essa percepção, não compartilhada pelas gerações mais jovens, é um indicativo do preconceito e da visão conservadora de uma geração que cresceu ignorando o português e que teve repercussão nas pesquisas tradicionais sobre a situação do português no Uruguai.



Quadro 08: Aspectos negativos associados ao português.

Na questão explícita, perguntando se o informante gostaria de aprender português, a possibilidade entre aqueles que não tinham cogitado o estudo dessa língua, foi significativa. O índice chegou aos 50% de respostas positivas entre as mulheres e 40% entre os homens. Também este dado mostrou-se positivo, pois apesar de o português não ter sido mencionado, houve uma atitude positiva à língua quando esta foi sugerida (quadro 09).



Quadro 09: Gostaria de aprender português?

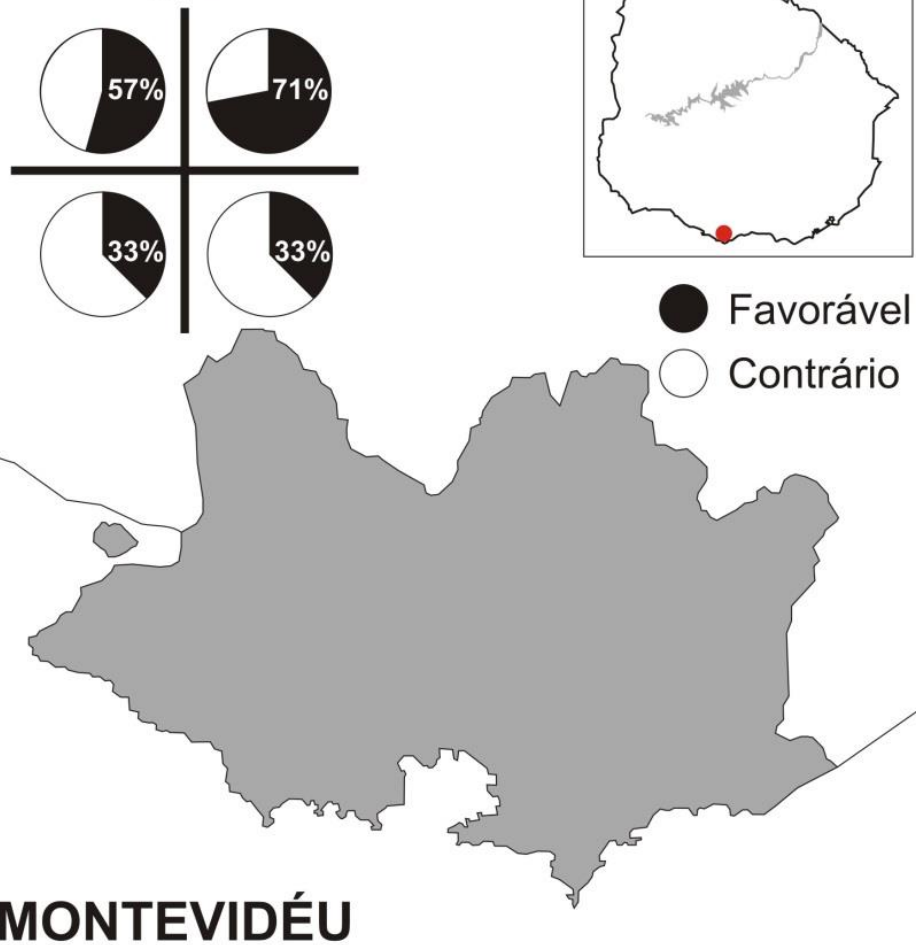
A questão que tinha como objetivo verificar se os uruguaios da capital tinham conhecimento sobre o bilinguismo na fronteira, indicou que uma maioria, 37,9%, acredita que os uruguaios não sabem falar português. A segunda maior incidência, com 24,1%, confirmou o senso comum de que é possível entender, mas não falar, atribuindo esse fato à semelhança que o português tem com o espanhol. E entre os que responderam de forma positiva, 20,8% mencionaram os habitantes da fronteira como sendo os únicos que sabem falar português, reforçando a ideia de que o contato fronteiriço é o responsável pela transmissão linguística. Entre as outras opiniões relacionadas aos uruguaios que sabem falar português, 10,3% atribuem isso aos que aprenderam a língua por passarem suas férias no Brasil e 6,9% acreditam que apenas os que estudaram formalmente teriam essa habilidade (tabela 09).

Os uruguaaios sabem falar português?



Tabela 09: Os uruguaaios sabem falar português?

Reconhecimento do português como língua oficial.



Quadro 10: Reconhecimento do português como língua oficial.

Sobre a questão que abordava o reconhecimento do português como língua do Uruguai (quadro 10), houve uma divergência entre homens e mulheres, sendo o percentual de homens favoráveis, superior ao de mulheres. Entre as mulheres, apenas 33% foram favoráveis ao reconhecimento, enquanto que entre os homens o índice variou de 57% para a geração mais velha a 71% entre a geração mais jovem. Nos grupos com o grau de instrução mais alto, a aceitação de ter o português como uma língua oficial foi maior nas duas gerações, quando comparados aos grupos com menor instrução. Na dimensão diastrática, justificativas associadas à ideia de que *cada país deve ter a sua língua* foram frequentes no grupo **Cb**, assim como alegações de que *o país perderia sua identidade*. Já no grupo **Ca**, as justificativas contrárias se afirmaram na *ausência de um legado cultural do português no país*, afirmando que a oficialização teria mais *objetivos políticos devido à influência do Brasil dentro do Mercosul*. Entre as posições favoráveis, as justificativas foram associadas às *relações cordiais mantidas historicamente pelos dois países*, assim como pela *intensificação das relações comerciais nos últimos anos*. Destacamos que nenhum entrevistado fez referência à presença histórica do português no país, nem ao fato de ser a segunda língua mais falada depois do espanhol.

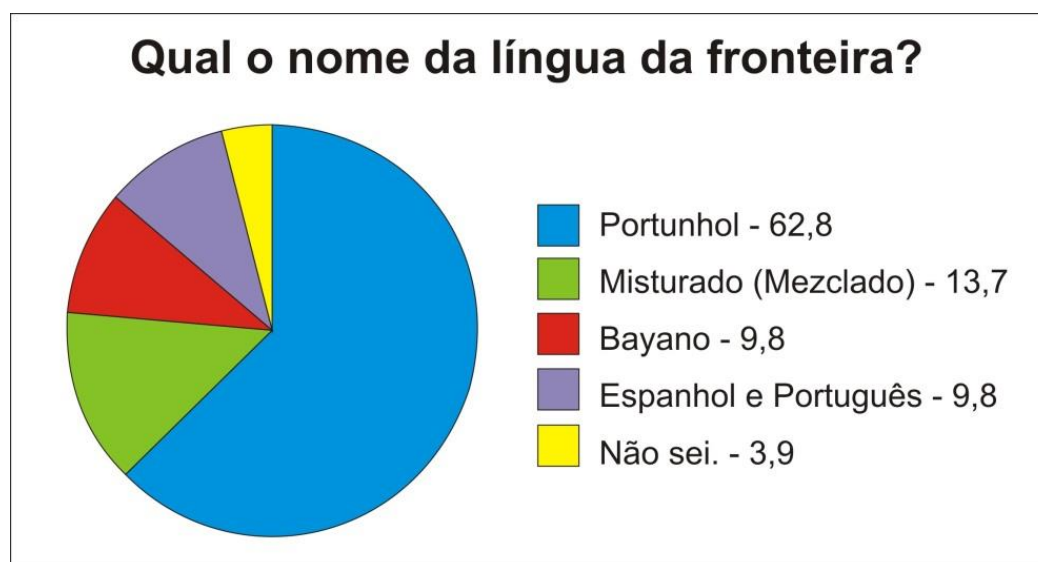


Tabela 10: Denominação da língua da fronteira.

Na questão que tentava identificar as denominações da língua da fronteira, a opção pelo “portunhol” predominou, tendo 62,8% das citações (tabela 10). As outras menções fizeram referência a “misturado/mesclado” (13,7%) e “bayano” (9,8%). Outro grupo destacou que a fronteira tem dois idiomas: espanhol e português, não fazendo alusão a uma possível

influência de uma língua sobre a outra, mas acreditando em um bilinguismo equilibrado. Apenas 3,9% não souberam responder à questão.

6.1.2 As percepções da fronteira

Neste segmento do trabalho, abordaremos aspectos internos dentro dos pontos pesquisados. A partir dos resultados obtidos com o levantamento de dados, foi possível verificar tendências, algumas vezes divergentes, nas diferentes cidades, confirmando a hipótese de que a fronteira não é um lugar uniforme, pois em cada ponto atuam elementos próprios, que tornam a análise mais rica e que podem dar melhores orientações para possíveis intervenções com vistas a promover o plurilinguismo nessas regiões.

A análise se concentrou em quatro questões básicas para dar resposta aos objetivos propostos: a língua dos informantes, a língua da comunidade, o papel das políticas linguísticas e, por último, o papel dos meios de comunicação na realidade fronteiriça. Esses aspectos serão tratados isoladamente, por ponto de pesquisa, dentro das dimensões de análise definidas.

Na cidade do Chuy verificamos que a totalidade dos informantes da geração mais velha, tanto de **Ca** quanto de **Cb**, usam o espanhol como língua predominante nas interações familiares (quadro 11). Já entre os mais jovens, o português recebe a mesma atenção, independente do grau de instrução. Entre esses jovens, 30% trabalham em contato direto com os brasileiros que visitam a cidade. Outro dado característico desse grupo é que 25% deles afirmaram que um dos seus pais era falante de português, alguns nascidos no Brasil.

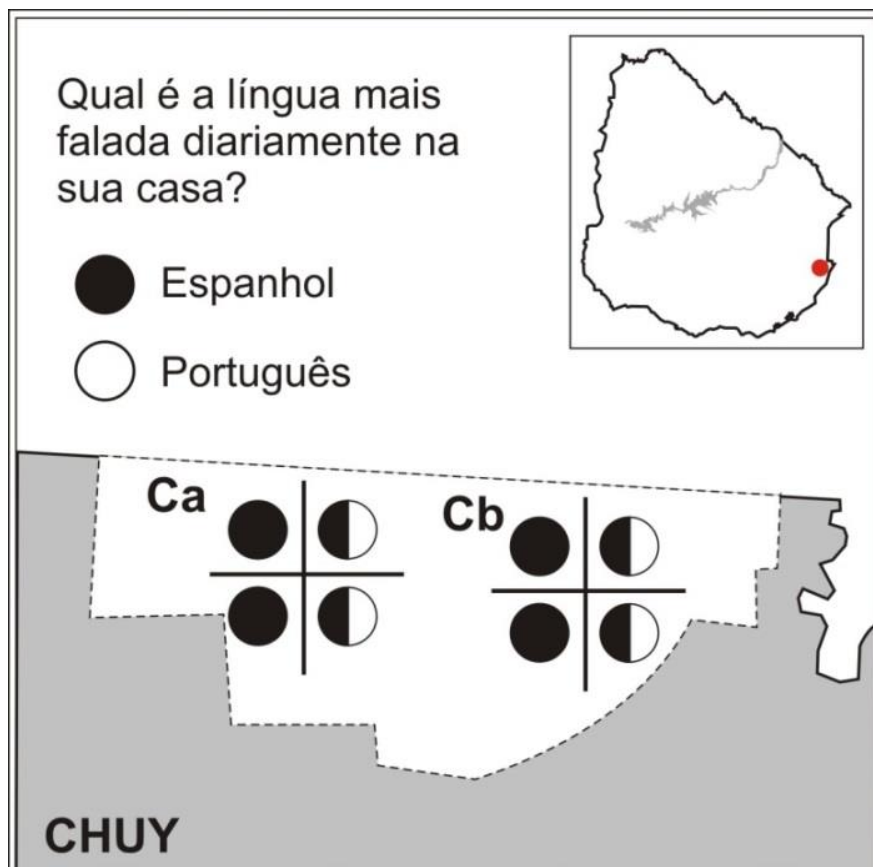
Entre a população mais velha é predominante a ideia de que o espanhol é a língua mais importante da região (quadro 12). Para esse segmento, isso se deve ao desenvolvimento mais organizado da cidade, que oferece mais opções culturais do que a cidade brasileira vizinha: *a vida social acontecia aqui; nós tínhamos o clube e do lado brasileiro não havia nada*. No entanto, a opinião dos jovens é oposta, apontando para o português como a língua principal e, nas suas alegações, *o Brasil oferece muitas oportunidades para o futuro, algo que o Uruguai não permite*. Para os jovens do Chuy, o português é uma ferramenta para um futuro melhor: *tanto para quem mora aqui, quanto para aqueles que decidem ir embora para o Brasil*. Para os jovens, estar na fronteira e falar português é como *ter um coringa na manga, se a coisa não está bem deste lado, podemos tentar no outro*. E de fato, nas conversas registradas com os

mais velhos, constatamos que muitos integrantes jovens de suas famílias não moram mais na cidade. Esses jovens vão para Montevideu para trabalhar ou estudar, enquanto outros optam por morar no Brasil.

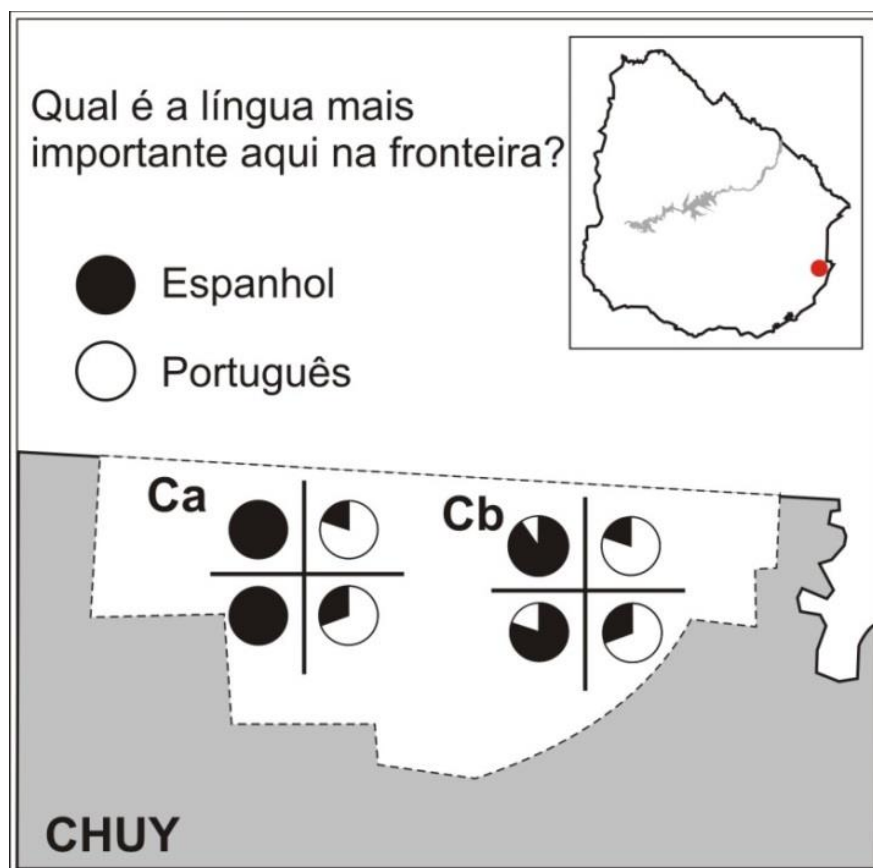
Ao abordar a possibilidade de reconhecimento do português no Uruguai, todos os informantes demonstraram conformidade, com exceção de um pequeno percentual dos grupos CbGIIMu e CbGIIHo (quadro 13). Para eles, a ideia de que cada país deve ter a sua língua era sua justificativa, alertando para uma possível perda de identidade, caso o português passe a ter o mesmo status que o espanhol. Entre esse grupo foi frequente a menção à cidade de Rivera: *nós aqui somos diferentes, lá eles misturam tudo, falam de um jeito que só eles entendem; lá não sabem se são brasileiros ou uruguaios; aqui nós falamos espanhol bem e também falamos português bem, lá não.* Ao questionar se essas afirmações eram realmente verdadeiras, alguns explicavam que *o Chuy faz parte do departamento de Rocha, lugar que se destaca por falar o melhor espanhol do Uruguai.*

Todos os informantes afirmaram assistir a TV brasileira, com destaque aos telejornais e às novelas (quadro 14). Entre a população mais jovem, verificou-se a preferência pelos programas esportivos em espanhol. Um dado surgido a partir da conversa informal com os entrevistados, indicou que 36% dos jovens disseram ter aprendido português assistindo a televisão: *na minha casa a TV ficava ligada direto na Globo; eu cresci assistindo os programas em português; até hoje pra mim a TV brasileira é muito presente, agora tenho o cabo em espanhol, mas prefiro assistir a Globo.*

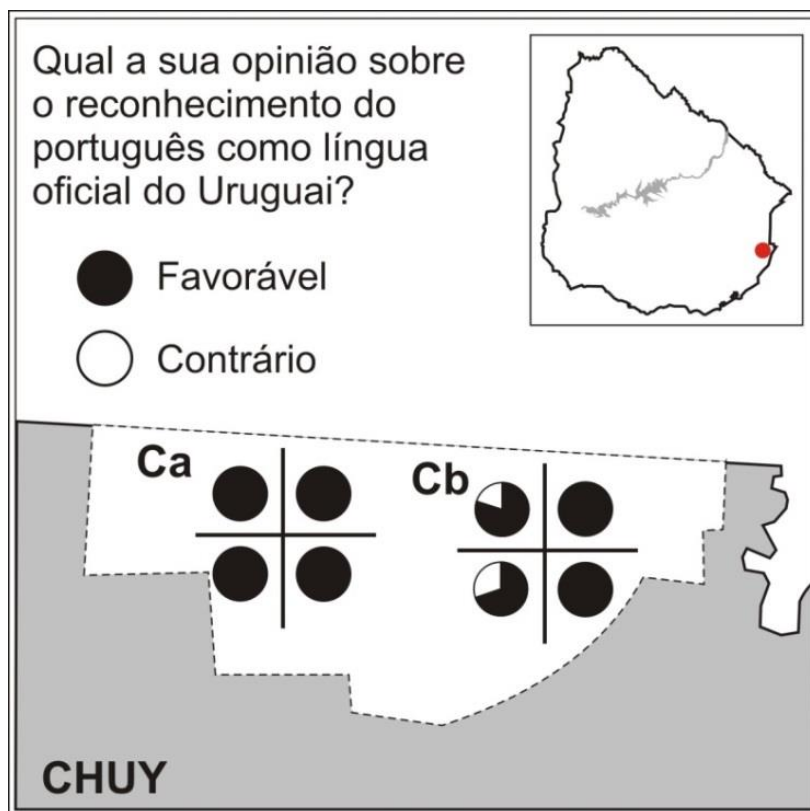
Entre os informantes não há o hábito de ler ou escrever em português. Suas leituras são em espanhol e, entre os mais jovens, a única produção escrita em português ocorre nas redes sociais, na comunicação com amigos brasileiros. Esses dados, bem como os demais relativos à paisagem linguística, permitem evidenciar que no Chuy houve aumento do emprego do português entre a população mais jovem, conferindo-lhe um status diferente ao percebido pelas gerações mais velhas.



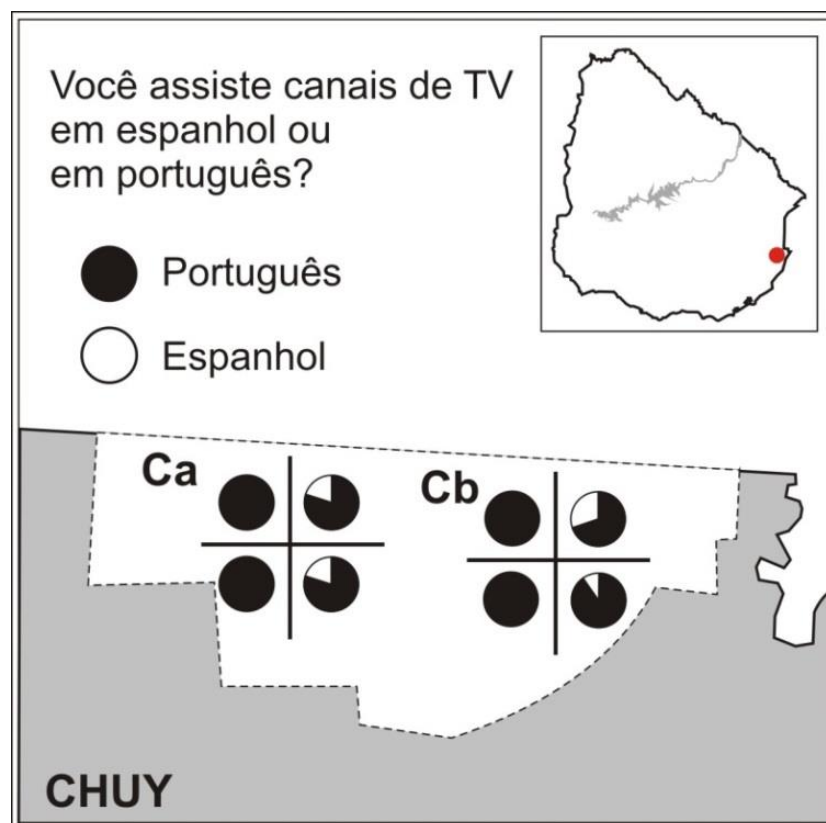
Quadro 11: Mapa Chuy – Língua mais falada em casa.



Quadro 12: Mapa Chuy – Língua mais importante na fronteira.



Quadro 13: Mapa Chuy – Reconhecimento do português.



Quadro 14: Mapa Chuy – Canais de TV.

Assim como o Chuy, Ríó Branco não é capital departamental e é a cidade da fronteira uruguaia que mais tem sofrido transformações com a abertura dos *free shops*. Como consequência, notamos que houve uma mudança significativa na sua relação com o português, principalmente entre a população mais jovem. O fluxo turístico atraído pelas compras de produtos importados se concentra no espaço imediato à ponte que liga a cidade com o Brasil, não chegando a área urbana.

Os informantes de Ríó Branco afirmaram ter no espanhol sua língua predominante (quadro 15), sendo essa a língua mais falada nas suas casas. Nos grupos **Ca** houve 100% de afirmação, enquanto que no grupo **Cb** a única variação ocorreu nos grupos da geração mais velha, nos quais 10% dos homens e 10% das mulheres informaram que empregam mais o português do que o espanhol em suas interações familiares.

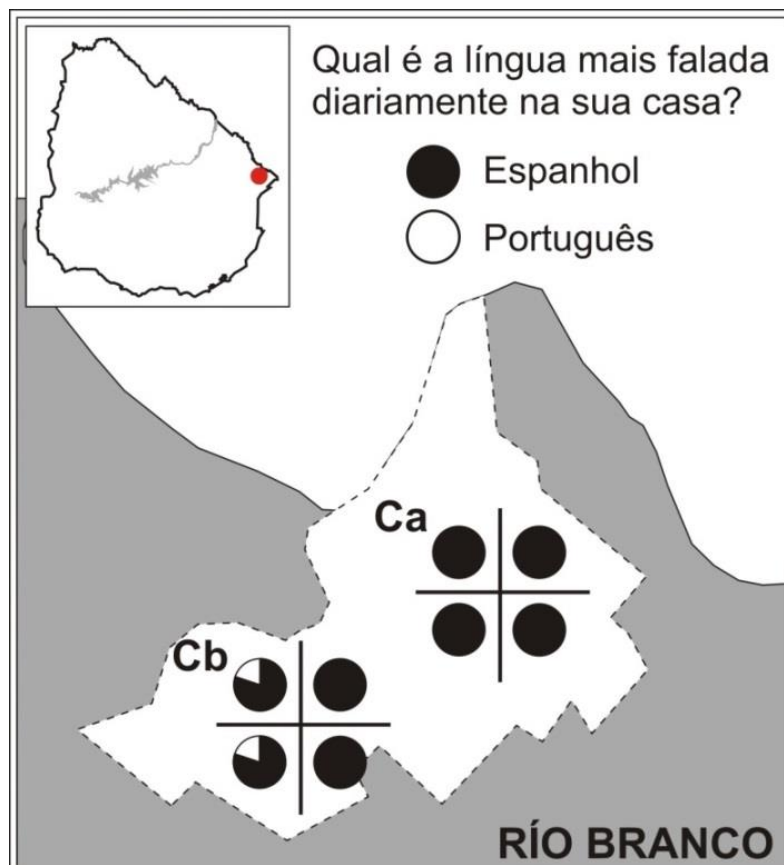
Nas considerações sobre qual seria a língua mais importante na fronteira, foi onde encontramos os dados mais divergentes, não apenas entre as dimensões diastráticas, mas também diageracionais (quadro 16). A geração **Ca** mais velha considera o espanhol a língua mais importante da região, opinião compartilhada por 70% e 60% das mulheres e homens entrevistados, consecutivamente. Entre os jovens com grau de instrução mais elevado, também o espanhol ganhou destaque com 60% das opiniões femininas e 50% das masculinas. O fato a destacar neste segmento foi a menção ao inglês como uma língua importante na fronteira, citado por 20% dos homens e 10% das mulheres. Como justificativa para essa afirmação, os informantes citaram novamente *a grande presença de produtos importados, cujos manuais são em inglês*; e também *a oportunidade de obter melhores trabalhos com o domínio dessa língua*. Seria possível pensar que a ideia do inglês como língua do mundo globalizado também tem proliferado nessa região, fato novo para as gerações mais jovens e algo não relevante para os mais velhos e nem entre os entrevistados com menor grau de instrução, cujas realidades ainda se concentram numa fronteira bilíngue, onde o espanhol compartilha espaço com o português.

Quanto à possibilidade de reconhecimento do português como língua do Uruguai, a geração mais velha, tanto **Ca** quanto **Cb**, manifestou-se 100% favorável, alegando que *seria uma forma de assumir uma situação que faz parte da realidade da fronteira desde sempre; seria algo bom porque daria visibilidade a nossa realidade*. Porém, entre o segmento mais jovem a postura foi mais conservadora, adotando uma postura de defesa do espanhol como língua nacional e enxergando no português uma língua invasora, que apenas está presente

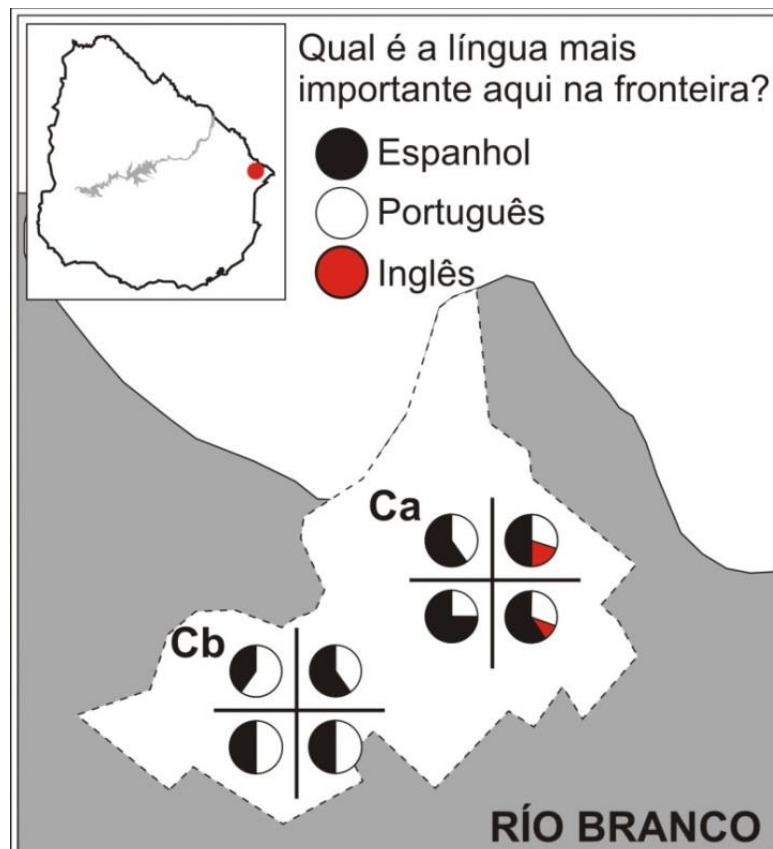
pelo poder econômico que o Brasil exerce na região (quadro 17). Essa foi a opinião de 40% e 30% dos homens e mulheres de CaGI e de 50% dos homens e mulheres de CbGI. Os que se posicionaram de forma favorável consideraram o reconhecimento positivo por permitir que *cada um possa se manifestar na língua que preferir*; outros destacam para o fato de que *o português é essencial para quem mora na fronteira*, pois as condições econômicas costumam mudar e o conhecimento das duas línguas permite que eles se adaptem melhor a diferentes realidades.

Assim como no Chuy, em Ríó Branco também a TV brasileira tem um lugar de destaque nas opções de lazer (quadro 18). As novelas da televisão são as principais atrações, tanto para as gerações mais velhas quanto para as mais jovens. Há uma pequena variação entre os jovens do grupo **Ca**, que afirmaram assistir a TV a cabo em espanhol, mas mesmo assim dão preferência à programação da televisão do Brasil, recebida em todas as casas sem a necessidade de nenhum tipo de equipamento especial. Assim como nos outros pontos, meios de comunicação impressos em português (jornais e revistas) não são consumidos. Outro meio muito presente na comunidade, principalmente no grupo **Cb**, foi a emissora de rádio local que transmite em espanhol, mas veicula anúncios e músicas também em português.

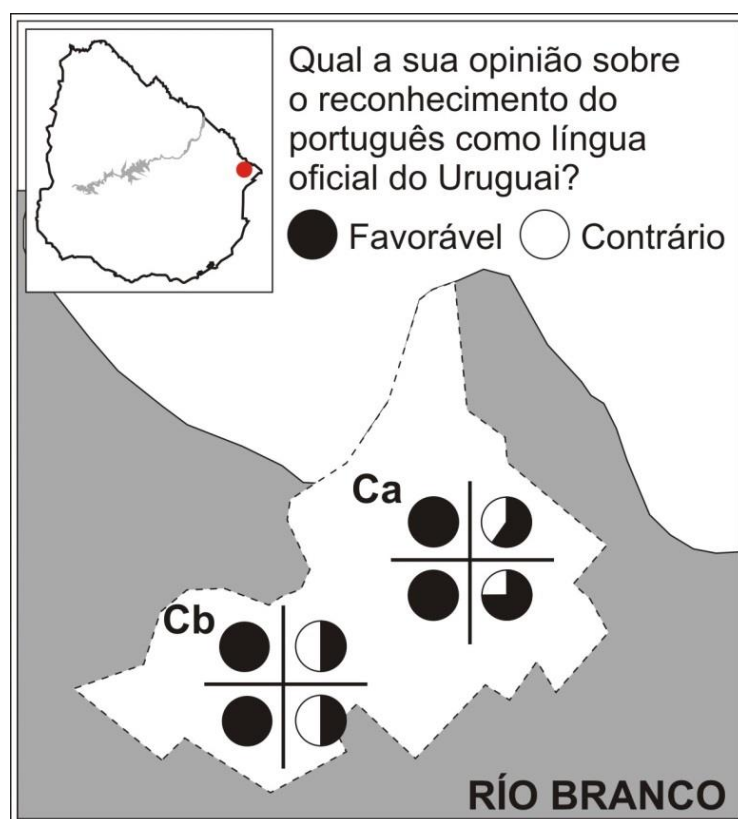
Como foi possível constatar, em Ríó Branco há uma diminuição considerável do prestígio do português entre os mais jovens, indicando que no passado a língua teve uma maior importância no dia a dia de seus habitantes. Esse fato condiz com os dados oferecidos pela paisagem linguística, onde as manifestações do português decresceram, dando espaço ao espanhol como língua dominante.



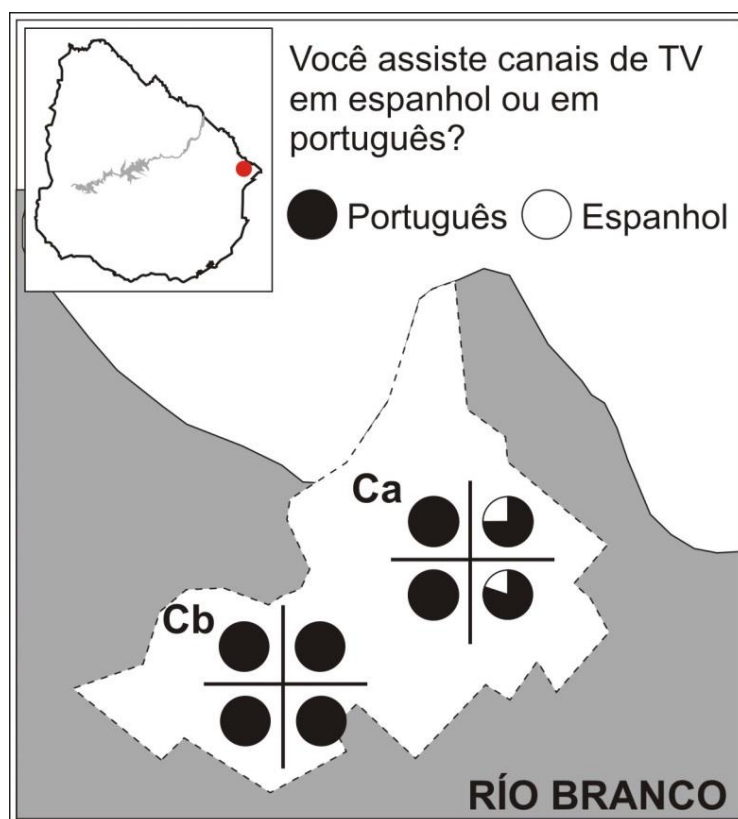
Quadro 15: Mapa Ríó Branco – Língua mais falada em casa.



Quadro 16: Mapa Ríó Branco – Língua mais importante na fronteira.



Quadro 17: Mapa Río Branco – Reconhecimento do português.



Quadro 18: Mapa Río Branco – Canais de TV.

Reconhecida como a principal cidade da fronteira e símbolo da integração regional, a cidade de Rivera também se destaca como um dos principais centros urbanos do Uruguai. Também é a cidade mais pesquisada e citada nos estudos realizados sobre o bilinguismo no Uruguai e sobre o *portugués del Uruguay*.

Pelas informações coletadas é possível afirmar que é o ponto de maior identificação com o que ali é denominado de “portunhol”, surgindo espontaneamente como uma das línguas mais usadas no dia a dia. Ao serem perguntados sobre a língua mais falada nas suas casas, observou-se uma importante diferenciação na dimensão diastrática, sendo o espanhol predominante nos segmentos com maior escolaridade, ao contrário dos grupos com menor nível de instrução, que têm no português sua língua principal. Quanto à menção espontânea do portunhol como língua, mesmo ocorrendo nos dois grupos, houve uma incidência mais significativa em Cb. O quadro 19 representa o total de respostas obtidas, ilustrando a participação de cada língua no cotidiano dos informantes, deixando clara a existência do portunhol como fala característica dos moradores de Rivera, diferente do espanhol e do português.

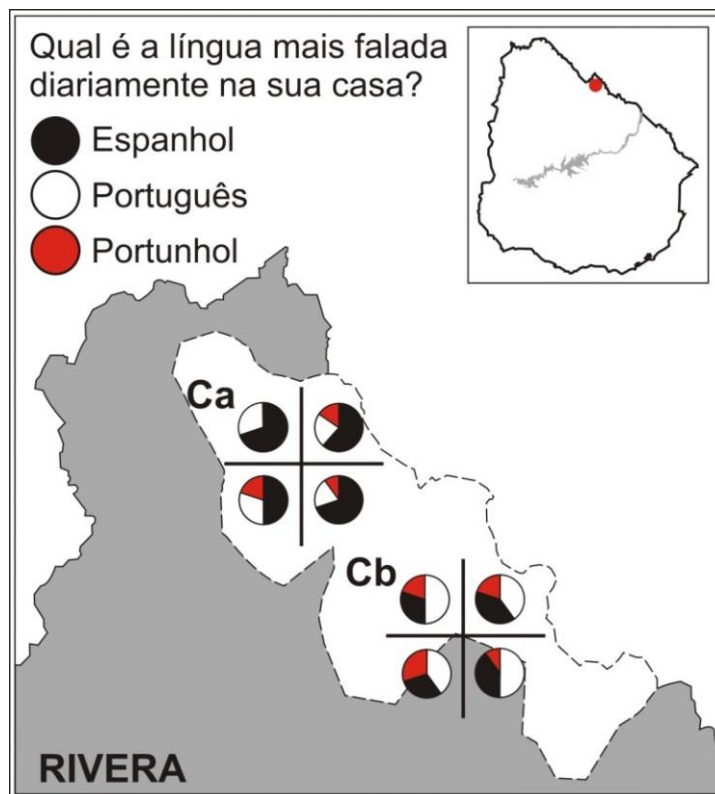
No grupo CaGIIHo houve maior negação sobre a existência do portunhol, ou a visão de que é uma forma errada da língua: *o portunhol não existe; ou é uma língua ou é a outra, misturar é errado; em espanhol eu digo “te quiero” e em português “eu te amo”, não tem como dizer isso em portunhol.*

Na geração mais jovem, no entanto, há uma notória questão identitária, reconhecendo que não todos os uruguaios falam igual e que nessa região existe uma forma própria de expressão. Alguns desses aspectos também se refletem nas respostas à pergunta sobre a língua mais importante da fronteira (quadro 20). Percebe-se no grupo Ca uma divisão entre o português e o espanhol, com mais tendência ao português, principalmente na geração mais jovem. Porém, no grupo Cb, novamente o portunhol surgiu como resposta espontânea, ficando em destaque nos dois segmentos geracionais. Para justificar, as respostas se centraram nas interações que ocorrem do lado brasileiro, em razão de que *os brasileiros não se esforçam para falar espanhol*. Outro fato é a *invisibilidade da linha*, pois o limite não é perceptível: *se tu olhar a cidade, tu não sabe onde fica a linha; não dá pra saber em que país estamos e isso também acontece na nossa fala.*

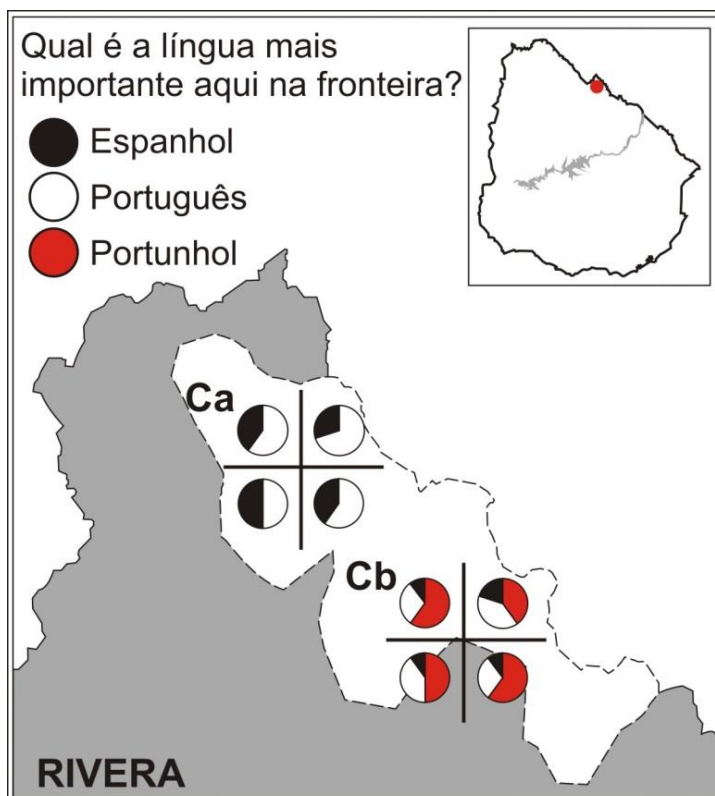
Nas questões envolvendo políticas linguísticas, percebe-se uma participação importante nos eventos promovidos pelo Centro MEC e pelo Centro Universitário Rivera, citados em algumas das respostas. Esse aspecto parece ser decisivo para a aceitação da proposta de reconhecimento do português como língua do Uruguai (quadro 21). Em todos os grupos a posição favorável foi de 100%, reafirmando a importância de que as leis reconheçam o que já é concreto na realidade: *nós não somos brasileiros, falamos português, mas temos nosso estilo de vida próprio; somos tão uruguaios como quem mora em Montevideu, mas falamos espanhol e portunhol.*

Na relação com os meios de comunicação, em Rivera encontramos um contato maior com a leitura e a escrita em português, principalmente no grupo **Ca**. No grupo **Cb** não houve confirmação de leitura, mas o hábito de assistir a televisão brasileira foi de 100%, diferente dos grupos com nível de instrução mais elevado, que afirmaram ter acesso também à TV a cabo em espanhol (quadro 22). Como ponto comum entre todos, destaca-se o hábito de assistir as novelas da Rede Globo, fato destacado por todos os informantes: *nós temos a vantagem de ver as novelas antes que sejam transmitidas em Montevideo; prefiro ver as novelas em português, pois não gosto da dublagem em espanhol.*

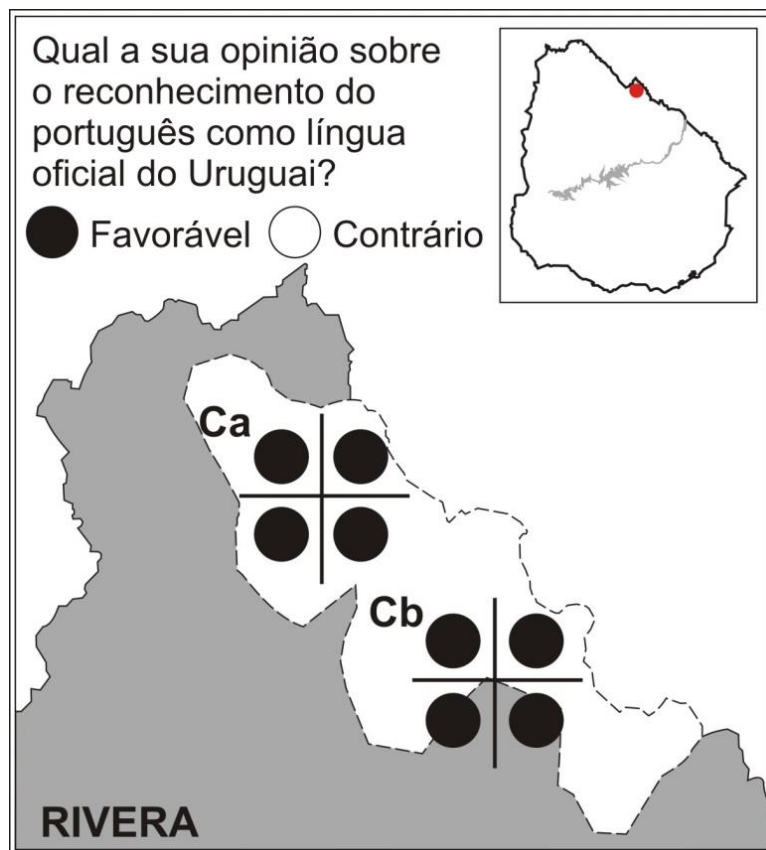
A análise dos resultados obtidos em Rivera permite afirmar que é uma localidade onde existe uma grande consciência de sua condição linguística, aspecto que pode ser associado não apenas a sua situação geográfica, mas também na sua condição de capital do departamento, dispondo de mais autonomia e contando com instituições públicas que colaboram para isso através da promoção de eventos ligados às línguas.



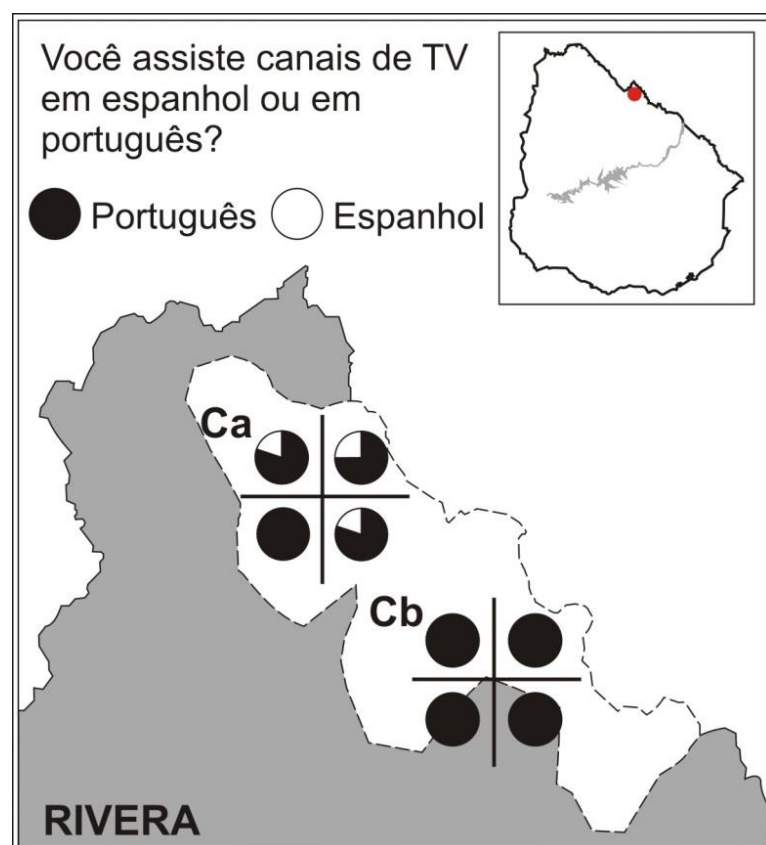
Quadro 19: Mapa Rivera – Língua mais falada em casa.



Quadro 20: Mapa Rivera – Língua mais importante na fronteira.



Quadro 21: Mapa Rivera – Reconhecimento do português.



Quadro 22: Mapa Rivera – Canais de TV.

Seguindo o exemplo de Rivera, em Artigas encontramos alguns pontos em comum enquanto às relações das pessoas com as suas línguas. Também aqui a denominação de “portunhol” surgiu espontaneamente como resposta à pergunta sobre a língua mais falada em casa (quadro 23). De forma mais acentuada do que em Rivera, tanto o portunhol quanto o português foram mais citados nos segmentos com menor escolaridade, apesar do espanhol ter tido maior ocorrência em todas as dimensões pesquisadas. No grupo **Ca**, o espanhol é a língua mais usada entre a geração mais velha (80% dos homens e 90% das mulheres), enquanto que entre os jovens o percentual é de 60% para os homens e 80% para as mulheres, indicando o português como a língua mais presente entre a população mais jovem. Porém, no grupo **Cb**, o espanhol corresponde a 50% e 60% entre os homens e mulheres, respectivamente, da geração mais velha e a 60% e 70% entre homens e mulheres da geração mais jovem. A afirmação de que em suas casas se fala portunhol ocorreu em 20% e 10% dos homens e mulheres da geração mais velha, índices iguais aos encontrados nos grupos mais jovens. Entre os que identificaram sua língua como sendo o português, 30% são da geração mais velha e 20% da geração mais jovem.

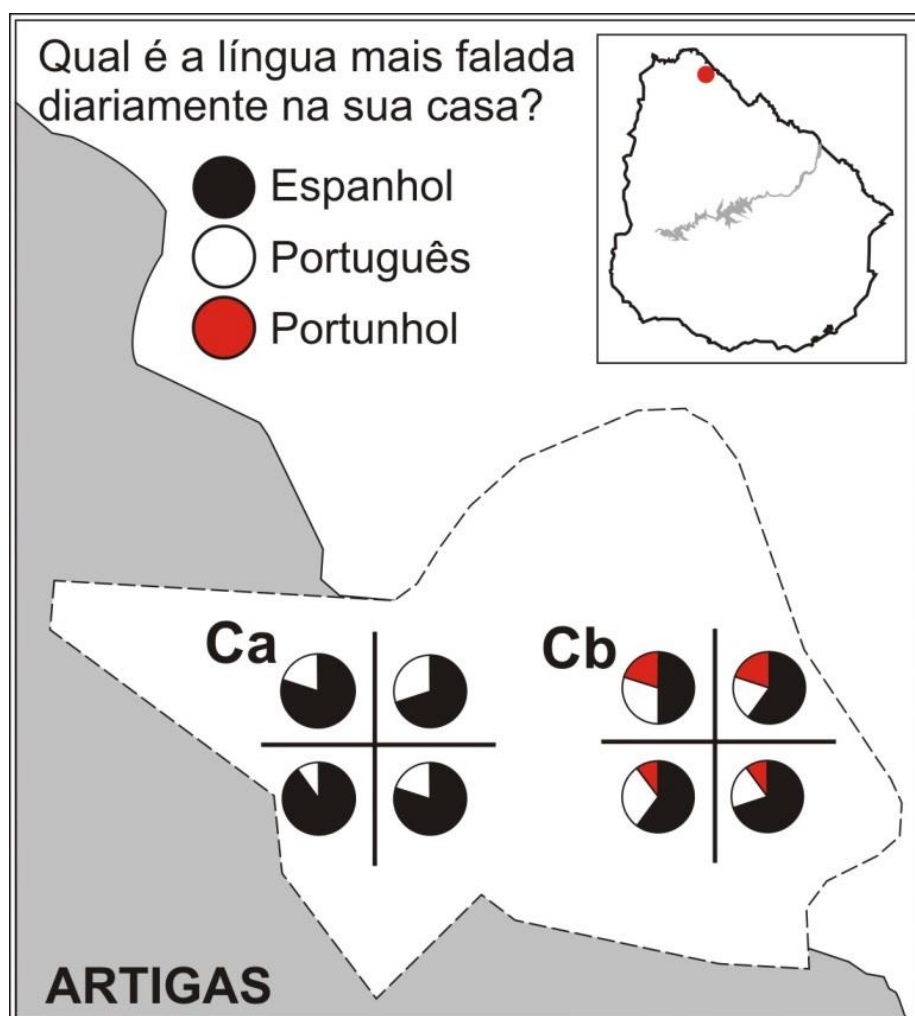
A justificativa para determinar o espanhol como a língua dominante esteve relacionada à crença de que *o espanhol é a língua do Uruguai*. Para os que responderam que a língua principal é o português, as justificativas se centraram no *isolamento de Artigas do resto do país*, razão pela qual a identificação com o Brasil é maior. Outro aspecto destacado é a necessidade de consumo das pessoas, que dependem do comércio brasileiro para realizar suas compras do dia a dia, inclusive a ida a restaurantes e lancherias.

O setor comercial de Artigas é o menos desenvolvido entre os quatro pontos de fronteira aqui pesquisados, inclusive com poucas ofertas de *free shops*, mas mesmo assim a visita de turistas intensifica a presença do português na cidade. Talvez por esse fato, 100% dos entrevistados indicaram que o português é a língua principal na cidade (quadro 24), tanto pela presença de uruguaios no lado brasileiro, quanto pelo atendimento aos consumidores do Brasil. Esses aspectos foram mencionados pelas duas gerações e também pelos dois grupos diastráticos.

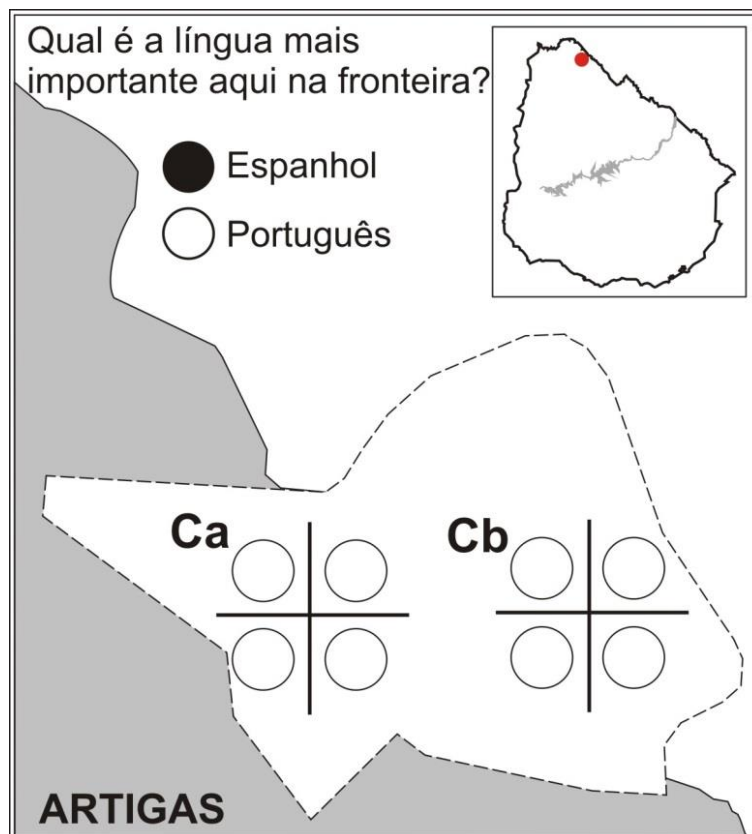
A geração mais velha fez referências ao passado recente, quando até os produtos básicos de higiene eram comprados em Quaraí, pois do lado uruguaio, além de caros, tinham uma qualidade inferior. No grupo **Cb** foi mencionado o gás de cozinha que custava três vezes menos do que no Uruguai e que era comum cruzar a ponte para comprar do outro lado. Todos

os entrevistados afirmaram que nas suas casas o português sempre foi uma língua presente, mas não por isso eles se sentem brasileiros. Por isso, quando questionados sobre o reconhecimento do português como língua do Uruguai, todos se posicionaram favoráveis (quadro 25), alegando que seria uma forma de tornar visível a realidade da região, tão desconhecida para muitos outros uruguaios.

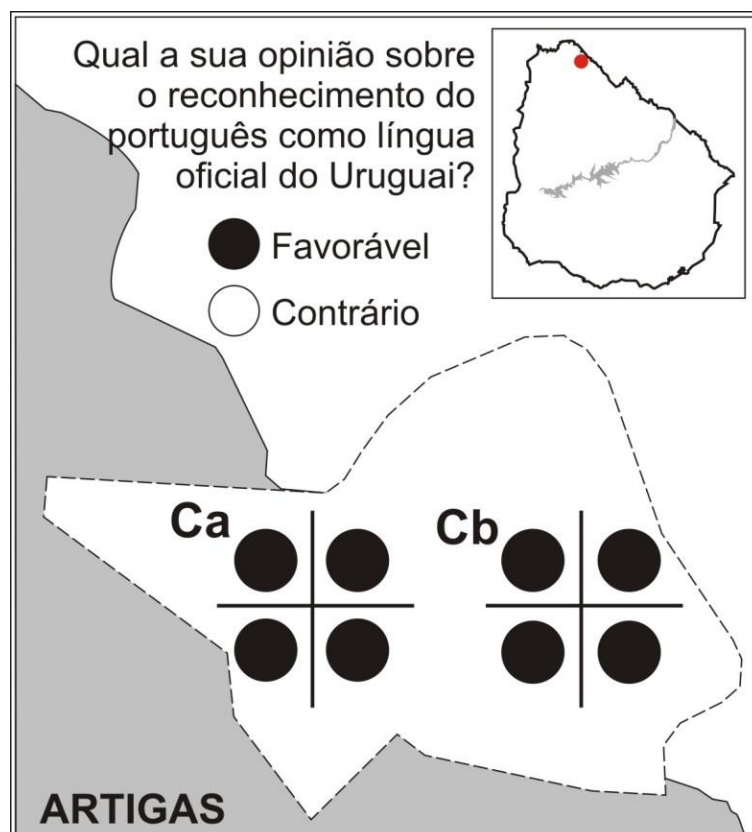
Como foi constatado em outras cidades, os informantes de Artigas afirmaram não ter o hábito de ler em português, nem de escrever, sendo seu principal contato através da televisão (quadro 26). A mesma preferência pelas novelas da Rede Globo já mencionadas nas outras cidades, mas com uma significativa parte das gerações mais jovens que afirmaram também assistir à TV a cabo em espanhol.



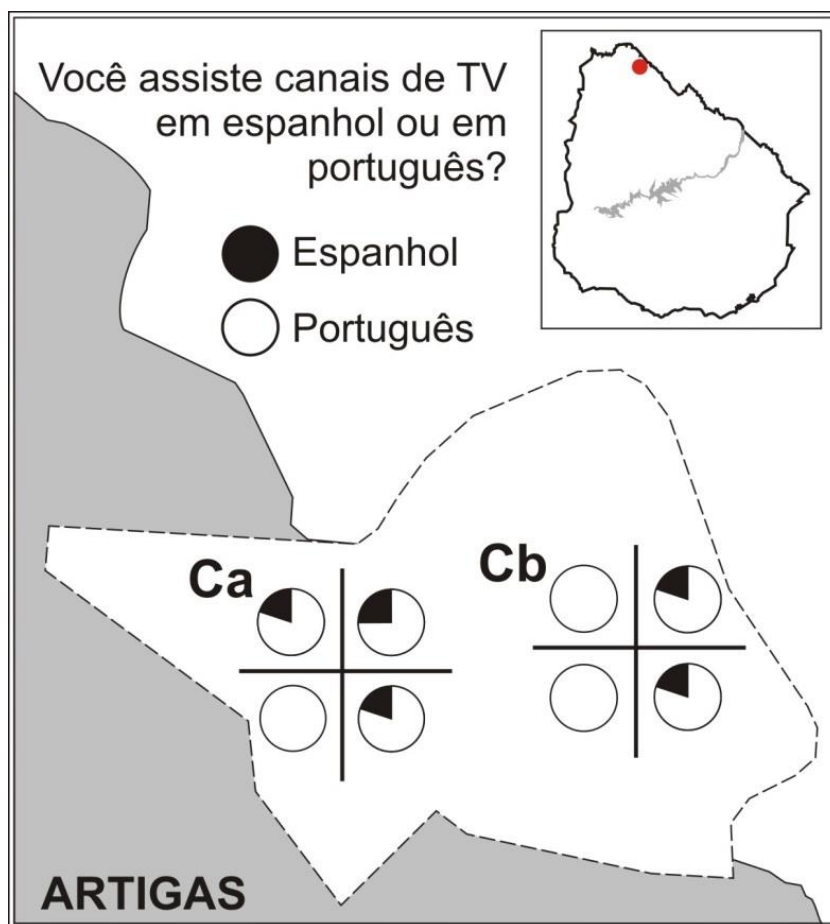
Quadro 23: Mapa Artigas – Língua mais falada em casa.



Quadro 24: Mapa Artigas – Língua mais importante na fronteira.



Quadro 25: Mapa Artigas – Reconhecimento do português.



Quadro 26: Mapa Artigas – Canais de TV.

O levantamento destes dados permitiu traçar um perfil de aspectos comuns à fronteira uruguaia, mas também perceber as fronteiras internas que marcam as diferenças entre cada região. A diversidade não é apenas cultural, influenciada pelos avanços nas áreas urbanas, mas passa a ser demonstrada nos diferentes graus de conscientização linguística de seus habitantes. Desta forma, foi possível constatar que nas regiões onde há processos de integração da língua, ações que podem ser classificadas como *in vivo*, as pessoas reconhecem sua fala não como erro, mas como fruto de uma relação ativa com o território, incluindo sua história e sua economia. Esse reconhecimento da variação linguística, portanto, foi mais visível em Rivera e Artigas do que em Río Branco, onde há um distanciamento nas interações locais da população mais jovem. Ao contrário do Chuy que mantém um grande dinamismo com o português como segunda língua, configurando um novo modelo de contato linguístico na região da fronteira.

6.2 Verdades e mitos

O trabalho de campo realizado nesta pesquisa permitiu quebrar o mito da homogeneidade da fronteira. O tratamento que as políticas linguísticas tem dado a essa região se apoia geralmente numa uniformidade que na realidade não existe. Como foi possível verificar, cada ponto tem suas particularidades e as medidas adotadas, principalmente *in vitro*, não podem ser generalizadas a todos os espaços.

Nas questões que abordamos o ensino do português nas escolas do Uruguai, todos concordaram com a importância dessa determinação, mas também houve críticas à falta de professores que impede que isso ocorra em algumas escolas. As crianças bilíngues acabam ficando muitas vezes desatendidas, colaborando para fundamentar o velho mito de que o português atrapalha na aprendizagem do espanhol.

Outra constatação foi a pouca divergência entre a percepção linguística da capital e a das cidades da fronteira em relação ao português. Verificamos uma postura favorável na capital, principalmente entre os mais jovens, o que pode evidenciar uma mudança de opinião se compararmos com a geração mais velha, ainda influenciada pelas campanhas puristas já citadas.

Oportunhol, pelas percepções de seus falantes, é uma língua em ascensão e o seu uso tende a se intensificar. Não como forma errada de quem não sabe nem uma língua nem outra, como tradicionalmente o senso comum a considera, mas como uma manifestação própria do contato linguístico da fronteira. Foi possível constatar essa vitalidade tanto em Rivera quanto em Artigas, mas também no Chuy, aqui destacado como um novo referente do bilinguismo uruguaio. Se em Río Branco notamos uma considerável diminuição da presença do português no cotidiano de seus habitantes, o mesmo não pode ser afirmado das outras regiões pesquisadas.

Outro fato verificado é que falar outra língua, diferente daquela que a maioria fala, não afeta a identidade nacional dos indivíduos. Os uruguaio falantes de português não se identificam como brasileiros e, pelas entrevistas, foi possível comprovar seu apego ao estilo de vida da fronteira e aos costumes uruguaio. Mesmo com a forte presença da televisão, há uma visão mais conservadora sobre os hábitos de vida, refletidos também na forma de vestir e nos alimentos. O chimarrão não é o mesmo que os brasileiros tomam, assim como o churrasco que também obedece a rituais diferentes no seu preparo.

Se por um lado ninguém afirmou ter sido discriminado por falar português, nas conversas mantidas com os informantes foram frequentes as lembranças de que *na escola sabíamos que não podíamos falar português*. A proibição não era explícita, mas era uma norma subentendida e que não era cumprida nos intervalos entre as aulas, pois o português era a língua das brincadeiras e das interações entre crianças uruguaias e brasileiras que estudavam nas escolas do Uruguai. Nessas conversas também ficou evidente a importância dada ao olhar de Montevideú: *nós não nos damos conta, mas quando vamos a Montevideo eles dizem que falamos diferente* (informante CaGI Mu). Esse *falar diferente* manifesta um preconceito implícito, mas que as gerações mais jovens assumem como uma demonstração de diversidade e não de inferioridade, como ocorria nas gerações mais velhas: *quando vou a Montevideo eu não falo português, eu falo portunhol. Pra mim é espanhol, mas tenho o sotaque e lá eles se dão conta e me chamam de “brasileira”*. Isso porque eu tenho palavras do português que se misturam e eles se dão conta (informante CaGI Mu).

O português não representa nenhuma ameaça contra o Uruguai, fato confirmado por todos os entrevistados. As relações de cordialidade marcam o cotidiano dos habitantes da fronteira e a língua é vista como elemento chave para a integração, algo que a maioria exerce na prática todos os dias: *nós falamos português porque é uma questão de sobrevivência. Se não falássemos, nas épocas de crise passaríamos fome. Aqui nós tiramos vantagem quando a situação está boa de um lado e, se deste lado não está bom, aproveitamos o que dá do outro* (informante CbGII Ho).

No próximo capítulo apresentamos as considerações finais, relacionando os aspectos aqui apresentados sobre as percepções dos falantes da fronteira e as políticas linguísticas, indicando ações que possam contribuir para intensificar o bilinguismo uruguaio e o reconhecimento de sua contribuição para a cultura local.

7 CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE MULTICULTURAL

É significativo que, ao chegar na etapa de conclusão desta tese, o sul do Brasil tenha sido invadido por uma massiva publicidade de turismo, que tem como destino o Uruguai, promovida pelo Ministério do Turismo desse país (anexo 6). Não há como ignorar esse fato, tendo em vista que nos últimos cinco anos os brasileiros se tornaram, depois dos argentinos, os principais turistas estrangeiros que visitam o país, contribuindo para o crescimento de um setor que corresponde a 4,2% do PIB (Ministerio de Turismo y Deporte, 2013). Os dados divulgados pelo Ministério (2013/14), indicam que no ano 2010 o número de turistas brasileiros foi de 140.905, sendo que em 2014 a cifra pulou para 461.673, aumento que justifica os investimentos publicitários no Brasil. Em comparação, no mesmo período, o aumento de turistas procedentes da Argentina foi de apenas 17,3%. Esses indicadores têm repercussões significativas num mercado tão limitado como é o uruguaio, onde o número de empregos ligados ao setor turístico, assim como a receita gerada, são fundamentais para a economia do país.

Destacamos os fatos anteriores, pois podem explicar a receptividade tão grande que encontramos no Uruguai em relação ao português. Se pensarmos que um grande número desses turistas ingressa no país através das fronteiras terrestres, tendo como principais destinos a capital e as cidades litorâneas, com destaque a Punta del Este, comprovamos que está surgindo uma nova demanda pela língua, cujo objetivo principal é a atenção a esse turista que não fala espanhol. Outro dado oferecido pelo setor turístico é a constatação de que as duas fronteiras mais acessadas pelos brasileiros são o Chuy e Rivera, sendo justamente essas as localidades onde encontramos uma maior vitalidade do português durante o trabalho de coleta de dados.

Mas, após esse rápido olhar pelas questões que estimulam as relações comerciais do Uruguai com o Brasil, e que têm reflexos diretos na percepção positiva dos uruguaios em relação ao português, principalmente se considerarmos os dados obtidos na capital, caberia perguntar como as políticas linguísticas se posicionam nesse contexto, já que a questão do

status da língua sofreu uma considerável mudança. O português passou de uma língua *que não serve para nada*, para uma língua que *pode contribuir para melhorar a vida das pessoas*. Isso pode servir de argumento contra os que ainda mantêm uma visão conservadora, com destaque na realidade escolar: nas séries iniciais, as professoras de espanhol questionam o tempo dedicado ao ensino de português por acreditarem que *estão roubando um tempo que poderia ser melhor explorado para ensinar a língua do país*. Esse dilema foi presenciado durante uma visita a uma escola da cidade de Artigas, onde, das 17 crianças que estavam na sala de aula de uma turma do terceiro ano, 12 eram bilíngues português-espanhol. Isso deixa em evidência o fato de que essa boa imagem do português tem relação com o mercado de trabalho, algo que interessa à sociedade, mas que ainda não leva em conta a existência de uma comunidade bilíngue. Esses bilíngues, portanto, conformam uma minoria não reconhecida por uma parcela majoritária monolíngue, que apenas fala espanhol.

Como foi visto, a chegada do século XXI representou um avanço importante no reconhecimento do multiculturalismo no Uruguai. Estudos como os de Arocena (2007) destacam a contribuição dos imigrantes na construção da identidade nacional, bem como a herança deixada pelos povos originários e os primeiros colonizadores, entre esses os portugueses. Mas, enquanto a diversidade cultural é festejada, as discussões linguísticas se mantêm no âmbito acadêmico e educativo, sem maiores repercussões entre a opinião pública, que ainda reage de forma contrariada quando se fala no bilinguismo na fronteira uruguaia.

No trabalho de campo, coletando dados em Montevideu e nas cidades de fronteira, fizemos a inclusão da dimensão dialíngue, verificando a posição dos falantes monolíngues (no caso hispanofalantes da capital) e os bilíngues (espanhol e português da fronteira). Esse confronto permitiu analisar o desconhecimento que os uruguaios ainda têm sobre a situação do bilinguismo no país. Mesmo tendo identificado o português como uma língua importante, que muitos gostariam de aprender, não reconhecem que é uma língua falada por seus conterrâneos da fronteira. Inclusive a relação dos habitantes da capital com essa parte geográfica demonstrou ser conflitiva, pois foi muitas vezes inferiorizada e discriminada.

Na versão *on line* do jornal El País (FERNÁNDEZ, 2015), referente à notícia sobre o movimento para tornar o portunhol um patrimônio imaterial dos uruguaios, vemos os comentários dos leitores que, em sua grande maioria, se expressam contra a língua fronteiriça de forma ofensiva, associando essa manifestação linguística à ignorância e a falta de estudo, fato já comentado a partir das observações e dos dados coletados neste estudo. Esses leitores

não consideram as afirmações dos pesquisadores citados no artigo, optando por apoiarem-se no senso comum, construído ao longo dos anos, tendo por base o preconceito e a falsa ideia de uma unidade nacional. Os únicos que se posicionam favoráveis e tentam argumentar com os mais conservadores são justamente os habitantes da fronteira, tornando visível a contrariedade existente entre fronteira e capital. Os comentários estão reproduzidos no anexo 7 desta Tese.

O aspecto levantado anteriormente, nos leva a afirmar que, mesmo o português tendo melhorado seu status no Uruguai, os falantes de português ainda encontram-se numa situação de inferioridade, sendo taxados de incompetentes nas suas línguas, comprovando assim o quanto o país ainda precisa fazer para que, de fato, a conscientização linguística seja uma realidade.

Como primeira conclusão, destacamos que o bilinguismo na fronteira uruguaia é um fenômeno estendido, que abrange praticamente toda a região e que é percebido como um fato natural entre a comunidade. Nas abordagens para a realização das entrevistas, todos afirmavam que eram falantes de português, sem nenhuma dúvida sobre sua competência ou preocupação em interagir com alguém que acreditavam que era falante nativo dessa língua, embora alguns manifestem sua intenção em aperfeiçoar seus conhecimentos. Essa constatação permite afirmar que há nessas comunidades uma grande conscientização linguística, refletida na aceitação à variação, um reconhecimento de que a língua falada ali não é igual ao português do Brasil, mas que é o que permite a comunicação. Outro aspecto destacado por muitos dos entrevistados foi a questão sobre o porquê do outro lado não falar espanhol. A ideia de que na fronteira brasileira também deveriam existir falantes bilíngues esteve constantemente presente nas falas, o que fortalece a hipótese de que essa realidade não se deve unicamente à necessidade de consumo dos uruguaios, que compram produtos de subsistência majoritariamente no comércio brasileiro, mas também a uma identidade linguística construída ao longo dos anos.

Ao abordar a questão da consciência linguística, compartilhamos a definição de James e Garret (1998), para quem esse conceito engloba cinco domínios: o afetivo, o social, o do poder, o cognitivo e o da performance. Nesse sentido, é possível afirmar que o falante bilíngue da fronteira relaciona esses cinco domínios, tornando a sua língua familiar num instrumento de socialização e identidade. Essa língua ganha força, adaptando-se às necessidades locais e tornando-se símbolo de resistência. Quando um dos informantes declarou que “falar português é uma questão de sobrevivência” é justamente a dimensão do

poder que se manifesta, algo que esses falantes são conscientes e que os tornam diferentes a outras comunidades de fala.

Quando falamos sobre essa identidade linguística, nos referimos a um aspecto local próprio, que difere essas comunidades dos brasileiros. Ao usarem a palavra “sía” para referir-se a “cadeira”, ou “silla” em espanhol, esses falantes empregam um léxico específico que demarca sua origem e seu lugar no mundo. É o clima da fronteira, a paisagem, a idiosincrasia de quem mora no limite, à margem das decisões políticas que desconhecem suas realidades.

Ao ouvirmos de um informante de Artigas “eu acho que aqui todos falamos português por causa da Rede Globo”, destacamos o papel que os meios de comunicação brasileiros exercem sobre essas comunidades. Se por um lado as emissoras de rádio locais são um bom exemplo de convivência linguística, pois toda a programação é realizada com alternância de idiomas, a televisão tem contribuído com a homogeneização da língua, fato percebido na fala dos mais jovens que empregam gírias e bordões característicos de alguns programas de televisão. Nesse contexto, merece destaque a iniciativa da proposta “Jodido Bushinshe” que tem explorado as redes sociais, disponibilizando as palestras e as apresentações artísticas relacionadas ao português num canal do Youtube. Esse uso das redes sociais pode dar maior autonomia às comunidades, fazendo com que suas vozes tenham maior alcance e possam, desta forma, chegar a mais pessoas e contribuir para dar a conhecer a realidade linguística da fronteira.

Junto com os meios de comunicação, o comércio na forma de *free shop* também é um indicativo da chegada do espírito globalizador à fronteira. Se durante muitos anos as cidades dessa região estiveram quase no esquecimento, a integração dos países em blocos econômicos as transformou em centro de atenção. Cidades como Rivera passaram a se autodefinir como “modelo de integração”, denotando um sentido positivo à influência cultural que caracteriza as cidades de fronteira e que muitas vezes tinha sido condenada. Se antes existia o temor, a partir das alianças econômicas passou a existir a ideia de convivência pacífica, apesar das contínuas ações contra o contrabando e o tráfico de drogas. Essa mudança, no entanto, levou à fronteira uma nova dinâmica de interações, transformando a economia local e dando vitalidade à língua, que passou a ser fundamental em todo esse processo de redefinição.

Como vimos, a metodologia de pesquisa adotada permitiu identificar as fronteiras internas do português no Uruguai, apresentando dados nas dimensões diatópicas, diastráticas,

diageracional, diafásica, diarreferencial e dialigual. Na dimensão diagenérica, no entanto, não foi verificada nenhuma variação significativa que permita afirmar a existência de percepções diferentes entre os gêneros, ocorrendo posições similares entre homens e mulheres de acordo com a faixa etária e grau de instrução.

Nos pontos pesquisados foi possível verificar que algumas fronteiras internas estão sendo superadas ou criadas por uma geração sobre a outra. Essas observações, derivadas da dimensão diageracional, foram mais evidentes nas cidades do Chuy e de Río Branco, como vimos na análise dos dados. No Chuy vimos uma maior receptividade ao português por parte da geração mais jovem, sendo o contrário em Río Branco. Disso destacamos a necessidade de fazer abordagens diferentes para cada geração, pois suas visões de mundo são diferentes e seus canais de comunicação também diferem. Nesse sentido, por exemplo, é possível sensibilizar mais os jovens através das redes sociais, disponibilizando materiais por esse meio, enquanto que outros meios podem ser mais eficientes para a comunicação com os mais velhos.

Concluimos também que as implicações sociais, verificadas na dimensão de análise diastrática, indicam que a alternância de códigos continua sendo uma das realidades da fronteira uruguaia. As evidências apresentadas nos estudos de Elizaincín, Behares, Barrios (1987) e Thun (2010) já indicavam a ocorrência de manifestações linguísticas mais conservadoras do português entre as pessoas com menor grau de instrução. Esse fato, no entanto, não tem relação com possíveis deficiências linguísticas, como afirma Unamuno:

Vale la aclaración porque una de las ideas más difundidas respecto a la relación entre usos lingüísticos y clase o grupo social es la que, de manera determinista, postula que los grupos más desfavorecidos económicamente o marginados culturalmente de la sociedad dominante poseen de por sí dificultades para acceder o tener éxito en determinados contextos debido a su carencia lingüística o a que sus usos lingüísticos no son adecuados para determinadas actividades cognitivas o educativas. (UNAMUNO, 2003, p. 28).

O historiador Eduardo Palermo, citado na reportagem do jornal El País (SILVA e SÁNCHEZ), afirma que o portunhol incomoda as estruturas hegemônicas, pois caracteriza a língua dos pobres, uma língua que não pode ser standardizada e que, por isso, fica livre de qualquer tipo de controle. Essa é a ideia que forma o senso comum, mas não considera que o morador da fronteira que tem uma melhor condição socioeconômica também conhece essa língua, apesar de não usá-la publicamente, mas se vale dela nas interações que realiza com falantes brasileiros, como vimos na própria coleta de dados para este trabalho.

Embora a coleta de dados tenha tido como ponto de partida um questionário estruturado, o cuidado em incluir a dimensão diafásica permitiu abordar questões derivadas da conversa livre, inclusive observando os informantes nos seus espaços e como eles interagem com outros moradores. Foram nesses momentos que a alternância de códigos ficou mais evidente, pois foi quando os falantes agiram com maior naturalidade, com menos preocupação sobre o que estavam dizendo. Esse contraponto permitiu fazer a comparação entre uma fala derivada de uma pergunta direta e da intervenção que envolvia aspectos que fugiam do roteiro.

Quando o *portugués del Uruguay* é denominado *portuñol*, o valor semântico associado aos aprendizes de português ou espanhol como língua estrangeira não deve ser aplicado. Na visão das línguas dominantes, o falante da fronteira não sabe nem uma língua nem a outra, fato que denota, além de desconhecimento, o preconceito de quem domina apenas uma das línguas. No contexto fronteiriço, *portuñol* ganha um novo sentido, identificando uma comunidade de fala que reconhece o espanhol com a língua dos uruguaios, identifica o português padrão brasileiro e emprega uma terceira variante para se comunicar. Esse código próprio expressa a forma de ser e sentir do habitante da fronteira, bilíngue e possuidor de uma forma de expressão herdada e mantida pelas condições de vida locais.

A inclusão da dimensão diarreferencial possibilitou que os informantes pudessem detalhar suas posições, aprofundando suas respostas e exemplificando situações de seu cotidiano. Com isso foi possível comprovar o quanto o senso comum habita nas respostas espontâneas e quanto de suas próprias dúvidas e questionamentos surgiam a partir da insistência ou mesmo sugestão do pesquisador. As questões que envolviam preconceito linguístico foram o principal exemplo, pois se num primeiro momento ninguém afirmava ter sofrido alguma discriminação por falar português, na retomada da questão é que surgiam lembranças que confirmavam a prática de ações inibidoras e de proibição do uso da língua em determinados contextos.

Assim como Thun (2010), identificamos que a proximidade ou a distância aos grandes centros urbanos, refletem formas linguísticas mais ou menos identificadas com as línguas dominantes, seja o português padrão brasileiro ou o espanhol padrão uruguaio. Isso quer dizer que há importantes aspectos percebidos na dimensão diatópica, que devem ser analisados na implementação de políticas linguísticas, reafirmando, uma vez mais, a heterogeneidade do espaço geográfico que compreende a fronteira:

É típico do uruguaio fronteiriço, mas não do fronteiriço brasileiro, que o território interno esteja subdividido em duas zonas. Esta bipartição é o resultado de várias influências. A região remota às vezes é mais conservadora do que o resto do espaço fronteiriço. Por outro lado, é mais susceptível a influência do espanhol. A região próxima está sujeita a uma maior influência do Brasil. Uma explicação para isso pode ser encontrada no grau particularmente intenso de contato com o Brasil. Muitas cidades da fronteira uruguaia estão geminadas com seus vizinhos brasileiros (as cidades gêmeas). Além disso, os programas de rádio e da televisão brasileiras estão disponíveis na região de fronteira. (THUN, 2010, p. 721-722).

Nos trabalhos de campo realizados, foi possível perceber essa relação nos quatro pontos de fronteira pesquisados. No Chuy foi possível verificar a forte influência do português do sul do Brasil, coincidentemente sendo esta uma das fronteiras mais acessadas pelos brasileiros que entram no Uruguai via terrestre. Contrariamente, em Ríó Branco percebemos uma maior influência do espanhol, devido, em grande parte à dependência que a cidade tem de sua capital departamental, Melo, onde moram muitos dos profissionais que atuam nas instituições de ensino, por exemplo, e que apenas falam espanhol. Já na cidade de Rivera observamos a influência das duas línguas, uma brasileira na região mais próxima à linha que supostamente deveria demarcar os dois países e outra do espanhol nas regiões mais periféricas da cidade. Em Artigas percebemos uma situação diferente, onde o português local tem inovações próprias, possivelmente por estar afastado dos grandes centros urbanos, tanto do espanhol quanto do português. Do lado uruguaio os acessos à cidade são difíceis, além de ser um dos pontos extremos do país e, do lado brasileiro, a cidade de Quaraí é pouco desenvolvida e distante de outros centros urbanos.

A alternância linguística, portanto, é uma das principais características da identidade fronteiriça, e não deve ser confundida com ausência de competência comunicativa, como já foi afirmado. É nesse ponto que, acreditamos, as políticas linguísticas devam se centrar, principalmente no trabalho que se desenvolve no âmbito educativo, no qual professores de diferentes disciplinas acabam tendo compreensões diferentes da realidade linguística local. Portanto, mais do que ensinar o *Português* ou *Portugués del Uruguay*, compartimentando o problema em mais uma disciplina escolar, a questão deveria fazer parte de um currículo integrado no qual a realidade fronteiriça tivesse espaço e as questões linguísticas estabelecessem relações entre os diferentes saberes. Disciplinas como História e Geografia seriam fundamentais para um tratamento interdisciplinar da questão, ampliando a análise e incentivando uma maior reflexão sobre a realidade social da fronteira.

Nas questões que envolveram aspectos de política linguística *in vitro*, foi possível perceber o quanto essas medidas não dialogam com as comunidades. Talvez a única medida,

com amplo apoio, tenha sido a inclusão do ensino do português nas escolas, fato defendido pelos profissionais envolvidos nessa tarefa, mas que não conseguiu mobilizar toda a comunidade escolar, como vimos na cidade de Artigas. Apesar de ser uma área de estudo que tem gerado muitos trabalhos, o conhecimento gerado não chegou às comunidades de fala. Nas visitas realizadas às bibliotecas públicas do Chuy e Río Branco não encontramos nenhuma publicação relacionada à realidade linguística da fronteira, nem mesmo histórica. Na cidade de Artigas alguns artigos desatualizados estavam disponíveis, mas de difícil acesso e depois de muita insistência junto aos responsáveis por esses espaços. A exceção foi a cidade de Rivera que conta com bibliotecas melhores equipadas e com mais textos disponíveis, assim como com profissionais conhecedores da situação local.

Se por um lado as políticas linguísticas alienígenas são uniformizadoras e pretendem aplicar-se a toda a fronteira, vimos que as ações *in vivo* acabam sendo fundamentais para a manutenção das línguas no contexto local. No caso de Río Branco, a falta de iniciativas locais têm contribuído para o enfraquecimento do português entre a comunidade e, por outro lado, comprovou-se como essas ações são importantes para a promoção da língua, como no caso de Rivera e sua mobilização para conseguir o reconhecimento do portunhol como patrimônio imaterial do Uruguai. Entre essas ações espontâneas, também incluímos outras de natureza religiosa e cultural, como é a presença das religiões afro-brasileiras e todo seu léxico específico junto a população, assim como o carnaval e a adoção da música brasileira nessa época do ano e o próprio jeito brasileiro de festejar essa data, tão diferente ao que ocorre no resto do país.

A análise da trajetória das políticas linguísticas do Uruguai nos demonstra uma nítida evolução no sentido de reconhecer e promover sua diversidade. Porém, é necessário considerar, justamente, as barreiras internas que demarcam a variação de uma língua dentro do território. Um planejamento linguístico que não considere os aspectos locais, em todas as suas dimensões de análise, corre o risco de ser apenas uma proposta politicamente correta, mas de difícil implementação. Podemos colocar como exemplo o caso da cidade de Río Branco, onde o ensino de português é inviabilizado pela falta de professores. E o mesmo ocorre com os professores de Espanhol que não pertencem à comunidade e desconhecem as demandas linguísticas locais. Outro exemplo que pode ser incluído é o das escolas bilíngues

de fronteira e o chamado “cruze”¹⁰, quando os docentes de um país vão até as escolas do país vizinho para ministrar aulas. Se esses docentes não tiverem uma formação específica, realizando uma abordagem metodológica como língua adicional e não estrangeira, pois se trata, na sua maioria, de estudantes bilíngues e que precisam uma ação educativa adequada, corre-se o risco de que essas práticas acabem se desgastando, deixando de contribuir para uma melhor reflexão sobre a realidade fronteiriça. Sobre esse ponto, torna-se necessário também, pensar na criação de material didático específico para esses estudantes bilíngues, já que o pouco material disponibilizado se centra nas formas do português brasileiro padrão, muitas vezes cedido por professores de escolas brasileiras.

Destacamos a importância dos movimentos de cooficialização, como os verificados em Rivera, pois acreditamos que são legítimos e garantem às comunidades de fala o direito de uso de suas línguas sob o amparo de uma determinação que tem amparo legal. No caso do *portugués del Uruguay* ou portunhol, qualquer que seja sua denominação, trata-se de um reparo histórico e que terá repercussões positivas entre seus falantes, que verão sua língua adquirir um novo status, sendo empregada nos diversos espaços sociais.

Ao concluir o trabalho, esperamos ter contribuído para a compreensão da realidade linguística da fronteira, incentivando a criação de ações que promovam a pluralidade e reconheçam a diversidade representada pelas comunidades de fala como um aspecto importante para a determinação de políticas públicas que tenham o objetivo de intervir nas línguas.

¹⁰ De acordo com o MEC, o Projeto Escola Intercultural Bilíngüe de Fronteira (PEIBF) tem o intuito de promover o intercâmbio entre professores dos países do Mercosul. A proposta surgiu em 2005 por uma ação bilateral Brasil-Argentina e em 2009 totalizava 26 escolas de cinco países, sendo três no Uruguai (uma no Chuy e duas em Río Branco). O objetivo principal do PEIBF é a integração de estudantes e professores brasileiros com os alunos e professores dos países vizinhos. A meta é a integração, a quebra de fronteira. Para o MEC, a metodologia adotada no projeto é a de ensino por projetos de aprendizagem. Os professores, de ambos os países, realizam o planejamento das aulas juntos e determinam em quais partes do projeto os professores realizarão o intercâmbio (conhecido como “cruze”), pelo menos uma vez por semana. Fonte: <<http://portal.mec.gov.br/escola-de-fronteira/escola-de-fronteira>>

REFERÊNCIAS

ALLENDE, Alfredo. *Lorenzo Latorre, el estadista. La construcción del estado uruguayo (1876-1880)*. Montevideo: El Galeón, 2003.

ALTENHOFEN, Cléo V. *Bases para uma política linguística das línguas minoritárias no Brasil*. In: NICOLAIDES, Christine et al (orgs.). *Política e políticas linguísticas*. Campinas: Pontes, 2013, p. 93-116.

ALTENHOFEN, Cleo V. *Migrações e contatos linguísticos na perspectiva da geolingüística pluridimensional e contatual*. In: Revista de Letras Noroeste – Revista de Estudos Linguísticos e Literários. Sinop: UNEMAT, ed. 12 – Estudos Linguísticos, 2013, p. 19-43.

ALTENHOFEN, Cléo V. *O “território de uma língua”: ocupação do espaço pluridimensional por variedades em contato na Bacia do Prata*. In: FERNÁNDEZ, Ana Lourdes et al (org.). *Línguas em contato: onde estão as fronteiras?* Pelotas: UFPel, 2014, p. 69-103.

APPEL, René e MUYSKEN, Pieter. *Bilingüismo y contacto de lenguas*. Barcelona: Editora Ariel S.A., 1996.

AROCENA, Felipe e AGUIAR, Sebastián Aguiar. *Multiculturalismo en Uruguay: Ensayo y entrevistas a once comunidades culturales*. Montevideo: Trilce, 2007.

BARRIOS, Graciela. *Construcciones y reconstrucciones discursivas: repertorio lingüístico fronterizo y enseñanza de portugués*. In: MASELLO, Laura. *Portugués lengua segunda y extranjera en el Uruguay*. Montevideo: Colección Carlos Vaz Ferreira, Volume VII, Universidad de la República, 2008.

BARRIOS, Graciela. *Uruguay: minorías lingüísticas, lenguas fronterizas y políticas lingüísticas actuales* (2007). Disponível em <<http://addendaetcorrigenda.blogia.com/2007/032601-uruguay-minorias-linguisticas-lenguas-fronterizas-y-politicas-linguisticas-actua.php>> Consulta realizada em 04/10/2013.

BARRIOS; Graciela; PUGLIESE, Leticia. *Política lingüística en el Uruguay: las campañas de defensa de la lengua*. Vol. 23, 2006. Disponível em <http://elies.rediris.es/elies23/barrios_pugliese.htm> Consulta realizada em 17/11/2013.

BARRIOS PINTO, Aníbal. *Historia de los pueblos orientales*. Volume II e III. Montevideu: Ediciones de la Banda Oriental, 2008.

BAZTARRIKA, Patxi. *Babel o barbarie: una política lingüística legítima y eficaz para la convivencia*. Gipuzkoa: Alberdania, 2010.

BEHARES, Luis E. *La conceptualización de las variedades de portugués habladas en Uruguay*. In: FERNÁNDEZ, Ana Lourdes et al (org.). *Línguas em contato: onde estão as fronteiras?* Pelotas: UFPel, 2014, p. 131-155.

BEHARES, Luis E. *Portugués del Uruguay y educación fronteriza*. In: BROVETTO, Claudia, GEYMONAT, Javier e BRIAN, Nicolás (org.). *Portugués del Uruguay y educación bilingüe*. Montevideo: ANEP, 2007.

BEHARES, Luis. *Enseñanza del español como primera y segunda lengua en zona fronteriza bilingüe*. In: Segundo Foro de Lenguas ANEP. Montevideo: ANEP, 2009.

BEHARES, Luis. *Funcionamiento lingüístico del aula fronteriza y condición de hablante de niños y maestros*. In: MASELLO, Laura. *Portugués lengua segunda y extranjera en el Uruguay*. Montevideo: Colección Carlos Vaz Ferreira, Volume VII, Universidad de la República, 2008.

BEHARES, Luis. *Lo ideológico y lo técnico en las políticas lingüístico-educativas*. In: 4º Foro de Lenguas ANEP. Montevideo: ANEP, 2011.

BERTOLOTTI, V.; CAVIGLIA, S; COLL, M.; FERNÁNDEZ, M. *Documentos para la historia del portugués en el Uruguay*. Montevideo: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Universidad de la República, 2005.

BLOMMAERT, Jan. *The sociolinguistics of Globalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

BOEDO, Natalia. *El Portugués del Uruguay en el aula de Idioma Español: un estudio de caso*. In: Segundo Foro de Lenguas ANEP. Montevideo: ANEP, 2009.

BRACCO, Roberto et al. *Maderas que hablan guaraní: presencia misionera en Uruguay*. Montevideo: Fundación MAPI, 1987.

BROVETTO, Claudia, GEYMONAT, Javier e BRIAN, Nicolás (org.). *Portugués del Uruguay y educación bilingüe*. Montevideo: ANEP, 2007.

CALVET, Louis-Jean. *As políticas lingüísticas*. São Paulo: Parábola, 2007.

CARVALHO, Ana M. *The social distribution of Portuguese Dialects on a Bilingual Border Town*. Berkeley: University of California, PhD Dissertation, 1998.

CARVALHO, Ana Maria. "Rumo a uma definição do português uruguaio". In: Revista Internacional de Lingüística Iberoamericana, Madrid, 2003, p. 135-159.

COLL, Magdalena. *Bilingüismo sem diglossia: o português e o espanhol no norte do Uruguai no século XIX*. In: CARVALHO, Ana M. (org.). *Português em contato*. Madri: Vervuert, 2009.

CONTINI, Michel. *Présent et passé: la notion de frontière dans une lecture interdisciplinaire de l'espace linguistique*. In: ÁLVARES, R.; DUBERT, F.; SOUSA, X. (eds.). *Lingua e territorio*. Santiago de Compostela: ILG/CCG, p.23-54, 2006.

CONVENÇÃO PARA A SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL. Paris: UNESCO, 17 de out. 2003. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=3794>> Acesso em 20/04/2014.

COSERIU, Eugenio. *Sentido y tareas de la dialectología*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Filológicas, 1982.

Documentos de la comisión de políticas lingüísticas en la educación pública. Montevideo: Administración Nacional de Educación Pública, Consejo Directivo Central, 2008.

DURANTI, Alessandro. *La etnografía del habla: hacia una lingüística de la praxis*. In: FNEWMEYER, Frederick (org.). *Panorama de la lingüística moderna*. Madrid: Cambridge University Press, 1992, pp. 253-273.

EL OBSERVADOR. *Médicos se van a Brasil a ganar el doble y la frontera uruguaya queda sin atención*. Montevideo, Nacional-Política, 30/08/2013. Disponível em <<http://www.elobservador.com.uy/noticia/258760/medicos-se-van-a-brasil-a-ganar-el-doble-y-la-frontera-uruguaya-queda-sin-atencion/>> Consulta realizada em 22/04/2014.

EL PAÍS. *Habrán cédulas electrónicas a comienzos de 2015*. Disponível em <http://www.elpais.com.uy/informacion/habra-cedulas-electronicas-comienzos.html#article-comments> . Consulta realizada em 15/07/2014.

ELIZAINCÍN, A. e BEHARES, L.E. Variabilidad morfosintáctica de los dialectos portugueses del Uruguay. Santiago: Boletín de Filología de la Universidad de Chile, XXXI, 1981, p. 401-417.

ELIZAINCÍN, A. *Ocho precisiones sobre el contacto lingüístico*. In: Revista LINGÜÍSTICA Vol. 19 N° 1. Madrid: ALFAL, 2007, pp. 117-132.

ELIZAINCÍN, Adolfo. *Algunas precisiones sobre los dialectos portugueses del Uruguay*. Montevideo: Universidad de la República, 1979.

FERGUSON, Charles A. *Diglossia*. In: Word, New York, n. 15(2), p. 325-340, 1959.

FERNÁNDEZ, Freddy. *Polémica en Rivera por cartelería en portugués*. El País, Montevideo, 21 fev. 2014. Ciudades, B6.

FISHMAN, Joshua A. *Bilingualism with and without diglossia; diglossia with and without bilingualism*. In: Journal of Social Issues, v. 23, n. 2, 1967.

FISHMAN, Joshua. *Sociología del lenguaje*. Madrid: Cátedra, 1979.

GORTER, Durk et al. Position paper of Research Task 1.2, Cultural diversity as an asset for human welfare and development: benefits of linguistic diversity and multilingualism. *Sustainable development in a diverse world* (Sus.div), 2006. Disponível em: <http://www.susdiv.org/uploadfiles/RT1.2_PP_Durk.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2014.

HEYE, Jürgen. *Sobre o conceito de diglossia*. In: GORSKI, Edair Maria & COELHO, Izete Lehmkuhl (orgs.). *Sociolinguística e ensino: contribuições para a formação do professor de língua*. Florianópolis : Ed. da UFSC, 2006.

HYMES, Dell. *The ethnography of speaking*. In: GLADWIN, T. e STURTEVENT, W.C. (ed.). *Anthropology and Human Behavior*. Washington: Anthropological Society of Washington, 1962, p. 13-53.

INE – Instituto Nacional de Estadística – Disponível em <http://www.ine.gub.uy/censos2011/index.html> - Consulta realizada em 17/02/2014.

JAMES, Carl; GARRET, Peter. *The scope of languages awareness*. In: JAMES, Carl; GARRET, Peter (Eds). *Language awareness in the classroom*. 3a. ed. London/New York: Longman, 1998. P. 3-20.

JORGE, Ana Maria Guimarães. *Introdução à percepção*. São Paulo: Paulus, 2011.

KYMLICKA, Will. *Estados multiculturales y ciudadanos interculturales*. In: Actas del V Congreso Latinoamericano de Educación Intercultural Bilingüe: realidad multilingüe y desafío intercultural. Lima: Ed. Roberto Zarquiey, 2003, p. 47-81.

LASTRA, Yolanda. *Sociolingüística para hispanoamericanos: una introducción*. México: El Colegio de México, Centro de Estudios Lingüísticos y Literarios, 2003.

LAVILLE, Christian e DIONNE, Jean. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

LÓPEZ MORALES, Humberto. *Sociolingüística*. Madrid: Gredos, 1989.

MACKEY, William F. *The description of bilingualism*. In: FISHMAN, Joshua A. [ed.]. *Reading in the sociology of language*. 3ª ed. The Hague: Mouton, 1972. p. 554-584.

MALMBERG, Bertil. *La América hispanohablante: unidad y diferenciación del castellano*. Madrid: ISTMO, 1966.

MARSILIO, Horacio de. *El lenguaje de los uruguayos*. Montevideo: Nuestra Tierra, 1969.

MEDINA, Javier L. *Lenguas en contacto*. Madri: Arco Libros, 2002.

MEO-ZILIO, Giovanni. *Presentación al Nuevo Diccionario de Uruguayismos*. In: *Nuevo Diccionario de Uruguayismos*, vol. III – Nuevo Diccionario de Americanismos. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 1993.

MOLLICA, M. Cecília e BRAGA, M. Luiza (org.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2013.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de & ALTENHOFEN, Cléo V. *O in vitro e o in vivo na política da diversidade linguística do Brasil: inserção e exclusão do plurilinguismo na educação e na sociedade*. In: MELLO, Heliana; ALTENHOFEN, Cléo & RASO, Tommaso (orgs.). *Os contatos linguísticos no Brasil*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011.

ORTEGA, Lourdes. *Understanding – Second language acquisition*. London: Hodder Education, 2009.

PELLEGRINO, Adela. *Migraciones: nuestro tiempo*. Montevideo: IMPO, 2014.

PNUD – *Desarrollo económico y disparidades territoriales en Uruguay*. 20/03/2014. Disponível em <<http://www.uy.undp.org/content/uruguay/es/home/presscenter/articles/2014/03/20/desarrollo-econ-mico-y-disparidades-territoriales-en-uruguay/>> Consulta realizada em 30/06/2014.

PODER LEGISLATIVO, URUGUAY. *Estatuto Jurídico de la Frontera*, 1933. Disponível em <<http://www.parlamento.gub.uy/htmlstat/pl/convenios/conv17094.htm>> Acesso em 18/03/2014.

POTOWSKI, Kim. *Fundamentos de la enseñanza del español a hispanohablantes en los EE.UU.* Madrid: Arco Libros, 2005.

ROMAINE, Suzanne. *Bilingualism*. 2. ed. Oxford: Basil Blackwell, 1995.

RONA, José Pedro. *El dialecto “fronterizo” del norte del Uruguay*. Montevideo: Linardi, 1965.

SANTOS, Ana Rosa Domingues dos. *A organização social das fronteiras: etnografia do cotidiano fronteiriço Chuí/Chuy*. Dissertação em Ciências Sociais. Brasília:UnB/CEPPAC, 2006. Disponível em: <http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1925>. Acesso em: 20 maio 2013.

SAQUET, Marcos Aurélio. *Estudos territoriais: os conceitos de território e territorialidade como orientações para uma pesquisa científica*. In: FRAGA, Nilton César (org.). *Territórios e fronteiras: (re)arranjos e perspectivas*. Florianópolis: Insular, 2011.

SHOHAMY, Elana e GORTER, Durk. *Linguistic landscape*. New York: Routledge, 2009.

SILVA, Natasha e SÁNCHEZ, Felipe. *El ‘portuñol’ de la frontera de Uruguay y Brasil busca romper su exclusión*. Disponível em: <http://cultura.elpais.com/cultura/2015/07/23/actualidad/1437685636_246770.html> - Consulta realizada em 30/07/2015

THUN, Harald. *La geolingüística como lingüística variacional general (con ejemplos del Atlas lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay)*. In: International Congress of romane Linguistics and Philology. Tübingen: Niemeyer, 1998. 701-729.

THUN, Harald. *Variety complexes in contact: a study on Uruguayan and Brazilian Fronterizo*. In: AUER, Peter e SCHMIDT, Jürgen E. *Language and Space: an international handbook of Linguistic variation*. Volume 1: Theories and Methods. Berlim/New York: Bruyter Mouton, 2010. 706-723.

ÚLTIMAS NOTICIAS. *Mujica instó a empresarios a enfocar esfuerzos en Brasil*. Montevideo, 02/05/2012. Disponível em <<http://www.ultimasnoticias.com.uy/Edicion-UN/articulos/prints-2012may02/act07.html>> Consulta realizada em 11/03/2014.

UNAMUNO, Virginia. *Lengua, escuela y diversidad sociocultural: hacia una educación lingüística crítica*. Barcelona: GRAÓ, 2003.

ANEXOS

ANEXO 1



Proceso de postulación del Portugués como Patrimonio Cultural Inmaterial
Ponencias sobre la cultura fronteriza, identidad y el Portugués

JODIDO BUSHINSHE

del hablar al ser

Exponentes:
ALEJANDRO GAU
CARLA CUSTODIO
EDUARDO PALERMO
ANA RODRIGUEZ
SELVA CHIRICO
JUAN CARLOS DE BITTENCOURT
LIANE CHIPOLINO
FERNANDO ACEVEDO
CARMEN CURBELO
ALEJANDRA RIVERO
CARLOS ENRIQUE DE MELLO (YONI)
RAQUEL GEORGIADIS

Artistas:
CHITO DE MELLO
LINGUA MAE
SANTIAGO FIELITZ
RAPHAEL FISCHER
MICHEL CROZ
CORVUS
DOBLE CHAPA
MIGUEL ARMAND UGON
BANDONEONES
DE MOIRONES

Diálogos sobre Cultura de Frontera

JODIDO BUSHINSHE

Diálogos sobre Cultura de Fronteira

"los portuñoles / os portunhois"

IDENTIDADES Y CULTURAS POPULARES • IDENTIDADES E CULTURAS POPULARES

11 y 12 de diciembre
Auditorio do IFSUL Sant'Ana do Livramento | Salón de Actos - Centro Universitario de Rivera

ANEXO 2

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) participante:

Você está sendo convidado(a) a participar do Estudo que faz parte do projeto de pesquisa de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS sob a orientação do Professor Dr. Cléo V. Altenhofen e desenvolvido pelo doutorando Henry Daniel Lorencena Souza.

O projeto **As fronteiras internas do "português del norte del Uruguay": entre a percepção dos falantes e as políticas linguísticas** prevê a realização de entrevistas nas cidades de fronteira do Uruguai e em Montevideú.

Este estudo tem como objetivo principal:

- **Analisar do contato linguístico entre o espanhol e o português nas regiões bilíngues uruguaias, tendo por base as percepções dos falantes nos seus diferentes contextos sociais e sua relação com as políticas linguísticas existentes.**

A entrevista individual será gravada e transcrita. Estima-se que a entrevista terá cinquenta minutos de duração, podendo variar de acordo com o tempo que o entrevistado dedique às respostas.

Os dados e as informações coletadas neste estudo serão integrados ao Projeto de Pesquisa. Será assegurado a cada entrevistado o direito de escolher participar ou não da pesquisa, retirar seu consentimento a qualquer momento, se assim o desejar, sem qualquer penalização ou prejuízo, tendo em vista os riscos inerentes aos instrumentos utilizados, tais como enfado ou constrangimentos relacionados a temas que se relacionem a valores pessoais ou de trabalho. Será assegurada a preservação da identidade dos participantes sendo, os nomes substituídos por um código. Os registros das evidências encontradas ficarão sob a guarda do pesquisador por um período de cinco anos, depois serão destruídos. O pesquisador poderá acordar com os envolvidos na pesquisa um encontro para apresentação e discussão dos resultados obtidos. Esses resultados serão utilizados para fins específicos da pesquisa e serão divulgados em eventos e revistas científicas. Em caso de dúvida, o pesquisador poderá ser contatado através do telefone (5551) 8111.9026 ou (5551) 3028.8943.

Doutorando
Henry Daniel Lorencena Souza

Eu _____ declaro que fui devidamente esclarecido(a) acerca do projeto desenvolvido pelo doutorando Henry Daniel Lorencena Souza, tendo como orientador o **Prof. Dr. Cléo V. Altenhofen (PPGLet)**, e concordo em participar e que recebi uma cópia deste termo de consentimento.

_____, de _____ de 2014.

Assinatura: _____

ANEXO 3



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
LETRAS**

Tese de Doutorado: Henry Daniel Lorencena Souza
Orientador: Cléo V. Altenhofen

QUESTIONÁRIO

"PORTUGUÉS DEL NORTE DEL URUGUAY": A PERCEPÇÃO DOS FALANTES

PONTO: Cód. do ponto:

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO INFORMANTES (10 por célula)

Nº track: CaGIIHo	Nº track: CaGIHo
Nº track: CaGIIMu	Nº track: CaGIMu
Nº track: CbGIIHo	Nº track: CbGIHo
Nº track: CbGIIMu	Nº track: CbGIMu

Ca (curso superior, não necessariamente concluído) - Cb (secundaria)
GII (geração velha acima de 50 anos) - GI = (geração jovem 18 a 36 anos)
Ho (homens) - Mu (mulheres)

PERGUNTAS DE CONTROLE:

- Nasceu aqui, em? Ou onde? (entorno?)
- Idade:
- Escolaridade:
- Já morou fora? Por quanto tempo?

I – INFORMAÇÕES GERAIS

Participante nº _____ Data: _____ Hora: _____

1. Nome do participante: _____

2. Sexo: () F () M

3. Idade: _____ anos

4. Local de nascimento: _____ Nacionalidade: _____

5. Contato:

Telefone(s): _____

Endereço: _____

6. Nível de escolaridade:

() ensino superior completo

() ensino superior incompleto

8. Profissões:

Ocupação	Data início (mês/ano)	Data fim (mês/ano)	Comentários

9. Etnicidade (informação sobre descendência):

Etnia do pai: _____

Etnia da Mãe: _____

II – INFORMAÇÕES LINGUÍSTICAS

10. Que línguas você fala?

11. Qual língua você considera a sua língua materna?

12. Aquisição:

Língua	Idade de exposição	Onde foi exposto	Com quem aprendeu
		Casa / escola / outro (_____)	Pais / avós / babá / professora / vizinhos / amigos / outros (_____)
		Casa / escola / outro (_____)	Pais / avós / babá / professora / vizinhos / amigos / outros (_____)
		Casa / escola / outro (_____)	Pais / avós / babá / professora / vizinhos / amigos / outros (_____)
		Casa / escola / outro (_____)	Pais / avós / babá / professora / vizinhos / amigos / outros (_____)

13. Performance: Avalie as suas habilidades linguísticas numa escala de 1 a 5, sendo que 1 equivale a muito pouco e 5 a muito bem.

Língua	Leitura	Escrita	Ouvir e entender	Falar
	1 2 3 4 5	1 2 3 4 5	1 2 3 4 5	1 2 3 4 5
	1 2 3 4 5	1 2 3 4 5	1 2 3 4 5	1 2 3 4 5
	1 2 3 4 5	1 2 3 4 5	1 2 3 4 5	1 2 3 4 5
	1 2 3 4 5	1 2 3 4 5	1 2 3 4 5	1 2 3 4 5

14. Que línguas estas pessoas falavam com você quando era criança?

Pai: _____ Mãe: _____ Avó materna: _____

Avô materno: _____ Avó paterna: _____ Avô paterno: _____

Irmão 1: _____ Irmão 2: _____

15. Qual é a sua língua dominante agora? (qual você acha que sabe melhor, se sente más cômodo?)

16. Frequência de uso da(s) língua(s):

Língua	Lugar / situação	Percentual de uso											Comentários
	Em casa	0	10	20	30	40	50	60	70	80	90	100	
	Ao visitar familiares	0	10	20	30	40	50	60	70	80	90	100	
	No trabalho	0	10	20	30	40	50	60	70	80	90	100	
	Na igreja / eventos religiosos	0	10	20	30	40	50	60	70	80	90	100	
	Ao visitar amigos	0	10	20	30	40	50	60	70	80	90	100	
	Ao telefone	0	10	20	30	40	50	60	70	80	90	100	
	Nas férias	0	10	20	30	40	50	60	70	80	90	100	
	Ao fazer compras	0	10	20	30	40	50	60	70	80	90	100	
	Em festas ou eventos sociais	0	10	20	30	40	50	60	70	80	90	100	
Língua	Lugar / situação	Percentual de uso											Comentários
	Em casa	0	10	20	30	40	50	60	70	80	90	100	
	Ao visitar familiares	0	10	20	30	40	50	60	70	80	90	100	
	No trabalho	0	10	20	30	40	50	60	70	80	90	100	
	Na igreja / eventos religiosos	0	10	20	30	40	50	60	70	80	90	100	
	Ao visitar amigos	0	10	20	30	40	50	60	70	80	90	100	
	Ao telefone	0	10	20	30	40	50	60	70	80	90	100	
	Nas férias	0	10	20	30	40	50	60	70	80	90	100	
	Ao fazer compras	0	10	20	30	40	50	60	70	80	90	100	
	Em festas ou eventos sociais	0	10	20	30	40	50	60	70	80	90	100	
Língua	Lugar / situação	Percentual de uso											Comentários
	Em casa	0	10	20	30	40	50	60	70	80	90	100	
	Ao visitar familiares	0	10	20	30	40	50	60	70	80	90	100	
	No trabalho	0	10	20	30	40	50	60	70	80	90	100	
	Na igreja / eventos religiosos	0	10	20	30	40	50	60	70	80	90	100	
	Ao visitar amigos	0	10	20	30	40	50	60	70	80	90	100	
	Ao telefone	0	10	20	30	40	50	60	70	80	90	100	
	Nas férias	0	10	20	30	40	50	60	70	80	90	100	
	Ao fazer compras	0	10	20	30	40	50	60	70	80	90	100	
	Em festas ou eventos sociais	0	10	20	30	40	50	60	70	80	90	100	
Língua	Lugar / situação	Percentual de uso											Comentários
	Em casa	0	10	20	30	40	50	60	70	80	90	100	
	Ao visitar familiares	0	10	20	30	40	50	60	70	80	90	100	
	No trabalho	0	10	20	30	40	50	60	70	80	90	100	
	Na igreja / eventos religiosos	0	10	20	30	40	50	60	70	80	90	100	
	Ao visitar amigos	0	10	20	30	40	50	60	70	80	90	100	
	Ao telefone	0	10	20	30	40	50	60	70	80	90	100	
	Nas férias	0	10	20	30	40	50	60	70	80	90	100	
	Ao fazer compras	0	10	20	30	40	50	60	70	80	90	100	
	Em festas ou eventos sociais	0	10	20	30	40	50	60	70	80	90	100	

17. Que línguas são faladas diariamente em sua casa?

18. Que línguas você estudou formalmente e como foi a experiência de aprendizagem?

19. Em que línguas você sabe ler e escrever?

20. Qual é a língua de que você mais gosta?

21. Que línguas você gostaria de saber melhor?

22. Na sua opinião, qual é a língua mais importante aqui?

III – ATITUDES LINGUÍSTICAS

23. Atitudes com relação à língua espanhola:

O quanto você se identifica com a língua e cultura espanhola? (1=nem um pouco; 5=bastante)	1 2 3 4 5
Você já se sentiu constrangido (a) quando falava espanhol? (1= nunca; 5= várias vezes)	1 2 3 4 5

24. Atitudes com relação à língua portuguesa:

O quanto você se identifica com a língua e cultura portuguesa? (1=nem um pouco; 5=bastante)	1 2 3 4 5
Você já se sentiu constrangido (a) quando falava português? (1= nunca; 5= várias vezes)	1 2 3 4 5

IV – PERCEPÇÕES LINGUÍSTICAS

25. Que língua você acha que deveria ser falada aqui na fronteira?

26. Como você definiria a língua falada na fronteira?

27. Você prefere falar mais em português ou em espanhol? Por quê?

28. Os uruguaios gostam da língua portuguesa?

29. Você concorda com o mito de que em “portunhol” todos se entendem? Dê um exemplo.

V – POLÍTICAS LINGUÍSTICAS

30. O que você pensa sobre o ensino do português no Uruguai?

31. O que você acha do reconhecimento do português como uma língua do Uruguai?

32. Como você descreveria o prestígio do português no Uruguai?

VI – ASPECTOS SOCIOCULTURAIS

33. Com que coisas do Brasil você se identifica?

34. Com que coisas do Uruguai você se identifica?

35. Alguma vez você se sentiu discriminado por falar português? Quando?

36. Você acha que o português influencia de alguma forma a fala dos uruguaios? Como?

37. O Brasil representa alguma ameaça para o Uruguai?

VII – MÍDIA E LINGUA

38. Você escuta mais músicas em espanhol ou em português? Por quê?

39. Quando você assiste TV prefere canais em espanhol ou em português?

40. Você gosta de ler jornais ou revistas em espanhol ou em português?

ANEXO 4



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

Tese de Doutorado: Henry Daniel Lorencena Souza

Orientador: Cléo V. Altenhofen

**"PORTUGUÉS DEL URUGUAY": A PERCEPÇÃO DOS FALANTES
FORMULÁRIO PARA O DIÁRIO DE BORDO**

LOCALIDADE DA PESQUISA	
1	Toponímia
1.1	Nome da localidade onde moram os informantes:
1.2	Nomes anteriores:
1.3	Origem do nome da localidade (por que se chama assim?)
2	População Total
3	Observações sobre a localização da localidade (distância de cidade próxima, tipo de estrada, mobilidade etc.)
4	Breve história da localidade (período de fundação, processos migratórios, histórico, memórias da migração etc.)
5	Etnias na região (pessoas de outras origens, observar designações)
6	Localização de grupos de origens diferentes (mapeamento de territorialidades, com auxílio de mapa) Localidade Grupo de origem
DADOS DE OBSERVAÇÃO DE CAMPO	
1	Espaços sociais dos grupos (clubes, associações, cooperativas...)

2	Escola: oportunidades de estudo, ensino de línguas...
3	<p>Acervo iconográfico (fotografar inscrições, placas, monumentos, impressos [excertos de jornais, livros], documentos, entorno das entrevistas e do ambiente dos informantes, eventos, administração etc.</p> <p>Pergunta norteadora: Há presença visual de aspectos linguísticos que remetem aos diferentes grupos em contato (nomes de ruas, de estabelecimentos comerciais, de placas, de associações...)?</p>
4	Que eventos/festas remetem à cultura brasileira?
5	Mídia: A mídia local veicula propagandas, programas específicos, por exemplo, no rádio, que refletem à presença do português na cidade?
7	Outras informações: há aeroporto, museu, arquivos, monumentos, grupos de dança...?
OUTRAS OBSERVAÇÕES	

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

Tese de Doutorado: Henry Daniel Lorencena Souza
Orientador: Cléo V. Altenhofen

QUESTIONÁRIO
"PORTUGUÉS DEL URUGUAY": A PERCEPÇÃO DOS FALANTES

PONTO: MONTEVIDÉU

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO - INFORMANTES (10 por célula)

CaGIIHo	CaGIHo
Nº track:	Nº track:
CaGIIMu	CaGIMu
Nº track:	Nº track:
CbGIIHo	CbGIHo
Nº track:	Nº track:
CbGIIMu	CbGIMu
Nº track:	Nº track:

Ca (curso superior, no necesariamente concluido) - **Cb** (secundaria)
GII (generación mayor a los 50 años) - **GI** = (generación joven de 18 a 36 años)
Ho (hombres) - **Mu** (mujeres)

PERGUNTAS DE CONTROL:

- ¿Nació aquí, en Montevideo? O, ¿dónde? (entorno)
- Edad:
- Escolaridad:
- ¿Há vivido en otro país? ¿Durante cuánto tiempo?

PARTE A – Cuestiones implícitas

1) En su opinión, ¿qué lenguas son importantes en la actualidad?

Si responde PORTUGUÉS – Pregunta 2
Si no cita el PORTUGUÉS – Pregunta 3

2) ¿Por qué piensa que el portugués es importante?

3) ¿Qué opina usted sobre el portugués?

4) Además del español, ¿sabe usted alguna otra lengua?

5) ¿Qué lenguas le gustaría aprender? ¿Por qué?

Si cita PORTUGUÉS – Pregunta 7

Si no cita PORTUGUÉS – Pregunta 6

6) ¿Le gustaría aprender portugués? ¿Por qué?

7) ¿Los uruguayos saben portugués? Dé un ejemplo.

8) ¿Qué opina sobre el reconocimiento del portugués como una lengua del Uruguay?

PARTE B – Cuestiones explícitas

9) ¿Qué piensa de la frontera de Uruguay con Brasil?

10) ¿Usted ya ha ido a la frontera de Uruguay con Brasil?

11) ¿Cómo es la forma de hablar de los uruguayos que viven en esa frontera?

12) ¿El portugués perjudica la educación de los uruguayos?

13) ¿Considera que el portugués es una amenaza para la soberanía nacional?

14) ¿Qué nombre le daría al idioma que se habla en la frontera?

15) ¿Qué opinión tiene usted sobre Brasil y los brasileños?

ANEXO 6

Campanha publicitária de turismo no Uruguai, exposta nas vias públicas de Porto Alegre a partir do segundo semestre de 2015.



ANEXO 7

Notícia no jornal El País sobre o portunhol e manifestações dos leitores na página on line do periódico.

EL PAÍS GALLITO INMUEBLES AUTOS TRABAJO CLUB EL PAÍS ARCHIVO FOTOS EPAPER ULALÁ RURALES EL PAÍS TV

Información

Montevideo, T12° H43%
jueves 16.07.2015
12:59 HS

Buscar

INGRESAR | REGISTRARSE | ED. IMPRESA

Home Información Mundo Vida actual Opinión Divertite **Economía** **Ovación** TV Show **Eme de Mujer** SERVICIOS MÁS

El presupuesto - Antel Arena

ESTUDE INGLÉS NOS ESTADOS UNIDOS COM ATÉ 15% DE DESCENTO

OPINIONES

EDITORIAL DE HOY

Perón, Perón...

Acaparar la discusión pública, posturas antagónicas dentro de un mismo partido, desprecio por las libertades individuales y la democracia representativa, y manejo ostentoso del poder sindical para operar políticamente. Es la copia clase B del

PROCURAN INCLUIR AL DIALECTO EN LA LISTA DEL "PATRIMONIO CULTURAL INMATERIAL"

Rivera pedirá a la Unesco protección para el "portuñol"

Apartir del viernes 17 de julio, y hasta noviembre, los cinco Centros MEC de Rivera realizarán un ciclo que tiene como objetivo lograr que la Unesco incorpore el "portuñol" como patrimonio cultural inmaterial.

FOTO



Los riverenses pedirán ayuda a la ONU para salvaguardar su lenguaje. Foto: D. Borrelli.

Vota por esta noticia: **RIVERA** | FREDDY FERNÁNDEZ | 15 jul 2015

★★★★★ 4 votos

Me gusta 4

TEMAS

Rivera - Unesco - centros MEC - portuñol - patrimonio cultural inmate

Los panelistas del ciclo son todos profesionales terciarios de Rivera, Tacuarembó y Artigas, pero también de Montevideo y Brasil —donde no se habla portuñol.

Entre los panelistas hay historiadores, poetas e intérpretes como Chito de Mello, riverense, cantor y anarquista, una de cuyas canciones se titula Dejá pa mí que soy cañoto.

Aunque el dialecto está muy expandido en la frontera de Rivera, hay otros países sudamericanos que limitan con Brasil —desde Venezuela a Paraguay, pasando por Bolivia, Perú y Colombia— cuyas poblaciones limítrofes tienen un argot parecido al portuñol.

La apuesta de buscar la protección de la Unesco se basa en que, según el organismo internacional, "el patrimonio cultural no se limita a monumentos y colecciones de objetos, sino que comprende también tradiciones o expresiones vivas heredadas de antepasados y transmitidas a descendientes, como tradiciones orales", entre otros aspectos.

Enrique da Rosa, coordinador de los Centros MEC de Rivera y uno de los propulsores de la iniciativa, explicó a El País que este proceso de promoción del portuñol como signo de identidad ya tiene unos años. En 2013, recordó, hubo un ciclo llamado Sarao du Dialeto donde el Chito y el poeta Yoni de Mello recorrieron Rivera, Artigas y Cerro Largo cantando y leyendo poesía en portuñol.

Identidad.

Para Da Rosa "resulta imperioso que la cultura

EL PAÍS digital
3,109,465 curtidas ¿ablar hoy?

Curtir Página Compartir

47 amigos curtiram isso

ÚLTIMO MOMENTO

Últimas noticias

Asaltaron un supermercado en La Blanqueada y golpearon a una cajera Los delincuentes obligaron a dos cuidacoches a irse de las inmediaciones y luego entraron al comerci...
12:49

"Yo me llamo" viaja al interior El sábado 25 de julio se hará una jornada de selección en el Teatro Young de Fray Bentos.
12:42

Candelaria Tinelli reconoce que es una mujer sin curvas y sin complejos La hija del conductor de Showmatch publicó en Instagram

Identidad.

ingreso rápido

Ainda não comprou?
Garanta já o seu ingresso sem sair de casa!

Compre já!



Para Da Rosa "resulta imperioso que la cultura fronteriza sea mejor cotizada en el ámbito nacional y sobre todo el portuñol como señal de identidad regional".

Se calcula que aproximadamente 450.000 uruguayos tienen al portuñol como su lengua madre o como segunda lengua. El dato se desprende del almanaque del BPS de 2015.

La Unesco, recordó Da Rosa, ya fue consultada a propósito del tema en el año 2012, y en la respuesta que envió a la Dirección de Centros MEC no se mostró muy inclinada a ofrecer su protección al dialecto riverense. "No se trata de una lengua en

situación de riesgo y que necesite ser salvaguardada", fue la contestación.

Aun así, los cultores riverenses pretenden que el portuñol, lengua viva de la frontera, sea incluida en la lista del Patrimonio Cultural Inmaterial — como lo están hoy el tango y el candombe— para promover acciones que fortalezcan y respalden la creación artística y contribuyan a la identidad regional.

Existen centenares de investigaciones académicas sobre el portuñol realizadas por uruguayos, brasileños, argentinos, paraguayos, alemanes y estadounidenses; pero todos viéndolo como una expresión exterior pues ninguno vivió tanto tiempo ni en Artigas ni en Rivera como para reconocer la relación entre la cultura de frontera y el lenguaje.

NOTICIAS DE HOY

conductor de snowmatch buñico en instaram

LO MÁS...

+ Leído + Comentado

- 1 Rossi desmanteló "spa" de Pintado
- 2 Una recorrida por el túnel que usó el "Chapo" Guzmán para fugarse
- 3 Difunden video de la fuga del Chapo Guzmán
- 4 Priorizar dólar ante inflación; "carta" para un peor escenario
- 5 Vázquez cede ante el MPP y continúa con el Antel Arena

[Ver más](#)

EDICION IMPRESA

EL PAIS

CLUB EL PAIS

EL PAIS
18 de Julio de 2015

[Descargar PDF](#)

COMENTARIOS

Comentarios (94)



#94 | [orejanoLXXII](#) | 16/julio/2015 | 08:45
 en Italia se hablan 14 dialectos, no se cual es el problema acá.



#93 | [carbon10](#) | 16/julio/2015 | 02:18
 Y porque no enseñan en toda la frontera el idioma Portugues a la par del español desde la escuela y cuando sean mayores hablan y escriben correctamente los 2 idiomas? Porque el Portuñol no existe! Es cualquier cosa, como un ser humano va salir de una frontera comunicandose en PORTUNOL? Son pelotudos o se hacen?



#92 | [Jentilak](#) | 16/julio/2015 | 11:16
 SI HABLAMOS DE IDENTIDAD... PODRIA DECIR QUE NO LA TIENES. PUES DEFIENDES UN IDIOMA O CODIGO AL QUE TE SUBORDINASTE O TE LO "METIERON" RESULTADO DE LA COLONIZACION. LO CONTRARIO DEL PORTUNOL QUE SURGE POR NACER Y VIVIR EN UN LUGAR...ESO SI ES IDENTIDAD!!!!



#91 | [cabezadescalza](#) | 15/julio/2015 | 22:33
 El portuñol no le hace bien al lenguaje porque se acostumbran hablar de esa forma y cuando tienen que decir algo en español no saben la forma correcta de expresarse por hablar todo atravesado es mi opinión gracias



#90 | [SembradorDeParadojas.](#) | 15/julio/2015 | 19:48
 En Rivera se bromea refiriendose a la Republica Independiente de Rivera. Ahora ya

sem sair de casa!

Compre já!



Bebe Reborn Sob Encomenda 10 Dias

R\$ 1.500



Smartwatch U8 Relógio Inteligente Bluetooth A...

R\$ 132,90



Celular Barato Moto G2-phone 2chips Wifi Frete...

R\$ 219,90

mercadolivre.com.br



#90 | [SembradorDeParadojas](#) | 15/julio/2015 | 19:48

En Rivera se bromea refiriendose a la Republica Independiente de Rivera. Ahora ya tienen dialecto propio.



#89 | [petecotelapone](#) | 15/julio/2015 | 22:26

una realidad innegable es el analfabetismo.



#88 | [Jentilak](#) | 15/julio/2015 | 20:11

TU CONOCIMIENTO DE PORTUGUES NO ES DE NEGARSE ,PERO NO SE DISCUTE EL PORTUGUES LO QUE SE PLANTEA ES UNA REALIDAD QUE TAMBIEN ES INNEGABLE: EL PORTUNOL!!!



#87 | [Jentilak](#) | 15/julio/2015 | 20:02

TIENES PREJUICIO CONTRA PUEBLO NUEVO ,ADEMAS ESTAS DE ACUERDO CON QUIEN TIENE PREJUICIO CONTRA LOS POBRES. CUANDO ME REFERI A QUE TENGO TITULACION ME DEFENDI DE QUIEN DIJO QUE EL PORTUNOL ES SOLAMENTE DE GENTE POBRE Y SIN INSTRUCCION, BUENO, ...SE PUEDE APRECIAR QUE LOS COMENTARIOS REFLEJAN UNICAMENTE PREJUICIO Y NIEGAN UNA REALIDAD!!!!!!!



#86 | [Jentilak](#) | 15/julio/2015 | 19:50

SI EN CUALQUIER MOMENTO POR LA AUTONOMIA!!! SALUD A LA FRONTERA!!



#85 | [poushka](#) | 15/julio/2015 | 19:17

ESpero que la Unesco se ría en la cara de esta gente. Patrimonio cultural de los analfabetos que no tienen capacidad intelectual de aprender uno u otro idioma o los dos. Poruñol es una manera de hablar de lapobre gente. La gente que quiere hablar bien el español o el portugués no mezcla los dos. Piden cualquier cosa. La unesco no es un tarro de basura que se pone de todo. Un poco de veruenza. Después nos sorprendemos que la gente habla mal. Lo único que hacemos es legitimar hablar mal. Basta de tanta ignorancia.



#84 | [linguamae](#) | 16/julio/2015 | 02:31

Meu veio, ya foste na estiva?
nu beco, na raiz?
povo novo?
tu es feliz?
O chupaste limón?
Ya pasaste u rio negro?
comeste sandia nu mormaso?
deste uma volta cum bagaso na sarandí?
A ignorancia tem ida y volta
te fiya si naum ta em ti!!!
Porque tu e analfabeto pra mim!



#83 | [SembradorDeParadojas](#) | 15/julio/2015 | 19:45

Cual es tu especialidad en la Ingenieria. Ingeniero uruguayo, o ingeniero brasilero. O, quizás, seas ingeniero del Pueblo Nuevo.



#82 | [Jentilak](#) | 15/julio/2015 | 19:42

Y MAS TE DIGO, DOMINO LOS TRES, CASTELLANO, PORTUGUES Y PORTUNOL, LOS USO CUANDO SEGUN LA NECESIDAD Y NO SOY UN IGNORANTE SOY TITULADO EN INGENIERIA!



#81 | SembradorDeParadojas. | 15/julio/2015 | 19:42

El problema del portuñol es que no hablan ni portugués ni español. La prueba es EL ABORTO que te salió para referirte a algo que tiene nombre de un lado y de otro.



#80 | Jentilak | 15/julio/2015 | 19:35

IGNORANTE ERES TU...ADEMAS TIENES PREJUICIO CONTRA LA GENTE POBRE...QUE NADA TIENE QUE VER CON ESTO!!! INFORMATE Y LEE UN POCO DE LO QUE SUCEDE EN OTRAS PARTES DEL PLANETA...O CREEES QUE HABLAS BIEN CIERTO IDIOMA...ADEMAS QUE NO SE TRATA DE SI HABLAR PORTUGUEZ O HABLAR ESPANOL...SE TRATA DEL POTUNOL.....!!!!!! IGNORANTE!!



#79 | SembradorDeParadojas. | 15/julio/2015 | 19:34

Hace unos 8 años que aprobé el Celpe-Bras que vale por siete años. En cualquier momento me preparo y lo rindo una vez más, porque cuanto más estudio mejor hablo los dos idiomas. El del país en el que nací y el del país que me adoptó como hijo.



#78 | SembradorDeParadojas. | 15/julio/2015 | 19:32

Outorgado pelo MEC, o Celpe-Bras é o único certificado brasileiro de proficiência em português como língua estrangeira reconhecido oficialmente. E conferido em quatro níveis: intermediário, intermediário superior, avançado e avançado superior. O primeiro teste foi aplicado em 1998.

1 2 3 4 5 6 >

Comentarios (94)



#77 | petecotelapone | 15/julio/2015 | 18:23

"portuñol"(??) mamital hablen bien castellano, o portugués si así lo desean, no esa aberración lindante con el analfabetismo, no es ni español, ni portugués, es lisa y llanamente idioma mal hablado, ignorancia, en brasil se habla portugués, en uruguay idioma español, cuantos son los que hablan el "portuñol"? 60 mil personas? en una franja de 60 kilómetros? que sentido tiene? enséñenles a hablar y escribir bien, tanto español como portugués, les será más útil en ambos lados de la frontera.



#76 | Jentilak | 16/julio/2015 | 12:12

SI HABLAMOS DE IDENTIDAD...PODRIA DECIR QUE NO LA TIENES, PUES DEFIENDES UN IDIOMA O CODIGO AL QUE TE SUBORDINASTE O TE LO "METIERON" RESULTADO DE LA COLONIZACION.. LO CONTRARIO DEL PORTUÑOL QUE SURGE POR NACER Y VIVIR EN UN LUGAR...ESO SI ES IDENTIDAD!!!!



#75 | Jentilak | 16/julio/2015 | 11:08

Y SI HABLAS DE GRAMÁTICA MIRA COMO TAMBIÉN ESCRIBES, PORQUE TU SINTAXIS CONTIENE ERRORES TAMBIÉN, Y MUCHOS!!! NO TE CREAS PERFECTO PUES TODOS SOMOS LO CONTRARIO!!



#74 | Jentilak | 16/julio/2015 | 11:04

GRACIAS POR USAR EL MISMO ARGUMENTO! MAS AFIRMAS MI CONCEPTO DE QUE EXISTEN REGIONES CON IGUAL SITUACION...Y EL HECHO DE QUE ALGUNAS COMUNIDADES LO TENGAN RECONOCIDO DE SIGLOS ATRAS, NO QUIERE DECIR NADA..SI QUIERES HABLAR DE TEMPORALIDAD SOBRE ESAS LOCALIDADES ESPANOLAS SON RESULTADO DE VARIADAS SITUACIONES, NINGUNA EN UN MOMENTO DADO COMENZARON A USAR UN CODIGO. SI FUERON CONFIGURANDOLO AFECTADO POR MUCHAS COSAS, UNA DE ELLAS EL TERRITORIO, LA PROXIMIDAD A OTRAS, ETC, ETC, LO DE LA REALIDAD FRONTERIZA NACE IGUAL...SOLO QUE ESTÁ ESTÁ SUCEDIENDO AHORA!!!



#73 | [Jentilak](#) | 16/julio/2015 | 10:38

lo mío es error de digitación lo tuyo es error conceptual!!



#72 | [Jentilak](#) | 16/julio/2015 | 10:34

SE PERCIBE QUE NO TIENES LOS CONCEPTOS BIEN DEFINIDOS DEL ESPAÑOL...BUSCATE UN "MATA BURRO" Y ENTERATE DE LO QUE ES PREJUICIO!!!...O TIENES ALGUN PROBLEMA ENTRE LEER Y ENTENDER...PERJUICIO NO CABE EN MI COMENTARIO ESTA EN OTRO CONTEXTO Y OTRO SIGNIFICADO!



#71 | [daviolo](#) | 16/julio/2015 | 08:51

Ya lo dije en los primeros comentarios, que el portuñol es uno de las MILES DE JERGAS FRONTERIZAS, sí, miles que existen en el mundo. Además de haber montón de portuñoles diferentes a lo largo de la inmensa frontera brasileña. La iniciativa riverense huele más a picaresca e ignorancia que a una realidad relevante. Los de la Unesco, que conocen muy bien este tipo de asuntos se van a partir de risa salvo que el gobierno o alguien los aceite con una coimita.



#70 | [petecotelapone](#) | 15/julio/2015 | 22:25

mi abuelo era gallego, nacido en la coruña más allá de términos o expresiones propias de cada región, hablaba el idioma español a la perfección, por otra parte es incomparable una aberración del idioma realizada por un sector pueblerino y minúsculo (rivera), a localidades españolas como cataluña, los vascos o los gallegos, con miles de años de tradición, territorio extendido, y una "nacionalidad" mucho más marcada, pretender esa comparación es vergonzoso, propio de sujetos diletantes, orates sin sentido.



#69 | [petecotelapone](#) | 15/julio/2015 | 22:09

escribe "perjuicio" que nada tiene que ver con prejuicio.



#68 | [petecotelapone](#) | 15/julio/2015 | 22:08

este semianalfabeto que pretende hablar o escribir en idioma español me califica de ignorante? es muy fuerte, "haz" escribe, del verbo haber va con s, has, haz de hacer va con z, quiere escribir prejuicio y escribe "prejuicio", bue, ahí está los hechos hablan por sí solos, este sujeto que defende con unción el llamado "portuñol", es otro analfabeto, ese es el resultado, escribe algo distinto a lo que realmente intenta escribir. triste.



#67 | [Jentilak](#) | 15/julio/2015 | 19:21

HAZ OIDO COMO HABLAN LOS GALLEGOS!!! TIENES UN EJEMPLO DE ESE FENOMENO...ASI QUE PORQUE ESE PERJUICIO SOBRE EL PORTUNOL, Y NO SOLO 60000 LO HABLAN,,,NUNCA HAS ESTADO EN LA CAMPAÑA DE RIO GRANDE DO SUL....VERAS QUE TAMBIEN LO HABLAN!!!



#66 | [Jentilak](#) | 15/julio/2015 | 19:18

IGNORANTE ERES TU, Y ANALFABETO!! LOS FENOMENOS SOCIALES O CULTURALES NO SE LIMITAN A LIMITES POLITICOS IMAGINARIOS, NI URUGUAY NI BRASIL, ES UN FENOMENO DE LA REGION AUNQUE TE CUESTE CREERLO, IGNORANTE NO SABES QUE EL PORTUGUES Y EL CASTELLANO ES UNA DERIVACION DEL LATIN...Y MUCHAS PALABRAS PRONUNCIADAS EN PORTUGUES SON IGUAL DE PRONUNCIADAS EN ESPAÑOL O CASTELLANO COMO QUIERAS DECIRLE, ASI QUE ESTAS COSAS SIEMPRE EXISTIEROS LUEGO SE LAS PROTOCOLIZA Y REGLAMENTA!!!



#65 | [linguamae](#) | 15/julio/2015 | 17:02

QUEM NUM SALA PORTUÑOL.
NAO ENTENDE MINA DOR
LINGUA MAE



#64 | livizuma | 15/julio/2015 | 16:15

De acuerdo que existen en otras lenguas variedad de dialectos , pero opino que se debe enfatizar en nuestro país, en que el español sea bien hablado ,para terminar con el vamo ,sientensen y demás aberraciones, antes que proteger un entrevero de lenguas totalmente innecesario.



#63 | Jentilak | 15/julio/2015 | 16:46

el sientensen propio del sur!!



#62 | linguamae | 15/julio/2015 | 16:27

Nesa tierra colorada
Donde la moña sale fácil
La gallina contra el pie
Nus baldios se reparte
Esa paixao sin fronteras
Que nos une y nos separa
Va con un riso en las cara
Suor, sangre estampada



#61 | detiergi1 | 15/julio/2015 | 15:54

sacar la moña azul , no tuvo andamiento.... vamos por otra, el portuñol?...en breve independencia ... la constitución española de 1978. el castellano es la lengua oficial de ESPAÑA ...EL COCOLICHE de los inmigrantes "tanos " no reivindicaba tanto.pretender que un deformación de 2 idiomas, tenga reconocimiento



#60 | linguamae | 15/julio/2015 | 16:15

Malegria (portuñol)
Eu gosto du mormazo
De esa calor que me abrazo
Y la gente num para en las casa
Say para abayo con la ombú
Nos cargamos con la cruz
Y la cruz la imponen al pueblo
Y na alegría u misterio
De ser una galera sofrida
Mas se abraza na vida
Cuerpo trigueño y mestizo
Vai en busca del paraíso
Por que na terra, ta u inferno



#59 | linguamae | 15/julio/2015 | 16:11

Mae (portuñol)
Miña mae, negra guerrera
saliste num vaco
bem du fundo da terra
cumeste el pan, cu diabo amaso
para bota na mesa
calor de sopa y amor.
Tus ojo meu ispejo quebrado
teu reflexo
traspasa miña carcasa, de lado a lado
eu so teu grito de dor
teu rosario, tua bendición.
Tu calma, no me incomoda
avos nas cometa
Te disfarella na auroar
Acaricias as panza das nuve
y eu da qui, vevo tua grandeza
pra se teu ispejo quebrado
feito con tus mano, de barro colorado.
Lingua mae



#58 | Martinazo | 15/julio/2015 | 15:29

No tienen vergüenza estos fronterizos ... que se vayan pal Brasil y se dej de jod ... no saben hablar ni en portugués ni en español y todavia pretenden un reconocimiento?!

Bien igual ... buena tarde ^ _ ^ grACIAS